



**Universidade Federal Da Bahia  
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas  
Departamento De Sociologia  
Programa de Pós Graduação Em Ciências Sociais**

**MAINARA MIZZI ROCHA FROTA**

**“PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO  
SEM MEDO DE SER MULHER...”: TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES  
DIRIGENTES NACIONAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS  
SEM TERRA (MST) NA BAHIA**

**TESE DE DOUTORADO**

Salvador

2021

**Mainara Mizzi Rocha Frota**

**“PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER...”**: Trajetórias de vida de mulheres dirigentes nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção de título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann

Salvador

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

F941 Frota, Mainara Mizzi Rocha.  
“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher...”: Trajetórias de vida de mulheres dirigentes nacionais do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia. / Mainara Mizzi Rocha Frota. – 2021. 246 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann  
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. Mulheres – Trabalhadoras rurais. 2. Mulheres - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 3. Feminismo – Brasil. 4. Movimento de mulheres camponesas. I. Zimmermann, Clóvis Roberto. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 331.42

---

**MAINARA MIZZI ROCHA FROTA**

**“PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO  
SEM MEDO DE SER MULHER’: TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES  
DIRIGENTES NACIONAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS  
SEM TERRA (MST) NA BAHIA”.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais e, aprovada em primeiro de março de dois mil e vinte e um, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Clovis Roberto Zimmermann (FFCH - UFBA)  
Doutor em Sociologia pela Universität Heidelberg - Alemanha.



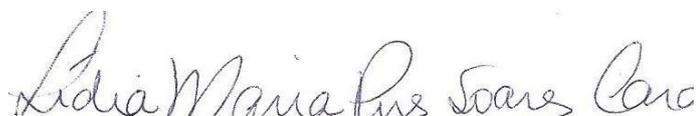
Profa. Dra. Nubia Regina Moreira (UESB)  
Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília.



Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara (FFCH-UFBA)  
Doutora em Sociologia pela Université Paris Diderot – França



Profa. Dra. Arlete Ramos dos Santos (UESB)  
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Minas Gerais



Profa. Dra. Lídia Maria Pires Soares Cardel (FFCH-UFBA)  
Doutora em Ciência Social pela Universidade de São Paulo

*À todas as mulheres do MST pela resistência e por nos possibilitar sonhar com um outro mundo através de uma práxis popular, revolucionária, antirracista e feminista.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho não é resultado por si só da escrita consumada nas páginas que se seguem. É, na verdade, uma confluência de personas, pessoas, mentes, seres conscientes e sencientes que me ajudaram a materializar cada proposição e reflexão que aqui segue. Os agradecimentos refletem, para mim, um sentimento imenso de gratidão por todas/os que estiveram presentes nessa longa caminhada.

À/s Deus/as, aos seres animados e inanimados, as/aos minhas/meus ancestrais e as forças da mãe natureza que me honraram com a possibilidade de experienciar a vida.

À mainha e a painho pelo amor, pelo cuidado e pela compreensão das minhas ausências durante essa caminhada. Gratidão por ter lutado pela sua vida inha! Amo vocês!

Às minhas irmãs – Benara e Raiana – que clamavam há anos por esse momento para que, enfim, pudesse me dedicar mais a elas, ao meu sobrinho Victor e a minha afilhada Isabela. Amo vocês!

A Zé Moraes – meu companheiro de mais de uma década – gratidão por ter compartilhado comigo todas as angústias, pelo abraço que me acalmava, por vibrar junto comigo a cada página e capítulo escrito, por acreditar em mim e na minha capacidade mais que eu mesma, pela companhia e também pela ausência tão requisitada durante esse último ciclo. Amo você!

Ao meu professor e orientador Clóvis Roberto Zimmermann que, desde minha graduação, me acompanha e me ensina muito, não apenas com seus conhecimentos, mas com a sua leveza, senso de humor, dedicação e sensibilidade. Obrigada por ter aceitado o desafio de orientar esse trabalho, pelas conversas nos encontros e acampamentos do MST em Salvador e por ter respeitado as minhas escolhas em enveredar por um caminho relativamente novo. Agradeço também pela amizade, confiança e paciência! A ti serei sempre grata!

A professora Núbia Regina Moreira por ter aceitado de antemão a co-orientação desta tese mesmo com pouco tempo para a defesa. Sou muito grata pela orientação, pela responsabilidade, pelas reflexões compartilhadas, pelo carinho e cuidado comigo e com o trabalho.

Às companheiras e aos companheiros que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por serem resistência e fonte de aprendizado na vida, por me receberem e compartilharem suas experiências e suas trajetórias me mostrando que a realidade é bem mais complexa e diversa que qualquer literatura sobre o Movimento. À vocês que nunca desistiram

da luta, que continuam a denunciar todas as injustiças do sistema capitalista e que persistem na caminhada por um mundo melhor para todas/os, meu muito obrigada! Estendo meus agradecimentos de forma muito especial à Djacira Araújo, Itelvina Masioli, Rosa (*in memoriam*), José Neto, Beth, Marli, Crislane, Livinha, Chicão, Jeanderson, Elaine, Flávia e Miriam.

Não poderia deixar de agradecer as/aos minhas/meus colegas do Departamento de Ciências Humanas e Letras (DCHL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia especialmente aos meus colegas da área de Ciências Sociais (ACSO): Luanda Naiade Oliveira da Silva, Danilo César Souza Pinto, Carlos Maria Perez e Silvano da Conceição que, de forma solidária, me permitiram experienciar esse momento de uma maneira mais confortável dando o suporte necessário para o meu afastamento das atividades de ensino. Destes, quero reiterar meu agradecimento especial a Luanda pela amizade, conversas e apoio incondicional, a meu amigo Danilo pela leitura atenta da tese que só um virginiano poderia fazer e pela capacidade de criticar sem colocar (quase) tudo a perder e a Carlos Perez por bancar o projeto da feira agroecológica da UESB mesmo estando afastada. Meu carinho imenso e agradecimento a vocês.

Agradeço a professora Lídia Maria Pires Soares Cardel e ao professor Antônio da Silva Câmara que participaram da banca de qualificação e teceram importantes críticas ao incipiente trabalho apresentado contribuindo significativamente para o andamento e a concretização desta pesquisa.

Às/aos professoras/es da banca Lídia Maria Pires Soares Cardel, Antônio da Silva Câmara, Núbia Regina Moreira e Arlete Ramos Dos Santos por aceitarem participar dessa banca de defesa.

À Emili que me ajudou a organizar e a ancorar as ideias desse trabalho. Gratidão por ter me resgatado tantas vezes de um lugar improdutivo e de ter sido, em muitos momentos, o Norte dos meus pensamentos que, por tantas vezes, apresentavam-se confusos e anacrônicos.

Aos meus colegas de sala pelas experiências e conhecimentos compartilhados. Em especial à Anderson, Letícia e Cláudia. Vocês fizeram a diferença nessa caminhada!

À Janilson, mais que um colega de sala, tornou-se um amigo querido. Jan (cacoco), sou muito grata por existir em minha vida. Gratidão pelos conhecimentos compartilhados, pela sua companhia, sua simplicidade, suas palavras sempre acolhedoras e por ser luz por onde passa.

À minha amiga Márcia gestada também durante o doutorado, agradeço pela acolhida aconchegante em Salvador durante os dias de aulas presenciais, pelas conversas, pelas risadas e pelas trocas de experiências.

À Marina Guadalupe pela guiança espiritual tão profunda e tão necessária nessa reta final. Gratidão pela luz que emana e pela oportunidade em poder vivenciar processos de cura e de autoconhecimento junto a ti nessa egrégora feminina.

À Édila por ter cuidado das minhas dores físicas com suas super agulhinhas elétricas e por me fazer perceber que o autocuidado não é perda de tempo.

À FAPESB pela concessão da bolsa de estudos nos 2 primeiros anos do meu doutorado.

Quero agradecer também a UESB pela bolsa de estudos concedida durante os dois últimos anos do doutorado em que me mantive afastada para a escrita e consumação deste trabalho.

Agradeço as/aos professoras/es do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA pelo conhecimento compartilhado e por possibilitarem uma formação acadêmica interdisciplinar.

À secretaria da pós graduação na figura de Dôra e Alberto e a equipe de funcionárias/os de São Lázaro. Obrigada pela atenção e pelos serviços prestados durante este período de estudos.

Finalmente, quero fazer um agradecimento muito especial as minhas interlocutoras e inspiradoras – Lucinha, Beth e Liu por me permitirem adentrar nas suas vivências e por serem sujeitas potentes que são fontes de inspiração, sabedoria, rebeldia e força. Sem vocês este trabalho não teria sido possível.

## RESUMO

A presente tese procura conhecer como foram construídas as trajetórias de vida de Vera Lúcia Da Cruz Barbosa (Lucinha), Elizabeth Rocha de Souza (Beth) e de Lucineia Durães do Rosário (Liu), até chegarem a assumir o cargo de direção nacional no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), BA. Busca-se, com isso, compreender como essas mulheres, “nascidas” dentro do Movimento, foram “forjadas” para assumirem cargos de liderança historicamente ocupados por homens. Para tanto, optamos por uma abordagem qualitativa, tomando como método de investigação a história oral na sua modalidade de trajetórias de vida. Inicialmente, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, por meio das cartilhas, dos cadernos de formação, dos panfletos e dos jornais – buscando um aprofundamento sobre as mulheres, o protagonismo feminino e as questões de gênero dentro do MST. Posteriormente, foram realizadas as entrevistas do tipo narrativas e semiestruturadas com Lucinha, Beth e Liu. Compreendemos que o protagonismo feminino é resultado de uma intensa caminhada de luta, formação e conscientização política dentro do conjunto da organização. Observamos também, como resultado dessa caminhada, que as mulheres Sem Terra, passaram a fortalecer as alianças nacionais e internacionais fomentando, deste modo, a auto-organização e a construção coletiva do Feminismo Camponês e Popular (FCP) – entendido aqui a partir da perspectiva do feminismo decolonial. Assim, desvelar as trajetórias de vida dessas três lideranças nacionais do MST da Bahia nos ajuda a entender que a história de luta pela terra, pela reforma agrária e por um projeto popular para o Brasil é também a história de luta das mulheres camponesas, que, por vezes, acabam sendo invisibilizadas pela história oficial. Por fim, vale ressaltar ainda que, a partir dessas trajetórias, buscamos reconhecer e dar visibilidade à luta política e ao papel protagonista desempenhado por essas sujeitas, passando a compreender, também, as dinâmicas políticas e organizativas do próprio Movimento.

**Palavras-chave:** Trajetórias de vida. Mulheres Sem Terra. MST. Protagonismo feminino. Feminismo camponês e popular.

## ABSTRACT

This thesis discusses how the life paths of Vera Lúcia Da Cruz Barbosa (Lucinha), Elizabeth Rocha de Souza (Beth) and Lucineia Durães do Rosário (Liu) were built, until they became national directors of the Landless Rural Workers Movement (MST), Bahia. We describe how these women, "born" within the Movement, were "forged" to take on leadership positions occupied historically by men. For reaching this aim, we opted for a qualitative approach, taking as a method of investigation the oral history in its modality of life trajectories. Initially, an extensive bibliographical and documentary research was carried out, through the booklets, training booklets, pamphlets and newspapers - seeking a deeper understanding of women, woman leading role and gender issues within the MST. Subsequently, narrative and semi-structured interviews were conducted with Lucinha, Beth and Liu. We concluded that the woman leading role is the result of an intense journey of struggle, formation and political awareness within the whole organization. We also observed, as a result of this journey, that Landless Women began to strengthen national and international alliances, thus fostering self-organization and the collective construction of Peasant and Popular Feminism (FCP) - comprehended here from the perspective of decolonial feminism. Therefore, unveiling the life trajectories of these three national leaders of the MST of Bahia helped us understand that the history of the striving for land, for agrarian reform, and for a popular project for Brazil is also the history of the struggle of peasant women, who, now and then, end up being made invisible by official history. At last, it is also worth mentioning that, based on these trajectories, we seek to acknowledge and give visibility to the political striving and the protagonist role played by these subjects as well as understanding the political and organizational dynamics of the Movement itself.

**Keywords:** Life trajectories. Landless Women. MST. Woman Leading Role. Peasant and popular feminism.

## RESUMEN

La presente tesis procura conocer cómo se construyeron las trayectorias de vida de Vera Lúcia Da Cruz Barbosa (Lucinha), Elizabeth Rocha de Souza (Beth) y Lucineia Durães do Rosário (Liu), hasta el momento que asumieron el cargo de directoras nacionales del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), Bahía. Se intenta entender cómo estas mujeres, "nacidas" dentro del Movimiento, fueron "forjadas" para asumir posiciones de liderazgo que históricamente fueron ocupadas por hombres. Para ello, optamos por un enfoque cualitativo, utilizando la historia oral como método de investigación en la modalidad de trayectorias de vida. Inicialmente, se llevó a cabo una extensa investigación bibliográfica y documental, se utilizaron folletos, libros de capacitación, panfletos y periódicos, buscando, de esta manera, una comprensión más profunda de las mujeres, el protagonismo femenino y las cuestiones de género dentro del MST. Posteriormente, se realizaron entrevistas de tipo narrativas y semiestructuradas con Lucinha, Beth y Liu. Entendemos que el protagonismo femenino es el resultado de un intenso camino de lucha, formación y conciencia política dentro de la organización en su conjunto. También observamos, como resultado de este recorrido, que las mujeres sin tierra comenzaron a fortalecer alianzas nacionales e internacionales, promoviendo así la autoorganización y la construcción colectiva del Feminismo Campesino y Popular (FCP) – entendiendo se así, desde la perspectiva del feminismo decolonial. De esta manera, revelar las trayectorias de vida de éstas tres líderes nacionales del MST en Bahía nos ayuda a comprender que la historia de la lucha por la tierra, la reforma agraria y un proyecto popular para Brasil es también la historia de la lucha de las mujeres campesinas, quienes, en ocasiones, la historia oficial las hace invisibles. Finalmente, cabe mencionar que, a partir de estas trayectorias, buscamos reconocer y visibilizar la lucha política y el rol protagónico que juegan estos sujetos, así como comprender la dinámica política y organizativa del propio Movimiento.

Palabras clave: trayectorias de vida. Mujeres sin tierra. MST. Protagonismo femenino. Feminismo campesino y popular.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AI - Ato Institucional

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEDITER - Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CIPAM - Centro Interdisciplinar de Pesquisa Agroambiental

CLOC - Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo

CNDM - Conselho Nacional da Condição da Mulher

CPA - Comissões Permanentes de Avaliação

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DN - Direção Nacional

ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes

FCP - Feminismo Camponês e Popular

FETAG - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado da Bahia

Funrural - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JST - Jornal Sem Terra

LGBTs - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MIMs - Mecanismos Institucionais de Mulheres

MIRAD - Ministério da Reforma agrária e do Desenvolvimento

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMTRs - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPA - Movimento de Pequenos Agricultores

NMS - Novos Movimentos Sociais

ONGs - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OPMs - Organismos de Políticas para as Mulheres

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PJ - Pastoral da Juventude

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT - Partido dos Trabalhadores

Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

SPM - Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres

TCLE - Termo de Consentimento livre e esclarecido

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

VC - Via Campesina

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Relações de gênero .....	75
<b>Figura 2:</b> Breve resumo dos cargos ocupados por Lucinha.....	129
<b>Figura 3:</b> Breve resumo dos cargos ocupados por Beth .....	162
<b>Figura 4:</b> Breve resumo dos cargos ocupados por Liu .....	189

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1:</b> I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra.....	48
<b>Fotografia 2:</b> Da esquerda para direita: Liu, Beth e Lucinha .....	102
<b>Fotografia 3:</b> Visita a um assentamento em Santa Catarina durante o Curso Nacional de Formação Política do MST. Lucinha é a que está no centro da foto tomando chimarrão.....	122
<b>Fotografia 4:</b> Lucinha ainda na maternidade com seu filho Vinícius e seu Companheiro Jean.....	119
<b>Fotografia 5:</b> Lucinha e Vinícius em uma atividade do MST.....	119
<b>Fotografia 6:</b> Lucinha na marcha Estadual de Valença a Salvador (2004) com seu filho Vinícius. ....	120
<b>Fotografia 7:</b> Lucinha na ocupação da fazenda Águas Belas – primeira ocupação do MST na Chapada Diamantina.....	121
<b>Fotografia 8:</b> Lucinha e Éden Valares na pose do Diretório Estadual do PT/BA.....	127
<b>Fotografia 9:</b> Lucinha e sua família.....	128
<b>Fotografia 10:</b> Beth apresentando o TCC intitulado: “Criminalização dos movimentos sociais: O caso Fábio Santos, da violência simbólica ao assassinato” .....	157
<b>Fotografia 11:</b> Colação de grau da turma de Direito da UNEB-2017 .....	157
<b>Fotografia 12:</b> Beth com os três filhos na sua formatura .....	158
<b>Fotografia 13:</b> Fabya Reis, Evanildo e Beth no assentamento 40x45 comemorando 31 anos do MST na Bahia em 2016.....	159
<b>Fotografia 14:</b> Cartaz divulgado pelo deputado Valmir Assunção para dar as boas vindas a nova chefe de gabinete.....	160
<b>Fotografia 15:</b> Liu ao centro (blusa amarela) em reunião de negociação com o governador Jacques Vagner em 2010 .....	178
<b>Fotografia 16:</b> Liu discursando .....	182
<b>Fotografia 17:</b> Liu grávida de João.....	186
<b>Fotografia 18:</b> Liu com a família .....	188
<b>Fotografia 19:</b> Sem Feminismo não há Agroecologia.....	213

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1-</b> Balanço do MST.....	150
--------------------------------------	-----

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
Traçando o início do caminho.....	19
O incômodo oportuno .....	24
Desenvolvendo os percursos da pesquisa .....	28
“O rigor do teu caminho”: Meus caminhos labirintológicos (metodológicos).....	33
O cenário das entrevistas .....	40
Desenho do estudo .....	43
<b>Capítulo 1: MULHERES E PROTAGONISMO NO MST: “MARIAS QUE VÃO COM AS OUTRAS”</b> .....	45
1.1 1º Fase. Onde estão as Marias? Invisibilidade e o vazio organizativo .....	51
1.1.1 A “sombra das Marias sem sexo e sem gênero” que constroem coletivamente a luta pela terra .....	56
1.1.2 A conspiração das Marias crioulas em terreno político - árido e seco .....	59
1.2 2º Fase. Fase de participação: Estado de latência e o potencial germinativo .....	66
1.2.1 As Marias “híbridas” .....	68
1.2.2 Sou Maria, sou trabalhadora! .....	70
1.3 3º Fase. Protagonismo - O desabrochar das Marias: É chegada a Primavera!.....	74
1.3.1 O Setor de Gênero - Marias e Joãos do MST.....	76
1.3.2 As contradições inerentes ao discurso e a prática.....	81
1.3.3 O conceito de gênero a partir das teóricas mobilizadas pelo Setor de Gênero..	84
1.3.4 Paridade de gênero - As Marias de “ombro a ombro” .....	88
1.3.5 As Marias em Luta: Ocupando e Resistindo .....	93
1.3.6 Linhas políticas e Proposições atuais: As Marias feministas .....	96
<b>Capítulo 2: TRAJETÓRIA DE VIDA DE LUCINHA - “A HISTÓRIA DA NOSSA FAMÍLIA É ENTRELAÇADA COM A HISTÓRIA DE VIDA DO MST”</b> .....	101
2.1 Lucinha: Da infância aos primeiros contatos com o MST .....	103
2.2 A trajetória de Lucinha: De militante a dirigente nacional. ....	116
<b>Capítulo 3: TRAJETÓRIA DE VIDA DE BETH - “EU, BETH, SOU TUDO ISSO. SOU ESSE ACÚMULO DE TUDO O QUE O MST CONSTRUIU”</b> .....	130
3.1 Beth: Da infância à militância no MST.....	130
3.2 Desenvolvimento e consolidação do MST na Bahia a partir das HV de Beth e Lucinha.....	137
3.3 As primeiras ocupações e o processo de territorialização do MST na Bahia a partir das histórias de vida de Lucinha e Beth .....	144
3.4 A trajetória de Beth de militante à dirigente nacional .....	152

<b>Capítulo 4: TRAJETÓRIA DE VIDA DE LIU - “ [...] NÃO TENHO DÚVIDA NENHUMA, A MINHA FALA É A SÍNTESE DA LUTA COLETIVA. A MINHA EXPERIÊNCIA DE VIDA É A SÍNTESE DA LUTA COLETIVA”</b> .....	163
4.1 Liu: Da infância à militância no MST.....	163
4.2 A trajetória de Liu de militante a dirigente nacional.....	173
<b>Capítulo 5: A MULHER QUE BROTA DA LUTA COLETIVA E O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR</b> .....	190
5.1 Breves considerações sobre o feminismo no Brasil .....	191
5.2 Epistemologias Sul-Sul, perspectivas transnacionais e a possibilidade de emergência de uma quarta onda do feminismo brasileiro aliado a decolonialidade e ao debate da agroecologia .....	194
5.3 “Sem feminismo não há socialismo!”: Feminismo hegemônico e a construção da sujeita feminista no MST a partir do Feminismo Camponês e Popular .....	203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	214
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	227
<b>APÊNDICES</b> .....	241
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas.....	241
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	244

## INTRODUÇÃO

O encontro de histórias, vivências e saberes presente nesta tese, tem como ponto de partida um sentimento juvenil, até então adormecido, de transgressão reverberado pelo “vermelho sangue<sup>1</sup>” da bandeira do MST. Assim, desde muito nova, esse Movimento<sup>2</sup> apresentava-se para mim como um lugar subversivo, com sujeitas e sujeitos que questionavam publicamente a estrutura do capitalismo e estavam dispostas/os a infringir a ordem e alterar seu estado de opressão. Este lugar, a princípio, quase mítico, revelou-se real, potente e contraditório. Dessa realidade latente, proponho como objetivo desse estudo traçar as histórias de vida de três mulheres<sup>3</sup>: Vera Lúcia Da Cruz Barbosa (Lucinha), Elizabeth Rocha de Souza (Beth) – ex-dirigentes Nacionais – e a de Lucineia Durães do Rosário (Liu) – atual Dirigente Nacional. Entrecortadas por esse sujeito coletivo, buscaremos compreender como essas mulheres “nascidas” dentro do Movimento foram “forjadas” para assumirem cargos de liderança historicamente ocupados por homens.

O MST, longe de ser um espaço linear e igualitário, está permeado por contradições que se constroem no movimento real do Movimento e da sociedade da qual faz parte. Assim, estar nesse espaço de enfrentamento e ofensivas constantes – que, por vezes, atentam diretamente contra a vida de quem se dispõe a resistir – foi necessário, pois compreendi que ser subversivo é condição *sine qua non* para sobreviver, especialmente, na conjuntura atual. As mulheres que convivi durante o desenvolvimento dessa pesquisa evidenciaram que essa é uma necessidade que se coloca como prerrogativa para poderem existir. Dito isso, antes de me enveredar por essas trajetórias e histórias proponho fazer uma breve incursão nos caminhos sinuosos que conduziram minhas escolhas até chegar a essas mulheres, que poderiam ser caracterizadas por uma simbiose indissociável de força, afeto e resistência.

### Traçando o início do caminho

Era uma quinta-feira de outono ensolarado de 2017 e já passava das 8h quando eu e Zé (meu companheiro) saímos de carro de Jequié - BA para irmos ao encontro do Sr. Adalberto em Jitaúna - BA. Conseguira seu contato com Caio, companheiro de Rose, minha ex-aluna no

---

<sup>1</sup> No decorrer do texto, utilizarei aspas para destacar palavras ou expressões irônicas, de gozação, de gíria ou em sentido figurado.

<sup>2</sup> A palavra Movimento grafada com o M em maiúsculo será utilizada sempre que fizer alusão ao MST.

<sup>3</sup> Dentro do texto, optei por nomeá-las pelos apelidos que são conhecidas e identificadas dentro do MST.

curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB - Jequié. Chegando ao local marcado – na praça da cidade – e, após alguns minutos de ansiedade (ele estava sem celular) fui conduzida a reconhecê-lo, por Zé, quando este me disse: - “Deve ser aquele de boina”. Uma figura quase caricaturada. Ele vestia uma blusa vermelha com a estampa de Che Guevara e uma boina, que também continha uma pequena imagem do revolucionário socialista. O estereótipo se confirmava. Era ele. Apresentações feitas, seguimos para o acampamento Claudemiro Dias Lima. A conversa dentro do carro foi convidativa com um tom carregado de preocupação sobre a conjuntura política, social e econômica do Brasil. Depois de 5 minutos já estávamos no acampamento. Logo na entrada, a minha curiosidade e a vontade de imersão no campo eram visíveis. Peguei meu bloco de notas e minha caneta e comecei a fazer algumas perguntas básicas para ele e, assim que chegamos, nos dirigimos a casa de uma senhora, (depois ficara sabendo que naquele espaço já havia funcionado uma escola com ensino infantil e fundamental) apresentamo-nos e logo o Sr. Adalberto perguntou por Chicão – dirigente Regional da Brigada Ojefferson. Ela então nos mostrou a casa de Chicão que ficava a cerca de 5 metros de onde estávamos. Chegando lá, fomos recepcionados pela sua companheira Sra. Isabel que, tão logo, foi chamá-lo. Chicão havia acabado de acordar. Não estava entendendo direito o porquê daquela repentina visita e, ainda meio acanhado, pediu que nos sentássemos para conversar sobre os motivos que nos levaram estar ali.

O Sr. Adalberto fez as honras da casa e nos apresentou. Era visível minha apreensão. Não tinha preparado uma abordagem sistemática, levei apenas algumas anotações com direcionamentos que poderiam me conduzir durante a nossa conversa. Durante esse momento, Chicão nos contou brevemente sobre sua trajetória no MST e de como era feita a articulação e a organização na região. Conversamos mais um pouco sobre a conjuntura nacional e, tão logo, sinalizei sobre meu interesse em estudar o Movimento. Naquela ocasião, a temática ainda estava em construção.

Esse contato inicial foi especialmente importante, pois foi ali que comecei a estabelecer importantes laços com os membros do Movimento dando início a minha trajetória com o MST. Trajetória essa que era consequência direta dos novos papéis sociais que assumira no início de 2016. Acabava de tomar posse como professora na UESB no *campus* de Jequié e, posteriormente, assumi a coordenação do Centro Interdisciplinar de Pesquisa Agroambiental (CIPAM). Estar coordenadora requereria uma maior proximidade com as comunidades, movimentos sociais e escolas do/no campo. Esse fato, aliado ao sentimento juvenil nutrido pela subversão campesina e pelo interesse nos estudos sobre movimentos sociais despertou uma

disposição em estudar e abordar o tema nos projetos de pesquisas, de extensão e, posteriormente, nessa tese de doutorado.

Após esse primeiro contato com Chicão, comecei a participar de algumas atividades promovidas pelo Movimento na região do Baixo Sul e a nível estadual. Precisava vivenciar aquela realidade para delimitar, posteriormente, meus objetivos. A primeira proposta de pesquisa tinha como objetivo entender em que medida o programa Bolsa Família contribuía para a luta e a resistência das famílias no Assentamento Paulo Jacson em Ibirapitanga-BA. Entretanto, percebi que esse tema não gerava em mim entusiasmo e que seria necessário me abrir para novas possibilidades de pesquisa.

Na verdade, comecei a pensar na possibilidade em escrever sobre as mulheres do MST após participar de uma ocupação no dia 08 de março de 2019 na Mineradora Mirabella em Ipiaú-BA. Fui convidada a participar dessa mobilização com as companheiras<sup>4</sup> em virtude do dia Internacional da Mulher pelo então dirigente da brigada Ojefferson – José Neto<sup>5</sup>. Na ocasião, seguindo a metodologia de sigilo das ações realizadas pelo movimento, Neto não me disse o que faríamos ou para onde íamos. Fui na certeza de que seria um espaço de aprendizado político e pessoal. Assim, sai de casa no dia 07, junto com Laurice (aluna de pedagogia) e fomos para o acampamento Claudomiro Dias Lima em Jitaúna, de lá, seguimos de ônibus junto com algumas companheiras e companheiros para o acampamento Carlos Marighella em Ipiaú. Chegamos às 19:30 e a noite foi de descanso e socialização. Conversei com algumas companheiras que já conhecia de outros encontros e pude compreender, a partir de suas falas, o sentido do Dia Internacional das Mulheres. Era tudo muito fluído. O sentimento de solidariedade conjunta estava a florado e era compartilhado por todas que estavam presentes na sala de aula da escola Municipal 2 amigos (do acampamento Carlos Marighella). Lá era também, naquela ocasião, nosso dormitório. Conversamos e escrevemos algumas frases “de efeito” nos cartazes. O nome da vereadora Marielle<sup>6</sup> era sinônimo de luta e resistência e já compunha boa parte daqueles cartazes que seriam utilizados no ato do dia seguinte.

Outro espaço de socialização importante no acampamento era a cozinha. Muitas mulheres se reuniam lá para conversar sobre a vida, as atividades do dia seguinte e aproveitar para tomar um café. Naquele momento vi, de fato, como a lógica do sigilo das ações realmente

---

<sup>4</sup>Os termos companheiras, companheiros e camaradas serão utilizados nesta tese para fazer referência aos membros do MST. Ao chamá-las(os) assim não sinaliza meu pertencimento ao Movimento, mas busco retratar a realidade vivenciada no campo de pesquisa. Em espaços como esses, tais palavras são recorrentes.

<sup>5</sup> Em 2019, José Neto assumiu a brigada no lugar de Chicão.

<sup>6</sup> A vereadora e seu motorista – Anderson Costa foram brutalmente assassinados em março de 2019 no Rio de Janeiro – RJ.

era levado a sério. Apenas as/os dirigentes e poucas outras pessoas – que estavam ligadas diretamente na organização do ato sabiam das ações do dia seguinte. Depois de mais algumas conversas fomos dormir pois o dia seguinte começaria às 4hs da manhã e provavelmente se estenderia até a tarde.

No referido horário, já estávamos de pé aguardando o café da manhã que, por ocasião da data, seria preparado e servido pelos homens. Após o café, nos organizamos em ônibus e caminhões que nos levariam ao nosso destino. Naquele momento, soube para onde iríamos – Mirabela Mineração<sup>7</sup> BR, a 6 km de Ipiaú. Paramos na rotatória da BR 330 e seguimos a pé para os portões da mineradora. Sem carro de som e microfones, as primeiras falas foram reverberadas pelo alto-falante. Mulheres assentadas e acampadas, mulheres militantes, mulheres dirigentes e mulheres simpatizantes com o Movimento se juntaram naquela manhã para um ato político representativo. A manhã foi dividida, basicamente, em quatro momentos. Inicialmente, o ato concentrou-se em palavras de ordem e músicas do Movimento que denunciavam a estrutura capitalista, patriarcal e racista<sup>8</sup> da nossa sociedade. Em um segundo momento, algumas mulheres fizeram um breve discurso sobre os efeitos danosos da mineração, sobre o Dia Internacional da Mulher, sobre o conceito e centralidade do feminismo<sup>9</sup> e sobre os desmandos e a tentativa de criminalização do MST pelo governo Bolsonaro. Posteriormente, tentando driblar o sol escaldante que fazia naquela manhã, nos reunimos embaixo de uma árvore e fizemos uma roda de conversa com o objetivo de contar para nossas companheiras e companheiros algumas histórias de luta e de resistência que simbolizavam o ser mulher Sem Terra<sup>10</sup>.

---

7 Diante das inúmeras tragédias ocasionadas pelo rompimento de barragens de rejeitos em Minas Gerais (o rompimento da barragem B1, da Vale, na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG) aconteceu em 25 de janeiro de 2019 e deixou, ao menos, 270 pessoas mortas e outras onze desaparecidas), as mulheres do MST juntamente com militantes do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) lideraram essa ocupação com a finalidade de alertar a população local e a comunidade política para o fato de que essa barragem de rejeito de minerais, localizada no município de Itagibá, é apontada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) como uma das mineradoras com mais alto potencial de dano no estado.

<sup>8</sup> Essa leitura é feita pelo próprio Movimento, especialmente, nos cadernos e documentos atuais. No capítulo 1 abordaremos melhor essas concepções.

<sup>9</sup> Esse tema também será abordado nos capítulos seguintes, em especial, no capítulo 5.

<sup>10</sup> Tal como abordado por Roseli Caldart, utilizarei o termo ‘Sem Terra’ com as iniciais maiúsculas – por entender que essas/es sujeitas/os se constituem como uma identidade coletiva dotada de nome próprio. Segundo a autora, “[...]No Brasil, a luta pela terra e, mais recentemente, a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocábulo com hífen sem-terra, e com o uso do s na flexão de número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou posse da terra de trabalho, e projetando, então uma identidade coletiva. O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, que historicamente acabou produzindo um nome próprio, Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. O uso social do nome já alterou a norma referente à flexão de número, sendo hoje já consagrada a expressão os Sem Terra. Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação entre esta identidade coletiva de trabalhadores e trabalhadoras da terra e o Movimento que transformou em nome próprio, e a projeta para além de si mesma.” (CALDART, 2000, p.16-17)

A primeira fala foi da companheira então dirigente da Costa do Dendê – Elaine. Ao rememorar sua trajetória de vida e expor seus momentos de aflição e tensionamentos com seu parceiro, ela relatou sobre a necessidade de se posicionar de maneira firme tanto dentro dos relacionamentos quanto dentro dos espaços políticos do Movimento. Esses posicionamentos, deveriam ser desprovidos, segundo ela, de uma pretensa amorosidade no trato e nas decisões. Após algumas falas, entendi que a interseccionalidade<sup>11</sup> entre gênero, raça, classe social e a identidade do ser Sem Terra era tão perceptível que parte das histórias se cruzavam em algum momento das narrativas.

Cerca de 8 mulheres expuseram seus sentimentos de ser mulher Sem Terra. Entretanto, é importante sinalizar que o depoimento de Elaine foi, para mim, o mais instigador. Arrisco, inclusive, a afirmar que ao me lembrar da sua história, já em casa, foi despertado um desejo de conhecer mais a fundo a trajetória de vida dessas mulheres. Nesse momento, outras ocasiões foram sendo rememoradas junto a minha vivência dentro do Movimento e, assim, a problemática e o objetivo da tese começaram a ser delineados.

Com esse *frisson*, comecei a pensar nessas mulheres dia e noite. Puxava pela memória as conversas que me foram direcionadas<sup>12</sup>, os segredos que me foram confidenciais, os momentos de lazer, as discussões políticas e minha participação na assembleia de mulheres no 31º Encontro Regional do MST<sup>13</sup>. Todo esse material, rabiscado em um pequeno caderno que sempre tinha às mãos durante as atividades do Movimento, começou a compor parte substancial dessa tese.

Nesse processo, conheci várias mulheres surpreendentes. Mulheres jovens, idosas e adultas, algumas delas apesar de não se vincular diretamente a luta política, vivenciavam suas lutas diárias e resistiam às dificuldades que a vida lhes imputava e, mulheres dirigentes que, na sua grande maioria, haviam sido forjadas dentro do Movimento e, assim como as mulheres

---

11 Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. Surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Como conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afroestadunidense Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica [...]. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado [...]. (AKOTIRENE, 2018, p. 13-14)

12 Mais à frente farei uma breve digressão sobre esse ato ao me recordar do meu primeiro encontro com Liu Durães (dirigente nacional) – a primeira figura feminina dentro do MST-BA que despertou em mim o desejo de fazer essa pesquisa.

13 O encontro aconteceu entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2018 no Parque de Exposições Agropecuária de Salvador – BA.

assentadas e militantes, combatiam diariamente a estrutura capitalista que ressoava dentro das relações sociais firmadas na sociedade e, de maneira especial, na luta pela terra.

### **O incômodo oportuno**

Entretanto, é importante frisar que a escolha desse tema não veio de forma pacífica ou descompromissada. Ela “gritava” nas assembleias em que participava, nas reuniões ampliadas com a direção estadual, nas rodas de conversa com as mulheres, nas marchas, nos atos políticos, nos congressos e encontros promovidos pelo Movimento. Assim, parte do processo de pesquisa e imersão no campo foram subsidiados pelo incômodo, por vezes, gerado naqueles espaços. Incômodos que, nem sempre, precisavam ser ditos. Eram visíveis nos olhares, nos gestos e no silêncio. Mas houve também incômodos que foram ditos. Recordo-me da fala de uma companheira da Costa do Dendê quando me viu pela primeira vez. Naquela ocasião participava da Marcha Estadual “Lula Livre”<sup>14</sup> promovida pelo MST. Ela me disse: “Você não tem cara de Sem Terra. O quê que tá fazendo aqui?” Expliquei a ela que eu era estudante e que pesquisava sobre o Movimento. Ela retrucou: “A tá. Bem que vi. Você toda branquinha e arrumadinha<sup>15</sup> [...]”. A sua fala, de alguma forma, me recolocou no meu espaço de pesquisadora e uma questão central sobressaltou como gatilho em minha mente: Como é ter a “cara de Sem Terra”? De alguma forma ela já havia respondido. Ter cara de Sem Terra era a contradição do que a minha imagem representava.

Sem dúvidas, aquela foi a fala mais direta que me foi dirigida durante essa fase de entrada no Movimento. Não ter cara de Sem Terra me colocava em situações distintas. Na base o meu acesso era harmonioso. Era a professora e estudante e, talvez por isso, gozava de certa respeitabilidade – mesmo não sendo do Movimento. Esse fato me lembrou uma passagem do livro *“Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador”* de Albert Memmi:

Enfim, ainda que não peça nada, que não precise de nada, basta que apareça para que se fixe a sua pessoa o preconceito favorável de todos aqueles que contam na colônia;

---

14 A Marcha Estadual Lula Livre aconteceu entre os dias 10 e 17 de abril de 2019 e reuniu cerca de 3 mil trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra de dez regiões do estado. A marcha percorreu cerca de 48 quilômetros, saindo da cidade de Camaçari em direção a Salvador. Além da pauta “Lula Livre”, os Sem Terra marcham pela Reforma Agrária, que desde o governo do Michel Temer sofre ataques, e contra a perda de direitos, como a Reforma da Previdência, pautada no atual governo Bolsonaro. A nível estadual, um dos principais pontos de pauta refere-se à melhoria na saúde e na educação no campo e na política econômica agrária. A mobilização fez, ainda, parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, realizada pelo MST em todo país contra a violência no campo e em memória dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás (MST, 2019).

15 Na ocasião vestia a blusa do movimento, uma calça de tecido folgada e sandálias havaianas.

e até mesmo daqueles que não contam, pois ele se beneficia do preconceito favorável, do respeito do próprio colonizado, que concede a ele mais do que aos melhores dos seus; que, por exemplo, confia mais na palavra dele do que na dos seus. Pois ele possui, de nascença, uma qualidade independente de seus méritos pessoais, de sua classe objetiva: participa como membro do grupo dos colonizadores, cujos valores reinam (MEMMI, 2007, p. 45-46).

Em contraposição, no setor diretivo do movimento, onde a consciência política e combativa aliada a identidade e ao pertencimento, normalmente, fazia-se mais presente, eu continuava sendo a professora, mas, o recorte de raça e o discurso academicista gerava, ao menos no início, uma certa resistência e desconfiança.

Foi, assim, durante a marcha que consegui promover alguns momentos de reflexão a partir da base teórica instrumentalizada com minhas leituras e a vivência naquele espaço. Em um desses momentos, me recordei do livro *“Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil (2005)”* de João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes. Ao traçar a história do MST, Stédile ressalta que ele não nasceu como um movimento camponês típico formado apenas por quem pegava na enxada, ou seja, o *mão grossa*, mas que, desde o seu período de gestação, buscou-se ampliar a base de sustentação com a adesão dos que quisessem lutar pela reforma agrária, mesmo não tendo vínculo direto com o trabalho na roça, na agricultura – nesse caso, eram intitulados como *mão lisa*. Esse entendimento certamente forneceu ao MST um caráter visivelmente popular sem perder, entretanto, as características de um movimento de trabalhadores rurais. Ao me lembrar dessa passagem comecei a refletir sobre aquela oposição no contexto sulista e no contexto nordestino/baiano. De forma bem geral, no Sul, a dicotomia campo/cidade - camponês/proletariado parece ser prioritária. Entretanto, quando essa discussão é remetida para o contexto baiano, a questão racial sobressalta a oposição entre campo/cidade resignificando assim, a meu ver, a dicotomia entre os *mãos lisas* e os *mãos grossas*. Nesse sentido, a categoria racial passa a demandar uma centralidade e me dei conta disso de forma mais clara quando, ainda na Marcha Lula Livre, conversei com Liu e ela me disse que, primeiro se reconheceu enquanto negra e, posteriormente enquanto mulher. Ao fazer a junção entre as categorias raça, gênero, classe social e território é que foi possível revelar, de fato, o espectro mais profundo das opressões.

Após essas constatações, fiz várias incursões reflexivas que colocavam constantemente em pauta meu papel e meu lugar naquele espaço de luta e resistência formado majoritariamente por homens e mulheres negras do campo. Assim, antes de adentrar nas reflexões e análises propostas nessa pesquisa, entendo ser relevante anunciar de qual lugar escrevo para evidenciar melhor algumas das questões que subsidiaram o percurso desse estudo. Dentro dessa

perspectiva, o conceito de lugar de fala é bem relevante, especialmente em termos epistemológicos pois, ao mesmo tempo em que busca mostrar a/o narradora/narrador denuncia também o conhecimento geocentrado que se consolida a partir da desqualificação de outros saberes.

A partir da conceitualização de standpoint theory – “ponto de vista feminista” fomentada por Patrícia Hill Collins, Djamila Ribeiro ressalta que é possível falar de lugar de fala. A autora refuta a ideia de que “lugar de fala” ou “ponto de vista” tenha a ver com experiências ou posicionamentos individuais. Ao contrário, apesar de não negar a perspectiva individual, a ideia não se reduz a postura de partilhar vivências individuais, mas diz respeito a explicitar as experiências historicamente compartilhadas por grupos localizados nas relações de poder. Além disso, a autora ressalta que a partir desse conceito, é possível compreender como as opressões estruturais impostas a certos grupos os silenciam e os impedem de ter direito a fala – que não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poderem existir, de exercerem suas humanidades (RIBEIRO, 2007). Em suma,

Entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *lócus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2007, p. 86).

Diante dessa compreensão, localizo meu percurso teórico/argumentativo. Pensar, portanto, meu lugar de fala significa refletir sobre hierarquias: social, racial, de gênero e de saberes. Assim, as reflexões trazidas nessa tese situam-se na minha aproximação recente com a perspectiva decolonial – pautada a partir de um *lócus* social específico: privilegiado - mulher branca, urbana, intelectual e de classe média.

Para compreender o porquê dessa escolha teórica, entendo ser necessário responder ao seguinte questionamento: Como a perspectiva decolonial se insere na minha formação acadêmica e nas minhas práticas sociais? Essa aproximação deu-se de maneira gradual. Inicialmente, tive um breve contato com autoras/es do campo de estudos pós-coloniais durante o doutorado – que me proporcionam releituras importantes para se pensar a colonialidade<sup>16</sup> e suas consequências. Ainda durante o doutorado, participei, em 2015, do Congresso ALAS e

---

<sup>16</sup> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2010, p. 84).

tive a oportunidade de assistir a uma palestra do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Salvo engano, esse foi o primeiro contato com a perspectiva decolonial. No entanto, devo admitir: apesar de sua fala ter produzido um impacto latente e ter estremecido as bases canônicas do pensamento sociológico eurocentrado no qual eu fui formada, o interesse por esse “caminho teórico” só foi despertado quando comecei meus estudos com o MST – em 2017<sup>17</sup>.

Para ser mais específica, a minha aproximação com o MST resultou no contato e na articulação com outros movimentos sociais bem como, com algumas redes de movimentos populares que buscavam associar a marca da colonialidade como resultado de uma intensa relação hierárquica de poder codificada a partir da classificação racial dos povos. Nessas andanças, tive a oportunidade de conhecer a Teia dos Povos<sup>18</sup> – experiência que intitulo aqui como primeiro “laboratório social”. Esse laboratório social foi especialmente importante pois, foi a partir dessas vivências que comecei a inverter e rever a estante teórica da minha formação. Com isso, comecei a partilhar da ideia de que “a opção decolonial<sup>19</sup> significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...], já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Esse percurso de “reprogramação epistêmica” ou “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2008) ou ainda de “ocupação do latifúndio do saber” foi pautado por dúvidas, contradições e questionamentos que fizeram a proeza de se aglutinarem em forma de labirinto. Ao adentrar nesse labirinto, de um lado, deparei-me com retóricas que reivindicam a liberdade de expressão, de pesquisa e nos confins mais sinuosos reverberava a simbiose do feminino. O outro caminho, mais denso e conflitivo, me apresentava algumas questões pontuais: Poderia, eu, mulher branca urbana falar/contar a história de vida de três mulheres negras Sem Terra?

---

<sup>17</sup> Isso não quer dizer que o Movimento em si segue essa corrente teórica. Na verdade, o pensamento decolonial tem começado a despertar o interesse de alguns(as) militantes e dirigentes do Movimento aqui na Bahia.

<sup>18</sup> A Teia dos Povos é uma aliança entre comunidades indígenas, quilombolas, sem-terra, pequenos agricultores e instituições que lutam para uma sociedade justa. Ela surge dos debates contínuos e articulações de povos e comunidades, a partir da I Jornada de Agroecologia da Bahia em 2012, com o papel de traçar a agenda de ações anuais que auxiliam no desenvolvimento, empoderamento e emancipação das comunidades integradoras, quais sejam: Acampadas/os, Assentados/as, Quilombolas, Indígenas, Mestres e Lideranças de tradição oral, Terreiro de matriz africana, Pescadoras/es, Pequenas/os Produtoras/es, Estudantes, Pesquisadores/as, Profissionais em Agroecologia, Urbanos/as e a Sociedade em geral (site da Teia dos Povos).

<sup>19</sup> A supressão da letra “s” marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria. Além disso, insere-se em outra genealogia de pensamento, sendo o constitutivo diferencial do M/C, reivindicado por Mignolo: O projeto decolonial difere também do projeto pós-colonial (...). A teoria pós-colonial ou os estudos pós-coloniais estão entre a teoria crítica da Europa (Foucault, Lacan y Derrida), sobre cujo pensamento se construiu a teoria pós-colonial e/ou estudos pós-coloniais, e as experiências da elite intelectual nas ex-colônias inglesas na Ásia e África do Norte (Mignolo, 2010, p. 19 apud BALLESTRIN, 2013, p. 108).

Gozava de legitimidade para tal? Ou usurpava suas histórias a serviço de uma ciência colonizadora?

Depois de muito ponderar a respeito do tema e, quando estava a escrever o parágrafo acima, perguntei a Zé (meu companheiro) o que ele entendia por labirinto. Essa foi a primeira palavra que me veio à mente quando tentava ordenar o caos do meu pensamento para enfim, poder traduzi-lo em palavras, que formariam frases e que se estruturariam em parágrafos. Coesos e Coerentes. Nessa breve conversa, ele me apresentou o poema de Jorge Luis Borges<sup>20</sup> – Labirinto. Em uma das estrofes, Borges alerta: “[...] Não esperes que o rigor do teu caminho / Que fatalmente se bifurca em outro, / Que fatalmente se bifurca em outro, / Terá fim. É de ferro teu destino. [...]”. Ao lê-lo, acalmei os ânimos e o interpretei conforme as condições subjetivas que se apresentavam para mim naquele momento. As respostas às perguntas que fizera acima não foram respondidas com a leitura do poema, mas, este serviu para endossar a necessária inquietude dessa escrita e mover os alicerces epistêmicos com os quais estava familiarizada. Ainda assim, me apeguei às bifurcações (incômodos necessários) e continuei a caminhada. Nesse desenrolar de palavras, a saída proposta aqui é caminhar com o “sim” que essas mulheres me deram o direito de tratar esse estudo com respeito e compromisso político e ético. Saberá, mesmo intuitivamente que, tão logo, novas bifurcações seriam avistadas pelo caminho.

### **Desenvolvendo os percursos da pesquisa**

Isso posto, comecei a pensar na viabilidade prática da pesquisa. E, para tanto, foi essencial refletir sobre alguns pontos centrais: Diante de tantas histórias de vida, como definir quantas e quais farão parte dessa pesquisa? De quem seriam as vozes que deveria ouvir? Seria ouvida para poder ouvi-las? Como construir um laço de confiança e de respeito dentro do Movimento e, de maneira muito especial, com as mulheres? Considerando meu lugar de fala dentro desse cenário, como deveria construir uma narrativa capaz de gerar interesse e adesão das minhas possíveis colaboradoras?

---

<sup>20</sup>Poema completo (traduzido):

Labirinto

Não haverá nunca uma porta. Já estás dentro./ E o alcácer abarca o universo/ E não tem anverso nem reverso/ Não tem extremo muro nem secreto centro.

Não esperes que o rigor do teu caminho/ Que fatalmente se bifurca em outro,/ Que fatalmente se bifurca em outro,/ Terá fim. É de ferro teu destino.

Como o juiz. Não creias na investida/ Do touro que é um homem cuja estranha/ Forma plural dá horror a essa maranha.

De interminável pedra entretecida./ Não virá. Nada esperes. Nem te espera/ No negro crepúsculo uma fera.

Da experiência compartilhada dentro do Movimento comecei a delimitar as vozes que dariam existência a essa tese. Enfim, optei pelas mulheres dirigentes. A escolha se deu especialmente pela figura de Liu (Lucineia Durães -Dirigente Nacional do MST). Fui apresentada a ela pelo companheiro Chicão (à época Dirigente Estadual do Baixo Sul) no Encontro Regional do Baixo Sul em 2018. Sem saber, ela logo se tornaria a figura feminina referência para mim dentro do MST. A fala potente, aguerrida, segura e politizada reverberava em todos os momentos em que estava com a palavra. O poder que exercia com a linguagem era unívoco e, talvez, sem perceber, inflamava as mentes e os corações daqueles(as) que sustentavam e bravejavam o lema: “Ocupar, resistir e produzir”.

Assim, mesmo sem termos conversado sobre essa pesquisa naquela ocasião, já tinha começado a nutrir uma expectativa em tê-la como protagonista dessa pesquisa. Só após definir meu tema de pesquisa é que me dei conta disso. Conseguira conversar com ela e ter sua anuência em abril de 2019 durante a Marcha “Lula Livre”. Dessa conversa e de tantas outras que havia tido com várias companheiras, o nome de Lucinha (Vera Lúcia Barbosa) – primeira mulher a ser dirigente nacional – era recorrente. Dessa forma, cogitei a possibilidade em realizar essa pesquisa com Lucinha e Liu – a primeira representava a ascensão feminina aos postos de comando a nível nacional e a segunda representava o momento atual da mulher nos postos diretivos do MST nacional. No entanto, em uma conversa informal com a companheira Djacira Araújo (Direção Estadual) em um curso de formação na UESB em agosto de 2019, ela acabou me sugerindo o nome da companheira Beth – antecessora de Liu – para também compor essa pesquisa. E assim cheguei nessa “tríade feminina” – o nome de Beth e os nomes de Lucinha e Liu representariam as três gerações de mulheres que ocuparam o cargo de dirigente nacional do MST na Bahia<sup>21</sup>. Em ordem, a saber: Lucinha (1998-2011), Beth (2011-2016) e Liu (2016-atual).

Aparentemente estava tranquila e potencialmente satisfeita com a possibilidade de reunir essas mulheres com suas respectivas histórias. Entretanto, até aquele momento, só tivera contato com Liu. Já havíamos conversado sobre a possibilidade dessa pesquisa e ela havia me acenado positivamente. Ainda precisava conhecer e conversar com Lucinha e Beth. Pedi a Neto (Dirigente Regional da Brigada Ojefferson) o contato de Lucinha. No entanto, fiquei com receio de fazer o primeiro contato por telefone. Certamente seria melhor conversar pessoalmente. Então, contive minha ansiedade e aguardei. Em algum momento nos cruzaríamos dentro das atividades promovidas pelo Movimento. De fato, aconteceu. No dia 18 de outubro de 2019,

---

<sup>21</sup> A partir de 2006, a direção nacional do MST passa a ser composta por uma mulher e um homem em cada estado.

Jeanderson (Dirigente Regional) me convidou para participar de uma plenária com as mulheres e, nos dias posteriores aconteceria a reunião ampliada com a Direção Estadual<sup>22</sup>. A plenária aconteceu no dia 23 de outubro e foi um espaço de debate para construção do I Encontro Nacional das mulheres do MST que aconteceria de 22 a 26 de novembro de 2019<sup>23</sup>.

Foi assim, nesse espaço potente, feminino e revolucionário que tive o prazer de conhecer Beth e Lucinha. Na verdade, não sabia que esse encontro se daria de forma tão despretensiosa. Fui para a atividade sem saber se elas participariam. Apenas cogitei a possibilidade. E fui. O dia foi marcado por intensas discussões e depoimentos. Assistimos ainda ao documentário “*Só isso não, dona*”<sup>24</sup> e fizemos a leitura e discussão do texto *Os desafios da mulher dirigente. Entrevista com Lorena Peña (Comandante Rebeca), das forças Populares de Libertação “Farabundo Martí”* (PEÑA, 1990). Posteriormente, foi feito um resgate histórico sobre a luta das companheiras na Bahia e, ao final, foram tomadas algumas deliberações referentes ao Encontro Nacional.

Na parte da tarde as atividades seguiram, mas só tive a oportunidade de conversar com Lucinha e Beth à noite após a comemoração do aniversário de Evanildo (companheiro de Liu na direção nacional). Conversei separadamente com cada uma. Apresentei-me e expus a proposta de pesquisa. Não houve hesitação. Ambas concordaram prontamente em participar da pesquisa e, diante do aceite, precisávamos acertar as datas para as entrevistas. Lucinha me sugeriu que nos encontrássemos no Encontro Estadual do MST – em dezembro com a data ainda a ser definida. Beth disse que seria possível nos encontrarmos em Vitória da Conquista – cidade onde reside. Dado a proximidade com Jequié – onde resido, essa seria uma boa possibilidade.

Assim, definida as protagonistas para compor esse estudo e passando a conhecer seus enfrentamentos e resistências diárias, apresento como problematização geral a seguinte questão: Como foram construídas as trajetórias de vida de Lucinha, Beth e Liu até chegarem a assumir o cargo de direção nacional no MST-BA? Essa problematização geral, dialoga e desdobra-se, por sua vez, em outras indagações específicas que servirão também como base de reflexão: A liderança, a formação política e o ativismo social já eram proeminentes na vida dessas mulheres ou, tais recursos/aptidões/capitais, foram adquiridos na formação identitária do ser mulher Sem

---

<sup>22</sup> As atividades começaram no dia 23/09 e foram até o dia 26/09 no Centro de Treinamento (CTN), da EBDA em Salvador.

<sup>23</sup> A data foi alterada para os dias 05 a 09 de março de 2020.

<sup>24</sup> O documentário é uma videocrônica produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para debater a violência de gênero. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=5KR-YIGJgaM>

Terra? Como suas identidades foram “forjadas<sup>25</sup>” dentro do MST? Quais e como foram planejadas as ocupações de mulheres aqui na Bahia? A partir de quando a estrutura organizacional do MST – de caráter rural e classista (homogêneo e centrado na oposição entre burguesia e proletariado/ trabalhador rural) se movimentou diante das mudanças conjunturais e passou a aderir a questão de gênero como categoria fundamental para fazer a luta pela reforma agrária? Nesse sentido, quais foram as principais ações registradas em seus documentos e quais as orientações nos seus cursos de formação? Qual a face do racismo no contexto geral de luta pela terra? O grau de escolaridade interfere de forma direta nos cargos exercidos? Qual é o feminismo reivindicado por essas mulheres? A paridade de sexo definida pelo movimento pode ser, de fato, considerada representativa ou ela é meramente figurativa? Como é feito o enfrentamento interno diante dos companheiros quando se está dirigente nacional? Quais as principais dificuldades encontradas pelas mulheres dirigentes?

Assim, motivada pelos questionamentos levantados, pela possibilidade de ouvir e compartilhar as histórias de vida dessas mulheres, e assim buscar contribuir com as produções científicas neste campo de estudo, na própria história do Movimento sendo contada por meio das suas narrativas e nas futuras místicas<sup>26</sup> que certamente farão menção a elas, é que proponho como objetivo geral desta pesquisa compreender como essas mulheres “nascidas” dentro do Movimento foram forjadas para assumirem cargos de liderança historicamente ocupados por homens. Busca-se com isso, entender como suas identidades foram construídas a partir das narrativas subjetivas elaboradas e articuladas dentro deste grande universo de socialização que é o MST. Aliada a esse objetivo geral, propomos também, como objetivos específicos: investigar a discussão de gênero fomentada pelo MST e o lugar ocupado pela mulher Sem Terra desde o processo de gestação do Movimento até os dias atuais; compreender o processo de formação e territorialização do MST no estado da Bahia e as ocupações de terra realizadas pelas mulheres a partir das suas histórias de vida, entender o sentido da maternidade aliada a

---

<sup>25</sup> O termo “forjada” está sendo utilizado nesta tese a partir da fala de Liu: “Fui forjada para não chorar [...]” e tem um sentido figurativo podendo ser entendido como criada, formada.

<sup>26</sup> A mística é uma espécie de ritual e celebração, que acontece de diversas maneiras e com significados e sentidos variados. Essa prática é realizada nos mais variados espaços como nos acampamentos, assentamentos, em Encontros, Congressos e nas diversas manifestações que o MST organiza. Em geral é praticada em forma de teatro, contendo músicas, poesias e diversos elementos simbólicos em seu interior. É possível dizer que a mística é uma herança religiosa no Movimento, advinda principalmente dos agentes religiosos que se engajaram na luta pela terra por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ao passo que o MST apreendeu a importância da mística nos trabalhos junto aos sujeitos, o mesmo se apropriou dessa prática. Mesmo praticada de forma semelhante às celebrações de mística realizadas pela CPT, no Movimento ela tomou outras conotações e sentidos. O MST ressignificou o fazer da mística em torno de suas lutas, interesses e objetivos. O Movimento começou a investir numa mística própria. Para a organização do MST, a mística se tornou um elemento estratégico. O estratégico se refere ao fato de que nos diversos espaços em que é realizada, ela possui suas intencionalidades (COELHO, 2011, p. 327).

militância dentro do Movimento, compreender a formação da sujeita feminista do MST a partir da construção coletiva do Feminismo Camponês e Popular – sob uma perspectiva decolonial, analisar a conjuntura política atual e o papel do MST a partir das falas das sujeitas protagonistas.

Postas essas questões, o objetivo geral e os objetivos específicos, parto da tese que, apesar do MST propor um novo projeto de sociedade pautado na luta por uma sociedade justa e igualitária, a desigualdade de gênero ainda é latente – especialmente dentro da esfera pública. Diante disso, suponho que a ascensão dessas mulheres a cargos diretivos dentro do Movimento até chegar a DN está relacionada a pelo menos três fatores: 1. Influência familiar – especialmente a partir de uma figura masculina (pai, avô, tio ou irmão) que já estivesse inserido na esfera pública ou que já frequentasse sindicatos, partidos, igrejas e/ou movimentos sociais; 2. Educação formal; e 3. Competência, responsabilidade, aptidão, poder de argumentação e dedicação às tarefas da militância.

De fato, entendemos que não é proposta desta tese partir de uma teoria e conceitos rígidos para tentar explicar a prática – as vivências e experiências de Lucinha, Beth e Liu. Ao contrário, a proposta é justamente compreender e escutar suas falas e suas histórias de vida e interpretá-las a partir do referencial que o Movimento tem manipulado nestes últimos anos. Aliado a esse referencial, mobilizaremos também algumas/alguns autoras/es decoloniais para dar suporte as análises teóricas que aqui serão feitas, não pretendendo com isso: 1. Fechar os caminhos e/ou correntes analíticas que possam subsidiar a compreensão dessas realidades; 2. Fazer uma incursão pormenorizada sob o vasto referencial teórico que compõe a perspectiva decolonial.

Sabemos dos limites que esta opção pode nos impor, mas acreditamos que a escolha deste caminho teórico se constitui como um terreno fértil para compreender os processos de resistência das mulheres camponesas (a partir, por exemplo, da subjetividade ativa), que, por vezes, se dá de forma sutil e podem passar alheio aos nossos olhos. Além disso, nos ajudará também a pensar e problematizar a intercessão entre classe, raça, gênero e espaço geográfico (campo/cidade) no Brasil e, de maneira especial, na Bahia permitindo, com isso, um olhar crítico que considera as consequências da modernidade sobre seus corpos e modos de vida. Esse entendimento é também resultado das minhas vivências, percepções e conversas informais tecidas durante a pesquisa de campo.

Esse caminho foi se construindo durante a pesquisa – desde o momento em que delimitamos as vozes a serem ouvidas, os primeiros contatos com essas mulheres seguido de leituras, registros históricos e fotográficos, conversas informais, participação nos encontros, cursos de formação e reuniões até as entrevistas formais, a transcrição, as análises e tratamento

dos dados que, finalmente, confluíram para a materialidade desse estudo. Para tanto, apresento a seguir os caminhos metodológicos percorridos para elaboração desse estudo.

### **“O rigor do teu caminho”: Meus caminhos labirintológicos (metodológicos)**

Pensar nos caminhos e, principalmente, nos descaminhos que escolhi trilhar dentro desse labirinto permeado de memórias, confusões, pensamentos, sentimentos, sonhos, medos e opressões foram desafiadores. Essas mulheres, enquanto mulheres de luta, instigaram em mim uma paixão pelo potencial de escrita da tese que, há muito tempo, estava estagnada e envolta em uma dor que permanecia como pano de fundo para todas as minhas ações. Esta estava sendo entendida apenas como um ritual de passagem. Não mais. De repente, uma sensação de contentamento me veio à tona e, a partir desse momento, me dei conta que produzir essa escrita seria uma forma de luta, de crença e de resistência. Idealismo? Utopia? Talvez. Mas, foi com a crença na mística, nas palavras de ordem, nas músicas, nos depoimentos e na ideia de que é possível pensar e lutar por uma sociedade mais justa que fui me construindo nesse lugar de pesquisadora.

O desabrochar desse sentimento me remeteu a um texto que havia lido há muitos anos de Renato Janine Ribeiro, intitulado: *“Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme”*. Assim, ao falar sobre um possível esvaziamento do desejo de pensar, ele argumenta:

[...] não vejo razão, para alguém fazer uma pesquisa de verdade, que não seja o amor a pensar, a libido de conhecer. E, se é de amor ou desejo que se trata, deve gerar tudo o que o amor intenso suscita, de tremedeira até suor nas mãos. O equivalente disso na área de pesquisa é muito simples: o susto, o pavor diante da novidade. Mas um pavor que desperte a vontade de inovar, em vez de levar o estudante a procurar terra firme, terreno conhecido (RIBEIRO, 1999, p. 190).

Todos esses sentimentos estiveram presentes no transcorrer dessa pesquisa. O resultado, ao me enveredar por esse caminho, foi sentir um “pouco mais de vida” mesmo sabendo que estava a caminhar em terreno pedregoso e de difícil acesso<sup>27</sup>. É, portanto, a partir dessa apreensão - de se fazer ciência de forma apaixonada, de pensá-la não apenas como técnica metodológica, mas também como arte (DEMO, 1985), de evidenciar sua dimensão ideológica e de refutar qualquer pretensão de neutralidade - que explorarei os caminhos metodológicos

---

<sup>27</sup> Esse sentimento deve-se ao fato de ter enveredado por outros caminhos para a escrita dessa tese. Durante a graduação e o mestrado os temas de pesquisa voltaram-se para políticas sociais, em especial, políticas de transferência de renda baseadas, em suma, na revisão bibliográfica. Além disso, a pesquisa de campo sempre apresenta o risco do real.

para responder aos questionamentos propostos e, assim, atingir os objetivos apresentados nessa tese.

Posto essas considerações iniciais, a metodologia já se mostrava praticamente definida. Optei por uma abordagem qualitativa tomando como método de investigação a história oral na sua modalidade de trajetórias de vida. Para tanto, as entrevistas do tipo narrativa e semiestruturadas foram utilizadas como principais técnicas de coleta de dados sendo subsidiadas pela pesquisa bibliográfica, documental<sup>28</sup> e a frequentação a espaços de sociabilidade ligados ao MST (fosse a participação em encontros e eventos, visitas aos assentamentos e espaços políticos de efetiva participação das/os integrantes do Movimento ou a espaços doméstico das/os integrantes).

A proposta em empreender um estudo sociológico que tenha a história oral de vida como principal método a ser empregado ainda gera debates e controvérsias acerca da sua capacidade em gerar conhecimento científico. De fato, essas alegações decorrem, em suma, da herança positivista da Sociologia que está fortemente centrada na pretensão da neutralidade, na objetividade científica, na busca em descobrir regularidades ou leis e no distanciamento do pesquisador do seu sujeito estabelecendo, assim, uma relação impessoal que busca garantir à pesquisa representatividade e rigor científico (GOLDENBERG, 2004). Para Ramón Grosfoguel (2008, p. 5) “a neutralidade e a objectividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental” (GROSFOGUEL, 2008, p. 5).

Os argumentos formulados a partir desse modelo de ciência positivo se pautam em uma “espécie de reificação do número, na confusão entre representatividade estatística e representatividade analítica [...] e na desconfiança face a uma ‘subjetividade’ implícita quer aos procedimentos indutivos [...] quer à inclusão da subjetividade do objeto de estudo na análise” (BRANDÃO, 2007, p. 3).

A pesquisa aqui proposta, ao contrário desse paradigma, estabelece de forma central a relação entre mulheres femininas e feministas dotadas de razão, sentimentos, ética e ideologias. Diante dessa assertiva, entendo que a construção social do conhecimento pode e deve ser subsidiada por um caráter reflexivo. Tal caráter estabelece uma mudança nos paradigmas na pesquisa social que promove, segundo Melucci,

uma descontinuidade entre o modelo tradicional da pesquisa qualitativa e aquele que está emergindo hoje, depois da virada dos anos 60: a **descontinuidade** está no fato de

---

<sup>28</sup> Parte considerável do material documental do MST como cartilhas, panfletos e jornais foram recolhidos durante o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra. Na ocasião do encontro foi construída uma “tenda histórica” com todas as publicações do coletivo de mulheres e do setor de gênero.

que a relação observador-observado e a dimensão auto-reflexiva se transformam no aspecto discriminante da nova pesquisa qualitativa (MELUCCI, 2005, p. 39, grifos nossos).

Esse entendimento pauta-se na perspectiva de que as metodologias não se resumem a técnicas, mas a capacidade de interrogar e entender sobre como devemos conhecer os fenômenos sociais. Para tanto, coloca-se em foco a relação entre pesquisadora/pesquisador com as/os sujeitas/os de pesquisa evidenciando, por conseguinte, a construção das relações sociais durante todo o processo. A redefinição de paradigma entre observadora/observador e campo é entendido por Melucci (2005) a partir da percepção de que “tudo o que é observado na realidade social é observado por alguém, que se encontra, por sua vez, inserido em relações sociais e em relação ao campo que observa” (MELUCCI, 2005, p. 330).

Essa característica intrínseca à pesquisa social qualitativa é evidenciada também por Minayo (1994) ao reconhecer que, o objeto de estudo<sup>29</sup> das ciências sociais possui consciência histórica e, dessa forma, pela própria natureza do objeto, a construção da pesquisa se dá de modo relacional entre a/o pesquisadora/pesquisador e a/o sujeita/o de pesquisa – relação essa que produz sentido e significado ao trabalho intelectual. Isto posto, deve-se considerar que as pessoas envolvidas no processo de pesquisa são “[...] sujeitos de estudo, pessoas em determinadas condições sociais, pertencentes a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 1993, p. 22). Nesse sentido, o contexto social não está dado, mas está em permanente estado de transformação e é, todo ele, permeado de critérios cognitivos, de concepções ideológicas, políticas e éticas. Sobre a dimensão ideológica presente nas pesquisas científicas, Suely Deslandes (1994) destaca que

Quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo em última instância ideológicas. Hoje, mesmo os cientistas naturais reconhecem que a neutralidade da investigação científica é um mito. Não estamos, é certo, nos referindo a uma visão maniqueísta, onde o pesquisador reconstrói a realidade com "segundas intenções políticas". Estamos, sim, falando de uma característica intrínseca ao conhecimento científico: ele é sempre histórico e socialmente condicionado. O pesquisador opera escolhas (mesmo sem ter a percepção clara disto), tendo como horizontes sua posição social e a mentalidade de um momento histórico concreto (DESLANDES, 1994, p. 34).

Ao operar escolhas, seja no tema de pesquisa, no roteiro das entrevistas (estruturadas, semiestruturadas ou abertas), na escolha das/os entrevistadas/os, na seleção dos seus discursos e, posteriormente, na análise dos dados pesquisados, a/o pesquisadora/pesquisador

---

<sup>29</sup> “Nas Humanas, nada é apenas objeto, porque sempre, de alguma forma, tem a ver intimamente com o sujeito que o está estudando” (RIBEIRO, 1999, p. 193).

invariavelmente utiliza-se da subjetividade (GOLDENBERG, 2004). Esse entendimento, aliado a compreensão da dimensão pessoal do sujeito de pesquisa e toda as suas idiossincrasias é parte fundante para entender a pesquisa social qualitativa. Assim, o caráter subjetivo é central e, por isso, tende a aprofundar-se “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Aliado a necessidade de se reconhecer o caráter subjetivo das pesquisas, é preciso também tecer alguns questionamentos a respeito da neutralidade científica e da própria produção epistemológica. Para tanto, cito Grada Quilomba:

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (QUILOMBA, 2019, p. 50)

Ao levantar essas questões, Grada Quilomba coloca em suspeição as epistemologias forjadas no centro acadêmico hegemônico – que se coloca como universal, neutra, objetiva e racional. Ao fazer isso, a autora entende que a academia – espaço de produção de conhecimento não é um local neutro, mas está fundado em violentas relações de poder. Essas relações hierárquicas de poder e saber, segundo Aníbal Quijano (2005) são resultados do padrão de poder mundial instituído pela Europa que “concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121) através da classificação racial da população (GONZALES, 2011; CARNEIRO, 2003b; QUIJANO, 2005; QUILOMBA, 2019, GROSGOUEL, 2008; MIGNOLO, 2008, LUGONES, 2012).

Dentro dessa perspectiva, propomos, através do olhar decolonial a construção de uma epistemologia contra-hegemônica com o objetivo de “[...] reforçar processos de liberalização das experiências, memórias e histórias daqueles que foram silenciados pela colonialidade” (FREITAS & MORAIS, 2019, p. 27). No entanto, é preciso ressaltar que “afirmar a coexistência do conceito decolonial não será tomado como “deslegitimar as ideias críticas europeias ou as ideias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida”” (MIGNOLO, 2008, p. 288).

É, portanto, com o intuito de me aprofundar nas experiências, histórias, comportamentos, emoções, valores e crenças permeado pela subjetividade dessas mulheres Sem Terra, negras, camponesas e latinas que buscarei compreender através das suas narrativas

as suas histórias de vida entrelaçadas com a história de vida do MST na Bahia. Para tanto, é evidente que os relatos orais utilizados nessa tese fazem uso da memória a fim de reproduzir suas vivências e dar luz às suas experiências.

Sobre o tema, Maurice Halbwachs (1990), ressalta que a memória é um fenômeno coletivo. Dessa forma, ela deve ser entendida como uma construção social, constituindo-se a partir das relações mantidas entre os indivíduos e os grupos. Ao observar seu caráter eminentemente social, o autor salienta que os indivíduos não se recordam sozinhos e, por isso, evidencia que a lembrança “é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 75-76). As reconstruções seriam, portanto, resultado de “quadros” fornecidos e/ou impostos pelo meio social. Esses quadros – conceituados como quadros sociais da memória – orientam o ordenamento das memórias dos grupos e dos indivíduos – estes enquanto membros dos grupos, proporcionando sentido, estabilidade e coerência às representações coletivas. Tais aspectos inerentes à memória, contribuiriam para a formação identitária por considerar que os grupos se constituem como comunidades afetivas. Assim, por meio da memória, o grupo lança “suas raízes no passado, assentando suas origens num momento distante e, muitas vezes, mítico. Essas memórias são objetivadas no espaço, conferindo materialidade e estabilidade ao modo de vida do grupo” (RIOS, 2013, p. 7).

A consolidação dessa memória coletiva, trazendo de forma objetiva o MST, pode ser visualizada em vários momentos simbólicos<sup>30</sup> que fazem parte da tradição do Movimento e, dessa maneira, reforçam a coesão do grupo aliado ao sentimento de pertencimento e de identidade do Ser Sem Terra.

A partir desse entendimento, a história oral de vida abre-se como metodologia que oportuniza a captação desse sentido identitário, a reconstituição das experiências individuais e coletivas, dos fatos históricos e sociais, apresentando a perspectiva do indivíduo como sujeito central capaz de ser protagonista da sua história ao contar e, assim, rememorar aspectos importantes de suas vidas. Importa ressaltar que “o indivíduo também tem suas próprias recordações: ele administra suas lembranças, procurando harmonizá-las com a identidade que almeja construir para si mesmo” (RIOS, 2013, p. 13). Dessa forma, o indivíduo nesta metodologia, não é visto apenas como uma fonte de informação, mas, assume o lugar de colaboradora/colaborador e protagonista – irei nomeá-las aqui como sujeitas da pesquisa. Após

---

<sup>30</sup> As representações coletivas podem ser conferidas, por exemplo, nas místicas, na bandeira, no hino do MST e nos símbolos utilizados para representá-las/os como a foice, o facão e o lenço

os processos de transcrição e de textualização relacionados a análise das entrevistas, o material passa pelo crivo das/os colaboradoras/es para só depois ser utilizado publicamente (MEIHY & HOLANDA, 2007). Para Thompson (2002)

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época [...] (THOMPSON, 2002, p. 44).

A produção de conhecimento sociológico a partir da utilização da história oral de vida que, abertamente, propõe uma postura subjetiva – como bem colocado por Thompson (2002), não se exime na prevalência do controle dos procedimentos técnicos para o recolhimento dos dados empíricos. Diante disso, “pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico” (JOUTARD, 2006, p. 57).

Para as pessoas que acompanham e participam da luta e da história do MST certamente conhecem a potencialidade e a destreza dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres do Movimento nas ações de luta pela terra e na luta na terra. Armadas com seus instrumentos de trabalho e com a convicção de que é possível traçar um novo horizonte de vida, elas compõem a linha de frente na defesa da terra, da vida e da dignidade. Entretanto, nem sempre a história oficial mostra de maneira coerente e incisiva a participação e a importância das mulheres no compêndio da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Esse fato, é reiterado quando acessamos as principais bibliografias sobre o tema. É, basicamente, a partir dos anos 2000 que as pesquisas sobre mulheres feitas por mulheres começam a ganhar centralidade colocando, assim, um ponto de vista singular às tendências até então dominantes.

Essa guinada nas produções científicas foi fomentada, em especial, pela expansão do uso da história oral de vida que, por um tempo, esteve quase, exclusivamente, ligada à antropologia. Assim, nas últimas décadas, esse método passa a ser utilizado e reivindicado pela sociologia, ciência política e, principalmente pela história (DEBERT, 1986).

De fato, o material produzido por essa vertente alternativa é demasiadamente rico, entretanto, é preciso ficar atenta/o para o fato de que os relatos populares também estão imersos em relações de poder, atrelados a posição social e ao espaço social ocupado. A partir dessa realidade, Pierre Bourdieu (2006) ressalta que as histórias de vida são apreendidas como construções narrativas (entre sujeito e o objeto da biografia) que “tendem ou pretendem

organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis” (BOURDIEU, 2006, p.184). Essa tendência é vista pelo sociólogo francês como uma ilusão biográfica pois, para ele, a vida não constitui um todo coerente e linear, mas apresenta-se de forma desconexa, multifacetada e complexa. As críticas de Bourdieu “ênfatizavam os perigos que ele e seus pares incorreriam ao desconsiderar a noção de trajetória frente aos relatos diacronicamente lineares que caracterizam as histórias de vida” (COSTA, 2015, p. 68). Assim, o sociólogo que trabalha com o método biográfico precisa construir “a noção de trajetória de vida, como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2006, p. 189). Essas observações, entretanto, não invalidam o uso de material biográfico, do qual as histórias de vida representam apenas uma parcela. Segundo Becker (1994), a/o socióloga/o que coleta uma história de vida,

cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente. O sociólogo mantém o sujeito orientado para os temas nos quais a sociologia está interessada, questiona-o sobre acontecimentos que exigem aprofundamento, tenta fazer com que a história contada acompanhe os assuntos dos registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. Ele garante para nós o cumprimento das regras do jogo (BECKER, 1994, p. 102).

O cumprimento das regras do jogo está, portanto, intimamente relacionado à capacidade da/o socióloga/o em reunir, para além dos relatos, outros elementos que possam comprovar as histórias de vida, tais como: fontes documentais, bibliográficas e outras narrativas. Nesse sentido, as fontes orais não são apresentadas como evidências factuais e nem como instrumento para preencher possíveis lacunas, mas como narrativas portadoras de significados que constroem as lembranças, os afetos, as ponderações, os esquecimentos propositivos, as simulações, as ocultações a identidade e o pertencimento. Por isso entendemos que esses significados não são isentos, ao contrário, eles “vagam” abertamente pelo campo das disputas, dos conflitos e das representações das próprias sujeitas e sujeitos do Movimento.

Diante disso, alguns elementos centrais direcionarão essa pesquisa, a saber: 1. A junção desses materiais possibilita a triangulação de dados que garante a legitimidade dos resultados, ainda que não produza provas definitivas de um pressuposto teórico; 2. O processo de reconstituição das memórias envolve lembranças, esquecimentos e silêncios, estes últimos podem ocorrer de modo consciente ou inconsciente; 3. Compreendo que a ideia de memória não se finda no passado, mas, busca estabelecer nexos entre passado/presente; 4. As

experiências individuais estão diretamente conectadas com o mundo social e, por fim, 5. Apesar de entender que, por vezes, a história de vida apresenta fragmentos ambíguos e desconexos, não dá para negar a validade dos depoimentos. Assim, a partir dessas narrativas, é praticamente impossível não pensar na história do MST na Bahia sem fazer alusão a elas pois, abordam outras óticas interpretativas que desvendam os bastidores dessa história.

É assim que as histórias de vida fazem convites irrecusáveis para rever interpretações, romper com os paradigmas dominantes, reconstruir verdades ditas hegemônicas, revelar protagonismos silenciados, propor novas hipóteses e, assim, no afã dessa criticidade abre caminhos para novas pesquisas que possam contribuir com o refinamento dos conceitos explicativos e dos pressupostos apresentados nesse estudo. A seguir apresentaremos o cenário das entrevistas – entendidas como meio para conseguirmos compreender um pouco dessas sujeitas que tornaram esse estudo possível.

### **O cenário das entrevistas:**

As entrevistas seguiram um único roteiro e foram realizadas individualmente. Em decorrência das inúmeras atividades e demandas geradas pelos cargos que ocupam tanto no Movimento quanto em outros espaços políticos a principal dificuldade foi, de fato, conseguir agendar um tempo com elas.

Como ressaltado em linhas anteriores, havia marcado a entrevista com Lucinha em Salvador quando se realizaria o 33º Encontro Estadual do MST e com Beth em Vitória da Conquista. No entanto, não foi possível realizarmos as entrevistas nesses espaços. Com Lucinha, apesar de ter participado do Encontro e de tê-la encontrado lá, não senti que aquele seria um bom lugar para conversarmos. Era muita gente e, além disso, ao final do dia, já estava cansada – em decorrência da intensidade das atividades realizadas durante o encontro. Com Beth não conseguimos marcar em Vitória da Conquista por que ela já estava morando em Salvador e poucas vezes ia para Conquista.

Em dezembro de 2019, após a qualificação, comecei a preparar a entrevista e encaminhar mensagens via WhatsApp para todas para marcarmos um encontro. Após algumas negativas por compromissos previamente agendados, conseguimos, finalmente, agendar com Lucinha: dia 09 de janeiro em Eunápolis. Posteriormente, consegui agendar as entrevistas com Beth e com Liu.

A ordem das entrevistas seguiu, coincidentemente, a ordem dos mandatos de DN. Assim, a primeira a ser entrevistada foi Lucinha. Cheguei em Eunápolis às 4:30 da manhã do

dia 09 de janeiro e fui direto para um hotel. Tínhamos combinado de nos encontrar lá às 9hs. E assim o fizemos. Fomos para uma sala reservada para reuniões, conversamos um pouco e logo expliquei de forma mais detalhada sobre a pesquisa que pretendia realizar. Passei para ela o Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE) fiz uma leitura rápida pontuando algumas questões que julgava serem prioritárias – objetivos, confidencialidade, divulgação (uso dos dados obtidos), transcrição e gravação das entrevistas. Após esse ritual, iniciamos os trabalhos. A primeira parte da entrevista foi interrompida com a chegada do seu pai – Sr. João e do seu irmão mais novo – Marcelo ao hotel. Fui apresentada a ambos, conversamos um pouco e decidimos encerrar essa primeira parte e recomeçá-la, na roça do Sr. João que fica no Projeto Maravilha – uma das áreas de reforma agrária conquistada pelo MST. Saímos do hotel, eu, Lucinha e Sr. João, passamos em uma farmácia e fomos para a casa de Lucinha encontrar com seu esposo e sua filha. Logo seguimos para a roça do Sr. João. Ao chegarmos lá, conheci o restante da família – suas irmãs Maria de Lourdes e Porfíria e seu irmão Pedro. Após uma hora, mais ou menos, o almoço foi servido: rabada com pirão regado a muitas histórias sobre a família. Depois do almoço, comemos uma rapadura que havia levado e continuamos a prosa com a família ainda à mesa. Mais tarde, nos sentamos embaixo de uma árvore e demos prosseguimento a entrevista. Já próximo às 16:30 encerramos e retornamos à cidade. Infelizmente, não consegui completar a entrevista no dia seguinte pois ela já tinha outro compromisso marcado.

Conseguimos retomar o diálogo apenas no dia 28 de agosto de 2020. Essa segunda entrevista foi realizada via chamada de vídeo pelo WhatsApp<sup>31</sup>. A entrevista durou um pouco mais de 1 hora e foi bem descontraída – ela me mostrou várias fotos<sup>32</sup> e foi me contando as histórias de cada uma delas. O tempo passou muito rápido e faltaram ainda algumas poucas perguntas a serem respondidas. Diante da dificuldade de conseguirmos agendar outro dia (especialmente pela proximidade das eleições municipais), sugeri a ela que fizéssemos a última parte da entrevista por escrito. Com essa possibilidade ela foi logo falando: “Eita minina, vou ter que ficar catando as letras (risos)”. Mesmo diante da dificuldade na digitação, ela se dispôs a respondê-las por escrito. E assim fizemos: encaminhei o questionário via WhatsApp e no dia 02 de setembro ela me retornou com as respostas e com as fotos que havíamos separado no dia da entrevista on-line.

---

<sup>31</sup> Em decorrência da pandemia do novo coronavírus tivemos que realizar a entrevista a distância.

<sup>32</sup> As fotos utilizadas de Lucinha nesse trabalho foram do seu arquivo pessoal. Ela foi a que mais me encaminhou fotos. Liu me encaminhou apenas uma foto e Beth também. As outras fotos foram retiradas do Facebook com a autorização delas.

Com Beth, o local escolhido para nossa entrevista foi o gabinete do deputado Federal Walmir Assunção do Partido dos Trabalhadores (PT) em Salvador. A escolha desse espaço se deve ao fato de Beth ocupar, atualmente, o cargo de assessora do deputado. Assim, conforme combinado, começamos a entrevista mais ou menos às 14:30h do dia 30/01/20. Fiz a exposição da proposta de pesquisa, logo depois ela leu e assinou o TCLE para, posteriormente, começarmos a entrevista. Logo no início surgiu um incômodo: o uso do gravador. Diante dessa possibilidade, ela me questionou sobre a real necessidade em utilizá-lo. Expliquei que aquela ferramenta facilitaria o processo haja visto que, não conseguiria acompanhar sua fala apenas com a escrita. Mas que, se assim desejasse, não utilizaria. Depois de ponderar sobre essa possibilidade ela consentiu e começamos.

Com o andamento da conversa, ela foi ficando mais à vontade e logo parecia que já não se importava com a gravação. Ficamos até as 17hs conversando e, assim que encerramos (ela tinha um outro compromisso agendado), perguntei a ela que dia poderíamos finalizar o roteiro pois, naquela ocasião, estava em Salvador a disposição dela e de Liu. Na sexta, ela me encaminhou uma mensagem perguntando se poderia encontrá-la no mesmo local às 16hs, pois havia conseguido “me encaixar” na sua agenda. E assim, segui novamente para lá. Cheguei e ela me levou para uma outra sala – com uma das paredes pintada de vermelho, alguns quadros e uma mesa grande de madeira ao fundo. Era a sala de Walmir. Nos acomodamos, conversamos um pouco e logo retornamos a conversa. Quando finalizamos já passava das 19hs, descemos juntas e nos despedimos no ponto de ônibus – ela seguiria para sua casa e eu para a casa de uma amiga. Me recordo que enquanto caminhava para o metrô uma sensação de gratidão tomava conta de mim. Gratidão pela confiança em me confidencializar situações íntimas, experiências, medos e inseguranças e também pela confiança no trato daquelas informações. De alguma forma, o exercício da escuta promovida nesses dois dias – como bem disse ela: “eu converso muito” foi particularmente importante para adentrar nesse universo com o olhar e a vivência de quem participou da construção do MST-BA *in loco*.

Ainda restava Liu. Das três dirigentes, ela era a que eu tive mais contato – justamente por que ela sempre estava presente nas atividades realizadas pelo Movimento. Esse fato, no entanto, não facilitou nessa primeira abordagem de entrevista. Depois de ter finalizado as entrevistas com Beth, consegui confirmar com Liu para o dia 02 de fevereiro – domingo – dia de Iemanjá – dia de festa no mar. O domingo amanheceu esplêndido – céu limpo e sol forte. Salvador fervilhava e estava pronta para celebrar, mais uma vez, uma das festas populares mais intensas e tradicionais da Bahia.

Havia marcado com Liu em sua casa após os cortejos de Iemanjá. Cheguei por volta das 17hs. Mas, antes tinha ido fazer minhas preces e agradecimentos à Rainha do mar. Era a primeira vez que participava dos festejos e sentia que tinha muito mais a agradecer do que a pedir. Logo depois, segui para sua casa e fui recebida por Ludmila – sua filha mais velha e aguardei em torno de 5 minutos até sua chegada. Ao chegar, nos sentamos no sofá da sala e ela logo ligou o ventilador. O calor era intenso e aliado a isso, a figura imponente de Liu e, talvez, desinteressada, me deixou um tanto quanto nervosa. Não havia sentido essa sensação com Beth nem Lucinha. Devo confessar que o ventilador ajudou por demais naquela situação. Ela vestia um vestido branco e os cabelos estavam amarrados. Conversamos um pouco, falamos sobre os festejos e, utilizando o mesmo procedimento que fiz com as outras entrevistadas, expliquei a proposta da pesquisa e entreguei a ela o TCLE. Após essa apresentação inicial demos início a entrevista e, apesar de ter sido um início tenso, ao menos para mim, consegui me tranquilizar e a entrevista fluiu até mais ou menos às 19h30. Saí da sua casa já com a confirmação de que terminaríamos no dia seguinte – mesmo horário e mesmo local.

No dia seguinte, o clima era outro. Tínhamos terminado a entrevista do dia anterior com uma leveza inimaginável. E assim, continuamos. Durante a entrevista ela me passou um material do Setor de Formação do MST e, já a noite, finalizamos todo o roteiro. Ela seguiu para uma reunião no gabinete de Walmir e eu, como estava indo para a rodoviária e seguiríamos pelo mesmo trajeto, peguei uma carona com ela.

Ao final de todo esse processo, sentia-me exausta, mas, ao mesmo tempo, estava extremamente grata e animada. Sabia que uma parte essencial da pesquisa estava concluída e o material que tinha obtido era excelente. Ao todo foram 3h 27 min de entrevista com Lucinha, 3h e 54 min com Beth e 5h e 6min com Liu. Várias discussões e possibilidades de análises poderiam ser extraídas daquelas histórias.

Por fim, considero importante destacar ainda o acolhimento que recebi destas lideranças e de outras lideranças do Movimento como Djacira Araújo e José Neto. Todas sinalizaram a importância deste tipo de pesquisa – escrever sobre a mulher Sem Terra a partir das suas vivências e trajetórias – e se empenharam para que este estudo pudesse ser realizado.

A seguir apresento como essa pesquisa está estruturada.

## **Desenho do estudo**

A tese está organizada em 5 capítulos, além dessa introdução. No capítulo *um* propomos fazer um apanhado histórico bibliográfico e narrativo sobre o processo construtivo das mulheres

Sem Terra de ser e de se reconhecerem sujeitas políticas, feministas e protagonistas a partir das experiências organizativas dentro do próprio Movimento. Para tanto, utilizemos como fonte de pesquisa, as entrevistas colhidas com Lucinha, Beth e Liu, os documentos oficiais do Movimento como cartilhas, jornais e cadernos de formação – em especial do Setor de Gênero, textos acadêmicos que abordam a temática e algumas conversas e trechos de conferências colhidas durante o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra.

Feito essa abordagem histórica geral, adentraremos, posteriormente, nas histórias de vida de forma mais pormenorizada nos capítulos três, quatro e cinco.

No *capítulo dois* trataremos sobre a história de vida de Lucinha: “A história da nossa família é entrelaçada com a história de vida do MST”. No *capítulo três*, falaremos da história de vida de Beth: “Eu, Beth, sou tudo isso. Sou esse acúmulo de tudo o que o MST construiu” e, finalmente, no *capítulo quatro* abordaremos a história de vida de Liu: “Não tenho dúvida nenhuma, a minha fala é a síntese da luta coletiva. A minha experiência de vida é a síntese da luta coletiva.” A proposta é que suas narrativas sejam o centro e o ponto de partida para subsidiar eventuais análises teóricas. Dessa forma, apresentaremos a análise das trajetórias de vida através da triangulação de dados apresentando alguns conceitos e temas importantes para elucidar a discussão da temática e, assim, responder aos problemas de pesquisa e alcançar os objetivos propostos nessa tese.

Por último, o *capítulo cinco* – “A mulher que brota da luta coletiva e o feminismo camponês e popular” será destinado a discussão do feminismo camponês e popular entendido aqui como uma confluência das histórias de vida e como uma das principais estratégias de luta e resistência das mulheres Sem Terra. Esse capítulo será seguido pelas conclusões finais onde retomarei alguns temas e pontos importantes discutidos ao longo da tese – relacionados ao modelo de participação política das mulheres no MST, os principais esforços organizativos que consolidaram essa participação política e o processo de construção do feminismo camponês e popular – e, por fim, trarei as narrativas – uma ao lado da outra – para buscar compreender como cada trajetória conflui e se encontram no MST.

Apesar de termos criado um capítulo para cada história de vida, é importante ressaltar que as falas delas estão dispersas por todos os capítulos. A seguir trataremos sobre mulheres e protagonismo no MST.

## CAPÍTULO 1: MULHERES E PROTAGONISMO NO MST: “MARIAS QUE VÃO COM AS OUTRAS”

### Maria vai com as outras

Sim, nós somos Marias  
 E, sim, nós vamos com as outras  
 Apesar de nos chamarem de loucas e vadias  
 A coragem não nos falta  
 Como não nos faltam amor e rebeldia  
 [...]

Não somos Maria Ninguém  
 Nós somos Maria vai com as outras  
 E vamos com os outros também  
 Lutar pela causa do povo  
 E enfrentar os desafios do nosso tempo  
 (Rosa Negra<sup>33</sup>)

Começo esse capítulo com o poema de Rosa Negra que, envolto em uma beleza simbólica consegue revelar a força, a irmandade e a conspiração das Marias<sup>34</sup> que brota no solo da luta pela terra. As Marias são muitas, dispersas e despertas pelos territórios de Reforma Agrária do MST. Há mais de 35 anos estão no *front* enfrentando as cercas do latifúndio, da ignorância, do racismo, do patriarcado e do capitalismo. Inicialmente, apesar de não serem reconhecidas como classe trabalhadora, as Marias sempre ocuparam o trabalho da roça e os trabalhos do lar – historicamente renegados e desprestigiados. O saber das Marias<sup>35</sup> que muito tem sido produzido de forma oral, atravessa gerações e hoje ele tem sido retomado e ressignificado pelas gerações mais jovens. Os corpos das Marias são como territórios sagrados que brota e reproduz, se assim elas desejarem. Os olhos das Marias são polos de referência que sinalizam a dor, a raiva e a opressão e comunicam também a esperança, a rebeldia e o amor – suas lágrimas expostas são fontes de inspiração e de revolução uma para as outras. A natureza instintiva das Marias pode ser reconhecida a partir da natureza intrínseca da mulher selvagem – “ela é a força da vida-morte-vida; é a incubadora. [...]” (ESTÉS, 2018, p. 26).

As Marias são as companheiras que, insistentemente gritam e cantam: “Companheira me ajuda, que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor” e anunciam um despertar coletivo e solidário como projeto de vida – “Elas são muitas e não estão sós”: esse foi o sentimento que pairava ao final do I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra

---

<sup>33</sup> Poema retirado do encarte – Orientações Políticas e Práticas – distribuído durante a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra.

<sup>34</sup> Farei uso, neste capítulo, do nome Maria – em alusão ao Poema de Rosa Negra – para denominar as mulheres do MST.

<sup>35</sup> Concordo com Patrícia Hill Collins ao afirmar que a “sabedoria tradicional” é um sistema de pensamento e que reflete as posições materiais de seus praticantes (COLLINS, 2016, p. 103).

ocorrido em Brasília entre os dias 05 a 09 de março de 2020. Com o lema “Mulheres em luta, semeando a resistência”, esse Encontro teve um significado simbólico especial. Após 36 anos de existência do Movimento, era a primeira vez<sup>36</sup> que cerca de 3.500 Marias/Companheiras – assentadas, acampadas, militantes, dirigentes, apoiadoras e convidadas nacionais e internacionais oriundas de todos os estados do Brasil se reuniam para debater e construir coletivamente ações de resistência ativa para preservar as conquistas e seguir lutando contra todas as formas de opressão com um único objetivo: construir uma nova sociedade igualitária, fraterna e justa (SETOR DE GÊNERO, 2020).

O processo organizativo foi construído de acordo com a organicidade nas bases. No Estado da Bahia, no dia 23 de novembro aconteceu, em Salvador, a plenária com as mulheres dirigentes dando início as discussões e debates para a realização deste Encontro. Associada a essa Assembleia, aconteceram também encontros de mulheres em todas as regionais da Bahia<sup>37</sup> - em outubro de 2019 – com o intuito de discutir e, coletivamente, ajudar na preparação do evento.

A expectativa para o Encontro aumentava à medida que os dias passavam. Recebi o convite para participar pela direção estadual do Baixo Sul<sup>38</sup> na figura de José Neto e logo fui informada sobre a data da viagem – terça (03/03/20) e o valor do kit (R\$30,00) com direito a uma camisa e um lenço para utilizarmos no Encontro. Na segunda, um dia antes, Neto entrou em contato e me avisou que a viagem tinha sido remarcada e sairíamos na quarta (04/03). Seguindo suas orientações, eu deveria estar no Acampamento Claudomiro Dias em Jitaúna às 9hs – horário previsto para o embarque. E assim o fiz. Na quarta, às 8:15 me desloquei de Jequié para Jitaúna. Havia pouca movimentação, diferente das viagens anteriores que sempre provocava uma aglomeração na entrada do acampamento. Chegando lá fui recebida por Livinha (moradora do acampamento) e fui direto para o casarão – antiga sede da fazenda ocupada – hoje utilizada como morada do Sr. Antônio. Sentamos e fiquei aguardando o ônibus que, certamente, deveria atrasar um pouco. A prosa com Sr. Antônio estava rendendo e certamente o tempo passaria “voando”. Após quase 1 hora de espera, Neto chegou no Acampamento e me informou que o ônibus demoraria um pouco mais do que o esperado. Ele esboçava uma nítida

---

<sup>36</sup> Em 1996 aconteceu o Encontro Nacional de Mulheres militantes Sem Terra. Além desse, outros Encontros já foram realizados sob organização de outros Movimentos do campo com o ANMTR, MMC.

<sup>37</sup> No Baixo Sul, o encontro das mulheres aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de outubro de 2019 no acampamento Rose Megahair, no município de Valença.

<sup>38</sup> As regionais da Bahia seguindo a normatização da paridade, que trataremos com maiores detalhes adiante, tem, quando as condições objetivas lhe permitem, um homem e uma mulher como dirigentes. Na regional Baixo Sul, a Brigada Ojefferson é dirigida por um homem – José Neto e uma Mulher – Rosa. Entretanto, por motivos de saúde, a mesma está afastada das funções de dirigente do Movimento.

preocupação com as despesas da viagem que ainda não haviam sido totalmente pagas. Já passava das 12 horas quando ele resolveu ir para Ipiaú pegar 3 companheiras<sup>39</sup> do Acampamento Carlos Marighella que estavam aguardando em um ponto de ônibus. Fui com ele e de lá seguimos para sua casa. Sua esposa preparou o almoço e passamos a tarde lá, conversando e acompanhando a rota do ônibus através das informações que chegavam via WhatsApp. Já passava das 20:30 quando recebemos a mensagem que o ônibus havia saído de Ibirapitanga e que logo estaria em Ipiaú. Arrumamos as coisas e seguimos de carro para o ponto. Embora o carro tenha quebrado no meio do caminho, conseguimos chegar exatamente no momento em que o ônibus parava no local de embarque – às 21:30 mais ou menos – com mais de 12 horas de atraso. Faltava ainda uma última parada em Jitaúna para pegarmos mais 3 companheiras.

E assim começou nosso itinerário até Brasília. O ônibus estava tranquilo e praticamente todas/os as/os passageiras/os (38 mulheres e 3 homens) dormiam. A manhã seguinte foi marcada por muita animação<sup>40</sup>. Chegamos ao Parque de Exposições de Brasília-DF às 22hs. Assim que chegamos fomos recepcionadas por um rapaz que estava responsável pela logística dos alojamentos. Ele nos conduziu até o espaço destinado as delegações do Nordeste, passou algumas orientações gerais e solicitou à cozinha “Amazônica e Centro-Oeste” que nos fornecesse a janta. Armamos as barracas, tomamos banho, comemos e fomos descansar pois as atividades<sup>41</sup> do dia seguinte começariam cedo. Logo pela manhã, já na plenária, encontrei com

---

<sup>39</sup> Marly, Carol e Jeilda com seu filho de 10 meses apelidado de ‘doce’.

<sup>40</sup> Durante o trajeto, os gritos de ordem da Bahia e da Regional Baixo Sul foram sendo aprendidos para fazermos bonito no Encontro. O Grito de ordem da Bahia era: “Mulheres na luta com amor e rebeldia / Somos força e resistência no Estado da Bahia. E o grito de ordem da Regional Baixo Sul: Mulheres do Baixo Sul/ Presentes aqui está/ Com força e resistência para a luta não parar”.

<sup>41</sup> Programação do Encontro:

**Quinta (05/03)** Tarde: Chegada / 17h-22h – Organização da Mostra da Reforma Agrária/ 20h-22h – Mística de abertura e Ato de abertura;

**Sexta (06/03)** 8h-12h – Cartas depoimento / Mesa 01 – Análise da ofensiva do Capital e as Mulheres – Mariana Gouveia e Kelli Mafort/ 14h-16:30h – Carta depoimento / Mesa 02 – Capitalismo, Patriarcado, Racismo e Violência – Divina Lopes e Mirian Nobre (Debate em núcleo)/ 17h-22h – Mostra da Reforma Agrária e Festival Cantando e Semeando a Resistencia.

**Sábado (07/03)** 8h-12h – Cartas Depoimentos- Mesa 03: Feminismo Camponês e Popular e Reforma Agrária Popular – Itelvina Masioli e Débora Nunes / 14h-16:30h – Oficinas de encantarias e Saber Fazer e Trocas de Experiências Balaio de saberes / 17h-22h – Mostra da Reforma Agrária / 19h-20:30 Ato Político com as Aliadas(os) / 21h – Mulheres em Festa

**Domingo (08/03)** 8h-12h – Dia Internacional das Mulheres – Marcha em Brasília com as mulheres urbanas / 15h – Mesa 04 – Mulheres construindo a Resistência Ativa – Rosana Fernandes e Antônia Ivoneide / 17h-22h – Mostra da Reforma Agrária / 20h-22h – Festival Cantando e Semeando a Resistência.

**Segunda (09/03)** 8h-12h – Passeio / 14h – Retorno.

Liu, que estava compondo a equipe de trabalho<sup>42</sup> responsável pela cozinha/alimentação<sup>43</sup>. Mais tarde encontrei-me com Lucinha. Apenas Beth não participou do Encontro.

### Fotografia 1: I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra



Fonte: Brasil de Fato

Todas as atividades foram coordenadas por grupos de mulheres das cinco regiões do Brasil. Os poucos homens que estavam presentes no Encontro – se comparado ao quantitativo de mulheres<sup>44</sup> – foram escolhidos para desenvolver algum tipo de atividade ajudando na logística, na comunicação, na segurança e em outras atividades essenciais para a plena realização do Encontro<sup>45</sup>. Os debates, as análises e os espaços políticos e culturais do Encontro foram permeados pelo que o MST tem definido politicamente no último período:

- a) Luta contra a violência do capital sobre nossos corpos e territórios;
- b) Lutar contra a reprodução do capital no campo, o agronegócio, o hidronegócio e o mineronegócio;

<sup>42</sup> Foram montadas 20 equipes de Trabalho para organização do Encontro: Coordenação Geral (Política), Infraestrutura, Secretaria, Finanças, Transporte, Comunicação, Ornamentação, Ciranda Infantil, Saúde, Mostra da Reforma Agrária Popular, Relatoria e memória, Preparação do Ato Político, Cartas, Oficinas e experiências, Segurança, Cultura/alimentação, Agitação e propaganda e Articulação de convidadas e alianças.

<sup>43</sup> Eram os homens que preparavam e serviam as refeições.

<sup>44</sup> Visivelmente, a percepção que tive era de uma proporção de cerca de 70 mulheres para 1 homem.

<sup>45</sup> Por exemplo, durante todos os dias de Encontro a comida foi servida e preparada pelos homens.

- c) Compreender, aprofundar e consolidar o debate do Feminismo Camponês e popular na construção da Reforma Agrária Popular;
- d) Nos colocarmos em movimento para a construção e consolidação da Jornada Nacional do Trabalho de Base, por meio da formação política da militância, da confraternização e do intercâmbio cultural das diferentes regiões do país;
- e) Avançar na compreensão e elaboração sobre o patriarcado e o racismo como elementos estruturantes do capitalismo;
- f) Seguir construindo nosso projeto de Reforma Agrária Popular, que implica em outras relações com a natureza e entre os seres humanos, produzindo alimentos saudáveis, através da agroecologia;
- g) Reafirmar a importância da participação da Juventude, das Mulheres, Negras e Negros, LGBT na construção da Reforma Agrária Popular e no enfrentamento de todas as formas de violência;
- h) Manter vivo o princípio de valores humanistas e socialistas, entre nós e com os povos em lutas e resistência (SETOR DE GÊNERO, 2020, p. 7-8).

Essas definições são colocadas em um importante momento político permeado por retrocessos dos direitos garantidos e intensa criminalização dos Movimentos Sociais<sup>46</sup>. Reafirmar essas pautas de luta em Brasília em um Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra é, segundo afirmava uma assentada na “roda de buchicho<sup>47</sup>”: “um processo de enfrentamento às estruturas do capital imposta a todas nós. Ver as mulheres estudando, se mobilizando e entendendo que estão sendo oprimidas já é uma libertação.” Chegar a essa conclusão, sem dúvidas, é resultado de uma intensa caminhada de luta, formação e conscientização política dentro do conjunto da organização. Esse processo foi sendo conduzido por mulheres que, desde o processo de gestação do Movimento já entendiam e questionavam, por exemplo, a naturalização dos papéis sociais e o lugar secundário, inicialmente, ocupado por elas na luta pela terra.

Assim sendo, a proposta para esse capítulo é fazer um apanhado histórico bibliográfico e narrativo sobre o processo construtivo das mulheres Sem Terra de ser e de se reconhecerem sujeitas políticas, feministas e protagonistas a partir das experiências organizativas dentro do próprio Movimento. Para tanto, utilizaremos como fonte de pesquisa, as entrevistas colhidas com Lucinha, Beth e Liu, os documentos oficiais do Movimento como Cartilhas, jornais e cadernos de formação – em especial do Setor de Gênero<sup>48</sup>, textos acadêmicos que abordam a

<sup>46</sup> Dentre os diversos ataques e retrocessos sofridos pelos Movimentos Sociais – em especial: Sem Terra, quilombolas, comunidades tradicionais e comunidades ribeirinhas – podemos citar a assinatura do Decreto 10.252/2020 que altera profundamente a estrutura organizacional do INCRA. Como resultado, vários programas geridos por este órgão (como o PRONERA) serão inviabilizados afetando milhares de famílias que são beneficiárias dessas políticas.

<sup>47</sup> Roda de buchicho é o mesmo que debate em núcleo ou uma roda de discussões. Após a mesa: Capitalismo, Patriarcado, Racismo e Violência, as coordenadoras pediram que nos juntássemos em grupos para responder às seguintes questões: 1. Como a análise teórica dialoga com a nossa realidade? 2. Qual o ponto de intersecção entre racismo, patriarcado e capitalismo? 3. Como estamos enfrentando a violência racista, machista e capitalista nos nossos territórios?

<sup>48</sup> A maioria desse material foi conseguido no I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra. Vale ressaltar que não é objetivo desse capítulo fazer uma linha histórica pormenorizada sobre o tema a partir da documentação publicada

temática e algumas conversas e trechos de conferências colhidas durante o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra.

Com o propósito de sistematizar essas experiências, compor um quadro organizativo e facilitar a compreensão desses processos, boa parte das estudiosas e dos estudiosos sobre o tema agrupam essas discussões em períodos. Partindo desse princípio, organizaremos esse capítulo a partir da percepção elaborada por Rosana Fernandes<sup>49</sup>, coordenadora político-pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF):

Nós, mulheres do MST vivemos pelo menos três fases distintas nesses 36 anos. **A primeira fase ainda lá no início do MST no final da década de 70 e oficialmente em 84 quando o MST é fundado. Nesse período, as mulheres viveu [sic] a fase da invisibilidade.** Mesmo o MST compreendendo que a luta não é só do companheiro, que a luta é da família. Mas nós mulheres não eram reconhecidas, não eram vistas dentro desse processo pela sua capacidade política de fazer esse movimento acontecer [...]. **Uma segunda fase - fase de participação das mulheres, participação, reconhecimento e importância das mulheres poderem estar em espaços de decisões e poder estar participando ativamente das lutas. E um terceiro momento que estamos vivenciando de um tempo para cá que é a fase de protagonismos das mulheres,** protagonismo não só na luta pela terra, mas de protagonismo nas articulações que fazemos com as forças sociais, com a classe trabalhadora rural e trabalhadoras urbanas. Protagonismos a partir das ações do 8 de março que nós fazemos todos os anos. A partir, especialmente, de 2006 quando as mulheres mostram para a sociedade e internamente para o MST que somos capazes de enfrentar o capital quando houve a ocupação da Aracruz Celulose lá no Rio Grande do Sul. Marca o protagonismo das mulheres e de 2006 pra cá mostra que temos feito o 8 de março com muita força, com muita coragem, com muita ousadia, conspiração feminista e demarcando esse período que as mulheres então são reconhecidas como protagonistas nas lutas que desenvolvemos no MST. (Rosana Fernandes, 2020, grifos nossos)

Em cada uma dessas fases há disputas de narrativas, conflitos de interesses, apropriação de conceitos, questionamento de valores e de pautas prioritárias, contradições pertinentes ao discurso e a prática e problematização da estrutura de poder expressa tanto na organicidade do Movimento quanto nos modelos familiares dominantes no meio rural. Diante dessa exposição, subdividiremos o capítulo nas três fases sinalizadas por Rosana Fernandes – Invisibilidade, participação e protagonismo. Essas fases serão esboçadas a seguir.

---

pelo Movimento. A tese de Iolanda Araújo Ferreira dos Santos intitulada “Sem Mulher a luta vai pela metade”: Mulheres, Feminismo e Política no MST” serve de referencial para compreender, por exemplo, as fases da experiência organizativa das mulheres no MST tendo como principal referência o **jornal Sem Terra**.

<sup>49</sup> Fala colhida durante a realização da mesa: “Mulheres construindo a Resistência Ativa” durante o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra – 05 a 09 de março de 2020 – Brasília, DF.

### 1.1 - 1º Fase. Onde estão as Marias? Invisibilidade e o vazio organizativo

As multiplicidades simbólicas e as resiliências diárias que perfazem os caminhos e as ações das mulheres no MST estão arraigadas num sentimento de sobrevivência que tem sido alimentado por uma crença mística fortalecida pelo sentido da luta pela terra, a luta na terra e pela reforma agrária. Ao reportar a história do processo de gestação e territorialização do Movimento, é fato que a presença feminina sempre foi uma figura constante. Essa realidade pode ser aludida a ideia de que o MST – enquanto movimento camponês – estabeleceu, desde o início, a unidade familiar como referência de luta. Assim, “desde os trabalhos de base, o núcleo gerador da organização é composto pelos grupos de famílias” (FERNANDES, 2001a, p. 182). Esses grupos se revezavam nas comissões, coordenações, setores e coletivos e, dessa forma, incentivavam “a todos para tomarem parte na construção da luta e resistência” (FERNANDES, 2001a, p. 182). A ideia desse núcleo familiar enquanto referência de luta foi mencionado por Lucinha<sup>50</sup>:

O MST fazia o processo de trabalho de base [...] nos bairros e tal. [...] Nosso bairro era o Minas Gerais, era um dos maiores grupos de Eunápolis. Aí então, pai foi pras primeiras reuniões e em seguida a exigência da organização de que a família tem que participar. [...] Aí pronto! Comecei a ir até as últimas reuniões. Nas últimas reuniões, aí nunca podia ir só, e aí era orientação mesmo da reunião (“não, não pode ir só o pai de família, tem que ir mais alguns membros de família, principalmente a mulher, os filhos e tal”) (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

Esse caráter popular empreendido pelo Movimento desde o início fomentou a participação da família camponesa como categoria política<sup>51</sup> capaz de empreender forças na luta pela terra e por melhores condições de vida. Para além de ser reconhecida como uma categoria política, Wanderley (1996) ressalta que a família camponesa é portadora de modos de vida específicos e de uma cultura própria capaz de garantir a sua sobrevivência e sua reprodução social através do trabalho conjunto da família na propriedade, da produção de alimentos para consumo próprio e para venda, do saber tradicional compartilhado com as gerações mais jovens e de uma relativa autonomia da organização familiar. Dessa forma, o “caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-

<sup>50</sup> Nas citações diretas, transcreveremos as falas de maneira literal no intuito de conferir fidelidade as narrativas.

<sup>51</sup> Academicamente, o campesinato como categoria analítica, se constitui a partir de três aspectos básicos que expressam a sua existência: a forma como a produção está organizada - envolve a mão de obra familiar e o acesso a meios de produção que possam lhes assegurar autonomia relativa; a relação com o mercado, que, “em geral é qualificada pela contraposição a formas abusivas de exploração e à instabilidade na posição de trabalhador” (NEVES & SILVA, 2008, p. 304) e sua dimensão social e política, que remete a modos de vida específicos, de sociabilidade, de transmissão de valores pautados em saberes ancestrais (NEVES; SILVA, 2008).

produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

O formato nuclear camponês potencializou o fortalecimento do Movimento, pois, as delimitações de espaços via divisão sexual do trabalho foram questionadas e os sujeitos subalternizados na esfera pública como mulheres, jovens, crianças e idosos/os passaram a ser valorizadas/os (STÉDILE, 2005). Apesar de Stédile assegurar a valorização das mulheres na esfera pública a partir da centralidade da família enquanto categoria política e o questionamento dos papéis sociais baseados na divisão sexual do trabalho, entendemos que é preciso ponderar essa assertiva. Até o início dos anos 80, as mulheres rurais tinham suas identidades vinculadas à vida familiar e conjugal (ESMERALDO, 2016). Eram, sumariamente, conhecidas e reconhecidas a partir do seu núcleo familiar, a representação política nos sindicatos era, majoritariamente, atribuída aos maridos ou aos pais e, apesar de “auxiliar” no processo produtivo (plantio e colheita), as decisões relacionadas às atividades produtivas estavam a cargo do chefe da família (ESMERALDO, 2013, RUA; ABRAMOVAY, 2000).

Assim, invisibilizadas enquanto sujeito social e político, a elas cabia a restrição ao espaço da casa/quintal cumprindo ali o trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico (ESMERALDO, 2016; 2013). Essas atividades estão ligadas ao âmbito da natureza e, por consequência, não tinham reconhecimento e não eram remuneradas. Já as atividades do mundo da cultura e ligadas ao masculino eram entendidas como necessárias, valorizadas e fonte de criação. Para Patrícia Hill Collins (2016), os pares dicotômicos do tipo isto x aquilo – “natureza x cultura” estão diretamente relacionados a criação e manutenção dos sistemas de opressão racial, de gênero e de classe pois implicam relações de superioridade/inferioridade e políticas de dominação e subordinação que buscam justificar a escravidão e o colonialismo.

Essas mulheres, em sua maioria negras, subordinadas a esse par dualístico, oriundas de famílias empobrecidas, analfabetas e debilitadas pelo sistema econômico e político que vigorava à época, estavam submetidas ainda a uma situação adicional de sofrimento: as constantes migrações para as cidades e para as áreas de fronteiras agrícolas em busca de oportunidade de trabalho para os maridos e/ou pais. Elas os acompanhavam “mesmo que isso provocasse enormes traumas emocionais pela separação de mães e irmãs. Muitas mulheres do MST se lembram de suas mães com grande tristeza” (ROCHA & BRANFORD, 2004, p. 342). Diante desse cenário, Dulcinéia Pavan (1998 apud ROCHA & BRANFORD, 2004) argumenta que algumas mulheres, entendendo a impossibilidade de opor-se abertamente à prática tradicional de seguir os maridos ou pais, utilizavam-se das doenças que, comumente as acometiam, como mecanismo inconsciente de defesa para renegar a vida migrante e

permanecerem onde estavam. Entretanto, é importante ressaltar que essa foi uma estratégia utilizada por algumas mulheres, no geral, elas se submetiam as decisões dos homens que chefiavam a casa.

O querer permanecer no próprio território e nele conseguir sobreviver era, àquele período, a proposta de luta oferecida pelo MST. O Movimento começava a ser gestado e tinha como base social as famílias camponesas que não aceitavam nem a colonização nem a ida para a cidade e que estavam dispostas a resistir e lutar pela terra nas próprias regiões onde viviam (STÉDILE & FERNANDES, 2005). Assim, imbuídas dessa disposição e conscientes de seus papéis enquanto membro da família camponesa, essas mulheres

[...]adentram no movimento de forma **assujeitada**. Trazem identidades sexuadas **subordinadas** à ordem patriarcal, à modelos instituídos no tempo histórico e pela cultura, alimentados pela ordem binária e universalizada, e sem o reconhecimento de suas práticas nas instâncias sociais, econômicas, políticas e organizativas do MST. São **invisibilizadas** pelo domínio hierárquico da categoria de classe social, que orienta o Movimento e homogeneiza os sujeitos em coletivos políticos, denominados Trabalhadores Sem Terra (ESMERALDO, 2007, p. 1, grifos nossos).

Assujeitadas, subordinadas e invisibilizadas – três adjetivos que parecem definir, segundo Esmeraldo (2007), o lugar inicial da mulher no MST e que, certamente, podem ser entendidos como o reflexo da figura feminina no contexto rural brasileiro até início da década de 80. Essas características coincidem com a perspectiva de Bogo (2003) sobre o período inicial do Movimento e o lugar ocupado pelas mulheres. Sobre o tema ele resalta que “causava estranhamento a ideia de um homem ir para a terra sozinho, tinha que acompanhá-lo, a mulher e os filhos. Acompanhar era a principal função das mulheres, com vistas a ‘segurar’ o homem no acampamento” (BOGO, 2003, p. 12).

Apesar de conferirem a elas um lugar secundário e invisível, é possível afirmar que suas participações no processo de luta pela terra e na terra iam muito além de serem meras acompanhantes. Por exemplo, durante a **ocupação** – 1. Quando elas resolvem ir com os companheiros – essa ação é realizada quando não têm o que perder ou guardar; 2. Quando a família possui uma relação de trabalho e elas ficam em casa cuidando das/os filhas/os para não deixar o certo pelo incerto. Esta segunda opção foi a escolha feita pela família de Lucinha. Ela conta que quando decidiram participar das ocupações, sua mãe – Dona Ziu ficava em casa cuidando das/os filhas/os e das atividades domésticas enquanto ela<sup>52</sup>, Sr. João (pai) e, normalmente, Pedro (irmão mais velho) seguiam nas ocupações de terra promovidas pelo

---

<sup>52</sup> No próximo capítulo, ao tratar especificamente sobre a trajetória de vida de Lucinha, veremos que, inicialmente, sua principal função no processo de ocupação era a de cozinhar.

Movimento<sup>53</sup>; e 3. Quando são mulheres solteiras e/ou mães solo que decidem se juntar ao Movimento para lutar por uma nova vida. Em todas essas situações, as mulheres, frequentemente, estão na linha de frente como opção tática na tentativa de evitar os confrontos armados com a polícia e/ou pistoleiros (ESMERALDO, 2006). Lucinha corrobora com essa assertiva e ressalta que todas/os tinham um papel específico nos momentos em que recebiam a ordem de despejo: “As mulheres e crianças sempre como primeira barreira montada. Com suas panelas, pratos e cantos. (Essa imagem é mística por si só, já em muitos casos, mudava o tom da conversa e investida dos policiais).” (Entrevista com Lucinha, 26/08/20). Já, para Beth, essa era uma estratégia da luta revolucionária utilizada não só pelo MST, mas por vários movimentos revolucionários no mundo todo. O propósito dessa estratégia era aliviar o conflito e baixar a tensão. No entanto, ela destaca que hoje, o Movimento não utiliza mais essa tática por que os dois lados compreenderam que essa não é a lógica e, além disso, ela também alerta para o fato que os inimigos mudaram a maneira de tratar as mulheres: “[...] Se a mulher vai pro enfrentamento é porque ela aguenta de igual pra igual. É o que a gente vivencia nas nossas mobilizações, na nossa militância. A polícia não tem esse negócio ou que é mulher ou que é homem agora, né? Nem criança. Não respeita mais nada.” (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Na fase do **acampamento**, é visível uma maior participação política das mulheres. Além de ocuparem os papéis sociais dentro da esfera doméstica elas estão presentes nas assembleias, reuniões e nas comissões. Novas sociabilidades são construídas através de regras de convivência e códigos de condutas ocasionando a desestabilização de modelos binários, produzindo práticas que reduzem as fronteiras do público/privado gerando elos de solidariedade coletiva a partir da homogeneização dos interesses. Por fim, no **assentamento**, apesar de algumas poucas mulheres continuarem a exercer práticas políticas na militância do Movimento é perceptível um recuo para a esfera doméstica – um retorno para o velho modelo de representação da identidade feminina. Em suma, os postos de comando como coordenação de assentamentos e cargos diretivos eram majoritariamente ocupados pelos homens (GONÇALVES, 2009; ESMERALDO, 2006; HONÓRIO, 2005; DEERE, 2004; RUA E ABRAMOVAY, 2000).

---

<sup>53</sup> D. Ziu só se mudou para o Acampamento Maravilha depois de 2 anos da ocupação: “Quando não tinha mais despejo e tal. Aí mamãe veio, aí veio todo mundo” (Lucinha, entrevista 09/01/20).

Itelvina Maria Mazioli<sup>54</sup>, segunda mulher<sup>55</sup> a ser eleita para a direção Nacional do MST em 1994 fala sobre como se estabeleciam as relações de gênero nos primeiros anos de criação do Movimento:

O movimento sempre viu a importância das mulheres nas ocupações, nas marchas e nas passeatas, mas não era muito convencido de que as mulheres seriam boas líderes. O MST não nasceu num aquário de peixes, longe do resto da sociedade. Faz parte da cultura camponesa e reflete o machismo dessa cultura. No início, os homens nos olhavam de modo estranho, quando a gente falava em reuniões ou quando se candidatava nas eleições. Até intimidaram a gente. Não tinha problema quando a gente se candidatava para os coletivos de saúde e de educação, pois eram vistos como áreas apropriadas para as mulheres. Mas era bem mais difícil se a gente queria ser eleita para qualquer outra função. Muitos homens ainda pensam que alguns setores, como produção agrícola, frente de massa e segurança são “naturalmente masculinos”. As mudanças não ocorrem facilmente [...] (ROCHA & BRANFORD, 2004, p. 344).

A divisão em áreas/espacos/setores apropriados para mulheres e para homens, tal como é demonstrado por Itelvina parece estar, segundo Bourdieu "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável [...]. (BOURDIEU, 2012, p. 17). Esse estado de reconhecimento e legitimação incorporado nos corpos e nos *habitus* das sujeitas Sem Terra permaneceu praticamente inalterado durante as décadas de 1980 e 1990.

Apesar da contribuição das mulheres para a criação, consolidação e territorialização do MST e de reconhecer a importância da participação delas em todos as instâncias, pouco foi feito, no sentido prático, para proporcionar-lhes uma participação ativa e protagonista. Essa assertiva é corroborada quando evidenciamos que a prática política do Movimento era representada de forma hegemônica pela figura masculina. Ao tratar, por exemplo, sobre o processo de desenvolvimento e consolidação do MST na Bahia<sup>56</sup>, Beth é categórica ao afirmar que não havia participação feminina no núcleo diretivo que se formou no período inicial. As mulheres contribuíam na organização, mas não participavam das decisões – essas eram atribuições dos homens que compunham a direção e comandavam as estratégias de ação do Movimento. As tarefas organizativas desempenhadas, majoritariamente, pelas mulheres eram vistas como naturais e na medida. Assim sendo, Beth ressalta que esse lugar de comando “[...] não nos fazia falta no sentido que a gente não compreendia se era necessário ou não a nossa participação.” Percebe-se na sua fala a naturalização da “ordem das coisas” tal como apontado

---

<sup>54</sup> Nascida em uma grande família camponesa com sete irmãos e cinco irmãs no Espírito Santo, ela teve sua trajetória marcada pela militância no grupo de jovens da Igreja Católica. Ao se referir a esse período, ela é incisiva: “Foi lá que adquiri consciência política. Fiquei revoltada, não poderia entender porque os filhos homens podiam fazer o que queriam, mas as filhas mulheres precisavam ficar em casa, até o casamento” (ROCHA & BRANFORD, 2004, p. 343). Em 1985, justamente, ano em que aconteceu o Primeiro Congresso Nacional do MST, ela decide deixar a casa dos pais para envolver-se na luta política (ROCHA & BRANFORD, 2004).

<sup>55</sup> A primeira mulher a ser eleita para a Direção Nacional do MST foi Maria de Fátima Miguel Ribeiro, na época com 34 anos (ROCHA & BRANFORD, 2004, p. 343).

<sup>56</sup> Esse tema será abordado, posteriormente, no capítulo 3.

por Bourdieu. Posteriormente, a presença, a representação e a certeza da necessária participação feminina na condução e na delegação de tarefas foi sendo construída e fomentada através da formação política e na materialização das suas próprias lutas (ESMERALDO 2013).

### 1.1.1 –A “sombra das Marias sem sexo e sem gênero” que constroem coletivamente a luta pela terra

De fato, as lutas e todo o engajamento político evidenciado no início do Movimento, não foram pautadas por um recorte de gênero ou feminista (BORDALO, 2011). Essa perspectiva está diretamente relacionada com a ideia de que o MST defende uma postura política baseada na lógica da construção identitária de trabalhador rural Sem Terra e, dessa forma, tende a fortalecer e a priorizar a categoria de classe em relação à categoria de gênero. Nesse sentido, as mulheres são percebidas apenas como uma parcela da classe trabalhadora e desprovidas de sexo e gênero (ESMERALDO, 2007). A partir dessa perspectiva central, Beth<sup>57</sup> argumenta:

[...] É uma luta muito grande ser mulher não só no MST, mas ser mulher na sociedade. [...] **Inicialmente a gente não percebia isso, a gente não se dava conta, nem dava conta da necessidade de discutir ser mulher**, tanto é que teve uma fase que a gente brinca, não sei se Lucinha tratou disso contigo, mas a gente até brinca que a gente teve uma fase que nós éramos meio que **assexuadas**, assim do ponto de vista que pra nós a gente não lembrava nem que a gente era mulher, né? A militância era tão forte na nossa atuação... E muito, pelo contrário, às vezes a gente mais se parecia com os machos, eram as **mulheres-macho** assim. Eu fui menos que ela e outras... [...] Eu nunca fui vaidosa, já é do meu perfil. A gente não se cuidava, não se tratava, não tinha esse cuidado mais feminino, né? (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

O estereótipo dessas mulheres militantes “lidas como mulheres-macho”, equivale às representações que, comumente, são feitas em torno de um modelo de militância universalizado que é masculino e compreende algumas características: “o domínio do discurso em grandes assembleias, a fala dura, impessoal, métodos de disputa extremamente agressivos, a distância das questões da vida familiar e doméstica” (GOLDENBERG,1997, p. 354-355). Esse estereótipo pode ser entendido sob dois aspectos: 1. A masculinização feminina era introjetada de forma involuntária/natural (que, as faziam se esquecer, em alguns momentos, que eram mulheres) como estratégia para se adequarem ao protótipo de liderança buscando, com isso, respeito e acesso aos espaços de poder – caracterizando-as como assexuadas ou como “mulheres-macho”, e, 2. Ser mulher e feminina (vaidosa – tal como colocado por Beth), ou

<sup>57</sup> Beth fez parte do primeiro Coletivo de mulheres da Bahia formado ainda no ano de 1987.

seguindo um pouco além – ser mulher e feminista dentro do MST não era, a princípio, categorias conciliatórias. Sobre o primeiro aspecto, Gema Esmeraldo ressalta que:

Os discursos e a determinação de códigos de conduta – estes mais rígidos com as mulheres – obrigam-nas a adotarem vestimentas, posturas, comportamentos, para serem reconhecidas e tratadas como **militantes “sem sexo” da classe trabalhadora rural**. É a configuração política do MST alicerçada no seu caráter de classe, que predomina nos discursos, nas práticas políticas, na sua organicidade e conforma o campo das relações e dos comportamentos entre homens e mulheres nas ações políticas do Movimento (ESMERALDO, 2016, p. 144, grifos nossos).

A dimensão subjetiva da militância pautada na relação entre o estereótipo da “mulher-macho”/ “militante sem sexo”, os códigos de conduta e a forma de se vestir retratava a mulher militante descrita anteriormente por Beth e reafirmada por Lucinha:

até a Chapada<sup>58</sup> eu era [...] militarizada [...], eu vestia só calça, bota, camisa de manga comprida e eu dormia daquele jeito, e como eu, um bucado de nós dormia daquele jeito. Por que? Porque a revolução ia estourar à meia-noite e você tinha que estar pronta (riso) (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

Na citação acima, Lucinha simboliza a figura da mulher militante e militarizada sempre pronta para concretizar o projeto revolucionário. Tal percepção se relaciona também com o segundo aspecto – que incompatibiliza o ser mulher, feminina e feminista dentro do Movimento, pois o surgimento de demandas específicas poderia fragmentar a luta<sup>59</sup> classista fragilizando a unidade da classe trabalhadora rural (PAULILO, 2004). Segundo Linda Alcoff (2016),

[...] não há demandas “puras” de classe: há demandas de trabalhadores especializados ou não especializados, de comerciantes ou prestadores de serviço, de trabalhadores migrantes, de mulheres trabalhadoras etc. Às vezes, esses grupos podem formar uma causa comum, mas o projeto de fazer algo em comum demandará um claro entendimento de como identidades intercedem nas relações de classe para produzir hierarquias específicas no local de trabalho e nos conflitos de interesse. O reducionismo de classe defenderá que o conflito se dissolverá se nos afastarmos de nossos apegos à identidade. (ALCOFF, 2016, p. 138).

Nessa perspectiva, as pautas femininas introduzidas nos movimentos mistos e classistas (MST), significavam, segundo Honório (2005), uma dupla ameaça: por um lado, esbarrava-se no atraso decorrente da inexistência da figura feminina na esfera pública e, por outro lado, o

<sup>58</sup> Início dos anos 90.

<sup>59</sup> Paulilo (2004, p. 241) argumenta que “A criação de identidades coletivas é importante para que um grupo leve avante ações conjuntas, mas a abertura para dialogar com grupos que constroem de outra forma sua identidade permite a existência de sociedades mais democráticas”.

próprio reconhecimento da necessidade em criar condições de emancipação da mulher era acompanhado pelo receio de que tal empenho poderia comprometer a plena realização dos objetivos finais do Movimento, ou seja, a revolução. Esse nos parece ser um ponto extremamente relevante para pensar as relações aqui estabelecidas. Sobre essa perspectiva, Beth afirma:

nunca foi uma preocupação nossa em discutir feminismo. A nossa pauta sempre foi luta pela terra, reforma agrária e transformação social. Então, pra nós, **não tinha nada a ver feminismo com revolução**. [...] **Não tínhamos a compreensão que sem feminismo não há revolução**, não tínhamos a compreensão de que precisava ter empoderamento das mulheres pra que a gente conseguisse garantir uma estrutura diferente dentro dessa sociedade. Claro que a gente discutia o empoderamento da mulher no sentido de estar no espaço que o homem está, de ter a mesma voz que o homem tem, mas não com esse debate político de mudança estrutural. Nunca foi essa a nossa intenção [...] Eu que fui do início, então a gente nunca teve essa preocupação. Nunca, nunca, nunca. (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

Essa percepção histórica apresentada por Beth perfazia o universo coletivo do MST. Dentro desse contexto inicial, as desigualdades de gênero – por não fazerem parte de uma demanda central não eram alvo direto de contestação e de desconstrução. Essa percepção coaduna com a assertiva de que não haveria relação conciliatória entre feminismo e revolução justamente por compreender que a revolução – enquanto proposta do Movimento para construção de uma nova sociedade –, seria capaz de eliminar todas as formas de opressão – incluindo as opressões de gênero.

Nesse sentido, o MST enquanto Movimento misto classista que nasce e se concretiza com a pauta da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social se antagoniza frontalmente contra seu principal inimigo: o sistema capitalista criando, assim, toda uma dinâmica de atuação que homogeneiza as pautas, cria uma identidade coletiva através dos símbolos, das místicas e das narrativas privilegiando a luta classista e introjetando na sua militância a meta revolucionária. No entanto, Honório (2005) argumenta que esses movimentos sociais que buscam mudanças estruturais e que se autodenominam “anticapitalistas” “ignoraram que as relações de gênero estavam profundamente imbricadas nas estruturas da dominação capitalista de classe. Não atentar para isto implicou reforçar e reproduzir dispositivos fundamentais da dominação que se pretendia combater” (HONÓRIO, 2005, p. 4). Esse processo de reprodução tão logo passou a ser questionado e começaram a ser construídos espaços para dialogar sobre as condições de participação das mulheres na estrutura organizacional do Movimento, sobre o trabalho produtivo e o acesso e garantia aos direitos

trabalhistas como o direito a sindicalização, aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença, titulação conjunta dos lotes e acesso ao crédito rural.

Dentro desse contexto, Honório (2005) reconhece que o MST parece estar atento as articulações entre as relações de classe e de gênero. Esse esforço de conciliação requer, no entanto, uma disposição para alterar tanto os modos de organização quanto os espaços destinados “naturalmente” ao homem e a mulher. Entretanto, vale ressaltar que, embora os homens reconhecessem a necessidade da participação das mulheres nas instâncias de poder, no início, o debate foi majoritariamente articulado pela militância feminina do Movimento. E esse debate já é posto durante o I Congresso Nacional realizado em 1985.

### **1.1.2 – A conspiração das Marias crioulas em terreno político - árido e seco**

Segundo Esmeraldo (2016) o final da década de 80 foi caracterizado pelas lutas organizadas tanto em movimentos autônomos quanto em movimentos mistos que tinham como principal finalidade o reconhecimento da identidade feminina dissociada da sua condição conjugal e familiar e associada a um ofício produtivo que as colocavam como integrantes na classe de trabalhadora rural. A autora evidencia ainda que, estes “são tempos de luta pelo reconhecimento de direitos para a mulher numa sociedade em que os direitos humanos são sexistas e androcêntricos, em que o homem é o sujeito universal de direitos” (ESMERALDO, 2016, p.142). Ao refletir sobre a situação da mulher na agricultura durante esse período, Djacira Araújo (2011), militante e dirigente do MST-BA, ressalta que essas mulheres foram inseridas no mercado de trabalho de forma dependente, subordinada e periférica evidenciando, com isso, a herança cultural do patriarcado e da produção colonial.

Dentro dessa conjuntura, em fevereiro de 1985, logo após a realização do 1º Congresso Nacional<sup>60</sup> o editorial do Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, em edição especial, veiculou duas matérias sobre a participação das mulheres no Congresso: “*Ao Lado dos homens, sem medo da luta*” e “*As mulheres vão à luta*”. Ambas trouxeram, em tom reflexivo, a capacidade organizativa e propositiva das mais de 300 mulheres que estiveram presentes no Congresso. Elas participaram de debates com a imprensa<sup>61</sup>, das discussões nos grupos de trabalho e, segundo a matéria, ainda tiveram tempo para discutirem suas pautas específicas. O esforço foi

---

<sup>60</sup> O congresso aconteceu entre os dias 29 a 31 de janeiro em Curitiba –PR.

<sup>61</sup> A segunda matéria “As mulheres vão à luta” é uma entrevista com cinco lideranças femininas: Maria de Fátima Lima Bandeira, Maria Oneide da Costa, Elizabete Teixeira, Santana Gracielle e Maria Pinheiro Pereira realizada pelos seguintes jornais: O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Folha de Londrina, Correio de Notícias (Paraná), Revista Isto É e vários outros (JST, 1985, p. 13).

recompensado: “conseguiram lugar na Executiva Nacional do Movimento” (JST, 1985, p. 5). Sobre a conquista, Maria Pinheiro Pereira, uma das lideranças femininas, declarou: “Chegamos aqui no Congresso e constatamos que não havia nenhuma mulher na mesa. Achamos que era injusto. Discutimos bastante e acabamos com duas mulheres ocupando a mesa e Direção Nacional do Movimento” (JST, 1985, p. 13).

O entendimento das mulheres Sem Terra, já naquele Congresso era de que, se quisessem ocupar os espaços socialmente construídos para os homens e pelos homens teriam que construir outra forma de participação: mais ativa, articulada e, para além da casa/quintal. Dessa forma, dentre outras demandas, reivindicaram a participação de 30% no quadro de delegados, deliberaram pela criação do grupo de mulheres por município, pela formação de coordenações de mulheres a nível estadual e por maior envolvimento com o sindicato (ESMERALDO, 2016; JST, 1985). Ao final do Congresso, decidiram deixar registrado todas as reivindicações apresentadas e, uma das estratégias utilizadas foi “subir o tom” ao falar das demandas específicas – não pediam mas, exigiam espaços nos trabalhos de base e nas assessorias (lugares ocupados majoritariamente pelos homens) e exigiram também maior participação e direitos iguais aos homens na Coordenação Nacional do MST (JST, 1985).

Na conjuntura nacional, esse movimento de articulação e questionamento foi marcado pela emergência dos Novos Movimentos Sociais (NMS) que, segundo Maria da Glória Gohn

[...] foi expressão cunhada na Europa, nas análises de Clauss Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho. (GOHN, 1995, p.44).

Assim, a partir dos anos 70 e, em especial, na década de 80 sujeitas/os subalternizadas/os como mulheres, negros, indígenas e LGBTs trouxeram para o centro de debates questões que iam para além do conflito de classes e envolvia novas bases paradigmáticas baseando-se, em suma, nas questões culturais e identitárias. Passaram a questionar, com isso, “a homogeneidade do sujeito coletivo dentro de uma classe para si e criam espaços de luta e de expressão de suas diferenças e interesses” (ESMERALDO, 2007, p.5).

No Brasil, o debate sobre feminismo ganha evidência a partir dos anos 70 enquanto Movimento organizado de mulheres e passa a compor a agenda dos Novos Movimentos Sociais. O emergente Movimento Feminista teve importante papel no processo de democratização do Estado, na luta pela Constituinte de 1988 que resultou na mudança radical do status jurídico das mulheres no Brasil e na proposição e implementação de importantes políticas públicas voltadas

para a promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação e a violência doméstica e sexual contra as mulheres (CARNEIRO, 2003a). O movimento feminista, nesse sentido, ampliou as lutas por igualdade de direitos e por participação das mulheres nos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos construindo novos percursos para as mulheres urbanas e rurais e ressignificando a mulher enquanto sujeito político <sup>62</sup> (BORDALO, 2011, ESMERALDO, 2007).

No entanto, o fim das barreiras legais não representou, de fato, o acesso a condições igualitárias de ingresso das mulheres no espaço político. Esse fato nos leva a elencar alguns entraves que dificultam essa participação: o insulamento da vida doméstica, a tripla jornada de trabalho e a construção da política como uma esfera masculina que reduz ou até mesmo inibe a vontade de participarem da política (MIGUEL & BIROLI 2014). A partir desse cenário, podemos afirmar que a pouca participação política das mulheres no MST é reflexo desses entraves e dos padrões sociais presentes na sociedade. Sobre esse tema, Liu observa que:

[...] as mulheres têm menos disponibilidade, aparentemente, para a luta política do que os homens, porque a gente se depara com diversas companheiras que têm [...] essa coisa da romantização da família, da obrigação do amor incondicional aos filhos, é, várias coisas, que limita isso. Então, o marido, ou não sei o quê, ou filho, ou a casa, ou então esse apego com [...] essa imposição que a sociedade coloca pra [...] gente. Pra você ser uma dirigente política você tem que tá com essas outras coisas resolvidas, e não é assim. Porque [...] se um dia a gente nunca conseguir resolver esse negócio [...] você não vai ter tempo pra revolução? (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Para além da participação política na esfera pública, Liu aborda o caráter público do mundo privado problematizando temas como família e maternidade que, conseqüentemente, se articulam com as relações tradicionais de dominação/submissão impostas pelo patriarcado capitalista. Aliada a essas discussões, Lélia Gonzales (2011), antropóloga e importante intelectual negra ressalta que o movimento feminista foi capaz de trazer para o debate público discussões referentes a sexualidade, orientação sexual, violência, direitos reprodutivos e que “graças a sua produção teórica e a sua ação como movimento, o mundo não foi mais o mesmo” (GONZALEZ, 2011, p. 13). No entanto, ela tece importantes críticas acerca da dificuldade das feministas em reconhecer a diversidade interna do movimento e, por esse motivo, desconsiderar

---

<sup>62</sup> É importante ressaltar que, essa mulher como sujeito político por vezes, foi idealizada pelos movimentos feministas urbanos com uma certa homogeneidade. Segundo Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser “a verdade é que, embora todas soframos a opressão misógina na sociedade capitalista, nossa opressão assume diferentes formas (...) as feministas liberais e radicais, sem distinção, definiram o “sexismo” e as “questões de gênero” de um modo que universaliza de forma enganosa a situação de mulheres brancas, de classe média. Extraindo o gênero da raça (e da classe), elas priorizaram a necessidade das “mulheres” de escapar da vida doméstica e “sair para trabalhar” – como se todas nós fôssemos donas de casa de bairros abastados” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 77-81).

e invisibilizar outros tipos de discriminação – como a racial – sofrida por mulheres que não pertenciam ao paradigma dominante. O sujeito do feminismo era eurocêntrico, baseado nas pautas das mulheres europeias e protagonizado pela maioria das militantes brasileiras não incluiu as demandas das mulheres negras e indígenas invisibilizando, com isso, a realidade dessas mulheres em países colonizados como o Brasil (GONZALES, 1984 apud RIBEIRO, 2017).

Aliada a invisibilidade das demandas de mulheres negras e indígenas pelos movimentos feministas dominantes à época, estava também a invisibilidade da mulher rural. E, nesse sentido, o problema da sub-representação das mulheres nas esferas de exercício do poder colocado por Luís Felipe Miguel é potencializado quando reconhecemos que a condição e as opressões femininas são experimentadas e expressadas de forma distinta. Ao retratarmos, por exemplo, o lugar das nossas interlocutoras – mulheres negras, do campo e Sem-Terra – a sub-representação nas esferas sociais, políticas, econômicas e jurídicas podem ser compreendidas a partir de um “lugar da sub-sub-representação”.

A partir do final dos anos 80, a participação, inicialmente passiva da mulher rural nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), secretarias dos sindicatos rurais, Romarias da Terra e pastorais na luta pela reforma agrária, por terra e por direitos, começa a ser problematizada. Sobre o tema, Carmen Deere (2004) ressalta que as CEBs e as pastorais foram responsáveis por oferecer às mulheres rurais a base de instrução, mobilização e formação política que as levou a questionar o papel que desempenhavam na luta. Beth, por exemplo, é resultado desse processo de formação. Sua atuação na Pastoral da Juventude (PJ) a conduz a militância no MST: “[...] Minha mãe [...] é a referência número um. Acho que se não fosse a postura dela, [...] de me colocar em um lugar, mesmo sendo dentro de uma igreja ou dentro de um grupo de jovens, que na visão de mundo hoje não é o ponto de partida, mas foi o meu. Eu não estaria aqui<sup>63</sup>.”

Dessa forma, a vivência nas CEBs serviu como lugar estratégico para incentivar o engajamento feminino no espaço público impulsionando essas mulheres a tratar esses espaços e essas lutas, hegemonicamente simbolizadas pela figura masculina – representante público da família camponesa – como lugar também de mulher (ESMERALDO, 2016). A percepção do não lugar no espaço da luta política geral

impulsiona e provoca mulheres rurais a desenvolverem iniciativas e a construir organizações de caráter específico, nas quais iniciam e passam a realizar o debate sobre sua condição subalterna e invisível frente à luta que aglutina a classe trabalhadora rural, que se organiza na década de 1980 no Brasil. A organização de

---

<sup>63</sup> Posteriormente, abordaremos melhor esse momento quando tratarmos sobre a Trajetória de Beth no MST.

Movimentos Autônomos de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi construída na década de 1980, em várias regiões do Brasil, e se constituiu como campos de forças e de lutas específicos para a produção de uma identidade produtiva, com o ofício de mulher trabalhadora rural e de uma identidade política para a mulher rural (ESMERALDO, 2016, p. 134).

A autora ressalta ainda que as organizações das mulheres trabalhadoras rurais em movimentos autônomos não dialogavam com as pautas e com os debates da luta feminista em curso expressado, por exemplo, no par igualdade/diferença. Se, por um lado, a diferença entre os sexos era politicamente relevante para apontar a subjetividade comum entre as mulheres, por outro lado, essencializava essa percepção e comprometia a problematização das diferenças entre as mulheres. O par da igualdade, centrado na reivindicação por paridade e equidade comprometia as diferenças acima abordadas e não reconhecia as estruturas de dominação presentes no próprio sistema (PELÚCIO, 2012). Essa discussão sobre igualdade/diferença, para Joan Scott (2005) reproduzia justamente a dicotomia que se pretendia romper.

A forma contraditória da qual Scott fala passa a ser a base formativa e reflexiva trazida pelos movimentos sociais autônomos. Dessa forma, eles abordavam, através de cursos e encontros estaduais e regionais o debate sobre a autodescoberta do corpo feminino (órgãos reprodutivos, ciclos menstruais, fertilidade, amamentação, etc.) e tinham como objetivo formar um corpo reprodutivo com novo conceito (afirmar positivamente o papel reprodutivo da mulher rural) e, a partir dele, produzir um corpo político ressignificado que pudesse transitar da esfera privada para uma base social e política dentro das pastorais, dos movimentos, do sindicato e do Estado. Imbuídas dessa atmosfera – majoritariamente internacionalista – as mulheres Sem Terra provocaram pressões internas que fizeram com que o Movimento,

fosse se abrindo à atuação das mulheres. Tais fatores aparecem ligados aos inúmeros convites feitos às mulheres assentadas, a fim de que tivessem representação em eventos internacionais. Entre os eventos internacionais se registra o Congresso Internacional de Mulheres realizado em 1986, em Moscou, e o Encontro de Mulheres Rurais realizado no Chile, também em 1986 (FURLIN, 2013, p. 260).

Esse cenário de participação internacional resultou em importante espaço de socialização e formação política para as mulheres do campo. Em 1989, fruto das decisões tomadas no 1º Congresso Nacional, foi publicado o caderno de Formação nº15 “*A mulher nas diferentes sociedades*” que se constituiu como “um primeiro passo no sentido de despertar sua atenção para questões que interessam à mulher e a toda a classe trabalhadora” (MST, 1989, p. 3). Nesse caderno, há uma sistematização simplificada sobre os lugares que as mulheres ocuparam nos diferentes modos de produção (na sociedade primitiva, na sociedade escravista,

na sociedade feudalista e na sociedade capitalista) e, por fim, elas fazem uma análise sobre “a mulher na Nova Sociedade<sup>64</sup>” e lançam o seguinte questionamento: E quanto a situação das mulheres na sociedade socialista? A resposta é incisiva e, ao que parece, fruto de um processo ativo de conscientização, politização e organização:

É ponto de honra em todo projeto de sociedade socialista, a igualdade de todos os cidadãos e a mulher também é cidadã. No entanto, é preciso ficar bem claro que a mulher não espere sua emancipação automática no socialismo. Ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração - uma opressão de classe e uma opressão de gênero - oprimida por ser proletária; oprimida por ser mulher. Durante todo esse tempo, viveu afundada no mais profundo obscurantismo, vítima de preconceitos, preconceitos esses compartilhados, inclusive com seus companheiros. Desse modo, cabe a mulher lutar em duas frentes: por sua classe, lutar porque é oprimida como classe e lutar porque é oprimida enquanto sexo. Essa não é uma luta que divide forças como alguns oportunisticamente tentam alegar; é uma luta que junta forças porque, nessa luta, nessa busca de libertação, vai surgir uma mulher nova inteira, integralmente capaz de gerir a sua vida e partilhar igualitariamente da construção dessa sociedade nova que se almeja (MST, 1988, p.16).

A constatação da dupla opressão e a afirmação de que a luta das mulheres dentro do MST não divide forças é uma resposta também às críticas que frequentemente recebiam ao tentarem conceder excessiva importância aos assuntos de mulheres quando a luta principal deveria ser a luta pela terra, pela reforma agrária e pela revolução. Essa preocupação, aliada a ideia depreciativa do movimento de mulheres e feminista, de alguma forma, fez com que essas mulheres não se reconhecessem, a priori, como feministas<sup>65</sup>. Além disso, os movimentos sociais mistos, segundo Paulilo (2004, p. 239) “tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas”. Essas críticas à identidade são feitas com a argumentação de que a política identitária segmenta o corpo político enfatizando, assim, as diferenças e tornando-o uma política reducionista (ALCOFF, 2016).

A partir de várias discussões empreendidas dentro do Movimento tanto com as comissões de mulheres a nível estadual quanto nos Encontros Nacionais conseguiram a inclusão do capítulo VIII<sup>66</sup> que tratava sobre a articulação das mulheres na primeira edição das Normas Gerais do MST em 1989. Honório (2005) ressalta que a incorporação desse capítulo foi uma das primeiras conquistas das mulheres do MST pois era o primeiro documento a abordar a

<sup>64</sup> Esse Caderno de Formação é fruto da junção de temas publicados no Jornal Sem Terra pela Comissão de Mulheres do MST. Esses temas tinham como objetivo contribuir na reflexão e no estudo das mulheres (FURLIN, 2013).

<sup>65</sup> Como já abordado anteriormente, na entrevista realizada com Beth, ela vai um pouco além ao afirmar que a rotina da militância “fazia com que nós esquecesse que em determinados momentos nós éramos mulheres dentro de um contexto de luta pela terra [...]”. (Entrevista com Beth, 30/01/20).

<sup>66</sup> O capítulo VIII era composto por cinco artigos, quais sejam: Art. 43, 44, 45, 46 e 47 (MST, 1989).

importância da atuação e articulação feminina nas instâncias de poder. Dentre outros pontos, abordava o estímulo a participação das mulheres em todos os níveis e esferas de poder; a luta contra todas as formas de discriminação às mulheres e contra o machismo; o fomento a organização de comissões de mulheres dentro do Movimento para que pudessem discutir temas específicos; encorajava a participação de todas as mulheres, independente da categoria, em todas as formas de organização do MST, inclusive dentro do movimento sindical e, por fim, propunha a organização de uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável tanto pela proposição de políticas específicas para a organização das mulheres Sem Terra quanto da elaboração de materiais para orientar o trabalho da comissão (MST, 1989).

Apesar desse avanço, Deere (2004) ressalta que Comissão Nacional de Mulheres do MST aparentemente parou de funcionar após 1989. A justificativa para esse retrocesso baseou-se no entendimento de que se as mulheres estivessem interessadas nas questões de gênero deveriam fazer essa luta em movimentos específicos – como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs). Sobre o tema, a historiadora Cristiane Silva (2004) chega a afirmar que nessa fase inicial, as questões específicas das mulheres estavam praticamente ausentes ou eram vistas meramente como assunto interno que não precisava, dada a pouca importância, ser socializado.

Assim, mesmo afirmando que as ações pensadas e produzidas para e por elas não gerariam divisão, ao que parece, essa não era uma percepção de todo o Movimento. Dessa forma, durante o início da década de 90, com a conjuntura nacional marcada pela emergência do Governo Collor, o Movimento pautou como principal preocupação a unidade classista: era um momento que exigia a união de todos os membros da família (DEERE, 2004, p. 188) e, por isso, durante um período, o Movimento invisibilizou, ainda mais, a participação política e a promoção dos direitos das mulheres (GONÇALVES, 2009).

Essa assertiva é confirmada quando nos deparamos com o *Documento Básico do MST*, de 1993. Os artigos 45 e 152 tratam de forma direta sobre as questões das mulheres. Seguem:

Art. 45: **considerar as questões específicas das mulheres** e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, **tratando como classe e não enquanto gênero**”;

Art. 152: sobre a produção – temos que garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês (MST, 1993, p.5, grifos nossos).

Percebe-se, a partir da interpretação desses artigos, que o Movimento entendia as questões de gênero como desnecessárias e inconciliável com a questão classista. Essa

percepção, entretanto, não encobria a existência das desigualdades entre os gêneros, ao contrário, ela é revelada de forma explícita ao reproduzir as relações de opressão existentes dentro da sociedade. No documento do Programa Agrário de 1995<sup>67</sup>, aprovado no 3º Congresso Nacional – "Reforma Agrária: Uma luta de todos", essa desigualdade é reafirmada de forma mais contundente: reconhece-se as péssimas condições de vida das mulheres e crianças na área rural fomentada pela dupla jornada de trabalho, pelos precários serviços de saúde prestados a elas e a suas/seus filhas/os e pela posição de subalternidade econômica e cultural já que, apesar dos trabalhos, a grande maioria não era remunerada e não participava das decisões da economia familiar e, com tudo isso, ainda sofriam com preconceito e discriminação, resultante da cultura machista exacerbada no meio rural (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST, 1996). Reiteraram, portanto, nas normas gerais do MST a necessidade em “combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher” (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST, 1996, p. 6). O discurso da igualdade entre mulheres e homens, conforme destaca Paulilo (2004) é consenso, mas, dentro do Movimento, não se discute quão desigual é essa igualdade já que, a participação e a representação política é hegemonicamente masculina e machista.

Dessa forma, a prática política e propositiva das mulheres durante esse período não é devidamente reconhecida no interior do MST muito embora o tema esteja posto, mesmo que de forma secundária, desde o processo de gestação do Movimento. A trajetória para reordenar esse lugar invisível e conquistar representação e reconhecimento foi sendo materializada a partir das lutas, estudos e auto-organização empreendida dentro e fora do Movimento.

## **1.2 – 2º fase. Fase de participação: Estado de latência e o potencial germinativo**

O cenário político marcado pelas lutas específicas e pela emergência dos Movimentos Autônomos de Mulheres do campo contribuiu para a formação e conscientização dessas sujeitas como coletivo político capaz de falar e agir em seu próprio nome. Tomadas por essa conjuntura, essas mulheres passaram a vivenciar, de forma mais intensa, suas próprias contradições que resultaram, por exemplo, no fortalecimento das alianças internacionais<sup>68</sup> como a Coordenadora

---

<sup>67</sup> No mesmo ano foi realizado o 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e organizou-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). O encontro teve como objetivo unificar a formação e a luta das mulheres trabalhadoras rurais a nível nacional (ESMERALDO, 2016).

<sup>68</sup> Realização do 1º Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo (CLOC), em fevereiro de 1994 em Lima/Peru; da 2ª Conferência da Via Campesina no México, em abril de 1996 (a criação da Via Campesina Mundial se deu durante a sua 1ª Conferência, realizada em maio de 1993, na Bélgica); do 2º Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo (CLOC), em novembro de 1997, no Brasil (ESMERALDO, 2016, p. 150).

Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC – Via Campesina<sup>69</sup>), na criação de espaços de formação das mulheres e na emergência de pautas específicas que buscavam problematizar o lugar que elas ocupavam no processo revolucionário.

Em 1995, o Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais reuniu 22 representações de mulheres de 17 estados do Brasil e objetivou unificar a luta das mulheres trabalhadoras rurais através da criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Várias lideranças femininas do MST participaram desse encontro, compartilharam experiências defenderam a agroecologia como alternativa de produção, debateram sobre a relação entre a luta de classe e a luta de gênero e deliberaram pela preparação de uma cartilha sinalizando a realização da campanha nacional para documentação das mulheres rurais, a ser coordenada pela ANMTR (ESMERALDO, 2016).

Esses debates foram levados para dentro do MST e, em 1996 as mulheres organizaram e realizaram o 1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST<sup>70</sup> que, posteriormente, originou o Coletivo Nacional de Mulheres do MST (DEERE, 2004). Na Bahia, Beth fez parte do primeiro Coletivo de mulheres<sup>71</sup> formado ainda no ano de 1987. A criação desse coletivo era, segundo ela, uma das principais demandas do Movimento e tinham como objetivo debater a política, as ações da organização e desabafar sobre a vida: “Nós não tínhamos a preocupação de discutir nem gênero, nem feminismo, mas era discutir como é que seria a nossa participação enquanto mulher dentro do Movimento”. (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Foi, portanto, a partir do 1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST que há uma retomada da discussão sobre o papel da mulher na luta pela reforma agrária e o Movimento, enquanto coletivo, assume a responsabilidade e a necessidade em pautar as questões de gênero vinculadas às questões de classe e, a partir dessas discussões, construir novas relações de gênero. Nesse mesmo ano foi elaborada ainda a cartilha intitulada “*A questão da mulher no MST*” que continha o Plano de Trabalho e os encaminhamentos do Encontro. Nela, é feito um balanço sintético sobre as principais diretrizes do Movimento e apresenta algumas críticas, limites e avanços da luta das mulheres. Sobre a falta de participação das mulheres dentro do Movimento, elas afirmam que há três problemas: “As mulheres lutam, mas não têm

---

<sup>69</sup> A Coordenadora Latino-americana de Organizações Rurais (CLOC-Via Campesina) nasceu formalmente no I Congresso realizado em Lima, Peru, de 21 a 25 de fevereiro de 1994. Constitui-se como uma instância de articulação com os movimentos camponeses, operários, indígenas e afrodescendentes de toda a América Latina. Atualmente, é composta por 84 organizações de 21 países da América Latina e Caribe. Também luta pelos direitos humanos, econômicos, culturais, sociais e políticos dos povos em defesa da produção e da vida camponesa. Assumindo a luta de classes como meio para alcançar uma sociedade democrática e plural, sem explorados ou exploradores, soberanos e independentes (CLOC-Via Campesina, 2020).

<sup>70</sup> O Encontro foi realizado de 25 a 28 de maio de 1996.

<sup>71</sup> Resultado das deliberações do 1º Congresso Nacional em 1985.

representatividade; a diferença entre teoria e prática do MST; trabalho com/sobre das mulheres é considerado secundário” (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST, 1996, p.3). A causa desses problemas estariam relacionadas ao modelo de participação política do Movimento que privilegia a participação masculina (PAULILO, 2004), ao preconceito histórico relacionado a opressão de gênero, em especial, no campo, a falta de entendimento do problema pela maioria dos companheiros, a falta de estímulo para a participação evidenciada, em suma, pela dificuldade em criar mecanismos de participação, a pouca formação das/os militantes e, por fim, ressaltam ainda o medo das mulheres no enfrentamento dos problemas (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST, 1996).

Importa salientar que, apesar de entenderem a importância da quantidade de mulheres em posição de comando, o Coletivo alerta que o número não é suficiente e, nesse sentido, as cotas seriam uma ilusão. Ao questionar Lucinha sobre a necessidade/importância das cotas para reduzir o fosso entre homens e mulheres em posição de comando dentro do Movimento, ela ressalta: “considero importantíssimas para o início da caminhada em direção a paridade de gênero”. (Entrevista com Lucinha, 26/08/20). Outro ponto importante a ser destacado é com relação aos avanços que a pauta específica das mulheres ganhou dentro do Movimento “[...] - preocupação que está existindo no MST de debater o problema; - política (enquadra gênero na luta de classes), [...]” (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST, 1996, p. 3-4).

### **1.2.1 - As Marias “híbridas”**

Esses ‘pequenos’ avanços alcançados pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST foram terreno fértil para fomentar as discussões em torno das questões de gênero em lugar das que giravam em torno das questões das mulheres (GONÇALVES, 2009). Dessa forma, é importante ressaltar que a categoria gênero foi introduzida não para substituir a categoria mulher, mas, por entenderem que aquela possuía uma abrangência maior de análise.

Essa mudança se faz perceber inclusive no nome do Coletivo Nacional de Mulheres criado em 1996 que, a partir das discussões empreendidas no ano 1998 e no 10º Encontro Nacional do MST em 1999 passou a ser denominado de Coletivo Nacional de Gênero (ESMERALDO, 2016) e, finalmente, no ano 2000 transformou-se no Setor Nacional de Gênero. Para além de simples alterações na nomenclatura, essas mudanças “parecem acompanhar as transformações provocadas pelas mais diversas experiências vividas pelas mulheres (e também por homens) nas diferentes esferas do Movimento” (GONÇALVES, 2009, p. 204). A propósito, é importante ressaltar que o coletivo entendeu que, se quisessem avançar

política e ideologicamente era necessário empreender a discussão de gênero dentro da estrutura organizativa do Movimento abrangendo tanto as mulheres quanto os homens. Ou seja, não se tratava mais de um trabalho com e/ou sobre as mulheres, mas de atividades que envolvam mulheres e homens (GONÇALVES, 2009).

Tais transformações podem ser percebidas nas estratégias de luta protagonizadas pelas mulheres do Coletivo que “gestaram uma nova força política no interior do MST – a força feminina” (ESMERALDO, 2016, p. 148). O desabrochar dessa força feminina foi sendo elaborada em processos, por vezes lentos, mas envoltos de uma potente capacidade de ascensão da mulher como sujeitas de luta dentro do Movimento.

Durante esse período de participação, as mulheres construíram uma nova base de conhecimento pautado, em suma, nas experiências apreendidas durante o fazer militante e político dentro do próprio Movimento e com os Movimentos Autônomos de Mulheres (ESMERALDO, 2010), extrapolaram a dimensão classista e apontaram para demandas específicas que ampliaram tanto os elementos subjetivos da luta política pela terra quanto o sentido economicista da luta de classes. A incorporação da linguagem dos direitos começa a se solidificar e várias demandas específicas são publicizadas, por exemplo: o direito à titulação da terra, à seguridade social, ao crédito fundiário, à organização produtiva, à saúde, à educação e o combate à violência doméstica – alguns desses direitos já haviam sido conquistados pelas trabalhadoras urbanas, mas muitos ainda eram inexpressivos e/ou inexistentes no meio rural. Esses temas passaram a ser apresentados como pautas propositivas para reduzir a falta de representatividade feminina nos espaços de decisão (MEDEIROS, 2008) e promover a consolidação dos assentamentos partindo do princípio de que, a participação feminina era requisito necessário para a garantia da plena reforma agrária (DERRE, 2004).

Ao dialogar com essas temáticas, questionavam ainda as construções dos papéis sociais na sociedade, as desigualdades de sexo – evidenciadas, por exemplo, pela maternidade e pela reprodução social que está estruturalmente ligado à assimetria de gênero. Por fim, passam a entender também a necessidade de vinculação entre classe e gênero<sup>72</sup>: “esta combinação de luta é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrática e popular” (JST, 1995, p. 12).

---

<sup>72</sup> Essa intersecção já pode ser verificada em 1995 quando da realização do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais – o Movimento passa a pensar as opressões de forma interligadas, sem, no entanto, promover a hierarquização de pautas.

### 1.2.2 – Sou Maria, sou trabalhadora!

Refletindo ainda sobre as discussões empreendidas pelo coletivo de gênero, a militância feminina entendeu que um dos primeiros passos para sanar essas demandas e acessar os direitos básicos seria dispor da documentação necessária para tal. Em 1998, o coletivo nacional de gênero lança uma cartilha intitulada “*Compreender e Construir novas relações de Gênero*”. Nessa cartilha, a questão de gênero é assumida de forma mais incisiva pelo Coletivo que trouxe para o debate os seguintes temas: Luta de gênero e classe; Uma revolução dentro da Revolução; Educar para não discriminar; Mulher e trabalho; O que é ser mulher?; Cidadania para as mulheres; A questão das mulheres no MST e a Campanha de Documentação. No tópico específico sobre as mulheres no MST é colocado o objetivo central da cartilha: “Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela reforma agrária e na sociedade que queremos construir” (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES, 1998, p. 49). Assim, estabelece que o papel das mulheres no MST

É o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém do **jeito da mulher**, ou seja é o papel de atriz política, com sua característica de gênero feminino e de classe trabalhadora e que, por assim ser, é muito mais que estratégia para a resistência nas ações, e muito mais que esposa e mãe somente” (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES, 1998, p. 49, *grifo nosso*).

O lugar naturalizado da mulher Sem Terra – no barraco, no quintal e no tanque é confrontado e projeta-se na busca por um novo papel – o mesmo papel político desempenhado pelos homens, mas, do jeito da mulher. Esse jeito também é referenciado pelas militantes que fazem parte do Movimento autônomo de mulheres:

as mulheres têm ‘seu próprio jeito de lutar’. Esse jeito é considerado menos competitivo, mais coletivo e mais ligado ao cotidiano. Para quem critica o ‘jeito feminino’, esse é o jeito que a mulher ‘aprendeu a ser’. Não resta dúvida sobre isso, mas o modelo masculino de luta também é o jeito que os homens aprenderam a ser. Por que, então, tomar o masculino como sendo o correto? (PAULILO, 2004, p. 248)

Por que é o modelo masculino que, normalmente, integra e representa os interesses hegemônicos e, por isso “a cultura e a vivência do grupo dominante são universalizadas e vistas como a norma” (MIGUEL & BIROLI 2014, p. 106). Assim sendo, o tipo de discurso (autorizados socialmente a falar por todos) e o timbre da voz (predominantemente mais grave e associado ao exercício da autoridade) empreendido por eles revelam o jeito masculino de ser militante/político em oposição ao jeito da mulher – que, normalmente, fazem falas que

carregam marcas de inferioridade: disposição afetiva (suave), compassiva e menos grave (MIGUEL & BIROLI, 2014).

Entendendo a necessidade de desconstrução desse padrão autorizado, o coletivo estabeleceu algumas metodologias que pudessem conduzir o trabalho educativo com as mulheres e com os homens proporcionando a elas/eles a possibilidade de viverem novos papéis sociais. Essas metodologias deveriam ser seguidas pelas direções estaduais, pela base e setores do MST, e pelos assentamentos (setor de Frente de Massa). Em suma, as orientações baseavam-se nas seguintes demandas: realizar o estudo sobre a situação da mulher no campo, projetar quadros novos, criar condições e mecanismos de participação da mulher (ex. creches, refeitório coletivo) para viabilizar sua presença nas ocupações, nos núcleos de base, nas assembleias e nos postos diretivos, realizar reuniões específicas com toda a mulherada e criar espaços com momentos culturais e de lazer. Importante ressaltar que a participação das mulheres não seria efetivada por normas, mas, entendiam que o caminho viável para concretizar essa participação seria por meio de um processo educativo, para tanto, passaram a propor uma porcentagem de 40% de mulheres nos cursos de formação a nível nacional. Por fim, o coletivo estabeleceu um prazo de 6 meses para que os trabalhos fossem iniciados nos estados que apresentasse um cenário favorável para que essas discussões pudessem acontecer com maior maturidade. (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES, 1998).

Nesta mesma cartilha, é significativo abordar ainda sobre a campanha intitulada "*Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos*"<sup>73</sup>. Sob o lema "Sou mulher, sou trabalhadora", o coletivo pautava-se na ideia de que ter os documentos pessoais e profissionais era uma questão de cidadania e, portanto, todas as trabalhadoras deveriam possuí-los. Liu e Lucinha falam a respeito da dificuldade em obter os documentos na zona rural e assim, poder acessar aos direitos básicos:

A minha avó, pra você ter uma ideia, quando ele morreu<sup>74</sup> só tinha a certidão de casamento e o batistério, que é o documento de batismo, **nem documento ela tinha**, então até pra acessar a aposentadoria dela foi muuuito difícil, demorou muito porque **ela não tinha RG, ela não tinha CPF, não tinha carteira de trabalho** (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

---

<sup>73</sup> Em 1995, ainda durante o 1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR lançou uma campanha nacional para a documentação de mulheres para que tivessem acesso aos direitos garantidos. Esmeraldo (2016) ressalta que essa campanha teve inspiração na cartilha "Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos!", elaborada pelo Movimento de Mulheres do Paraná. Nacionalmente, a campanha juntamente com uma cartilha foi lançada em agosto de 1997.

<sup>74</sup> Liu faz referência a morte do avô - José Macedo

“[...] Mamãe casou com papai não tinha registro de/povo da roça, né? Papai conta histórias de quando tava junto com mãe, de que ele que registrou mamãe. E **registrou mamãe na primeira leva dos filhos**, quando eles tiveram acho que era dois, ou era três filhos, que acumulava. [...] nem ele, nem mãe sabia ler, nem escrever, né?.” (Entrevista com Lucinha, 09/01/20, grifos nossos).

Essas situações eram recorrentes e, por isso, havia uma preocupação central do coletivo em sanar tais demandas como primeiro passo para que essa população – e em especial, as mulheres – pudessem, de fato, existir enquanto cidadãs e trabalhadoras. O analfabetismo aliado a falta de documentos as deixava mais dependentes e submissas (ARAÚJO, 2011).

O lema “Sou mulher, sou trabalhadora” dava conta de problematizar tanto a própria condição de mulher dentro dos assentamentos e acampamentos quanto o lugar que a mulher ocupava no sistema produtivo – busca pelo reconhecimento de produtora rural <sup>75</sup> em substituição ao trabalho improdutivo desenvolvido no âmbito doméstico e categorizado como donas “do lar”. Apesar de ser entendido como um trabalho que não produz riqueza dentro da sociedade capitalista logo, constantemente desvalorizado – visto como trabalho leve e produto de habilidades naturais – ele é fundamental para garantir as condições necessárias para a reprodução do trabalho remunerado já que, as esferas mercantil e salarial dependem do trabalho doméstico, “uma vez que as mulheres também formam o exército industrial de reserva, que proporciona ao capital condições de manter a exploração sobre o conjunto dos trabalhadores. Assim a produção de mercadorias depende do trabalho não remunerado nos lares” (SETOR DE GÊNERO, 2015, p. 4). Em função da opressão e marginalização da mulher, Djacira Araújo (2011) ressalta que “a mão-de-obra feminina no campo vai sendo cada vez mais desvalorizada e precarizada passando a tornar a parte mais significativa do exército industrial de reserva necessário a manutenção do equilíbrio desta ordem capitalista” (ARAÚJO, 2011, p. 107-108).

Tais problematizações foram necessárias para inseri-las no sistema produtivo enquanto classe trabalhadora e atribuir-lhes a identidade de mulher rural nos espaços públicos (ESMERALDO, 2016). Entretanto, é preciso ressaltar que essa nova identidade política não implica necessariamente, no rompimento com as práticas de opressão e submissão das mulheres nas relações sociais dentro do núcleo familiar (MEDEIROS, 2008). Essas relações são frequentemente caracterizadas como relações de poder tanto entre os sexos como entre as gerações e, por serem socialmente construídas e historicamente determinadas, elas são passíveis de transformação (SARDENBERG; COSTA, 1994). Leonilde Medeiros (2008) afirma que esse

---

<sup>75</sup> Paulilo (2004, p. 241) ressalta que a expressão produtora rural é atribuída com grande naturalidade apenas às mulheres casadas ou viúvas. As solteiras, ou ainda vão casar, ou vão arrumar emprego. O mais perto que as mulheres estão chegando com relação à questão do acesso à terra é buscar titulação conjunta da propriedade e ter o nome no Bloco do Produtor.

não é um trabalho miraculoso, ao contrário, o processo é lento e envolve práticas diárias de ressocialização (de homens e mulheres), que nem sempre tem continuidades.

Tal entendimento pode ser verificado quando analisamos a hierarquização promovida pela divisão sexual do trabalho – quando a família recebia o contrato de concessão do lote constava o homem como responsável e a mulher como dependente. Aqui é perceptível como a questão de gênero está estabelecida na sociedade e de como essas relações estruturam o conjunto das relações sociais. Nesse sentido, a dominação de classe não é capaz de explicar a totalidade das desigualdades (SETOR DE GÊNERO, 2015).

Apesar da Constituição de 1988 estabelecer “peso igual para o trabalho de homens e mulheres no sistema de pontuação usado para selecionar os beneficiários”, (DEERE, 2004, p. 185) os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não o faziam sob o pretexto de que faltava espaço no cadastro para incluir o nome da mulher. Na verdade, esse pretexto era mascarado por uma discriminação latente já que, eles “tomavam por certo que mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior [...]” (DEERE, 2004, p. 184). Aliada a isso, argumentavam ainda que “o objetivo da reforma agrária é beneficiar famílias e ao beneficiá-las – como representadas pelo chefe de família – eles estão beneficiando todos os membros dentro delas” (DEERE, 2004, p. 186). Dessa forma, os organismos que planejavam e implementavam os programas de desenvolvimento para a zona rural adotavam a ideologia da família como um espaço homogêneo sob responsabilidade do homem (HEREDIA & CINTRÃO, 2006). Para o MST,

O processo de titulação<sup>76</sup> deverá ter desde o início o nome da mulher e do homem quando se tratar de casais. Esta atitude permite às companheiras, condições de comprovarem a sua profissão (agricultora) e com isto garantir no futuro a aposentadoria, como também coloca a mulher num mesmo patamar de igualdade com o homem, podendo discutir junto o destino dos recursos/créditos, o planejamento do lote e da produção. Enfim, isso garante para as mulheres um mínimo de dignidade e controle sobre seu futuro e de sua família, ajudando a romper o típico machismo existente nos agricultores. Evidentemente os homens não deverão ter receio disto. [...]. Certamente a titulação em nome da mulher e do homem ajudará os companheiros a perceberem que a construção da nova sociedade começa também com a participação da mulher. (MST, 2001, p. 78-79)

A citação acima revela um ponto especialmente importante – o controle sobre seu futuro e o de sua família passa, necessariamente, pela autonomia financeira. Sobre o tema, Paulo

---

<sup>76</sup> A Portaria n. 891, de 2003, do INCRA passou a regulamentar a titulação conjunta e obrigatória da terra (DEERE, 2004).

(2004) ressalta que os movimentos feministas da América Latina apresentavam como bandeira principal as questões relacionadas aos direitos reprodutivos e davam menos ênfase aos direitos de propriedade e redistribuição de renda. A temática ganha notoriedade especialmente quando centramos o foco da análise na mulher rural. Para Djacira Araújo<sup>77</sup>, militante do MST na Bahia, a mulher rural, a priori, não estava preocupada com a garantia de seus direitos reprodutivos e com as discussões acerca da sexualidade, mas, sua preocupação inicial era com a sua sobrevivência e a de suas/seus filhas/os. Assim, o acesso à terra e a independência financeira devem ser postas como pautas principais para assegurar-lhes dignidade e possibilidade de escolha. Apesar dessa constatação, Paulilo (2004) afirma que vários movimentos de luta pela terra, dentre eles o MST, ao menos durante esse período, não insistiu no processo de emancipação feminina que garantisse a elas a gestão dos recursos financeiros, justamente por compreenderem que “a renda é familiar, o que pressupõe distribuição igualitária entre seus membros” (PAULILO, 2004, p. 249). Assim, “permanece intocada a imagem da família rural como um todo coeso, tão cara aos órgãos de extensão rural e às igrejas, grandes incentivadoras dos movimentos sociais no campo” (PAULILO, 2004, p. 249).

As concepções enraizadas sobre os papéis sociais desenvolvidos dentro da família rural passam a ser questionadas, em especial, através da ênfase em um elemento estratégico importantíssimo: a apropriação de conhecimento e de saberes teóricos e práticos por meio da formação permanente das mulheres Sem Terra. Esse processo resultará na transição de uma participação passiva para a participação ativa e protagonista dentro do Movimento tendo como principal responsável o Setor Nacional de Gênero (ESMERALDO, 2016).

### **1.3 – 3º Fase. Protagonismo – O desabrochar das Marias: É chegada a Primavera!**

A partir dos anos 2000, a emergente participação das mulheres acampadas e assentadas nos espaços deliberativos, na esfera pública, nos processos de produção e na gestão das atividades foi sendo consolidado e se tornando uma das principais ferramentas de enfrentamento à violência e de construção de uma nova emancipação e autonomia feminina (MST, 2018b).

Em fevereiro de 2000, ainda enquanto Coletivo Nacional de Gênero do MST, as mulheres elaboram a cartilha “*Mulher Sem Terra*” que foi organizada em oito encontros<sup>78</sup> e

---

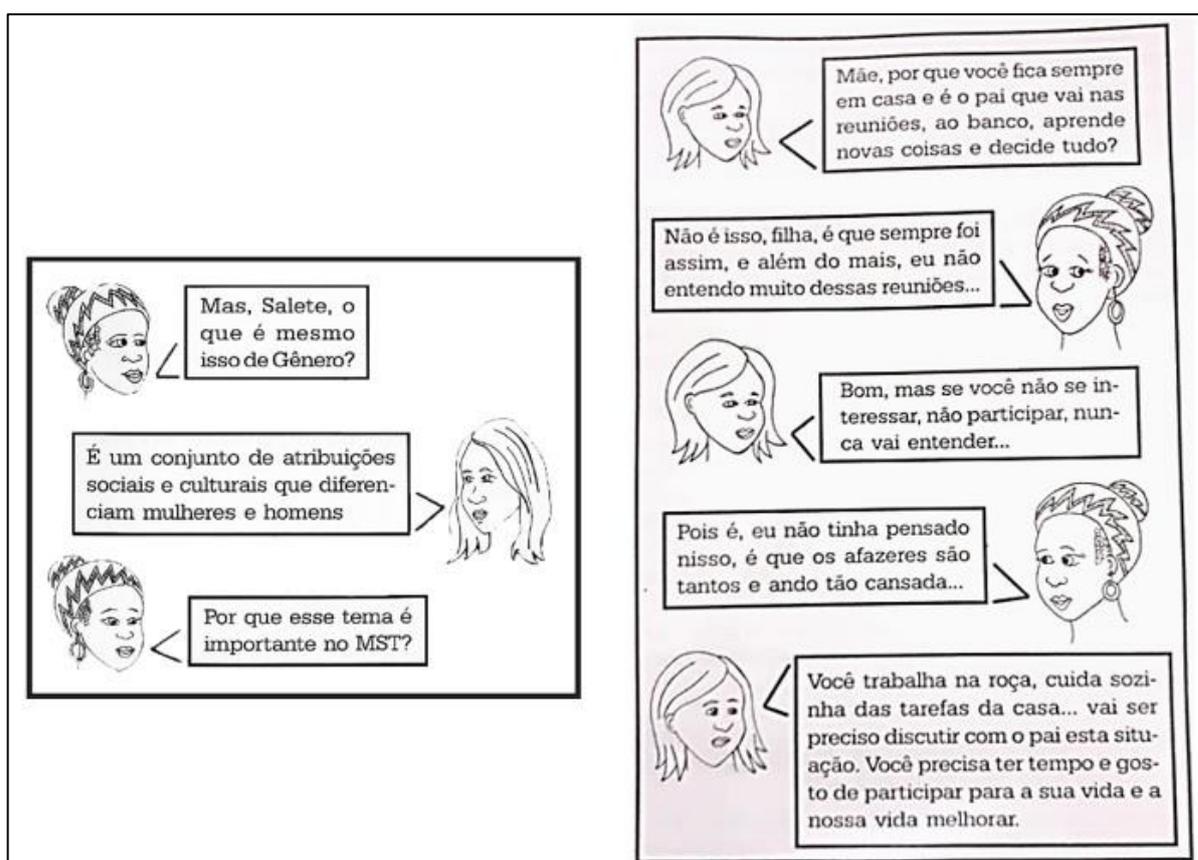
<sup>77</sup> Em conversa informal durante o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra.

<sup>78</sup> 1º Encontro: “As mulheres e a luta de classes”, 2º Encontro: “Relações de gênero”, 3º Encontro: “Educar sem discriminar”, 4º Encontro: “Os valores”, 5º Encontro: “Cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos”, 6º

apresenta algumas orientações gerais para que esses momentos “sejam um espaço de formação e participação de cada uma” (COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO, 2000, p. 5).

Com o objetivo de fazer com que as discussões sobre gênero, poder, patriarcado e reforma agrária chegassem de forma mais acessível a base, as autoras fazem uso de uma linguagem simples e recorrem ao uso de quadrinhos. Os quadrinhos a seguir explicam de forma bem didática o que se entende por gênero e de como ele é reproduzido no nosso dia-a-dia:

**Figura 1 – Relações de gênero**



Fonte: Coletivo Nacional de Gênero, (2000, p. 13 e p. 16).

A resposta à pergunta feita no primeiro quadrinho é taxativa:

Porque depois de 15 anos de lutas, discussões e vivências, podemos dizer com certo orgulho que crescemos no entendimento da importância da participação da mulher no seu desenvolvimento como ser humano, da sua igualdade na diferença com o homem. Por que entendemos que precisamos crescer como mulheres e homens novos, construindo novas relações de poder, novas relações com o meio ambiente, novas relações econômicas baseadas em novos valores. Por isso, já podemos falar em relação de gênero no MST (COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO, 2000, p. 14).

Poder falar de relações de gênero no MST é resultado de vários processos. Como já mencionado anteriormente, a preocupação com a formação das mulheres foi central. Historicamente, sabe-se que, no campo, a educação formal é limitada e que, em suma, o saber das mulheres rurais decorre das suas experiências e da tradição oral repassada pelas suas ancestrais. Grande parte desses conhecimentos estão inscritos sob um “véu da tradição” que tende a manter os costumes, as práticas sociais e a hierarquização das relações sociais e sexuais de trabalho como fenômenos naturais e, portanto, permanentes. Romper com essa hierarquização ou, ao menos, desestabilizar essa base de pensamento era necessário para enfrentar o patriarcado capitalista e poder construir uma nova sociedade. A fim de atingir esse objetivo, o Coletivo Nacional de Mulheres entendeu que o processo de formação era “estratégico para estimular a compreensão da realidade pública e política [...] e para desenvolver capacidades voltadas à ação política militante, de forma qualificada e protagonista” (ESMERALDO, 2016, p. 154).

Além disso, a conjuntura nacional e internacional fomentada, por exemplo, pelas ações e discussões da ANMTR, dos Movimentos autônomos de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais nacionais e internacionais, pela Via Campesina e pela CLOC contribuíram também para garantir a implementação das políticas públicas para as mulheres e articular as lutas gerais das mulheres Sem Terra vinculadas a formação de consciência de classe às lutas específicas vinculadas a tomada de consciência da condição de opressão da mulher e da sua superação (COLETIVO NACIONAL DE GÊNERO, 2000; ESMERALDO, 2016). A constatação de que a sociedade está organizada pelo masculino e para o masculino, leva esse conjunto de Movimentos a fomentar, ainda mais, a participação feminina para desconstruir essa estrutura e propor um projeto de sociedade que seja “pensada pelos dois e para os dois”, pois, “sem a participação da mulher a luta fica pela metade” (Entrevista com Liu, 02/02/20).

### **1.3.1 – O Setor de Gênero – Marias e Joãos do MST**

Segundo Aguiar (2016), de 2000 até 2010, as mulheres rurais ocuparam as ruas e outros espaços públicos promovendo grandes mobilizações, ocupações e atos públicos como as Marchas das Margaridas e as Jornadas de lutas das mulheres em comemoração ao 8 de março – Dia Internacional da Mulher. Esse entendimento é fruto de um processo de maturação das principais experiências acumuladas pelas mulheres militantes (e também pelos homens), das discussões sobre gênero no próprio Movimento e nos movimentos de mulheres urbanas e rurais.

As ações promovidas pelas mulheres Sem Terra e as discussões realizadas tanto pelo Coletivo Nacional de Gênero quanto pelos coletivos estaduais trouxeram também outros frutos. Entendido pela militância feminina como um processo semente – conspiração que vem se forjando desde as primeiras ocupações de terra – foi formado em 2000, durante o Encontro Nacional realizado em Goiânia, o Setor de Gênero do MST assim como suas linhas políticas. A imbricação entre novas relações de gênero e às relações de poder aparece como principal desafio para o recém-formado setor de Gênero (SETOR DE GÊNERO, 2018a).

A participação conquistada no período anterior proporcionou às mulheres experiências exitosas na auto-organização de coletivos e no avanço das discussões que envolviam a opressão de classe e de gênero. O momento seguinte caminhava para a efetivação do protagonismo feminino e, posteriormente, para um protagonismo feminista camponês e popular. Para a plena realização dessas etapas, caberia ao setor de gênero cumprir algumas tarefas básicas: “estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST” (MAFORT, 2014, p. 1). Sobre o processo de construção deste setor na Bahia, Beth faz a seguinte avaliação:

Então, nesse momento, a gente construiu esse lastro que hoje é o Setor de Gênero do Movimento e, com o tempo – que até é uma avaliação minha, pessoal – quando nós dialogamos que o setor de gênero tinha que ter essa missão e que os homens tinham que participar do setor, eu acho que nós tivemos um avanço maior do ponto de vista da compreensão e das ações coletivas e das relações mesmo. Inclusive, das relações subjetivas, da nossa relação de companheirismo, de...Como é que eu digo? De combate à violência contra a mulher, porque aí não era a mulher que ia lá dialogar isso, dentro do assentamento, dentro do acampamento, quem ia era o setor. E, dentro do setor, eram os homens que iam conversar com as mulheres porque que isso tava acontecendo também. Então isso foi muito importante, foi quando a gente conseguiu criar núcleos, grupos organizados, porque, tendo em vista que se transformou em um setor, então cada região tinha os responsáveis, como tem quem dirige, quem coordena, e dentro dos assentamentos também tinha uma representação. Então você conseguia ter uma organicidade desde a base até a nível nacional, né? Então isso foi muito importante...Que é como funciona hoje (Entrevista com Beth, 31/01/20).

A participação dos homens no setor de gênero e as discussões empreendidas dentro dessa instância fomentou a solidariedade e as relações de companheirismo. Posteriormente, ela afirma ainda que os homens também tinham/tem a tarefa de coordenar o setor e revela uma estratégia utilizada pelo setor aqui na Bahia: “[...] na Bahia, a gente teve inclusive alguns companheiros do perfil bem... Não sei se posso dizer machista... Do ponto de vista da postura...[...]. Aqueles mais brutos foi o que nós identificamos pra ficar na tarefa”.

Dessa forma, compreendia-se que o avanço das mulheres só seria real se atingisse todas/os as/os integrantes do Movimento e assim sendo, as discussões não deveriam ficar centradas nos coletivos de mulheres, mas deveria integrar a estrutura organizativa promovendo, assim, uma discussão ampliada que envolvesse também os homens (SETOR DE GÊNERO, 2018a).

As estratégias utilizadas para trazer os companheiros para o setor e fazer com que eles também participassem do processo educativo é um elemento importante. Outro aspecto relevante apontado por Beth é a organização dos espaços de formação para discutir as questões de gênero e o envolvimento do setor com a pauta LGBT's:

O Movimento em si não tinha abraçado ainda, mas o setor de gênero já começava a dialogar, porque, ao discutir relações, você não vai discutir sexo, né? Apenas identidade. [...] A gente foi adiantando esse debate e a gente acabou envolvendo também os sujeitos LGBT's, que tinha dentro no Movimento. Então, **quem puxou os sujeitos LGBT's pra se colocar no processo de luta e se colocar como sujeito transformador dentro da história foi o setor de gênero.** [...] (Entrevista com Beth, 31/01/20, grifos nossos).

O acolhimento do setor de gênero com as pautas das/os sujeitas/os LGBT's e a possibilidade de pensar as relações ente gênero e sexualidade, e de como o mesmo patriarcado é opressivo, violento e hierarquizador também com a comunidade LGBT foi uma decisão política necessária no processo de construção de novas relações sociais. Em 2015, as/os sujeitas/os LGBT's criaram processos de auto-organização fazendo com que o setor repensasse a organicidade pois, apesar de comporem a organização desde o início, não haviam sido contemplados nas linhas políticas do setor nos anos 2000.

Ao propor o envolvimento de todos os sujeitos dentro do setor de gênero, as mulheres fazem esse gesto de dialogar e trazer para discussão temas importantes como: machismo, patriarcado, feminicídio, relacionamentos abusivos, violência, privilégios, propriedade do corpo, trabalho doméstico e etc. Dessa forma, a perspectiva de gênero apresenta-se como um tema transversal de reflexão em todos os setores, instâncias e atividades do Movimento (FURLIN, 2013). Segundo Liu, o setor de gênero

Tem autonomia de fazer um planejamento, que aprovado no encontro estadual é executado ao longo do ano. Então, nós temos feito atividades de luta e enfrentamento ao capital com grupo de mulheres, então sempre, e sempre o que precede uma atividade é um debate forte sobre a **necessidade de enfrentarmos a violência dentro e fora das porteiras dos assentamentos**, que significa enfrentar as violências que a gente já conhece contra a mulher, que é a violência física, a violência patrimonial, a violência psicológica. Essas que existe dentro das porteiras dos assentamentos. Mas, e também, de como a gente **enfrentar a violência do capital contra o povo do**

**campo**, contra as mulheres, especificamente. Então, é um debate que a gente faz também. (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

O enfrentamento dos diversos tipos de violência é, sem dúvidas, um dos principais debates empreendido pelo setor e, a cada dia, tem ganhado relevância. De fato, a construção relacional e a apropriação de novos conhecimentos foram necessárias para que assumissem uma posição mais consciente e crítica do próprio sistema capitalista e patriarcal:

A gente tinha uma crítica, a gente sempre teve crítica, a gente sempre teve a busca pelo nosso espaço, enquanto grupo, enquanto mulher, de estar na direção, de ter voz e tal. Isso sempre a gente teve, mas não no aspecto, de que aquilo que tava acontecendo também dentro do nosso Movimento tinha a ver com a estrutura da sociedade, do modelo capitalista, nada. Discutia muito do ponto de vista, muito do dia a dia, né? Então, essa **questão da violência** também é outro aspecto que a gente sempre buscou combater, mas sem aprofundar por que. **Por que o homem bate na mulher? Por que a mulher é violentada, né?** (Entrevista com Beth, 30/01/2, grifos nossos).

O avanço dessa concepção reflete o acúmulo desse processo de formação que, conseqüentemente, reverberou no entendimento de demandas específicas. Segundo Beth, o combate à violência contra a mulher dentro dos assentamentos e acampamentos sempre foi uma pauta importante, mas, o debate carecia de aprofundamento: “a gente já partia pra dizer que ela que era a descarada, né? Porque apanhou uma vez, apanhou duas, apanhou três e continua é porque ela não presta. Tava já chegando nesse nível.” No entanto, ela destaca que essa lógica que culpabiliza a vítima ao invés de culpabilizar o agressor não é mais aceitável pois, já há uma compreensão que a violência contra a mulher é fruto da opressão imposta pelo patriarcado. Nesse sentido,

pode-se pensar que a violência contra a mulher, enquanto fundamento do patriarcado, é a base de todas as outras formas de violência e dominação (SEGATO, 2018). Ela é a fonte primeira das assimetrias dentro do que podemos entender como violência sistêmica. O patriarcado como um sistema político e econômico estabelecido a partir de linguagens determina um universo de sentido violentador, agressivo, destruidor do campo feminino ali mesmo criado, retroalimentando a hegemonia do que o masculino representa (TARREGA, 2019, p. 90).

Essa cultura patriarcal e violência tem feito muitas vítimas no campo. Em 2018, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou alguns dados sobre a violência contra as mulheres camponesas. Esses dados revelam que entre os anos de 2009 e 2018, 1.409 mulheres do campo sofreram algum tipo de violência, dessas, 80 sofreram tentativas de assassinato, 409 receberam ameaças de morte, 22 morreram em consequência de conflitos, 111 foram presas, 410 foram detidas, 37 foram estupradas e 38 foram vítimas de feminicídio. No ano de 2018,

especificadamente, esses dados apontam que 486 mulheres foram vítimas de algum tipo de violência, como tortura, aborto, agressão, tentativa de assassinato, intimidação, etc. em conflitos ocorridos no campo. Apesar do número ser espantoso, é possível afirmar que há uma subnotificação no que concerne a aferição dos dados sobre violência contra as mulheres no âmbito geral, mas, de maneira específica no meio rural. Essa realidade é resultado de um sistema opressor que busca impor um silenciamento deliberado sob as vozes do campo.

Diante desse contexto, Liu ressalta que essa questão trouxe para o debate a construção de um novo comportamento coletivo, visto também como uma “nova moral”:

A gente conseguiu construir uma, não sei se é uma moral, ressignificar o que é moral para nós. Tipo não cabe na direção um homem que bate numa mulher se um homem bater em uma mulher nessa direção a gente vai esfolar ele, politicamente, entendeu? Tem uma moral, ou não sei se é bem uma moral que fala, mas tem um novo padrão de comportamento coletivo pra o movimento. E antes a gente já tolerou homem que bate, porque a gente não é que a gente tolerava, a gente relativizava, a gente não via [...] Era melhor não saber [...]. **E hoje tá o coletivo para mediar porque se eu tenho uma capacidade razoável de argumentação, mesmo numa instância de maioria masculina, eu posso esfolar um homem que violenta.** (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

Esfolar politicamente um homem que violenta uma mulher contribui com o desmantelamento das estruturas que sustentam as violências sociais criadas e praticadas pelo patriarcado. A ressignificação e a capacidade de ação e reação frente a situações que envolvem violência contra a mulher – especialmente, a violência física e patrimonial que, segundo Liu, são mais fáceis de serem percebidas sem estar “metido na intimidade da pessoa” – é resultado de um amadurecimento político e de uma pauta feminista e propositiva que tem sido fomentada e gestada pelo setor de gênero.

Para ajudar a romper e/ou minimizar o ciclo da violência a que estão submetidas, seja na vida privada ou na vida pública como militante, é necessário, dentre outras coisas, fortalecer o processo produtivo e de gestão das atividades econômicas através da garantia da titularidade do lote e da autonomia econômica com participação nas associações e cooperativas. Para tanto, algumas tarefas têm sido propositivas: aprofundar os estudos sobre feminismo, marxismo e a construção do feminismo camponês e popular, formar e projetar novos quadros de militância, criar condições objetivas (como a ciranda infantil) para que as dirigentes possam, de fato, assumir suas tarefas de liderança, reavivar a história do Movimento através das figuras femininas que forjaram essa organização, elaborar espaços de auto-organização e buscar promover em todos os encontros e congressos as assembleias de mulheres e, mais recentemente, o setor tem garantido também as assembleias dos homens (SETOR DE GÊNERO, 2018a;

SETOR DE GÊNERO, 2018b). Sobre as assembleias de mulheres e de homens<sup>79</sup>, Liu traz a seguinte contribuição:

[...] Nós temos construído um processo, uma experiência que é muito boa que são as assembleias das mulheres e nas assembleias a gente consegue falar do tema que a gente escolher ali naquela hora ou que o coletivo preparar, mas nós temos também conseguindo fazer as assembleias dos homens que é um processo coordenado pelas mulheres para fazê-los, pra ajudá-los a entender a necessidade da construção coletiva do feminismo, é, para ajudar os companheiros a entender que o machismo em última instância também os oprime, porque o **machismo ele é estrutural**, então ele fortalece o capital. Então ele fortalece essa sociedade que oprime, esse sistema capitalista que oprime. Então, é, as assembleias com os homens não é no sentido de tirar de nós o protagonismo, por isso, que há uma coordenação do setor de gênero sobre essas assembleias dos homens, mas para fazê-los debater o assunto do patriarcado [...] **os homens precisam debater e entender o que é que significa o patriarcado pra nós e pra eles.** Para que eles também possam se sentir contemplados na nossa liberdade, então isso é importante pra gente. [...] (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

A construção coletiva tem sido importante para consolidar as discussões sobre patriarcado, opressão, gênero e privilégios. Essa perspectiva é, para Lucinha, fruto de um amadurecimento do setor de gênero e que, o olhar específico para essa construção ainda é alvo de muitas críticas – em especial, dos movimentos feministas cunhados dentro da academia. No entanto, ela compreende que o Movimento já avançou bastante nessa discussão e que, hoje, elas têm construído elementos substanciais para discutir o “nosso feminismo” a partir da “nossa linguagem” e “da nossa realidade” (Entrevista com Liu, 02/02/20).

### 1.3.2 – As contradições inerentes ao discurso e a prática

O setor de Gênero, segundo Gonçalves (2009, p. 199), é “produto das e o ponto de partida para as reflexões acerca da politização e ação das mulheres no Movimento” tanto a nível nacional como nas instâncias regionais. A partir dessa politização, compreende que a luta contra a opressão de gênero não está descolada da luta de classes e que é por meio da participação e de um processo de formação permanente, com teoria e prática, que se eleva o nível de consciência das companheiras para que estas deixem de ser objeto para se transformarem em sujeitas (MST, 2003).

A transformação dessas mulheres em sujeitas ativas de suas próprias histórias não é tarefa das mais simples. Historicamente, as mulheres sempre tiveram menos oportunidades de

---

<sup>79</sup> A construção da assembleia dos homens foi pautada na reunião da Coordenação Nacional do MST, em 2017 e tem ganhado espaço em praticamente todos os encontros estaduais (SETOR DE GÊNERO, 2018a) – a Bahia é reflexo desse processo de formação com os companheiros.

atuar nas instâncias, de discutir e acessar informações estratégicas para o Movimento e de participar dos cursos básicos, profissionalizantes e de formação política. Para alterar essas configurações socioculturais que foram construídas e consolidadas ao longo da história e transformar a realidade – promover condições objetivas e subjetivas (dentro e fora do Movimento) para que as mulheres participem da vida política e econômica – não adianta pregar um discurso socialista e revolucionário, difundir ideais de solidariedade e defender a igualdade entre os gêneros, se isso não for, de fato, vivenciado nos assentamentos, acampamentos e nas instâncias (SETOR DE GÊNERO, 2003). Refletindo sobre esse processo, Liu faz a seguinte leitura:

[...] Se você não dirige porquê que você vai ficar com o carro<sup>80</sup>? Então, [...] são coisas que parecem pequenas e quando às vezes a gente fala parece uma **picuinagem**, mas é que são, são conjuntos que dá esse aspecto de totalidade, para o bem e para o mal, porque quando a gente não participa disso, no final das contas são tantas coisas pequenas que a gente não faz, que a gente não sabe, que a gente não domina, que nos coloca na condição de não ter qualificação suficiente para dirigir mesmo. **Mas, quando a gente começa a falar dessas pequenas coisas parece que a gente tá apelando.** Então como é que media, como é que a gente vai se apropriando sem ficar dizendo? Como é que chama os companheiros finalmente para dizer que eles estão sendo filhos da desgraça? **Como é que fraternalmente você fala: "rapaz, você tá sendo um filho da desgraça."** Entendeu? Porque brigar não ajuda, porque se fizer um grupinho de homens contra nós a gente divide o movimento e como o MST é um movimento misto e o que mais nos fortalece é a nossa unidade política fazer grupo não ajuda, mas então a gente tem que ter uma dinâmica de fraternalmente a gente dizer: **"Fi da desgraça, tira o pé da minha cabeça."** (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

A estratégia conciliatória e “fraternal” utilizada por Liu é extremamente inteligente. Há uma preocupação evidente em não criar grupos e, assim, manter a unidade política, mas, há também, um reconhecimento que ainda tem muito a ser conquistado – desde as pequenas coisas até uma efetiva mudança cultural e estrutural no que tange às relações de gênero. O diálogo “fraternal” foi sendo construído: “antes eu queria mandar eles pro inferno e pronto, e brigar” (Entrevista com Liu, 03/02/20), hoje, entretanto, esse diálogo é estrategicamente situado para evidenciar o machismo, constrangê-los e, ainda assim, conseguir alguns aliados e, “como aliados dizer que eles são filhos do capeta” (Entrevista com Liu, 03/02/20). Nesse sentido, a tática utilizada não é a briga direta que tende a segregar e instituir grupos opostos, mas, chamá-los para o processo de reflexão: “Os homens podem escolher continuar sendo filhos da desgraça

---

<sup>80</sup> Liu ressalta que hoje, todas as dirigentes e articuladoras do extremo sul, com exceção de Domingas, tem habilitação. Para ela, “dirigir carro também é [...] uma ferramenta importante porque no processo de você dirigir, [...] o carro é um instrumento.” (Entrevista com Liu, 02/02/20).

machista, ou ser nossos parceiros na construção de uma sociedade nova [...] Porque eles nos oprimem e continuam oprimidos” (Entrevista com Liu, 03/02/20).

A escolha pela parceria, no entanto, implicaria no reconhecimento e na recusa dos privilégios, recusa essa que, na maioria das vezes, não estão dispostos a fazer pois, para transmutar o belo discurso revolucionário em prática efetiva no dia-a-dia teriam que abrir mão de poder econômico e político (SETOR DE GÊNERO, 2003). Talvez isso possa explicar por que “mesmo aqueles que têm um discurso político avançado, não incorporem as reivindicações femininas como prioridades na luta dos movimentos sindical e popular” (SETOR DE GÊNERO, 2003, p. 21). Dentro dessa perspectiva, Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014, p. 102) afirmam: “Ainda que muitos homens sejam solidários às demandas feministas – e ainda mais mulheres ocupem a posição de guardiãs da dominação masculina -, há um conflito entre a emancipação delas e a manutenção do papel social privilegiado deles”.

Esse conflito continua a ser perceptível e o disfarce já não convence mais<sup>81</sup>. Nesse sentido, é preciso afirmar que ainda persiste, nas relações de gênero dentro do Movimento, a exploração, a discriminação, o assédio, o autoritarismo e a violência – “pilares da sociedade capitalista que tentamos destruir” (SETOR DE GÊNERO, 2003, p. 24). No entanto, apesar do setor compreender toda essa estrutura de poder fomentada pelo patriarcado capitalista, nem sempre a prática condiz com a teoria. Nesse aspecto, Beth faz a seguinte reflexão:

[...] Temos muita contradição. Eu acho que uma contradição é exatamente essa da gente ter uma tática, ter uma estratégia e nem sempre as nossas ações condiz com onde a gente quer chegar. A contradição da gente ter o discurso, mas a ação não corresponder. Então, por exemplo, a gente fala muito em solidariedade, mas as nossas ações diárias nem sempre são solidárias, né? [...] Aí a gente fala que as relações de gênero elas precisam ser de fato, dentro da construção das relações sociais de homens, mulheres, sujeitos, LGBTQI's e tal, mas o preconceito, a homofobia, o racismo também está no nosso dia a dia. Então, eu acho que essas são as contradições, que essas contradições é fruto da nossa sociedade. [...] Porque um dos nossos princípios é que o militante tenha que ser exemplo, então o falar e o agir têm que tá condizente, nem sempre ocorre. Então, nós temos diversas contradições. Eu acho que a gente não se contradiz naquilo que é a nossa meta, mas o método a gente tem contradições, muitas contradições. (Entrevista com Beth, 31/01/20).

A autocrítica apresentada por Beth é abordada no caderno de formação “*A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base*”, mas, sob uma perspectiva masculina. Esse caderno foi produzido pelo Setor de gênero em 2018 e traz um texto produzido pelo coletivo de

---

<sup>81</sup> “[...] Se um dia as mulheres se enfurecessem, escrachariam todos os companheiros de luta, dos partidos e movimentos, colocariam nu seu machismo disfarçado no discurso revolucionário. [...]” (Trecho da Poesia: Se um dia as mulheres se enfurecessem de Adriana Novais).

homens<sup>82</sup> intitulado: “*Precisamos falar sobre nós*”. O texto aborda, de forma bem direta, as principais dificuldades encontradas por eles para debater a temática de gênero e para reformular suas práticas machistas, sexistas e preconceituosas:

Algumas vezes dizemos que é perda de tempo. Em outras, que é necessário, mas não nos envolvemos na prática. Em plenárias e espaços abertos todos nós dizemos ser importante o debate, mas em particular ou em grupinhos, **nossa postura é contraditória**, seja com piadas à tentativa de construção do tema, ou com **práticas contrárias ao que dissemos publicamente** (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 31, grifos nossos).

A diferença entre o que se prega no discurso e o que é colocado na prática é latente. O capítulo desse caderno, em especial, avança por trazer para o centro do debate, a partir da percepção masculina, o entendimento e o compromisso em buscar de romper com o processo histórico pautado na cultura machista e na discriminação contra as mulheres e LGBTs. Esse é o objetivo, segundo o texto, de todos os homens que lutam pela transformação social. Ao propor e sustentar o debate com os companheiros, é visível que o setor de gênero avança nas trincheiras de combate ao patriarcado e traz também como desafio a construção de novas relações de gênero vinculadas às relações de poder.

### **1.3.3 O conceito de gênero a partir das teóricas mobilizadas pelo Setor de Gênero**

As mulheres, segundo Ademar Bogo (2003), deveriam ‘tomar’ parte do lugar dos homens em todas as instâncias: direção, coletivos, núcleos e comissões. Assim, proporcionar e equiparar a participação das mulheres seria, para o autor, uma questão de responsabilidade política da organização e, portanto, não deveria ser pautada de forma específica. Isto posto, ele discorda da necessidade de criação de um setor de gênero e, para além dessa explicação, ressalta ainda que essa era uma demanda vinda de fora do Movimento e que ainda havia uma inconsistência na delimitação do próprio conceito de gênero. Da mesma forma que considerava desnecessária a criação do Setor de Gênero, entendia também que não havia necessidade em criar “um coletivo de analfabetos para discutir alfabetização, um grupo de individuais para debater a cooperação, um grupo de doentes para discutir a saúde” (BOGO, 2003, p. 12).

Entretanto, sabe-se que não basta tomar e ocupar esses espaços se não se produz na prática ações que materializem novas territorialidades e novas subjetividades, que garantam a desnaturalização dos padrões instituídos pela sociedade patriarcal, que promovam formação

---

<sup>82</sup> O Coletivo de homens está em construção e faz parte do Setor Nacional de Gênero.

política continuada para as mulheres militantes, que formem e assegurem elos de solidariedade coletiva e criem estratégias para combater as relações de poder e opressão sobre as mulheres e LGBTs.

Na cartilha “*Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*” publicada em 2003 pelo setor de Gênero, as autoras retomam uma das argumentações esboçada por Ademar Bogo quando este discordou da necessidade da criação do setor de gênero e afirmou que: “não se conseguiu decifrar o que diz e abrange o conceito ‘gênero’” (BOGO, 2003, p. 12). De fato, as autoras entendem que há uma dificuldade em utilizar e definir o conceito de gênero, entretanto, essa dificuldade não se restringe aos debates internos do MST. Este termo, segundo Gonçalves (2009, p. 212) “passou a ser conhecido por meio da conceitualização de Rubin (1975) e hoje seu uso tornou-se frequente para se referir à construção social de homens e mulheres a partir da percepção do sexo biológico”. A dificuldade reside ainda quando da necessidade em abordar e relacionar o conceito de gênero com a realidade, pois, além de mexer com as concepções de mundo, esquemas, valores e papéis sociais que são considerados naturais, trata-se também

De uma abordagem nova para o velho problema da desigualdade entre homens e mulheres. Só muito recentemente este tema passou a ser estudado nos movimentos sociais, particularmente nos rurais, por isso ainda há muito mais perguntas do que respostas quando se trata da questão de gênero. Nas discussões com lideranças ou com a base surgem sempre dúvidas como: o que é mesmo gênero? O que queremos dizer quando falamos de gênero? (SETOR DE GÊNERO, 2003, p. 7).

Entendendo essa dificuldade, as autoras, utilizando-se de um amplo referencial teórico, se dispõem a elucidar o conceito e levantar algumas reflexões sobre o tema sem ter a pretensão de dar respostas definitivas. Uma das autoras utilizadas é Joan Scott. Para ela, o termo gênero começou a ser utilizado pelas feministas “num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 72). Um dos seus usos, de acordo com a autora,

rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1990, p. 75).

Foi a partir dessa percepção – que enfatiza as relações entre homens e mulheres no campo social e histórico ao invés de focar as análises no campo biológico – que o Movimento Feminista passou a se preocupar em diferenciar gênero e sexo e se apropriar do conceito como instrumento de análise e de organização da ação e de importante ferramenta política (SETOR DE GÊNERO, 2003; FARIA & NOBRE, 1997). Posteriormente, o conceito passa a ser vinculado com outras categorias de análise, como: classe e raça (FARIA & NOBRE, 1997). Renata Gonçalves ressalta que as mulheres envolvidas na luta pela terra do MST

[...] apropriam-se do conceito de gênero (re)politizando-o, procurando (re)estabelecer os laços com as bases materiais. Lançam mão do conceito não para falar em mulher e/ou homem genérica(o), mas, como propõe Saffioti (1994), para abordar relações sociais situadas historicamente. De outra forma tornaria difícil, por exemplo, analisar os conflitos de classe que separam a mulher, trabalhadora rural, Diolinda Alves<sup>83</sup> da mulher, fazendeira, Tânia Tenório de Farias<sup>84</sup> ambas inseridas no embate político da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. O capitalismo que as separam é o mesmo que faz com que uma classe concentre em suas mãos a maior parte da riqueza social, enquanto a outra se torna cada vez mais miserável e espoliada. Lutar pela igualdade entre os gêneros e, logo, derrubar a hierarquia de poder (dentro e fora do Movimento), implica **combater a ordem econômica que se reproduz produzindo desigualdades**. (GONÇALVES, 2009, p. 213).

Combater a ordem econômica, como apontado pela autora, passa, necessariamente pelo combate ao patriarcado que sustenta a exploração baseada na divisão social e sexual do trabalho. As crianças, por exemplo, ao perceberem a divisão do trabalho sexual e social dentro de casa entendem desde muito cedo que, mesmo a mulher trabalhando fora de casa, cabe a ela realizar os trabalhos domésticos e que o homem, no máximo, ajuda. Percebem também que o trabalho doméstico é subvalorizado, que o chefe da família é representado pela figura masculina (na família nuclear) e, normalmente, tem mais dinheiro, mais poder e “lhe é permitido” exercer a violência física sobre a mulher e as/os filhas/os. As crianças que são educadas nesse modelo de família, quando crescem, “se transformam em adultas/os bem preparados para servir a burguesia” (SETOR DE GÊNERO, 2003, p. 21).

Dessa forma, quando a classe trabalhadora não entende essa simbiose de forças, ela reproduz e naturaliza os mecanismos que geram exploração, opressão, violência e dominação e, conseqüentemente, atendem aos interesses da burguesia. Como resultado dessa prática, as

---

<sup>83</sup> Conhecida liderança do MST no Pontal do Paranapanema; tornou-se um dos símbolos da luta pela Reforma Agrária no Brasil. Evitando qualquer tipo de personalismo, citamos esta personagem em função de sua visibilidade nacional, mas poderíamos mencionar as tantas Míriams, Marias e Joanas... (GONÇALVES, 2009, p. 213).

<sup>84</sup> Ex-presidente da UDR (União Democrática Ruralista), entidade de organização dos latifundiários (GONÇALVES, 2009, p. 213).

mulheres são as mais afetadas. Essa opressão é potencializada quando nos referimos às mulheres negras e/ou LGBT do campo e/ou da periferia.

Na cartilha, o conceito de gênero é tratado como um padrão sociocultural que a sociedade define ao longo da história, determinando, por exemplo, o comportamento, os atributos, os papéis sociais, as profissões, as roupas, os brinquedos e as cores que representam o masculino e feminino (SETOR DE GÊNERO, 2003).

Dentro da nossa sociedade, esse padrão molda, por exemplo, nosso comportamento, pensamento e nossa linguagem gerando relações assimétricas entre as mulheres e os homens. Assim, ao analisar as relações desiguais entre os sexos, Scott (1990) revela que a desigualdade reside justamente nestas relações e que o gênero poderia ser considerado como “uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1990, p. 88).

Esse campo primário de poder tem ostentado um “status de privilégio” que passa a ser redefinido dentro da estrutura organizativa do Movimento: é norma que, em todas as instâncias diretivas dos setores estaduais e nacionais, nas associações e cooperativas, nos cursos, nos encontros e nas instâncias de base tenham um coordenador e uma coordenadora (SETOR DE GÊNERO, 2018b). Nesse processo ascendente, marcado também por períodos de retrocessos e estagnações, o ano 2006 parece figurar como um marco importante para a insurgência do protagonismo feminino no MST. Elas descrevem assim esse período:

E em 2006 veio tudo de uma vez! Veio os 50% na DN, a perspectiva feminista e também uma profunda inquietação das mulheres com as mudanças na natureza da luta, a reestruturação produtiva do capital, a hegemonia do agronegócio e da mineração, a contraditória relação com o governo neodesenvolvimentista que era parte da aposta tática da estratégia dos anos 80 e os debates por autonomia econômica e política (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 10).

Além da conquista da paridade na instância nacional que deliberou pela composição de duas pessoas de cada estado, um homem e uma mulher (essa deliberação foi replicada em grande parte dos estados) e da construção de uma perspectiva feminista, vale ressaltar também um outro marco fundamental nesse ano: a construção do protagonismo e o avanço na emancipação e na consciência de luta através das mobilizações no 8 de março.

### 1.3.4 – Paridade de gênero – As Marias de “ombro a ombro”

Os avanços para a institucionalização da paridade de gênero no MST já vêm acontecendo há bastante tempo. Se entendermos que as cotas seriam um dos caminhos para sua consolidação, podemos afirmar que o primeiro passo foi dado no I Congresso Nacional em 1985 quando foi decidido pela cota de 30% de participação feminina. Como já discutido acima, os anos 2000 trouxeram novos elementos que fomentaram a discussão em torno do lugar ocupado pelas mulheres camponesas dentro do próprio Movimento. Sobre esse lugar, Lucinha ressalta que antigamente as delegações internacionais do MST eram compostas, majoritariamente, por homens e, com o tempo, a falta de representatividade feminina nesses espaços começou a ser questionada gerando um certo constrangimento interno. Ela lembra ainda que, quando iam tirar as fotos das delegações as pessoas perguntavam: “E as mulheres? Cadê elas?”. Diante desses questionamentos que denunciavam a ausência feminina e, também para não ficar “feio”, o MST começou a incluir mulheres nas comitivas internacionais seguindo, assim, uma tendência internacional. Entretanto, o Movimento entendeu que não bastava incluí-las, era preciso proporcionar cursos de formação para que essa militância pudesse, de fato, representar o Movimento fora do país. Segundo Lucinha, esse foi um momento que as mulheres começaram a ter maior visibilidade.

É justamente, dentro desse contexto, pautado pela mobilização com outros movimentos nacionais e internacionais, em especial, com a CLOC/Via Campesina, pela reorganização do sistema capitalista e pelo caráter integrador e reflexivo de formação na luta que possibilitou mudanças tanto nas resoluções políticas quanto nas estruturas organizativas do MST. Essas mudanças culminaram com a adoção da paridade de gênero em agosto de 2000 durante o IV Congresso Nacional<sup>85</sup> (SCHWENDLER, 2015) e em 2006 foi instituída a paridade na DN. Sobre esse processo, Deere ressalta que:

[...] el MST fue una de las fuerzas dirigentes tras la consolidación de La Vía Campesina<sup>86</sup>. Dada la fuerte participación de las organizaciones europeas y norteamericanas de campesinos en LVC, el liderazgo del MST se expuso cada vez más al discurso y a las normas de la igualdad de género. Después que LVC adoptó la política de que su comité coordinador internacional estuviera compuesto por un representante masculino y un representante femenino de cada región del mundo, el

<sup>85</sup> No IV Congresso, o MST estabeleceu que os núcleos de base tivessem um homem e uma mulher na coordenação. Progressivamente, esta medida tem sido adotada nos diferentes níveis e instâncias da estrutura organizativa (SCHWENDLER, 2015, p. 102).

<sup>86</sup> Concretamente, en su tercer congreso internacional en Bangalore en 2000, la LVC adoptó la práctica de que, en su comité de coordinación internacional, cada región del mundo tenía que estar representada por un hombre y una mujer (DEERE, 2018, p.53).

**MST siguió el ejemplo para que los representantes estatales ante su directiva nacional presentaran igualmente la paridad de género.** Además, se hicieron esfuerzos para que los comités de base a nivel local también fueran dirigidos por un hombre y una mujer, y para que las iniciativas de capacitación del MST incluyeran una representación equitativa de género (DEERE, 2018, p. 57).

Esse entendimento é reafirmado por Sônia Schwendler (2015, p. 101) já que, para ela: “a participação das mulheres na CLOC/VC de forma organizada, através da Assembleia de Mulheres, foi crucial para que a paridade de gênero fosse assumida nos movimentos sociais mistos em nível local e transnacional”. Aliado a esses esforços, é importante ressaltar também que esse período foi marcado pela forma com que o neoliberalismo se consolidou no campo através do agronegócio e pela hegemonia do capital internacional na economia, na ideologia e na cultura. Para enfrentar esse novo momento na luta de classes, o MST, a partir dos anos 2000, passa a propor uma “nova organicidade<sup>87</sup>”:

Era importante que todos os membros do MST assentados e acampados tivessem uma participação ativa no Movimento, "ninguém pode ser representado", e daí a necessidade de se introduzir uma nova organicidade desde a base que oportunizasse que todas e todos pudessem participar, dizer a sua palavra (MST, 2007, p.36).

A nova organicidade deveria ser, portanto, uma ferramenta capaz de traçar o percurso entre Movimento e a Organização de Massa<sup>88</sup> e, com isso, reorganizar as estratégias de ação frente as novas configurações impostas pela conjuntura (GIRIBET, 2012). Para tanto, a socialização do espaço público e a necessidade de preparação da militância capaz de ocupar esse lugar fazia-se necessário.

No entanto, é sabido que poder falar ou simplesmente, poder “dizer a sua palavra” e estar em uma posição de comando não era um lugar comum para as mulheres camponesas. Sobre esse tema, Liu ressalta que a base do Movimento, assim como a sociedade em geral,

---

<sup>87</sup> Organicidade é uma palavra que criamos [se refere ao MST para designar a relação que deve ter uma parte de nossa organização com as demais partes. Mas não pode ser apenas uma relação teórica, como também física, prática e mística. (...). O princípio fundamental da organicidade é seu espírito combativo e coletivo. Não pode haver isolamento e nem individualismo, cada parte é responsável por si e pelo bom funcionamento das outras partes. Por ter este entendimento, as direções não podem estar separadas dos setores e os núcleos separados de ambos. Os núcleos funcionam como instâncias de base, os setores como direções de temas específicos e as direções como representantes de todo (BOGO, 2000, p. 41).

<sup>88</sup> É fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação. O Movimento que embora mobilize, articule e agite as massas não poderá sobreviver, se estiver estruturado sobre a espontaneidade das mobilizações. Deverá criar e desenvolver uma estrutura própria que esteja voltada para suas necessidades, aglutinando em torno de tarefas específicas, todos os esforços empreendidos pelas mobilizações, que não conseguem manter-se por muito tempo (BOGO, 1999, p. 131)

entendia aquele lugar de comando como sendo naturalmente do homem: “base decide pelo que é natural, entre aspas, natural que os homens são quem mandam, [...] e as mulheres são pra compor”. A escolha dos sujeitos masculinos como porta vozes da esfera política aliada a ideia de que a maioria das mulheres estavam acostumadas a “obedecer, obedecer, obedecer<sup>89</sup>” não está relacionada a meros fatos naturais, antes, são construções históricas, sociais e subjetivas que demonstra a eficácia da colonização e a manutenção da colonialidade. Dessa forma, a colonialidade carrega, por si só, dentro da própria matriz colonial, estruturas ultra hierárquicas – como as de raça e de gênero. Tais hierarquias representam, ainda hoje, as normas classificadoras que sustentam o Estado moderno e justificam a fragmentação e a desordem societal (SEGATO, 2012).

Então, quando o MST decidiu pela paridade e as mulheres passam a ocupar o espaço público, ou seja, esse lugar incomum, Liu ressalta: “não foi fácil, por que não era uma coisa que você toma uma decisão e faz, porque a paridade é construir condições diferentes pra quem teve oportunidades diferentes”. Diante desse desafio, era preciso compreender como as condições para sanar essas diferenças estavam sendo construídas e quais seriam as dificuldades práticas da implementação da paridade de gênero. Liu aponta duas dificuldades encontradas nesse processo: a primeira era a própria condução da instância – com duas pessoas no comando, independente do sexo, haveria uma dificuldade em estabelecer uma metodologia para dirigir e para organizar as tarefas, nesse sentido, ela afirma que “um dirigente era suficiente e eu mesmo questionava pra quê que a gente cria problema pra gente, porque um só basta”. A segunda questão diz respeito ao próprio lugar que a mulher tem ocupado na estrutura da sociedade. Dessa forma, quando a paridade foi, de fato, instituída, ela afirma:

Isso virou uma bomba pra nós, porque as mulheres nunca tinham ocupados os espaços de direção não no movimento, mas na vida, nas comunidades onde elas moravam o **costume era obedecer, obedecer, obedecer**. Então de repente elas estão no movimento e elas viram direção, claro que não é nesse toque de caixa que eu tô falando, as companheiras que vão pra direção ela tem uma vivência a mais.[...] Então, naturalmente, a gente teve muito mais dificuldades e a gente passa muito tempo no figurar que você fala. Só que foi um figurar sem figurar. **Porque como a gente nunca teve no espaço, a gente não sabia como lidar com aquilo**. Mas, se esperasse a gente aprender lidar pra ir pra o espaço a gente não ia chegar também. Então, **a gente aprendeu do jeito que a gente aprende na vida mesmo, se lascarando, a gente aprendeu na tora**. (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

Tal realidade traz em seu bojo um novo campo de forças onde há a reconfiguração do sujeito homem como sujeito universal de direito e a constituição da sujeita política mulher

---

<sup>89</sup> Trecho de uma citação da entrevista de Liu transcrita adiante.

camponesa enquanto protagonista da luta pela terra. Esse processo está relacionado a duas vertentes: “tanto na apropriação do espaço público clássico, o espaço político, como na redefinição do privado enquanto espaço de luta e, portanto, espaço público” (PINTO, 1994, p. 196).

A apropriação desses espaços públicos, especialmente, a partir da adoção da paridade de gênero, possibilitou o desenvolvimento do capital político e cultural (BOURDIEU, 2011) das mulheres Sem Terra “na tora” tal como aponta Liu. O capital político está relacionado ao campo político<sup>90</sup> que é permeado por aptidões e capacidades específicas de grupos de indivíduos que estão desigualmente distribuídos no macrocosmo social. Essas desigualdades e desvantagens podem ser vislumbradas na prática política dentro do próprio Movimento: “Você vira dirigente e você se vire junto com as suas companheiras, e o movimento se vire pra fazer mulheres dirigentes”. (Entrevista com Liu, 03/02/20).

Desse lugar inicial – de desvantagem e de quase completa inaptidão com o espaço público e com a posição de comando – essas mulheres foram “lançadas” no campo político – “Isso virou uma bomba pra nós [...]” e, a partir de um esforço coletivo, foi sendo criado um capital político<sup>91</sup>. No entanto, como se sabe, esse capital não é adquirido repentinamente, ao contrário, “ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política)” (MIGUEL, 2003, p. 121).

Essas porções de distintos capitais que formam o capital político e dão legitimidade à ação pública, não alcançavam a grande maioria das mulheres do Movimento quando foi instituída a paridade de gênero e, sendo esse um dos principais motivos, muitas tiveram dificuldades no trato e nas relações dentro da esfera pública. Sobre esse início, Liu lembra que diversas companheiras tiveram que assumir cargos de diretivos e:

[...] muitas de nós sem habilidade nessas decisões, ou muito tímidas, porque é uma coisa que às vezes a gente não leva muito a sério, mas a timidez até por medo, por necessidade de aprovação, essas coisas. Então quando eu me tornei dirigente da brigada, uma brigada de assentamentos muito antigos e eu me lembro muito assim do

---

<sup>90</sup> Um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. Autônomo, segundo a etimologia, significa que tem sua própria lei, seu próprio nomos, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário. Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão (BOURDIEU, 2011, p. 195)

<sup>91</sup> O capital político seria “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (BOURDIEU, 2011, p. 204).

medo que eu senti quando eu reuni na direção da brigada e todos os dirigentes de área eram homens [...] e eu tinha 26 anos e solteira, então eu fiquei com um medo danado, porque eu era relativamente jovem, pode não parecer, a gente não é mais pelo Estado não nos considera jovem mais. Mas o povo camponês, quando ele olha pra uma mulher de 26 anos, eles não acham que a gente tem experiência de vida, né? Então eu senti muita dificuldade (Entrevista com Liu, 02/02/20).

A falta do capital político pode ser evidenciada na insegurança, na inexperiência, no medo e na necessidade de aprovação que caracterizou essa primeira experiência de Liu enquanto dirigente política. A pouca capilaridade política e a lógica natural de que são os homens que mandam geravam muitos questionamentos a respeito da paridade enquanto uma política que era considerada mais figurativa do que propriamente representativa. Sobre essa crítica, Beth afirma que:

ter um homem e uma mulher nem sempre representa o equivalente a ter paridade. Tem a paridade, mas não tem a representatividade, não tem o poder dividido. Isso é uma crítica que a gente tem. Agora, se não houvesse a paridade, também nós não teríamos essa construção. (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Para Beth, a paridade, de fato, funcionou como um “gatilho” para construir e legitimar o lugar das mulheres no âmbito público, mas, pondera ao afirmar que a paridade nem sempre significa representatividade. Para justificar essa assertiva ela faz uma reflexão a respeito das subjetividades:

Quem são as mulheres? Onde elas estão? De onde elas vieram? Qual é a carreira que elas têm? Qual é a formação? Qual é o acúmulo? Porque isso tudo tem a ver. Porque Beth, dirigente nacional, Lucinha, Liu, são mulheres forjadas na luta, mas que tem uma carga de formação, de prática, que levaram elas a tá nessa posição de igual. Mas a companheirinha que tá lá no assentamento, que não saiu de casa e assume o núcleo, por mais que ela tá ali representando aquele núcleo, mas ela não saiu de casa, não teve formação, ela ainda tem um marido que ali a coloca naquela condição, tem um monte de filhos que ela tem que dar conta, ela tem que ir pra roça trabalhar, ela não tem tempo de fazer nenhum processo de articulação. Não é a mesma coisa e ela tá no mesmo lugar da paridade. Então, pra nós tem tudo isso dentro do processo que precisa ser avaliado, mas é fundamental a paridade (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Entender a paridade a partir das condições subjetivas das mulheres Sem Terra é central pois, até então, tal como apontado por Liu, essas mulheres não tinham experimentado e nem ocupado um lugar de direção nem na própria vida o que nos remete a compreender o lugar da “companheirinha” retratado por Beth. Nesse sentido, a compreensão dessas realidades distintas e singulares acaba por revelar a dimensão estrutural da instituição da paridade de gênero dentro do Movimento. Essa dimensão recai inclusive, sobre essas sujeitas – dirigentes nacionais. Nesse

sentido, apesar de afirmar que, ela – Beth, Lucinha e Liu estão “nessa posição de igual” mais adiante, na entrevista, ela diz: “isso não significa que o fato de estar legitimada a gente consiga realizar”. E, na prática, vários são os fatores que dificultam a realização de tarefas, como: a falta de habilitação, trabalhos domésticos, maternidade e a reprovação do companheiro, por exemplo.

Dessa forma, “não basta eliminar as barreiras formais à inclusão [...] é necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, “empurrá-los” para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios” (PHILLIPS, 1999, p. 35 apud MIGUEL & BIROLI, 2014, p. 94). “Empurrá-las para dentro” é, nesse sentido, o mesmo que “aprender na tora”, “se lascando”. Essas figuras de linguagem utilizadas por Liu exprimem o pensamento e a prática da ação. Assim, a exigência de 50% de mulheres em todas as atividades e instâncias do Movimento fez com que o processo de aprendizado de comando fosse pautado tanto na lógica de exercitar-se na prática do poder quanto nos espaços de formação teórica potencializados pelo Movimento.

### **1.3.5– Marias em Luta: Ocupando e Resistindo**

Com a ascensão do neoliberalismo e a consequente reestruturação produtiva do capital, o MST que, até então centrava suas lutas na questão da reforma agrária e na desapropriação de latifúndios improdutivos passa a desafiar, fazendo uso de outras estratégias, a hegemonia do agronegócio. Essa bandeira de luta tem sido fomentada, especialmente, pelas mulheres por entenderem a necessidade de fazerem o enfrentamento ao latifúndio e todas as suas formas de opressão. Assim, nos últimos anos, ações de ocupação e protestos contra empresas altamente produtivas e que reproduzem essa lógica, como a Aracruz Celulose, a Votorantim e a Vale, têm sido cada vez mais comuns (BRUNO, 2008). Parte significativa dessas ações têm sido promovidas pelas mulheres no 8 de março.

Exemplo dessa insurgência aconteceu na madrugada do dia 8 de março de 2006, quando cerca de 1.800 mulheres do MST e da Via Campesina – organização internacional de trabalhadoras/es rurais ocuparam o viveiro horto florestal da Aracruz, em Barra do Ribeiro, município que fica a cerca de duas horas de Porto Alegre. Na ação, sob gritos de ordem contra o latifúndio e contra o monocultivo de eucalipto no Rio Grande do Sul, elas destruíram estufas, bandejas de mudas de eucalipto e denunciaram os graves impactos sociais, econômicos e ambientais causados pela produção de papel e celulose na região (COSTA, 2011).

A esse respeito, é importante salientar que as ações e mobilizações de 8 de março são de responsabilidade e iniciativa das mulheres. As mulheres Sem Terra também tomaram essa data como instrumento político que tem simbolizado rebeldia, autonomia, protagonismo, capacidade organizativa na luta e no enfrentamento ao capital e ao latifúndio. As datas são marcadas por ocupações de áreas públicas e privadas, e em geral, tem como objetivo defender a soberania alimentar, a agroecologia e os direitos das mulheres e denunciar pautas importantes como o uso indiscriminado de agrotóxicos, o desmatamento, as mudanças climáticas, os transgênicos, a violência, o feminicídio, os baixos investimentos na educação do campo, os retrocessos nas políticas públicas de incentivo à produção e etc.

Segundo Pinassi (2010), no início, essas ações foram duramente criticadas pelas lideranças masculinas do Movimento. Porém, com a intensa politização da data comemorativa promovida pelas mulheres Sem Terra e pelos movimentos feministas do campo e da cidade, essas manifestações têm obtido “o reconhecimento e a solidariedade efetiva dos seus companheiros. E isso só ocorre porque a determinação feminina dentro do movimento é mais forte do que as críticas que sofrem” (PINASSI, 2010, p. 1).

Na Bahia, as ocupações já estavam sendo maturadas desde a ocupação de Cutrale<sup>92</sup> em São Paulo. Beth lembra que, historicamente, as ações do mês de março eram realizadas com acampamentos na capital, mas que, por dois ou três anos, essas ações não se realizaram e foram retomadas apenas em 2011:

Nós decidimos que não iríamos mais pra capital fazer acampamento, mas que a gente ia fazer o enfrentamento, porque a gente precisava **protagonizar a ação da luta pela terra pelas mulheres**, porque geralmente as ações que tinham em março eram ações simbólicas, você fazia ocupação de um órgão... Mas era uma ação pontual onde as mulheres faziam e voltavam. A nossa discussão foi: **as nossas ações têm que ser ações de luta pela terra para a resistência**. Então, a gente faz a ação e aquela área passa a ser um acampamento. Claro que depois da ação das mulheres ali, passando uma semana, duas, chegam os outros pra poder...ajudar (Entrevista com Beth, 30/01/2, grifos nossos).

As ações simbólicas e a necessidade de protagonizar essa luta referenciadas por Beth também aparecem na fala de Lucinha: “[...]Começamos a perceber que não bastaria fazer só formação, ocupar INCRA/CDA, reivindicar nossas pautas e não acumular no que é essencial para nós, que é terra conquistada.” (Entrevista com Lucinha, 28/08/20).

---

<sup>92</sup> Cerca de 300 mulheres integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam no domingo, dia 11/11/12, a Fazenda Santo Henrique, da empresa Cutrale, em Borebi, no interior de São Paulo. A ocupação foi organizada pelo MST com o objetivo de denunciar a grilagem e o uso excessivo de agrotóxicos pela empresa.

Tendo como foco de ação esse posicionamento, decidiram com o conjunto do Movimento fazer ocupações de terra pautadas no protagonismo das mulheres: “tinha que ser em março, porque é o mês que a gente faz as ações específicas de debate do Dia Internacional da Mulher. E aí, a nossa decisão foi uma decisão de direção, não foi uma decisão apenas das mulheres, então, a gente tomou essa decisão na direção do Movimento [...]”. (Entrevista com Beth, 30/01/2). Sobre essa característica própria do MST na Bahia, Liu ressalta que: “Nós definimos o alvo coletivamente, nós decidimos quantidade coletivamente, nós fizemos planejamento coletivamente, a execução é que era pra ser dirigida e executada por mulheres” (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Assim, a partir dessa decisão coletiva e do perfil já bem delineado das mulheres que compunham a frente de massas, elas realizaram a primeira ocupação no dia 28 de fevereiro de 2011 na Fazenda Cedro, pertencente à multinacional Veracel Celulose em Eunápolis - Extremo Sul do Estado. Participaram da ação cerca de 1,5 mil mulheres de 26 assentamentos. Essa ocupação é assim relatada por Liu:

Eu e a Eliane ficamos com a tarefa de dirigir o processo de acampamento, porque tinha, eram cinco brigadas, cinco dirigentes políticas. Aí umas ficaram responsáveis pela infraestrutura, outras pela alimentação, outra pela produção e duas pela direção política do acampamento, que era quem ia ser interlocutor [...] Eu e a Eliane ficamos na tarefa dirigir politicamente o acampamento, só que era pra fora essa articulação. Mas, internamente, os articuladores eram dez [...] mais Evanildo. Aí quando a gente ocupou que foi assim um estrondo, nós tínhamos decidido que quem falava éramos nós. A primeira matéria que saiu foi com uma entrevista de Evanildo, porque na hora do fogo mesmo assim ele [...] deu uma entrevista. [...] Na hora que a gente entrou, a TV Sulbahia chegou, porque nós ocupamos faltando [...] 4 dias pra o carnaval de Porto Seguro. Então a matéria mais bombada que teve ele deu a entrevista, então foi assim a primeira matéria [...] aí um monte de jornal, de site reproduz a primeira. [...] Nós fomos bombardeados pelas mulheres [...] dessa Bahia toda, ("Como assim Evanildo?") E aí a gente fazia o quê? Aí nós entendemos o que era ser tutelado. Porque nós entendemos que ele não fez para boicotar nós, mas ele fez. Nós não faríamos. Aí nós acabamos refletindo na direção, no mesmo dia. [...] Aí depois a gente mandou, nosso setor de comunicação mandou uma ratificação, e teve uma parte que elas conversaram com ele e conversaram conosco também, só que tem uma fala que eu não lembro se é minha, ou de Eliane, e eles dizem que é de Evanildo (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Essa primeira ocupação resultou em, pelo menos, dois atos práticos. Por um lado abriu espaço para várias reflexões, em especial, para pensar e problematizar sobre o lugar dos companheiros quando o protagonismo da luta é das mulheres. Diante dessa situação, Liu nos traz esses questionamentos: “Como a gente manter o acordo de que as decisões políticas são compartilhadas e a execução é conosco? Como a gente ter protagonismo, sem ser individualista no processo organizativo?” E, por outro lado, resultou na consolidação da área ocupada – hoje nomeado como Acampamento Irmã Dorothy Stang.

Dessa experiência, outras se seguiram nos anos subsequentes e com resultados práticos importantíssimos para coletivo. O balanço dessas ocupações é descrito por Beth:

Com exceção [...] das fábricas que nós ocupamos, todas as áreas [...] se transformaram em acampamentos. E algumas já em assentamentos. No caso do Margarida Alves, tem em Mucuri... Nós temos acho que umas seis áreas do Extremo Sul que é fruto dessa luta das mulheres. Então foi aí que nós tomamos essa decisão, que precisávamos fazer ações com as mulheres no comando no sentido de todo o processo, não apenas de ir na frente, tirar foto, nada disso, mas de todo o processo. Então, as ações das mulheres, no Extremo Sul principalmente – mas já foi feita no Sudoeste, no Norte, no Sul [...] Agora, o protagonismo mesmo assim, de fato, de resistência, de permanência, de conquista da terra, foi só o Extremo Sul e Chapada. Chapada também a área saiu depois. (Entrevista com Beth, 30/01/2).

Essas áreas são resultado do que é essencial para o Movimento: ocupar, resistir e produzir. Lucinha lembra que o processo das ocupações sempre apontou pautas específicas das mulheres e sempre tiveram um caráter formativo e reivindicatório.

### **1.3.6 – Linhas políticas e Proposições atuais: As Marias feministas**

Desde 2015, as mulheres dirigentes têm se reunido um dia antes da reunião com a DN. Essas reuniões têm servido para fazer um balanço das ações do setor e da participação das mulheres no Movimento. A partir dessa análise fomentada tanto pelas realidades locais quanto pela análise da conjuntura nacional, ficou perceptível que houve um certo recuo na participação das mulheres nos espaços organizativos – especialmente, se comparado com o período anterior caracterizado pela intensa participação e protagonismo – e, além disso, constataram que o uso da violência contra a mulher dentro do Movimento persistia sobremaneira. Com esse cenário pouco animador, as mulheres representadas pelo Setor de Gênero decidiram revisar as linhas políticas do setor<sup>93</sup> (SETOR DE GÊNERO, 2018a).

Essa decisão foi pautada também pelo entendimento de que, passados quase 20 anos do início das discussões das linhas e criação do setor<sup>94</sup>, houveram mudanças significativas que

<sup>93</sup> As linhas políticas de um setor se propõem “a dar o direcionamento às ações que serão desenvolvidas por este, de como será construído internamente na organização, estando presentes na sua elaboração os rumos estratégicos e táticos a serem alcançados” (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 16).

<sup>94</sup> Linhas políticas de gênero no MST aprovadas em 1999 e contempladas no setor de gênero em 2000:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja em nome do homem e da mulher; 2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família; 3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados; 4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres; 5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e

demandavam um processo de reorganização, tais como: a materialidade de luta empreendida pelo Movimento se modificou, a face e as estratégias utilizadas pelo capital se alteraram, novas contradições surgiram e acumulou-se a partir das experiências novas reflexões (SETOR DE GÊNERO, 2018a). Assim, a partir desse contexto que começou a se forjar, especialmente, em 2015, as linhas políticas<sup>95</sup> foram redefinidas tendo como base de sustentação a construção da Reforma Agrária Popular, a luta socialista e a perspectiva feminista.

---

que participe de todas as atividades como representante da instância; 6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher); 7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional; 8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SCA para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos; 9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários; 10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica; 11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.

<sup>95</sup> Linhas políticas:

#### **Dimensão política organizativa**

**1.** Criar e assegurar as condições para que se tenha no mínimo 50% de mulheres nas instancias diretivas do MST, em todas as esferas de atuação. Assegurar 50% da participação de mulheres nos processos de formação política, de capacitação técnica e de escolarização; **2.** Garantir que todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha uma coordenadora e um coordenador que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância; **3.** Garantir que todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias tenham Ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação das mães, dos pais ou responsáveis pelas crianças, compreendendo que a Ciranda é também um espaço de direitos da infância Sem Terra; **4.** Garantir e valorizar a participação das mulheres em todos os setores do MST, principalmente na Frente de Massa e Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, setores com histórico de pouca participação feminina; **5.** Fortalecer a participação dos sujeitos LGBT em todos os setores e instancias do MST; **6.** Garantir a participação ativa das mulheres e das LGBT no processo de luta pela terra e na organização e condução dos acampamentos, dos assentamentos e de toda nossa base social; **7.** Estimular a auto-organização das mulheres e LGBT, de acordo com os princípios organizativos do MST, como espaços de fortalecimento, apropriação, construção coletiva e projeção da participação e da tomada de decisões na organicidade geral do MST. Organizar assembleias de mulheres e de diversidade sexual, desafiando que os homens também se organizem para estudar sobre o patriarcado e o feminismo, refletindo e enfrentando o machismo e as condições privilegiadas construídas historicamente.

#### **Dimensão Cultural**

**8.** Combater todas as formas de expressão do patriarcado e do racismo, compreendendo estes como pilares de manutenção das relações de exploração e dominação; **9.** Compreender a liberdade sexual como elemento constitutivo do ser humano que pretendemos que se forje num processo revolucionário; **10.** Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero, raça, diversidade sexual e classe em todos os espaços de formação, escolas, setores e instancias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional, da infância à vida adulta.

#### **Dimensão Econômica**

**11.** Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra estejam, preferencialmente, em nome da mulher, ou do casal, inclusive casais homo afetivos. Em caso de separação do casal deve permanecer na terra a mulher ou quem detiver a guarda dos/as filhos/as. **12.** Garantir que no cadastro, no documento de concessão de uso da terra e todos os documentos oficiais seja usado o nome social dos sujeitos transexuais e travestis, assim como nas relações informais nas nossas áreas e espaços organizativos; **13.** Assegurar que as mulheres, as LGBT e a juventude, lutem, participem e decidam sobre as políticas públicas, o crédito, a titulação e outros projetos econômicos e de reprodução da vida que envolvem nossa base social; **14.** Incentivar a efetiva participação das mulheres e das LGBT no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados; **15.** Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, rompendo a naturalização da divisão sexual do trabalho, procurando estimular mecanismos que socializem os penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias comunitárias, etc.; **16.** Garantir que as

Essas linhas foram aprovadas em 2020 quando da realização do I Encontro Nacional das mulheres Sem Terra em Brasília. De antemão, é perceptível que a estrutura organizativa das linhas está articulada em quatro temas específicos: Dimensão Política Organizativa, Dimensão Cultural, Dimensão Econômica e Dimensão Subjetiva. A seguir, farei um breve esboço comparativo entre alguns pontos chaves das duas linhas políticas a fim de assinalar os principais avanços na construção das novas linhas políticas.

A **dimensão política organizativa** – “refere-se à nossa forma de atuação na organização como sujeitos políticos” (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 24). Nesse âmbito, há uma preocupação do setor em assegurar a paridade de gênero em todas as instâncias do Movimento garantindo, para isso, o espaço da ciranda infantil. Importante ressaltar que, se comparado as linhas políticas de 1999 há uma maturação da finalidade desse espaço – a ciranda não é mais representada apenas como um lugar para deixar as crianças e garantir a participação do/a responsável mas, é entendida como um espaço de direitos da infância Sem Terra, ampliando o debate sobre a infância. Há ainda um ponto específico que dispõe sobre a participação feminina nos setores de Frente de Massa e no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente – mesmo depois de quase 20 anos, essa demanda ainda persiste. Os três últimos pontos (5, 6 e 7) tratam do fortalecimento, do estímulo a auto-organização e da participação ativa das mulheres e dos sujeitos LGBT’s em todos os setores, instâncias e na condução e organização dos acampamentos e assentamentos do MST. Como já assinalado, a introdução dos sujeitos LGBT’s é fruto das discussões com o setor de Gênero e do reconhecimento da invisibilidade e opressão sofrida por essas/es sujeitas/os – esse tema não aparece nas linhas políticas anteriores.

A **dimensão cultural** “refere-se à nossa formação cultural, política e social, a como nossa militância deve encarar o debate e a práxis militante em relação ao feminismo e à diversidade sexual, na esfera pública, na vida privada e nas relações humanas em geral” (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 46). Os três pontos que tratam da dimensão cultural, trazem conceitos e expressões a respeito do patriarcado, racismo, liberdade sexual, gênero, raça e

---

mulheres e as LGBT participem da condução política de cooperativas e associações, nas agroindústrias, cadeias produtivas e nos processos de comercialização, feiras livres, com igualdade na remuneração das horas trabalhadas; **17.** Reconhecer e fortalecer o protagonismo e o trabalho das mulheres na produção agroecológica nos processos produtivos coletivos, na geração de renda e na soberania alimentar.

#### **Dimensão subjetiva**

**18.** Combater todas as formas de violência, nas suas várias expressões, particularmente contra as mulheres, negras, indígenas, crianças, jovens, idosas e LGBT que são as maiores vítimas de violência no capitalismo; **19.** Combater o processo de naturalização os papéis sociais instituídos pela sociedade patriarcal que define rigidamente o lugar ocupado por mulheres e homens; **20.** Defender o direito inalienável das mulheres de decidirem sobre seu próprio corpo, no que se refere a sua vestimenta, com quem e como se relacionar e sobre sua vida reprodutiva. **21.** Aprofundar o debate e potencializar a reflexão com o conjunto de nossa base acerca da descriminalização do aborto (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 20-23).

diversidade sexual – à exceção de gênero e classe, os outros temas não foram abordados anteriormente. Com o amadurecimento dos conceitos e da própria identificação enquanto feministas, as linhas pertinentes à dimensão cultural são, de certa forma, revolucionárias. Propõem, o combate ao patriarcado e ao racismo – entendendo estes como a base de sustentação das relações de exploração e dominação, a liberdade sexual é percebida como elemento constitutivo do ser e, compreendendo a importância das temáticas, asseguram a realização de atividades de formação em todos os espaços formativos e com todas as instâncias do MST.

A **dimensão econômica** “refere-se às conquistas econômicas que podemos obter ainda no interior de uma sociedade capitalista e direitos que fazem avançar a luta contra o capital, fortalecendo as mulheres e as LGBT como sujeitos políticos e sociais” (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 67). Composta por 7 linhas políticas, a dimensão econômica também apresenta avanços nas propostas de autonomia econômica e formação identitária. A garantia do documento de concessão do uso da terra em nome do homem e da mulher já consta nas linhas políticas de 1999 – o avanço nesse ponto refere-se ao fato de que, agora, o cadastro deve ser preferencialmente, em nome da mulher, ou do casal seja ele heterossexual ou homoafetivo – garantindo, também, que conste no documento o nome social desses sujeitos. Em casos de separação conjugal – o lote deve permanecer com a mulher ou com quem tiver a guarda das/os filhas/os. A linha seguinte trata da efetiva participação e decisão das mulheres, das LGBTs e da juventude nos projetos econômicos e na reprodução da vida. O ponto 14 replica o ponto 3 das linhas políticas de 1999 acrescentando ao lado do termo mulheres, o termo LGBT. No ponto a seguir (ponto 15), que trata da cooperação de forma ampla é acrescentado uma parte importante: rompendo a naturalização da divisão sexual do trabalho – esse complemento está relacionado com as discussões sobre o patriarcado que é entendido como sendo “origem da opressão sobre as mulheres e as lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, é um sistema fundamentado na divisão sexual do trabalho e na propriedade privada muito anterior ao capitalismo” (p. 20). O último ponto insere uma discussão latente e necessária que configura o protagonismo feminino dentro do Movimento – a produção agroecológica vinculada a geração de renda e a soberania alimentar. Essas discussões não estão presentes nas linhas políticas de 1999.

Por fim, a **Dimensão subjetiva** “refere-se à forma com que a dominação/exploração capitalista, patriarcal e racista é vivida por nós no cotidiano e expressada nas diversas formas de violência (física, moral, psicológica, sexual e patrimonial) a que estamos submetidas” (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 81). Nesse aspecto é inserido uma série de demandas necessárias e importantes para a emancipação feminina como: o combate a todas as formas de

violência contra as mulheres (incluído também nas linhas políticas de 1999) aqui é incluído outras categorias identitárias e de geração que busca dimensionar a diversidade das mulheres; o combate a naturalização dos papéis sociais instituídos e naturalizados pela sociedade patriarcal; a defesa do direito inalienável sobre seus corpos – cabendo à elas a escolha e decisão sobre sua vida nos seus vários aspectos – apresentado um ponto específico para tratar sobre a necessidade em aprofundar o debate com relação a descriminalização do aborto.

De forma geral, essas novas linhas políticas trouxeram avanços significativos não só para as mulheres e LGBT Sem Terra, mas, para toda classe trabalhadora. Dessa forma, o setor de gênero reafirma a luta feminina pela resistência e pelo socialismo e reconhece que não há libertação da classe trabalhadora sem a libertação da mulher pois, para além da luta pela terra, “há que se pensar na luta pela transformação da sociedade machista, reconhecendo os direitos das mulheres e qualificando-as como protagonistas em muitos processos de resistência” (SETOR DE GÊNERO, 2015, p. 6)

Esses avanços são, na verdade, reflexo de um intenso processo de afirmação da identidade e de reconhecimento aliado a uma conjuntura política nacional e internacional que se vincula a um projeto político de alijamento de direitos, ofensiva do capital e hegemonia do agronegócio e da mineração. Nesse contexto, as mulheres Sem Terra, a partir de uma construção coletiva fomentada por Organizações de mulheres do campo, “experimentou novas táticas de luta e se reencontrou com o feminismo revolucionário, inscrevendo nele, a realidade das mulheres do campo” (SETOR DE GÊNERO, 2018a, p. 10). Assim, elas têm fomentado a construção do ser feminista enquanto movimento político que apresente pautas concretas que possam alterar a vida das mulheres e do conjunto da classe trabalhadora e que reafirme os compromissos com a construção socialista. É nessa conjuntura que o feminismo camponês e popular tem sido elaborado continuamente com vistas a sanar as demandas reais das mulheres do campo, construir uma nova sociabilidade, baseada em novas relações de trabalho e uma matriz produtiva baseada na agroecologia, na alimentação saudável e na Reforma Agrária Popular. Retornaremos ao tema do feminismo camponês e popular no capítulo 5. No capítulo seguinte abordaremos a trajetória de vida de Lucinha.

## **CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA DE VIDA DE LUCINHA – “A HISTÓRIA DA NOSSA FAMÍLIA É ENTRELAÇADA COM A HISTÓRIA DE VIDA DO MST”**

**Breve nota introdutória sobre as histórias de vida que serão retratadas neste e nos próximos dois capítulos:**

Quando nos propomos a compreender a trajetória de vida de três mulheres que ocuparam e ocupam o cargo de DN partimos do princípio, tal como alertado por Bourdieu (2006), que as construções narrativas produzidas não são um conjunto de fatos e acontecimentos coerentes e lineares, ao contrário, esses relatos apresentam-se de forma multifacetada e complexa, pois são construídos a partir de imagens (algumas muito nítidas e outras nem tanto), de representações de si e do coletivo (que, por vezes se confundem) e de eventos que se desviam e se deslocam temporalmente (por esse motivo os temas “vem e voltam” durante as entrevistas).

Diante dessa realidade prática vivenciada na construção desse trabalho, entendemos que, para dotar de inteligibilidade essas trajetórias que, algumas vezes, não se apresentam dentro de uma linearidade cronológica torna-se necessário compreender o contexto social, político, econômico e cultural em que essas memórias foram construídas e estão sendo representadas. Entendemos, portanto, que a memória deve ser compreendida como um fenômeno coletivo, ou seja, uma construção social constituída a partir das relações mantidas entre os indivíduos e os grupos e produzidas a partir de um tempo e lugar específicos (HALBWACHS, 1990).

Partindo dessa compreensão, as histórias de vida serão analisadas tendo como centralidade a interseccionalidade de gênero, classe, raça e território aliada a perspectiva decolonial. Essa perspectiva nos proporcionará um olhar crítico sobre os corpos, os modos de vida, os processos de resistências e as subjetividades que perfazem tanto a trajetória de cada uma dessas lideranças que transitam entre o rural e o urbano quanto da trajetória do MST. Importa ressaltar ainda que o foco pretendido nesses capítulos não é a construção epistemológica, mas, a reconstrução da trajetória de vida dessas sujeitas.

Dessa forma, compreender, por exemplo, um pouco da história do MST na Bahia, bem como sua territorialização e organização, implica conhecer também a história de vida de Lucinha, de Beth e de Liu e os principais elementos que as forjaram para assumirem cargos de liderança historicamente ocupados por homens. Assim, as memórias individuais aqui apresentadas, se relacionam diretamente com as memórias coletivas e contribuem para a formação identitária do ser Sem Terra justamente, por entendermos que os grupos se constituem

como comunidades afetivas que proporcionam sentido, estabilidade e coerência às representações coletivas. (HALBWACHS, 1990). Essa simbiose de pertencimento e identidade é evidenciada pelas três sujeitas. Para Lucinha, “a história da nossa família é entrelaçada com a história de vida do MST” (Entrevista de Lucinha, 09/01/20), já Beth ressalta que “[...] Eu, Beth, sou tudo isso. Sou esse acúmulo de tudo o que o MST construiu” (Entrevista de Beth, 30/01/2020) e, finalmente, Liu sentencia: “[...] não tenho dúvida nenhuma, a minha fala é a síntese da luta coletiva. A minha experiência de vida é a síntese da luta coletiva” (Entrevista de Liu, 02/02/2020).

**Fotografia 2 - Da esquerda para a direita: Liu, Beth e Lucinha.**



Fonte: Reprodução/Facebook

Essas histórias entrelaçadas se desenvolveram em um terreno fértil e repleto de conflitos por terra: o Extremo Sul da Bahia<sup>96</sup> – essa foi, justamente, a região onde os Sem Terra plantaram a primeira semente para a organização do MST na região Nordeste (FERNANDES, 2001a). É a partir desse território que essas lideranças irão contribuir para o conjunto da luta pela terra e pela reforma agrária na Bahia.

<sup>96</sup>O Extremo Sul é formado por 21 municípios, são eles: Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda.

Esse capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória de vida de Lucinha – da infância aos dias atuais – trazendo também uma leitura sociológica a partir da perspectiva decolonial.

## 2.1 – Lucinha: Da infância aos primeiros contatos com o MST

De família extensa, Vera Lúcia Da Cruz Barbosa – Lucinha é a 12ª filha de 15 filhas/os<sup>97</sup> de Presilina Ribeiro da Cruz (Dona Zil) e de João de Almeida Barbosa (Sr. João ou Sr. João Carroceiro). Lucinha e seus irmãos nasceram na zona rural de Eunápolis, no extremo Sul da Bahia. As memórias que remetem a sua infância são de quando a família já morava na cidade: “no Pequi, na rua Dom Pedro I, última casinha ali no fundo do cemitério [...]. Depois, eu mais velha um pouco a gente foi morar lá na Minas Gerais [...]. Aí eu já tinha o quê? 15, 16 anos foi quando a gente conheceu o MST.”

Ainda criança, o pai, o avô e os tios deixaram a zona rural e foram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Ela conta que a família “tem toda uma história de perda de terra, de vender por bobagem. Diz que meu avô tinha uma pequena propriedade. Mas as histórias que pai conta pra gente é assim, foi muito dele trabalhando na roça dos outros, né?” Na época, seu pai era filiado ao sindicato rural e chegou a ter a carteirinha do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). Ele pagava o sindicato e ia nas diversas reuniões – elas, eram, segundo Lucinha, “a esperança dele ter um pedaço de terra”. Enquanto o retorno para a roça com o seu pedaço de terra não se concretizava, a vida na cidade seguia.

Foi no auge dos seus 19 anos que Presilina Ribeiro da Cruz aceitou o pedido de João de Almeida Barbosa e deram início a “produção em larga escala”. Com um total de 15 filhos biológicos e uma filha adotiva, Sr. João esboçava um orgulho danado pelo tamanho da prole. O menino que ele tanto esperava só veio na terceira gravidez. Tanto a mãe quanto as irmãs mais velhas (Maria de Lourdes e Porfíria) contam sobre a decepção que ele tinha pelo fato de ainda não ter tido um filho homem. Lucinha lembra:

Até hoje quando você conversa com pai é impressionante como o **machismo é enraigado nas nossas vidas, entrelaça as histórias, enfim**. [...] Elas contam a agonia de pai porque a esperança de todos os casais, quando casavam e tal era que o primeiro, o mais velho, fosse homem. Depois podia vir mulheres, mas o primeiro tinha que ser homem. O primogênito, porque é primogênito, ele vai dar sequência do pai, **ele vai ajudar mais na roça, porque trabalha mais que a mulher, porque faz mais coisas** [...]. **É tanto que a minha irmã mais velha ela até hoje você olha pra ela assim e ela é o corpo de homem, sabe? Porque ela acabou sendo o filho homem que o**

<sup>97</sup> Maria de Lourdes, Porfíria, Pedro, Maria Francisca, Josefa, Antônio, Noeme, Noeme (após o falecimento muito nova de Noeme, Lucinha conta que sua mãe decide repetir o nome na filha que nasce em seguida), Raimundo, Vera Lúcia, Sabina, Agnaldo e Marcelo.

**meu pai esperava. Ela sabe fazer tudo [...]. Ela roçava, ela era lenhadora, ela derrubava, ela era do plantio[...].** Qualquer coisa na roça que você pensar minha irmã mais velha sabe fazer. E fazia. Disputava com meus irmãos, com o marido. Então ela acabou, como não veio o primeiro filho homem, então as mais velhas acabava fazendo o papel. Mesmo que não reconhecida, né? (Entrevista com Lucinha, 09/01/20, grifos nossos).

Na citação acima é perceptível que Porfídia (a primogênita) inculca uma performance masculina para ser aceita e tentar reduzir a agonia do pai. Nesse processo, seu corpo ganha contornos masculinos e o trabalho pesado/braçal – função realizada “naturalmente” pelo homem da roça passa a ser desempenhado por ela. Apesar de todo esse esforço e da eficácia em realizá-los tão bem quanto um homem, Lucinha é enfática ao afirmar que seu trabalho não era reconhecido.

O não reconhecimento da capacidade da mulher em realizar trabalhos duros e/ou pesados está diretamente relacionado com as construções simbólicas e culturais que evidenciam as desigualdades, define papéis sociais e estabelece hierarquias entre os corpos masculinos e femininos – *locus* do exercício do poder (SAYÃO, 2003).

Essas construções, passam a identificar uma suposta inferioridade feminina inscrita em um corpo frágil, com fala dócil, emocionalmente afetiva, naturalmente propensa aos cuidados da família e do lar, suscetível a realização de trabalhos leves e que fornece “ajuda” nas atividades ditas produtivas. Tais características as ligam diretamente a esfera da vida privada e reprodutiva ficando condicionadas ao espaço doméstico enquanto os homens são partícipes da vida produtiva e pública sendo reconhecidos por serem ativos, provedores e capazes de realizar o trabalho pesado. Esse quadro vicioso de reportar a fragilidade e a incapacidade física e intelectual na realização de determinadas tarefas pelas mulheres, tanto rurais quanto urbanas, pode ser compreendido a partir da sua vinculação ao sistema patriarcal e eurocêntrico instituído pelo colonialismo que impôs a hierarquização dos papéis sociais e criou a divisão sexual (e racial) do trabalho (QUIJANO, 2005). Dessa forma, o híbrido entre colonialidade e patriarcado – e todas as suas derivações – culminaria em um patriarcado colonial moderno e na colonialidade de gênero (LUGONES, 2014; SEGATO, 2012). Para Mária Lugones (2014)

O longo processo de subjetificação dos/as colonizados/as em direção à adoção/internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social – uma marca de civilização, cidadania e pertencimento à sociedade civil – foi e é constantemente renovado (LUGONES, 2014, p. 942).

Tal construção normativa tem sido reproduzida e renovada pela matriz estatal republicana que estabelece o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo/ improdutivo. No meio

rural, ainda que as relações de trabalho nem sempre sejam assalariadas, essa realidade é perceptível (KEMPF & WEDIG, 2019). A configuração da família de Lucinha não foge à regra. Apesar da divisão sexual do trabalho ser bem delimitada, D. Ziu acumulava funções: além dos afazeres domésticos, ela também participava de todo o processo de produção na roça ao lado de Sr. João. Quando se mudaram para a cidade, esses espaços foram sendo demarcados: “Mãe nunca trabalhou fora. O trabalho de mãe sempre dentro de casa. Trabalho não remunerado, trabalho doméstico, que era cuidar dos filhos, cuidar da casa e botar tudo em ordem. E pai trabalhando de carroceiro e os outros irmãos.” Além disso, é possível notar que o caráter patriarcal da unidade familiar e as relações assimétricas de gênero são mais visíveis no meio rural, pois, ainda há um forte conservadorismo ligado às questões religiosas e de origem ética que organizam a estrutura da família camponesa especialmente, a partir da presença patriarcal configurado como o chefe da família (DEERE; LEON, 2002).

Dentro dessa estrutura Lucinha ressalta como eram estabelecidas as relações assimétricas:

Os homens/os meninos, eles tinham liberdade para ir pra escola, mas os mais velhos não queriam. Eu lembro disso ((riso)). [...] era bem deliberado isso lá em casa, (meu pai dizia: “vocês homens podem”). Sabe? Eles podiam sair à noite, eles podiam durante o dia [...]. Nós não podíamos sair. Nós, as mulheres, nós só podíamos sair tipo se um dos irmãos fosse junto, pai só autorizava assim, ou se tivesse com pai e mãe. E tinha que ver também pra onde a gente ia. Tipo, a gente nunca saia pra dançar, aqui do lado tinha uma casa de festas que era Barrancos, que era famosa aqui em Eunápolis. A gente ficava morrendo de vontade de vim nesse bairro, nunca pai deixava [...]. Então eles tinham muita liberdade de movimentação, mas nós mulheres não (Entrevista com Lucinha 09/01/20).

A citação acima traz dois pontos importantes para a análise. O primeiro é que o espaço da rua e a liberdade de transitarem sozinhos nos espaços públicos era concedido apenas aos filhos homens. O espaço das meninas ficava, basicamente, circunscrito ao ambiente doméstico – considerado seguro, e aqui entra o segundo ponto – quando lhes era permitido sair da esfera privada, só podiam fazê-lo com um dos irmãos ou com os pais. Sobre essa situação, Lucinha complementa: “É aquilo a gente entendia que era um cuidado. Quer dizer, por um bom tempo as minhas irmãs mais velha ainda entende como cuidado [...]”. (Entrevista com Lucinha 09/01/20).

A preocupação, o cuidado e o amor sob o signo da fragilidade feminina propiciou, por exemplo, a sujeição desses corpos femininos ao poder do chefe da família. Entretanto, o que mais nos interessa nessa análise não é essa sujeição, mas a compreensão das relações de gênero

a partir das estratégias de resistência e enfrentamento, por vezes sutis, utilizadas pelas mulheres para encontrar alternativas e burlar esse sistema de opressão.

A concepção de poder apresentada por Foucault (2004) permite romper com a dicotomia entre o masculino (quem detém e exerce o poder) e o feminino (quem sofre a ação desse poder), justamente, por assinalar que as relações de poder são móveis e, assim sendo, o elemento de desequilíbrio pode ser modificado e invertido. Dentro dessa perspectiva, Saffioti (1992) ressalta que a relação de dominação-exploração exercida pelo homem não presume a anulação da mulher que está sendo dominada e explorada. Pois, “sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais” (SAFFIOTI, 1992, p. 184). Tal constatação nos leva a perceber que as relações de poder não apenas proíbe, adentra ou dita normas, mas elas também produzem estratégias, táticas e técnicas, aparentemente banais, mas que são utilizadas no âmbito da resistência. Dentro dessa perspectiva, Foucault é taxativo: onde tem poder, têm resistências. Essas resistências são compreendidas por Mária Lugones como “proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva” (LUGONES, 2014, p. 939). Dessa forma, ela entende que

A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno (LUGONES, 2014, p. 940).

Nesse sentido, o lócus fraturado entre a sujeitificação e a subjetividade ativa dentro da relação oprimir/resistir nos leva a enfatizar, como ponto central, as resistências concretas vividas pelas mulheres negras e rurais à colonialidade do gênero – que, segundo Lugones (2008, p. 941) permite “compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” – aqui representadas, especialmente, por Lucinha e por sua mãe – Dona Ziu.

Com seus saberes ancestrais pautados nas ciências africanas<sup>98</sup>, Dona Ziu – “sabia todos os tipos de reza [...]. Ela rezava contra lagarta, praga de lagarta na roça. Mãe rezava contra o fogo [...]. Quando a gente tava com muita dor de cabeça [...] ela rezava a gente por horas[...]” – , soube utilizar-se de técnicas e conhecimentos não formais para fazer pequenas

---

<sup>98</sup> Termo utilizado por Lucinha.

revoluções cotidianas como estratégias de resistência. Uma dessas revoluções foi “banciar” os estudos das filhas. Mesmo sem ter tido acesso a escola, sem ter documentos – “Papai conta histórias de quando tava junto com mãe, de que ele que registrou mamãe. E registrou mamãe na primeira leva dos filhos, quando eles tiveram acho que era dois, ou era três filhos, que acumulava.” – e sem, ao menos, saber escrever seu nome. No entanto, D. Ziu, já àquela época, entendia que o estudo era muito importante para mudar de vida e uma possibilidade de libertação. A falta evidenciada na frase acima – sem instrução formal, sem documentos e sem saber ler e escrever, de forma alguma, representa a figura de D. Ziu. Seus saberes foram herdados da sua ancestralidade, da sua religiosidade, da sua força intuitiva e das experiências e lutas diárias que a vida lhe ofereceu. É com esse conhecimento que D. Ziu faz uso da sua subjetividade ativa.

Lucinha conta que, àquela época, os estudos se resumiam a prática do ABC na cartilha e, diante das dificuldades, seus estudos começaram no quintal de D. Helena – ela era vizinha da sua casa e foi sua primeira professora. A estrutura da sala de aula improvisada é assim descrita por Lucinha: “ela [...] botava três lajotas e pegava uma tábua e botava em cima das lajotas. E ali a gente sentava. Botava o caderno no coiso, o ABC em cima da perna e ela ia falando, pegava o caderno, escrevia algumas coisas a gente ia fazendo[...].” O fato da escolinha funcionar ao lado da sua casa facilitava a aprovação do pai para que pudessem frequentar as aulas. Mas, passado esse processo de alfabetização era necessário mudar de escola e matricular as filhas no colégio formal. E assim, Dona Ziu fez:

Ave Maria! Quando mãe matriculou a gente nessa escola parecia que a gente tava em outro nível. A gente era as pessoas mais importantes do mundo (risos), porque a gente ia pra escola. Eu e Noemia e minha irmã caçula. Mas as outras mais velha não teve essa oportunidade, né? Eu acho que Lurdes deve saber assinar o nome dela, Porfídia deve saber assinar o nome dela. Porfídia ela aprofundou os estudos quando ela foi pro assentamento agora já depois de velha, que ela tava aprendendo [...]. Mas os estudos que tiveram em casa foram esses, né? De aprender a fazer o nome. Por que? Porque pai dizia muito que as filhas mulheres aprender ler e escrever era só pra fazer sacanagem, fazer carta para namorado, né? Ele falava isso. E mãe brigava com ele [...]. Aí, ele dizia: “Pra que estudar? Vai aprender a ler pra quê? Fazer vagabundagem, mandar bilhete pra namorado”. A gente foi pra escola e cada hora era uma briga em casa de pai mais mãe, por causa da hora da gente sair pra escola. Mãe que bancava, mãe que bancou pra gente ir para escola (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

Diante da negativa de Sr. João pautada pelo argumento de que os estudos só serviriam para que as filhas fizessem vagabundagem, outro fator pesava ainda mais: o pouco dinheiro que se tinha era para comer e, portanto, não dava para gastar com coisas desnecessárias. D.

Ziu vivia aquela dificuldade financeira e, por isso, não dava para contestá-lo com argumentos. Era preciso agir:

Aí ela fazia o quê? Ela ia pros brejos[...]. Lá no bairro do Pequi tinha uma ribanceira que embaixo tinha córregos e tal e tinha muita taboa [...] é uma planta que transformam em esteira, que é o produto da esteira. Aí mãe fazia sabe o quê? Ia com agente (“vamo minha filha, vamo cortar taboa”). E a gente descia, cortava taboa, botava essas taboas pra secar, depois que secava a gente trazia essas taboas pra casa e seca, aí mãe começou a fazer esteira [...] e a gente saía vendendo as esteiras na rua (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

A estratégia utilizada foi suficiente para pagar os materiais escolares e superar os argumentos de Sr. João. Mas, mesmo assim, não se dando por vencido, ele argumentava: “você fica incentivando essas meninas a virar puta[...] e mãe peitava.” Foi “peitando” Sr. João que D. Ziu conseguiu que suas filhas mais novas estudassem até a quarta série.

Quando chega a quarta série, aí um novo problema, porque como a gente era um dos bairros periféricos [...] e quando você entrava na quinta série já não tinha mais nos bairros. Tinha que vim pra cá pro centro aqui nos colégios maiores e a grande maioria das vagas eram a noite. Aí, aí proibiu geral: “ Não, agora não tem, não tem nada. Vocês saírem pra atravessar a pista, sozinhas pra ir pro centro e se não achar vaga de dia? Vai de noite, nem pensar”. A gente não saía de noite, não podia, nem comprar pão a gente não podia. Aí pronto, aí mãe não teve mais como. Aí parou a gente, aí parou todo mundo de estudar (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

O fato de terem ido até a quarta série não é negligenciado ou diminuído, ao contrário, ter conseguido ir para escola com toda dificuldade financeira e com a vigilância do pai é visto, especialmente pelas irmãs mais velhas, como uma vitória: “mas vocês chegaram longe, porque a gente não conseguiu nem chegar. A gente não conseguiu nem se alfabetizar e vocês ir até a quarta série.” Lucinha chegou ainda mais longe. Ela retomou os estudos depois que adentrou no Movimento e, através do incentivo do prof. Lourivaldo Valentim da Silva que, há época era reitor da UNEB, ela conseguiu concluir a oitava série pelo exame supletivo – CPA (Comissões Permanentes de Avaliação) na UNEB de Salvador (Cabula).

Ainda sobre sua trajetória nos estudos, Lucinha conta que esses dias perguntou a seu pai: “Oh pai, porque você não deixou a gente estudar?” – Ah minha filha era muito medo de vocês se desertarem, sair de mim, vocês iam embora[...]. Então hoje tem todo um discurso. Mas é o próprio sistema, né? Aos filhos tudo pode, as filhas é: Pra quê? [...]”. Através dessa fala, Lucinha não culpabiliza o pai por não ter deixado elas estudarem, mas, entende que essas ações e pensamentos são frutos de um sistema de dominação-exploração que condiciona(va) e

disciplina(va) os corpos femininos por meio de padrões culturais, religiosos e sociais alheios, por vezes, aos seus desejos.

É importante ressaltar que os efeitos desse sistema não foram vivenciados apenas nos papéis sociais estabelecidos na dicotomia homem/mulher mas, extrapolam essa normatização exercendo outros tipos de violências simbólicas, por exemplo: no campo da religiosidade e no reconhecimento da ancestralidade negra.

Compreendemos que essa realidade é resultado do sistema de poder global – “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” (BERNARDINO-COSTA & GROSGOUEL, 2016, p. 17) iniciado no século XVI nas Américas a partir de um processo de colonização pautado em um tipo de classificação social: a ideia de raça que está em vigor até hoje. Para Quijano (2005) essa ideia foi utilizada pelos colonizadores como o principal elemento que constituiu as relações de dominação que a conquista exigia e pautou-se em uma suposta distinção da estrutura biológica que situava alguns povos em situação natural de inferioridade em relação a outros. A formação de relações sociais, segundo o autor, também esteve fundada nessa ideia e “produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras [...]. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”<sup>99</sup> (QUIJANO, 2005, p. 107).

Esses povos conquistados e dominados – diferentemente da posição de inferioridade que lhes foi imputada – possuíam complexas sociedades organizadas e constituídas de história, linguagem, cultura, memória e identidade, mas, foram reduzidos a uma única identidade: índios<sup>100</sup> (QUIJANO, 2005). O mesmo aconteceu com “os povos trazidos forçadamente da

---

<sup>99</sup> Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 107-108).

<sup>100</sup> Sobre o tema, Lugones (2014) ressalta que os colonizadores ao aportar nos territórios que seriam transformados em colônias “encontrou-se não com um mundo a ser estabelecido, um mundo de mentes vazias e animais em evolução. Ao contrário, encontrou-se com seres culturais, política, econômica e religiosamente complexos: entes em relações complexas com o cosmo, com outros entes, com a geração, com a terra, com os seres vivos, com o inorgânico, em produção; entes cuja expressividade erótica, estética e linguística, cujos saberes, noções de espaço, expectativas, práticas, instituições e formas de governo não eram para ser simplesmente substituídas, mas sim encontradas, entendidas e adentradas em entrecruzamentos, diálogos e negociações tensos, violentos e arriscados que nunca aconteceram.” (LUGONES, 2014, p. 941).

futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de *negros*” (QUIJANO, 2005, p. 116). Para o autor, essas novas identidades sociais raciais, coloniais e negativas produziram consequências drásticas que são sentidas ainda hoje.

Tais consequências podem ser facilmente percebidas na narrativa de Lucinha em, pelo menos, dois episódios. O primeiro é quando perguntei a ela sobre se a família se reconhecia enquanto negra e o segundo é a respeito da religiosidade. Sobre o primeiro ponto, ela afirma:

Mãe era pele mais clara, não era branca, era negra. Porque vovô negro, minha avó era um pouco mais branca. Papai é negro, nós somos negros, negros. **Agora papai é mais, a pele mais escura [...]. Negro mesmo [...]. Mas ele não se acha negro.** Com todas as discussões que a gente faz em casa. Ele em alguns momentos até quando ele tá assim, até se reconhece e tal. Mas daqui a pouco uma hora, ou outra você vê: [pai]: **“fulano é negro mesmo, né? Ali é negro do beijo virado, aquele veio da África, coitado”**). [...] Ele não se enxerga e não se vê como negro. Aí eu fico olhando, como você trabalhar a escravidão da mente é um negócio impressionante. [...] Há uma vontade, você vê, eu fico sempre observando pai, ele sabe que ele é, “olha sou negro e tal”, mas tipo, não se reconhece, vai ter sempre um mais negro que ele. [pai]: **“Esse é o negro, eu sou mais ou menos”**. **Porque o ser negro é uma diminuição** (Entrevista com Lucinha, 09/01/20, grifos nossos).

A escravidão da mente – nas palavras de Lucinha – tende a gerar a inferiorização, a vergonha e o não reconhecimento da negritude e, entendemos que ela é resultado latente do “*colonialismo global*<sup>101</sup>” – que, mesmo após a descolonização jurídico-política, expressa-se, ainda hoje, na colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), do saber e do ser (MALDONADO-TORRES, 2008). Esse padrão de poder colonial/moderno, capitalista e eurocentrado, codificado a partir da ideia de raça, não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle da subjetividade, do Estado e de suas instituições, da cultura e da produção do conhecimento. Criou-se, portanto, uma identidade hegemônica que sempre privilegiou a beleza, o conhecimento, a cultura, as tradições, a religiosidade e cosmologias masculina, cristã e ocidental (GROSFOGUEL, 2011) – que, aliado aos atributos morais e intelectuais eram tidos como puros, belos e sagrados.

Por outro lado, as construções sociais em torno do corpo negro, da cultura, da religiosidade afro-brasileira e do conhecimento produzido no continente africano foram baseadas a partir de estereótipos negativos – atribuindo-lhes uma essência de inferioridade e

---

<sup>101</sup> Segundo o autor, a palavra “colonialismo” é usada para se “referir a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial, como é o caso do período do colonialismo clássico” (GROSFOGUEL, 2008, p. 9).

maldade<sup>102</sup>. Esses processos influenciaram na percepção dos indivíduos, sejam eles brancos ou negros, e, portanto, no modo de construção das representações sociais.

Na sociedade brasileira, essa ambiguidade é acentuada pelo racismo<sup>103</sup> que, através do Estado moderno – responsável pela manutenção da colonialidade – apresentou como lógica central a política de branqueamento e o mito da democracia racial<sup>104</sup>. Para Lélia Gonzalez (2011), o racismo latino-americano é sofisticado pois foi capaz de manter negros e indígenas na condição de subordinados graças a ideologia do branqueamento que reproduz<sup>105</sup> e perpetua a ideia de que os valores culturais e crenças dos colonizadores são universais e os únicos verdadeiros. Tais crenças produzem “efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura” (GONZALEZ, 2011, p.15).

A eficácia do mito da superioridade branca é percebida na fala de Sr. João – reproduzida por Lucinha: “fulano é negro mesmo, né? Ali é negro do beijo virado, aquele veio da África, coitado [...] Esse é o negro, eu sou mais ou menos”. Essa fala revela o desejo de se aproximar cada vez mais dos atributos da identidade hegemônica e, ao tempo, se afastar do inconsciente coletivo do que é ser negro. Tal percepção, como já apontado acima, não deve ser entendido como fruto inerente ao indivíduo, mas, como consequência histórica do processo complexo de construção identitária que estabeleceu hierarquias raciais e culturais e conduziu o negro a pensar e agir socialmente a partir do mundo dos brancos.

Essa realidade se estende também para a negação da própria cultura – representada na fala de Lucinha quando perguntada sobre as práticas religiosas da família. Ela ressalta:

---

<sup>102</sup> Fanon (2008) ressalta que foi criado um mito do negro através de fetiches - selvagem, analfabeto, estúpido, sensual, emotivo e dócil. Essa percepção gerou “no inconsciente coletivo que negro = feio, pecado, trevas, imoral. Dito de outra maneira: preto é aquele que é imoral [...]” (FANON, 2008, p. 162)

<sup>103</sup> Segundo Grada Kilomba (2009), o racismo apresenta três características simultâneas: “a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como "diferente" devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os "Outras/os" raciais "diferem". [...] Nesse sentido, não se é diferente, torna-se "diferente" por meio do processo de discriminação. A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como "diferente", mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. [...] Esses dois últimos processos – a construção da diferença e a sua associação com uma hierarquia – formam o que também é chamado de preconceito. Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca.[...] (KILOMBA, 2019, p. 75-76).

<sup>104</sup> A antropóloga e ativista negra Lélia Gonzalez está entre as principais vozes que buscaram desconstruir o mito da democracia racial ao denunciar que o sistema escravista-patriarcal brasileiro não se constitui sobre relações harmônicas, mas, tem por base a violência racial e sexual que vigora desde a colonização.

<sup>105</sup> A reprodução era transmitida, segundo a autora, “pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais” (GONZALEZ,2011, p.15).

A gente nunca teve assim uma educação religiosa não. Minha família tem muita relação mesmo que **escondida**, se a gente pegar os detalhes, com o **candomblé**, mas **nunca assumida**. Hoje [...] as pessoas até **escondem parte da história porque tem vergonha de dizer**. Mas assim, você pega, hoje eu fico pensando, eu pego detalhes você vê que tinha uma **relação muito forte com o candomblé**, mas faziam tudo muito **sigilosos, escondidos**. Mas a gente sempre frequentou muito as missas, né? As missas e tal a gente teve essa base católica. Mas assim, os costumes, o jeito de cuidar, o jeito de tratar, a maneira como a gente se portava em casa, né? Como cuidar no dia-a-dia muito assim coisa de terreiro. Que hoje quando eu vou pra os terreiros eu lembro quando eu vejo. Mas, **nada dito, nada explícito e nada assumido**, entendeu? (Entrevista com Lucinha 09/01/20, grifos nossos).

O catolicismo como prática religiosa normatizada e naturalizada para adorar o divino apresenta-se, aparentemente, como uma realidade latente na família de Lucinha. Mesmo não tendo sido criada com uma educação religiosa rigorosa, a missa era uma prática constante no seu cotidiano e entendida como representação do que é permitido, aceito. Já o candomblé, que era, de fato, praticado pela sua família – pai, mãe e a tia que, inclusive tinha um terreiro – não tinha suas práticas demonstradas abertamente: tudo era feito de forma “meio que escondida, não sei se era por conta do processo de repressão que era mais forte antes do que agora [...]”.

De fato, desde a criação das religiões afro-brasileiras – que nascem como forma de resistência ao colonialismo e ao catolicismo – há um processo violento de criminalização e repressão. Durante a colonização, o Estado e a Igreja impuseram o cristianismo como única forma de salvar a alma dos negros já que eram associados a seres sem alma e mergulhados nas trevas. Após a independência, as crenças de matriz africana continuaram a ser marginalizadas: “No Brasil República, em vez de heresia, elas passaram a ser tratadas como expressão de inferioridade racial” (SILVA, 2017, p.1). Hoje<sup>106</sup>, Lucinha analisa esse passado como se tudo fosse um oculto percebido. Não era falado, “mas a gente via pelos detalhes dos instrumentos que a gente via em casa, né? Algumas manifestações em pessoas”. Seu pai contava que ele e sua mãe se conheceram e, inclusive noivaram no terreiro – “ele ajudou a tratar mamãe junto com minha tia e, então aí, casou com mamãe” – fato esse que D. Ziu não gostava de falar, sempre que o assunto era socializado, ela saía de perto. A negação da religião, a vergonha e, inclusive, o desmerecimento do conhecimento era recorrente – ela dizia: “não minha filha, já foi, eu já esqueci tudo”. Esse “súbito” esquecimento foi intensificado quando ela se converteu para Testemunha de Jeová.

---

<sup>106</sup> Essa violência persiste e tem se intensificado especialmente por meio dos ataques promovidos pelas igrejas neopentecostais que também se fazem representadas pela bancada evangélica no Congresso Nacional. Silva (2005) ressalta que o conjunto de ataques é “visto por seus agentes como uma “guerra santa” ou “batalha espiritual” do bem contra o mal (sendo este representado pelos demônios que se travestem preferencialmente de divindades do panteão afro-brasileiro para causar malefícios)” (SILVA, 2005, p. 151).

Ao conceber o racismo como “a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZÁLES, 1984a, p. 224), Lélia Gonzáles aponta o

lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel. Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade (GONZÁLES, 1984a, p. 226).

Na consciência de D. Ziu o candomblé ocupa o lugar da rejeição ocultando, tal como aponta Lelia Gonzales a memória de todos os conhecimentos das práticas ritualísticas advindos desse lugar. Lucinha conta que sentou diversas vezes com ela com um gravador e pedia que ela falasse sobre as rezas e os poderes das folhas litúrgicas, mas, ela sempre se recusava e “arrumava todas as desculpas, que isso era um conhecimento que não podia ser gravado, que não sei o quê. Mas ela já estava influenciada pelas testemunhas de Jeová”. Tal influencia recaia na crença de que os cultos religiosos afrodescendente não era coisa de Deus e a conversão a cristandade representada pela figura do salvador cristão – Jesus seria a única via para salvação eterna.

Todas essas relações fizeram parte da trajetória de Lucinha, especialmente, durante a sua infância. Na juventude, aos 16 anos, os primeiros contatos com o MST – no final do ano de 87 e início de 88 – promoveram o que ela chamou de “segunda fase da minha vida”.

Os primeiros trabalhos de base do Movimento foram realizados no ano de 87 que resultou com a ocupação do 40x45. Mas, ela ressalta que “aqui em Eunápolis quando o Movimento começa o trabalho de base pra segunda ocupação, que foi a Bela Vista, que foi a que a gente foi, final de 87, aí início de 88 a gente ficou no processo de reunião lá no nosso bairro”. O bairro de Lucinha – à época era o Minas Gerais – e as reuniões aconteciam na casa de Sr. Dingo<sup>107</sup>: “sua casa ficava bem próxima à nossa, mas ele tinha um quintal grande, enorme, [...] eles faziam blocos e era um lugarzinho que sempre tinha, né? Cabia bastante gente e aí era na casa dele as reuniões”. Os primeiros contatos estabelecidos na região foram com

---

<sup>107</sup> Hoje, Sr. Dingo é assentado no Assentamento Dorothy.

Jaime e Uilson que eram as lideranças da frente de massa e fomentavam os processos de ocupação na região.

Sr. João foi o primeiro da família a participar das reuniões do MST. Com a esperança de ter um pedaço de terra, ele pagava o sindicato e participava também de algumas reuniões: “aí, de repente, surge a convocação do MST pra reuniões. Então pronto, era a oportunidade que ele tinha”. Logo no início ele começou a ir sozinho, mas, por orientação do Movimento, ele teve que levar outros membros da família para participassem das reuniões. A eleita para acompanhar seu pai nas reuniões foi Lucinha por que era a mais nova e as outras filhas estavam ajudando no trabalho doméstico: “[...] aí lá vai eu com pai”. Ao lembrar esse momento, Lucinha se exalta tanto na fala quanto nos gestos e revela:

Já nas primeiras reuniões eu já me empolguei. Aí, assim, primeiro que era muito animado, né? Tinha música, aquelas cantorias. Então era tudo diferente pra quem vivia ali no bairro. Sem nenhum grupo, o máximo que ia era pra igreja, pra missa. De repente, tem uma reunião pra falar de governo pra falar de direitos, pra falar de conquistas, pra valorizar inclusive, né? Aquela realidade, aquela situação do bairro ali, que ninguém nunca comentava e gente nova, né? Gente nova, perspectiva de ir para outros lugares, enfim. Aí era tudo muito animador, muito encantador também. Aí fui, já gostei da primeira reunião, junto com pai, lógico (risos). E nas reuniões tinha a característica da participação, né? Vai cantar a música chama alguém pra ajudar a cantar e tal. E Jaime também tinha muito essa dinâmica de envolver as pessoas que tava na reunião (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

A mística, a cantoria e a animação certamente foram fatores circunstanciais para fazê-la sentir-se envolvida e encantada com aquele novo “universo”. A sensação de liberdade também parece ter sido descoberta com as atividades do Movimento. Com o andamento das reuniões e o processo de preparação para a ocupação logo foram tiradas as primeiras comissões e aí “cada um tinha que é ir incorporando. [...] eu fiquei nessa comissão de animação. Aí Deus! Mas eu achava a equipe mais importante do movimento (riso) [...] tinha toda uma organização antes das assembleias, então isso dava uma certa importância [...]”.

Assim, em março, após 2 ou 3 meses de preparação e sigilo, havia chegado o dia para a ocupação: “Opa! Tal dia a gente vai. [...] Aí, no dia da ocupação foi eu, pai e meu irmão mais velho, é, eu acho que lá de casa só foi nós três<sup>108</sup>”. A primeira ocupação de terra junto ao MST e o papel que lhe havia sido atribuído é assim relatado:

Qual era o meu papel? [...]Tinha que sair de madrugada, né? Pra chegar de madrugada, bem cedinho lá. Mas você não sabia onde era a terra, quanto tempo ia ser de viagem e como era a terra, enfim, nem pra onde. Aí mãe já botou logo a mão

<sup>108</sup> Em outras passagens ela cogita a possibilidade de seu irmão mais novo também ter participado dessa primeira ocupação: “Porque estava indo meu pai e eu não sei se tinha outro irmão, não sei se Marcelo foi, mas eu me lembro que o mais velho foi [...]”.

na cabeça e tal, aí lá vai nós de madrugada. E meu papel pra ir não era pra, quer dizer na concepção de pai não era pra/ quando os/ na reunião diz que a mulher, ou os filhos tem que ir, as filhas tem que ir lógico que tem um propósito, né? Da família participar e tal. Mas em casa, por exemplo, eu tinha que ir pra **cozinhar**. [...] Então, como eles eram homens, então tinha que ir uma menina pra puder cozinhar, pra ficar tomando conta do barraco (Entrevista com Lucinha 09/01/20, grifos nossos).

Mesmo participando ativamente das reuniões na comissão de animação, o lugar da cozinha e o papel do cuidado foram prontamente atribuídos a ela. O fato de ser a única mulher da família a ir para a ocupação fez dela, naquele momento, importante ferramenta de sobrevivência. Afinal, sem alguém para preparar a alimentação no barraco as coisas ficariam bem mais difíceis. Esse papel, aparentemente secundário, não foi um problema para Lucinha. Ao contrário. No momento da entrevista, enquanto me falava sobre esse episódio, era perceptível uma euforia latente na sua voz. Àquela experiência foi, sem dúvidas, marcante para que os primeiros laços identitários com o Movimento começassem a se formar.

Ela relata que ao chegarem na terra, a animação foi geral, afinal, era uma novidade na vida de todo mundo. As pessoas desciam dos caminhões e gritavam: “essa é a terra prometida!”. Pela manhã, ainda bem cedinho, o café começava a ser servido à beira da estrada e as pessoas já começavam a procurar “seu lugar de fazer o barraco, as lideranças já olhando onde vai ser a praça, onde vai ser a escola [...]. Então, um clima assim muito envolvente, né? [...] Não é cada um chegou lá, cada um vai pegar e vai fazer, então há um clima assim de coletividade.”

O clima de coletividade se juntava a ideia de solidariedade – havia ali um projeto em comum e todos seguiam ajudando e organizando as demandas do acampamento. No mesmo dia da ocupação foi realizada a primeira assembleia e após 2 ou 3 dias na propriedade já começam as ameaças de despejo. Diante dessa situação, foi tirada uma comissão de negociação para ir pra Salvador e o restante ficaria no acampamento para fazer o processo de resistência. Sobre esse fato ela conta:

E aí eu fui escolhida pra ir pra Salvador na assembleia, mas aí quando chega cá dentro do barraco meu pai: “Não. Vai ou eu, ou Pedro, você não pode ir só” [...] aí ficou ele e Pedro, que era meu irmão mais velho olhando e tal, aí passa Jaime – que era a liderança mais respeitada [...] Pai chama Jaime: “- Como é que vocês escolhem minha filha pra puder ir pra Salvador? Não pode não, não pode não”. Aí Jaime senta com pai pra convencer pai que todo mundo que ia era todo mundo de responsabilidade e que eu ia tá bem cuidada (risos). [...] Jaime: “- não Sr. João, é todo um ambiente de respeito”. Pai: “- Você vai tá Jaime?” Jaime: “- Eu vou tá Sr. João, vou tá”. Pai: “- Então tá bom, o irmão dela mais velho vai mais ela” (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

Foi, portanto, a partir dessa negociação interna entre uma das lideranças do MST – Jaime e seu pai que marca o início da sua participação em atividades do Movimento em outra cidade – nesse caso, Salvador. Aquela também foi sua primeira viagem que durou cerca de 8 dias sob

os olhos vigilantes do seu irmão. Quando perguntada sobre o porquê de terem escolhido ela para participar dessa equipe de negociação a resposta foi de que ela já fazia parte de uma comissão importante: a comissão de animação. Essa comissão, como já ressaltado, tinha um papel central na realização e coordenação das assembleias e, além disso, há um fato importante a ser observado: o Movimento já buscava fomentar a participação da juventude para projeção de novas lideranças.

O processo de formação dessas lideranças se dava na prática da luta: “não era o curso formal, de botar na sala de aula e trará, tinha que ir. [...] Se tivesse mobilização? Essas pessoas tinham que tá na frente. Porque é daí que o processo da formação de fato ia acontecendo, né?”. Essa prática – de aprender no momento da ação” baseada, a priori, no interesse da sujeita ou do sujeito formou boa parte da militância do MST. Lucinha é prova cabal dessa prática. Apesar de, nesse momento, ter estudado somente até a 4ª série e de não estar vinculada a grupos de jovens na igreja católica – lugar de iniciação<sup>109</sup> de muitos jovens militantes do MST – Lucinha, concebe sua trajetória até o seu primeiro contato com o MST dessa forma: “Em casa. Com mãe, com pai e brincando na rua ali, que a gente tinha uma galerinha. [...] Não podia sair da porta de casa. Então, uma vida ali muito no entorno do núcleo familiar mesmo, sem escapatórias.” A escapatória veio com a mística, com a projeção de novos horizontes e de novos conhecimentos a partir da prática militante do MST.

## **2.2 – A trajetória de Lucinha: De militante a dirigente nacional**

Após 10 anos de militância dentro do MST – passando pela Comissão de Animação, pelo Setor Frente de Massas, pela executiva estadual, coordenação e direção estadual, – Lucinha é eleita ao cargo de dirigente nacional (DN) da Bahia no ano de 1998. Nos primeiros anos, ela exerceu o cargo sozinha (1998-2006), depois com Joelson (2007-2009) e, por fim, com Márcio Matos (2009-2011). Segundo Lucinha,

A Bahia sempre teve características diferentes dos outros estados no que diz respeito a organização e direção, porque tínhamos um grupo coeso e bem preparado. 1º porque aqui tinha figuras que iniciaram o MST nacional e permaneceram aqui, como Ademar Bogo e outros surgiram aqui como lideranças, mas se destacaram a nível nacional como: Valmir, Beth e Joelson. Então, tinha de fato e direito uma direção no estado e a representação nacional foi sempre um extrato daquele núcleo [...]. (Entrevista com Lucinha, 26/08/20).

---

<sup>109</sup> Base da militância de Beth e de Liu.

Sua trajetória até o cargo de DN é atravessada pela territorialização do MST no Estado da Bahia, por viagens nacionais e internacionais, cursos de formação, namoro, casamento e pela maternidade. Assim que assumiu o Setor de Frente de Massas – ainda lá no início da sua trajetória – as viagens passaram a ser frequentes e sua rotina logo foi alterada. No entanto, uma coisa continuava certa: a vigilância e o cuidado de Sr. João. As reuniões, normalmente, aconteciam em Itamaraju e, todas as vezes, Sr. João colhia todas as informações que lhe pareciam necessárias: “Você vai? Volta que horas? E quem vai?” Diante dos olhos atentos do pai, Lucinha já sabia como proceder: “Passava o dia lá na reunião e tinha que chegar de noite. Não tinha esse negócio de chegar no outro dia.”

No entanto, com o tempo e a intensificação das tarefas, já não era mais possível seguir essas ordens. As viagens passaram a ser mais constantes, mais prolongadas e para lugares mais distantes. Ao lembrar essas viagens, Lucinha cita uma que parece ter marcado sua formação militante: o primeiro Curso Nacional de Formação Política do MST<sup>110</sup>. O Curso aconteceu em fevereiro de 1990 na cidade de Caçador (SC) e foram 30 dias de formação intensiva com delegações de todos os estados. Na Bahia, a escolha das/os militantes para participar da delegação foi feita por Jaime e Valmir. O nome de Lucinha estava sendo cogitado e logo foi confirmado<sup>111</sup>. Ao saber da novidade ficou em estado de êxtase: “Ah, mas eu delirei! Vou conhecer Santa Catarina, vou conhecer outras pessoas!” (risos).

Após essa confirmação, sabia que precisava negociar e convencer seu pai, afinal, seriam 30 dias fora de casa com mais um agravante: o curso era em outro estado. Então começou a montar seus argumentos:

Olha o argumento que fez ele deixar eu ir. Eu senti nas conversas dele que ele tinha medo de eu ficar grávida, ou ser prostituta e difamada, moça não podia ser difamada. Eu era moça, não podia ser difamada. Aí eu percebi isso, eu disse: ô pai, eu vou continuar sendo virgem, não vou ser prostituta e nem vou ficar grávida, o senhor pode ficar tranquilo que eu vou me impor o respeito. Foi que convenci pai pra me deixar ir (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

---

<sup>110</sup> Em 1990, surgiu a primeira oportunidade de se formar uma escola nacional. Foi a partir de uma estrutura da Igreja Católica, na cidade de Caçador-SC, que se constituiu na primeira escola de formação do MST, denominada Centro de Formação e Pesquisa Contestado (CEPATEC), considerada a primeira Escola Nacional do MST, germen da ENFF (FERNANDES, 2001a, p.44). O processo de formação foi dimensionado para atender principalmente às necessidades de qualificação dos setores.

<sup>111</sup> Além de Lucinha, Joeli, Juraci, Rubineuza e Rubineia também participaram da delegação da Bahia.

**Fotografia 3 -Visita a um assentamento em Santa Catarina durante o Curso Nacional de Formação Política do MST. Lucinha é a que está no centro da foto tomando chimarrão.**



Fonte: Arquivo pessoal

Dessa conversa, firmaram um pacto: ela continuaria moça e não seria motivo de desgosto ou vergonha para a família e ele a deixaria ir para a viagem. Trato feito e cumprido. A participação nesse curso foi um fato singular na vida pessoal e na militância política de Lucinha. Por um lado, foi lá que “caiu a ficha sobre o MST [...], a consciência assim maior do que é o socialismo [...] do que é luta de classe. O que [...] eu sou? Trabalhadora, a força de trabalho, o capital, [...], eu fui ter nesse curso de formação.” Por outro lado, as exigências e o posterior trato firmado com seu pai influenciaram sobremaneira suas ações: “eu nunca esquecia disso, das conversas que eu tive com pai, dos medos [...]. Mesmo que é um pensamento machista e tal. Mas infelizmente é o meio que a gente vive, né? O meio camponês, o meio do trabalhador rural.” Lucinha reconhece o meio camponês como um lugar atrelado pela lógica machista e conservadora. Diante desse fato ela assegurou: “Eu dizia: [...] no dia que eu resolver casar, casar como manda os padrões, como pai e mãe quer”. Assim o fez. Com um namoro sério engatado com Jean – também militante do MST -, Lucinha logo tratou de apresentá-lo para a família: “Ó, estou namorando [...] com Jean, estou namorando sério.” Todo o período do namoro foi atravessado pelas tarefas da militância: “Nossa vida sempre foi cada um pro um lado [...] Quando a gente começou a namorar, meu Deus, eu acho que eu tava dirigente no Recôncavo. E ele [...] tava na coordenação lá da Rosa do Prado e tinha ido para Chapada [...].”

Essa rotina perdurou por muito tempo. Depois de cerca de 4 anos de namoro à distância – Lucinha já estava ocupando o cargo de DN e Jean ocupava o cargo de articulador político na Chapada – resolveram formalizar o noivado e começaram a planejar o casamento:

Vamos casar? Vamos casar? Aí, vamos casar aonde? Lá em casa. Ave Maria. Cheguei aqui falei com pai. Pai: “Vai casar é?”. Eu: vou casar pai. Vamos marcar essa data! Aí sentou nós pra marcar essa data do casamento, como seria esse casamento. Aí por isso Jaime, Rubineuza são padrinhos, Valmir e Fábio padrinhos. Então, algumas pessoas assim que estavam junto, né? [...]. Aí fizemos toda cerimônia. [...] O padre que veio celebrar o casamento foi frei Luciano, que hoje é coordenador da CBP e muito amigo nosso, gosta muito do MST, acompanhou também a nossa trajetória. Aí frei Luciano veio de lá de Itaberaba fazer a celebração do casamento aqui (risos). Aí foi toda uma agonia com a igreja daqui, né? Porque é o padre daqui que tinha que celebrar e a gente veio antes com frei Luciano e tal pra pedir permissão, teve que pedir uma permissão pra ele vir celebrar. Aí foi aqui o casamento. Aí casamos em 2001! (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

O casamento realizou-se tal como seus pais haviam desejado e foi um momento de muita festa e celebração. Quase um ano após o casamento – em junho de 2002 – ela teve seu primeiro filho – Vinícius.

**Fotografia 4- Lucinha ainda na maternidade com seu filho Vinícius e seu Companheiro Jean.**



Fonte: Arquivo pessoal

**Fotografia 5- Lucinha e Vinícius em uma atividade do MST**



Fonte: Arquivo pessoal

A maternidade lhe trouxe novos desafios e, junto a ela, as dificuldades em conciliar esse novo papel com as tarefas da militância na DN. Vale ressaltar que, por 3 gestões consecutivas ela dirigiu o Movimento sozinha. Sobre esse período, ela revela:

Talvez o maior desafio foi a partir de 2002 quando nasce meu primeiro filho Vinicius (agora com 18 anos). A intensidade das viagens, as reuniões intermináveis e encontros, acabaram me sobrecarregando, mas pude contar com muitas contribuições de companheiros que me ajudavam a cuidar de Vinicius. Ex.: João, Paulo Rodrigues, Valmir Assunção, Joelson, Adenilsa, Bogo, Djacira, Beth. Mas quando podia ter mais uma pessoa (com passagem) tinha sempre uma companheira quando estava comigo e Vinicius. Val (Valdeci é assentada no assentamento São Sebastião de Utinga na Chapada). Quando desmamei Vinicius, a maioria das viagens ele ficava com ela em casa (Entrevista com Lucinha, 26/08/20).

**Fotografia 6 -Lucinha na marcha Estadual de Valença a Salvador (2004) com seu filho Vinicius.**



Fonte: Arquivo pessoal

O cuidado partilhado entre as/os companheiras/os foi fundamental para que ela pudesse realizar suas tarefas na direção. A discussão sobre a maternidade e a militância dentro do MST começa a ganhar notoriedade nos espaços e nas narrativas fomentadas, em especial, pelas mulheres. Permitam-me trazer para esse momento uma fala da companheira Liu que, de forma didática, nos contempla com uma posição esclarecedora:

[...] Se os homens dessa população têm especificidade em relação às outras categorias da nossa classe, as mulheres têm especificidades dentro desse núcleo específico que é a **família**. [...]. E isso aparece quando a gente não pode participar da reunião porque tem os filhos, então a gente conseguiu adaptar ali uma **ciranda infantil**. E aí nos

obrigou a discutir infância, não dava pra discutir a educação, só educação, como se isso começasse [...] quando os filhos já são independentes, aí discutimos a nossa infância e aprofundamos e entendemos a questão da ciranda infantil, que nosso povo [...] acumula sobre a infância Sem Terra. Mas, aí a gente vai avançando, então não são só os filhos, aí a gente entrou no debate do feminismo, das mulheres, tipo, como é então que a gente consegue as mesmas condições, que na verdade aí nós, primeiro, era buscando igualdade, nós queremos as mesmas condições que os homens pra fazer as tarefas. Aí a gente percebe que não são as mesmas condições, nós não precisamos das mesmas condições, já que, nós não tivemos as mesmas oportunidades. Aí dá o estalo para nós que não é igualdade, é paridade! (Entrevista com Liu, 03/02/20).

A paridade enquanto norma interna, tal como apontado no capítulo 1, já vinha sendo discutida dentro do Movimento desde o final dos anos 90, mas, só é implementada em 2006 – quando se decide que em todos os eventos e instâncias teria que ter, obrigatoriamente, 50% de homens e 50% de mulheres. Com essa decisão, Lucinha afirma que apesar de terem avançado nos espaços de formação e na participação em eventos nacionais com a garantia das cirandas infantis e da paridade de gênero, ainda hoje, as mulheres dirigentes tem muita dificuldade em conciliar a tripla jornada de trabalho, principalmente para aquelas que são responsáveis diretas pela família. Por esse motivo, ela conclui: “precisamos avançar com mais cirandas infantis, divisão de tarefas domésticas e etc...”. Essa conclusão é fruto das experiências vivenciadas por ela quando estava no cargo de DN e da leitura que faz sobre o lugar das mulheres e sobre as condições práticas alcançadas por elas na realização das tarefas nos dias de hoje. Dentro dessa conjuntura, no final de 2006, ela foi reeleita ao lado do companheiro Joelson para mais 2 anos de gestão à frente da DN na Bahia.

Quando falávamos sobre a Direção Nacional, perguntei a ela se já tinha parado para pensar sobre essa trajetória e de como ela foi conquistando espaços dentro do Movimento e se consolidando enquanto referência na militância e na direção. Sua resposta foi direta: “Não. Você que tá me desafiando agora a sentar pra botar no papel [...]. Eu fico duvidando, tem horas [...]”. Apesar de entender que sua história foi construída dentro do Movimento e compreender que ocupar o cargo de DN foi uma consequência natural da sua própria trajetória, ainda assim, ela esboça dúvidas sobre sua habilidade/competência em realizar essa tarefa.

Ao retomar as memórias desse período e ao ser questionada como se deu esse processo de escolha da/o nova/o dirigente àquela época (1998), ela ressalta:

Eu acho que no início do Movimento essas coisas eram muito pesadas. Tinha a qualidade dos indivíduos e das indivíduos, mas também tinha essa relação de cumplicidade [...] por exemplo, eu sempre tive muita, muita cumplicidade com Valmir. Então, havia uma facilidade de diálogo, de conversa e acho que isso também conta. E depois algumas qualidades, eu acho. É, sei lá, [...] essa capacidade de estar nos lugares, eu acho que essa foi uma dessas coisas [...]. Eu acho que era esse fator, dessa relação direta e eu sempre tive muito boa relação com Valmir, com Joelson,

com o próprio Jaime. E eu acho que isso influencia também, ("ó vai indicar a Lucinha, ou vai indicar Beth, ou...Ó, Lucinha tá mais próximo"). O diálogo vai fluir mais, né? [...]. (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

A cumplicidade com os ex-dirigentes (nacional e estaduais), a disponibilidade de tempo para estar nos territórios e a facilidade do diálogo foram centrais para sua escolha como dirigente nacional. Nesse cenário, Valmir (primeiro dirigente nacional do Movimento na Bahia) é identificado como uma figura de grande referência: “Valmir sempre foi um militante muito ativo. Valmir rodava esse estado todo [...] e eu sabia [...] o quanto era importante a figura do dirigente à frente de qualquer campo de batalha para o militante que tá lá na ponta”. Essa referência “de peso” projetava nela uma responsabilidade a mais, pois era preciso dar continuidade ao trabalho e manter o mesmo nível de ação e projeção do Movimento dentro dos territórios. Além disso, tinha um diferencial: ela era a primeira mulher a assumir o cargo de DN na Bahia e sabia que as expectativas e as cobranças seriam potencializadas. Com esse entendimento, ela ressalta que encarou a DN como algo muito importante e, por isso,

procurava sempre estar presente em todas as regiões, encontros estaduais, encontros regionais eu tava. Ocupação? As principais ocupações eu tava. Eu podia não ficar todo dia, mas a hora da ocupação. Todo o período que eu tinha na direção nacional, todas as ocupações que aconteceram, as principais ocupações, eu estava nas ocupações. Porque eu achava muito importante isso. Não é você chegar depois, outro dia, porque o ato importante [...] é o ato de entrar, [...] porque ali aonde vai ter a relação com quem tiver [...] dentro, né? [...] Se tiver alguém deles, se tiver que acontecer alguma coisa pra alterar conjuntura, tanto de quem chega, como de quem tá dentro. É nesse ato. Não adianta você chegar depois fazer a assembleia, ou, sei lá, chegar antes fazer uma reunião e depois sair. O ato da ocupação é um ato muito importante. O ato dos encontros regionais é muito importante. Se há conflito numa determinada área, disputa de grupo interno, ou, grupos externos é importante você estar lá. Mesmo que o dirigente<sup>112</sup> esteja lá, mas é importante. Então eu sempre me preocupava em cumprir esse papel. Porque eu sempre entendi que esse era [...] um papel importante, então, eu sempre busquei fazer isso. Quando você tá uma regional, beleza! É menor, né? [...]. (Entrevista com Lucinha, 09/01/20).

A importância dada ao cargo e a responsabilidade advinda dessa tarefa é expressada de forma literal no ato da ocupação. E sobre esse momento, Lucinha traz um relato sobre a primeira ocupação – abaixo segue também uma foto registrada nessa ocasião – que ela realizou enquanto DN na Chapada Diamantina na Fazenda Águas Belas:

Foi a primeira ocupação que eu tive que dirigir só, porque eu dirigia, às vezes eu tava com Jean com Fábio com Ueldes, sempre estava junto com eles quando a gente ia para ocupação mesmo. [...] Na Chapada eu tava só. Ali era eu e alguns outros companheiros [...]. Valmir marcou comigo de chegar ali na saída de Itaberaba quando

<sup>112</sup> Ela faz alusão a figura da/o dirigente regional.

juntou os caminhões todo em Itaberaba para sair uma hora da manhã e ele não chegou na hora. “Porra! Valmir não vem véi” e ele era o dirigente do estado [...] Eu saí de lá na hora: “Vamos embora senão a gente vai chegar de manhã cedo lá vai ser difícil para entrar”. [...] Ali perto de Andaraí começamos puxar os caminhões, quando chegou na pousada Bahia [...] aí o caminhão da frente fura o pneu, para esse caminhão. E a gente teve que parar com todos os caminhões. Aí eu falei: É, agora eu tô fudida! Se passar um carro da polícia aqui uma viatura da polícia [...]. Polícia: “Vai para onde? Vai fazer o quê?”. Aí vai todo mundo para delegacia (....) “Troca esse pneu! Troca esse pneu ligeiro!” e o povo começa a descer dos caminhões [...] E eu gritava: “gente, sobe nos caminhões. (....) Daqui a pouco chega Valmir, aí pronto! O cara já tava terminando de trocar o pneu, aí melhorou tudo, meus medos acabaram todos (risos). (Entrevista com Lucinha, 09/01/2020).

### **Fotografia 7 - Lucinha na ocupação da fazenda Águas Belas – primeira ocupação do MST na Chapada Diamantina**



Fonte: Arquivo pessoal

Naquele momento, a experiência de Valmir aliada à sua figura de referência foi determinante para conferir segurança e uma certa tranquilidade à ação de ocupação que estava para acontecer. No decorrer da entrevista, ainda tentando entender sobre os meandros, as dificuldades e as inseguranças que a cercavam quando estava no cargo de DN, perguntei a ela sobre como se sentia quando participava das reuniões do Movimento em São Paulo e junto a isso, como era, àquela época os espaços de disputa de fala e de narrativas em âmbito nacional. A esse questionamento ela me respondeu:

Eu nunca gosto de, como é que é? Não é me posicionar. Espaços que você tenha que assumir posturas em nome de conjuntos, entendeu? Eu sempre tenho, eu tenho medo

até hoje. Espaços de fala que você sabe que não é sua fala, é que você tem que traduzir o que, o que o conjunto, o que o conjunto quer, o que o conjunto tá pensando. Eu sempre tive assim medo de deslize, tipo: estar num lugar que eu não consiga representar bem. E às vezes uma fala, né? [...] Uma colocação. Isso eu tenho medo [...]. Eu fico insegura às vezes (Entrevista com Lucinha, 09/01/2020).

Ainda hoje, ela revela que essa insegurança persiste por que as pessoas ficam esperando sua fala, ficam olhando, observando, gerando, assim, uma expectativa muito grande sobre o que será dito. Entendo que essa expectativa é decorrente da sua trajetória dentro do Movimento e da figura representativa que hoje ela simboliza a nível nacional.

Sua caminhada como DN segue até o final do ano de 2010 e sua avaliação é assim relatada: “Neste período de direção nacional tive a honra de estar no processo de ocupação do MST pelo estado afora. Quando saio da direção nacional já contávamos com 09 regiões no Estado e 42 brigadas com direções regionais (extrato das direções/brigadas)”. (Entrevista com Lucinha, 26/08/20).

O ano de 2011 lhe reservava outros dois novos desafios. O primeiro deles foi a decisão de gestar uma nova vida. Essa escolha se deu em 2010 e, a princípio, essa não era uma vontade sua, mas acabou sendo convencida pelo filho e pelo marido – ambos desejavam muito uma/um nova/o membra/o para a família. Interessante ressaltar que, ao lembrar esse período, sua feição logo se contraiu revelando uma certa preocupação e o tom da sua voz também mudou. Essa expressividade é explicada quando ela começa a relatar que, quando decidiram por um segundo filho, ela já estava com 38 anos e que a gestação já dava sinais de que seria de risco e muito complicada: “pressão subiu. [...] Tive pré-eclâmpsia [...]. É tanto que ela nasceu de sete, quase entrando já no oitavo mês. [...] Foi um sofrimento pra essa criatura. [...] A gente pensava que ela nem ia vingar. Mas aí deu tudo certo. Em seguida eu tive que fazer a histerectomia<sup>113</sup>”. (Entrevista com Lucinha, 09/01/2020).

Todo esse processo pessoal foi potencializado pelo segundo desafio recebido naquele ano: em maio – com sua filha recém-nascida – Marisa – seu nome é escolhido para ocupar o cargo de secretária da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM)<sup>114</sup> – pasta recém criada pelo governo Jaques Wagner PT/BA:

Em maio tomamos posse da SPM, uma criança prematura e o desafio de montar uma secretaria de estado, uma equipe pequena (mas muito comprometida). Tive a honra de conviver com mulheres fantásticas que passaram pela nossa equipe, mas em especial:

<sup>113</sup> A histerectomia é uma Intervenção cirúrgica que consiste na extirpação do útero.

<sup>114</sup> A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM-BA) foi criada em 04 de maio de 2011, através da Lei 12.212. Com a criação desta Pasta, o Governo da Bahia atendeu à justa reivindicação da luta feminista e dos movimentos das mulheres, dando um importante passo na consolidação da democracia (Site SPM. Link: <http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>).

Profa. Rita de Colleto, Ana Maria, Maiara Oliveira, Luciana Mota, Camila, Dra. Carol, Fabia Reis, Adriana, Alice Bitencur, Denice Santiago, Cleidir e Aginaldo um motorista - quase babá. Enfim, saio da SPM em 2014, encerramento do governo Vagner e início do governo Rui Costa, e eu crente que findava ali muitas participações no governo (Entrevista com Lucinha, 09/01/2020).

De fato, não findaram. O trabalho realizado na SPM lhe rendeu credenciais suficientes para continuar exercendo um cargo de gestora em uma pasta estadual mesmo sob outra administração petista. Assim, em 2014 ela é chamada pelo governador através da figura de Valmir Assunção para ocupar, dessa vez, o cargo de secretaria da SEPRONI<sup>115</sup>. No entanto, por motivos pessoais, ela ficou no cargo por cerca de um ano e decide entregar a pasta e retornar para Eunápolis para ficar com a família:

[...] lá vou eu, mas sempre conversando com o MST que teríamos de preparar outra pessoa pra assumir o meu lugar. Em 2015 tive uma conversa definitiva com os dirigentes nacionais que eu não continuaria mais precisava voltar para o trabalho da roça mais próximos de papai e mamãe, e assim eu fiz. (Entrevista com Lucinha, 09/01/2020).

O desejo do retorno à casa foi expressado por Lucinha logo no início da nossa primeira entrevista. Ela me relatou que sua mãe estava passando por problemas de saúde e que necessitava de cuidados. Esse fato foi determinante para sua escolha e, assim, em 2016 ela deixou o cargo de secretaria da SEPRONI e se mudou para Eunápolis – assentamento Maravilha/Palmareis – onde sua família está assentada desde 1989.

O caminho de volta para casa não foi tranquilo, ao contrário, foi repleto de conflitos, divergências e questionamentos dentro do Movimento e dentro do PT, afinal, ela era secretaria de uma pasta muito importante e vinha desenvolvendo um bom trabalho. Por que sairia? Quais os danos que aquela saída causaria na política do PT e na representatividade do MST dentro da gestão petista? As ponderações foram muitas e as tentativas de fazê-la mudar de ideia também. No entanto, isso não aconteceu. Ela estava convicta que seu retorno era necessário e que tudo se acertaria sem a sua presença direta no governo. Assim o fez. Sobre esse momento, ela conta: “quando eu tomo a decisão de sair da SEPRONI, Ave Maria! Um tumulto, uma loucura, uma coisa. [...]. Mas todo mundo respeitou, mesmo não concordando. Valmir mesmo virou bicho de espinho (risos). Marcinho, nem se fala, que era dirigente, então.” (Entrevista com Lucinha,

---

<sup>115</sup> A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado (Sepromi) foi a primeira no Brasil a tratar de políticas públicas para mulheres, negras e negros, lançada no primeiro mandato do governo Jaques Wagner, por meio da lei nº 10.549/2006, e se tornou um divisor de águas no enfrentamento político contra as desigualdades sociais e raciais no estado da Bahia. A partir da reforma administrativa, baseada na lei nº 12.212/2011, as questões referentes à gênero foram direcionadas para a Secretaria de Políticas para Mulheres, criada nesse mesmo ano (Site da SEPRONI. Link: <http://www.sepromi.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>).

09/01/2020). Em casa, ao lado da mãe e do pai, ela conseguiu dar o suporte que desejava, seguiu produzindo e fazendo algumas atividades de formação nas regionais. Sempre que havia necessidade, era convocada pela direção, mas, ela afirma: “esse tempo dediquei a acompanhar meus velhos (papai e mamãe). Em 2018, a minha velha faleceu (tive a graça de acompanhar e viver com ela os seus últimos dias)”. O fato de ter priorizado a família naquele momento foi um fator de extrema alegria do qual ela assegura: “fiz a escolha certa”.

Após esse período em Eunápolis, ela é convidada, em 2019, a disputar o PED/PT<sup>116</sup> (Processo de Eleições Diretas):

Eu tava quieta aqui aí esse negócio do PED, aí (Valmir vem: " pelo amor de Deus, você tem que botar o nome para disputar o PED não tem outro nome[...]). [...]. Aí às vezes eu fico ponderando com ele, porque eu acho que é muito exposição desnecessária. [...]. Essas disputas internas, esses negócios nos nossos próprios espaços [...]. Tem horas que eu acho, eu discuto muito isso com ele, eu falo: bicho esse negócio vai para onde? Nós poderíamos estar construindo coisas maiores, sabe? "Mas não tem jeito, se a gente não disputar coisas, fica com o mandato descoberto". Uma coisa vai levando a outra, então, e eu acabei entendendo até a avaliação da direção [...]. O problema é esse: Você vai para disputa e aí vai criando mais coisas, vai criando mais coisa. Agora, é, eu falei: tá bom, tá bom, o negócio do PED, pronto, resolveu. Aí agora vai para vice-presidência. Aí o próprio (Wagner chegou: "[...] você que tem que ir pra vice-presidência, porque Édén<sup>117</sup> vai ser presidente, mas é muito importante que você esteja para ajudar nessa relação). (Entrevista com Lucinha, 09/01/2020).

Depois do resultado e das avaliações internas, o acordo acabou sendo feito: “Juntamos com a força deles e topamos ser vice [...]. Aí agora também eu tenho que participar do diretório nacional. (...) Dia 17 [...] já tem reunião do diretório nacional, eleição do executivo nacional”.

<sup>116</sup> As eleições aconteceram nos dias 7 e 8 de setembro. Segue resultado das chapas que concorreram ao PED/PT, 2019 (total de votos e porcentagem): – Mais Unidade, Mais Avanço, Lula Livre Já | 8.550 votos | 27,79%; – Diálogo e Ação Petista | 680 votos | 2,21%; – A Esperança é Vermelha | 314 votos | 1,02%, – Renova PT: Democracia e Luta #LulaLivre | 12.275 votos | 39,90%; – **Optei: Lucinha Presidenta | 5.100 votos | 16,58%**; – Lula Livre, Fora Bolsonaro | 3.842 votos | 12,49%. Disponível em: <https://ptbahia.org.br/2019/09/20/pt-bahia-divulga-a-totalizacao-final-da-votacao-das-chapas-estaduais/>

<sup>117</sup> Á época da eleição, Édén Valadares era assessor de Jaques Wagner.

**Fotografia 8 - Lucinha e Édén Valares na pose do Diretório Estadual do PT/BA.**



Fonte Site PT-BA

Toda sua trajetória no MST com as novas tarefas dentro do PT parecem ter gerado um certo desconforto e intensificado as críticas sobre o método utilizado pela esquerda em geral:

Eu acho que há muitos equívocos no método porque nós precisamos dialogar com/para além do campo, que é nosso, e a gente não tá conseguindo fazer. A gente não consegue dialogar e cada dia que passa você vê uma multidão de pessoas repetindo a bestialidade[...] e a gente não consegue dialogar com a gente, não consegue transmitir o que a gente pensa, o que é melhor, o que é justo o que é bom. Você não consegue. [...] Eu acho, que [...] nós precisamos nos debruçar sobre o método, no jeito da gente fazer as coisas [...]. Sair dos nossos guetos, o MST fala pra o MST, o PT fala pra o PT, a CUT fala pra CUT, se você não tá dentro da CUT, se você não tá dentro do PT, se você não tá dentro do MST... E a maior parte da sociedade brasileira não está nas organizações sociais [...] não está no movimento sindical, e aí como é que você transforma? E não há uma discussão, não há um anseio dos nossos cabeças com essa preocupação e se não há, lógico, as repetições das pequenas disputas vão acontecer normalmente (Entrevista com Lucinha, 09/01/2020).

Essas pequenas disputas dentro do campo da esquerda são vistas como empecilhos para acessar um projeto de sociedade libertador e igualitário. Apesar de compreender a importância da disputa eleitoral/partidária, ela assegura que o desafio está para além dessas disputas e faz o seguinte questionamento: “Como ir para além da disputa eleitoral, da disputa pela terra, para além da luta sindical, como ir para além disso?” Tentando dar continuidade na articulação desse pensamento, questioneei posteriormente: E pra você, o que é ir além? Então, ela me respondeu: “Ahhh! A sociedade tem que assumir os nossos discursos, os nossos olhares, as nossas pautas, o dia que acontecer isso, aí há ascensão”. A compreensão de que é preciso fomentar a

construção de um projeto de sociedade que consiga dialogar com todos os grupos parece ser o ponto central da análise crítica que Lucinha tece.

Dentro desse contexto crítico fomentado também pela atual conjuntura nacional, ela recebe, no início de 2020, uma nova tarefa: representar o MST/BA na Comissão Executiva Nacional (CEN) e no Diretório Nacional do PT assumindo o cargo de secretária de movimento populares e setoriais do PT. Essa caminhada no PT é fruto da sua militância e trajetória dentro do MST e, por mais que pareça distante o projeto socialista ela ressalta que esse ainda é o modelo de sociedade ideal pelo qual o MST luta e acredita por que: “No dia que deixar de ser, acabou. Não tem projeto!” Para finalizar, trago o resumo que ela mesma nos fornece sobre sua trajetória:

Me forjei no dia a dia das ocupações, mobilizações, caminhadas, nos assentamentos, na vida orgânica do MST, setores, direções, encontros e congressos. [...] **Tenho gratidão e muito orgulho em ser parte desta construção de mais de 30 anos** (sou privilegiada com o reconhecimento e ter essa marca MST em minha trajetória de vida). Às vezes acho até exagero, mas agradeço e fico lisonjeada. Tive 70% da minha vida nos espaços do MST, quando exerci atividade fora, foi pelo MST, então somos fundidos (organização e pessoa) (Entrevista com Lucinha, 26/08/2020).

### Fotografia 9: Lucinha e sua família



Fonte: Arquivo pessoal. Foto tirada após a primeira entrevista realizada com ela na roça de Sr. João. Da esquerda para a direita (sentados): Lucinha, Lucas (sobrinho-neto), Mariza (sua filha), Sr. João (pai), Noeme (irmã), Porfídia (irmã) e Antônio (irmão). Em pé: Bruno (sobrinho) e Jean (esposo).

**Figura 2: Breve resumo dos cargos ocupados por Lucinha**

Fonte: Elaboração própria

No capítulo seguinte abordaremos a história de vida de Beth aliada também a história do MST na Bahia. Dessa maneira, retomaremos alguns momentos importantes da vida de Lucinha, já que, sua trajetória está também entrelaçada com a história do MST.

## CAPÍTULO 3 - TRAJETÓRIA DE VIDA DE BETH – “EU, BETH, SOU TUDO ISSO. SOU ESSE ACÚMULO DE TUDO O QUE O MST CONSTRUIU”

### 3.1 – Beth: Da infância à militância no MST

Baiana de Pau Brasil<sup>118</sup>, primogênita de uma família de 5 irmãos<sup>119</sup> e de família católica, Elizabeth Rocha de Souza (Beth) chegou em Itamaraju com 2 anos de idade, quando o pai, Manoel Domingos de Souza juntou a família e decidiram migrar para o Extremo Sul do estado “por uma questão de sobrevivência. [...] lá tava tendo trabalho com relação aos desmatamentos das madeiras que veio do Espírito Santo”.

Chegando em Itamaraju, a família começou a se organizar. Seu pai, trabalhava como agricultor nas fazendas do interior e exercia também o ofício de pedreiro e sua mãe – Jacir Rocha de Souza, mesmo sendo leiga, exercia a profissão de professora alfabetizadora<sup>120</sup> de jovens e adultos e era também professora de culinária. Essas funções, aliada ao envolvimento e engajamento na igreja católica – ela participava dos grupos de oração, Legião de Maria exercendo, inclusive, o cargo de coordenadora da Pastoral da Criança durante quase vinte anos – fizeram de D. Jacir uma pessoa de certa referência na cidade.

A infância e parte da sua juventude foi marcada por problemas de saúde neurológicos que lhes causavam ataques epiléticos. O problema persistiu dos 4 anos aos 15 anos de idade e, durante esse período, a preocupação e as poucas informações sobre a doença fizeram com que sua criação fosse redobrada de cuidados:

[...] tinha aquela questão de não poder ficar próxima de outras crianças, não brincar com fogo, não brincar com água, ter todo um ritual, que **eu fui criada meio que numa bolha**. Então, na minha infância o que me marcou muito foi o fato de eu ter sido criada de certa forma isolada, do ponto de vista da relação com outras crianças e outras brincadeiras [...]. Meus irmãos sempre tiveram uma liberdade maior. Claro, né? Porque não tinha nenhum problema de saúde. Então sempre puderam brincar muito, correr muito, nadar, andar de bicicleta. Fazer tudo o que eu não fiz (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifo nosso).

Essa bolha que a isolava do contato social mais direto com as outras crianças acabou sendo propositiva para outros fins: os estudos. Assim, aos 5 anos, após ter sido alfabetizada

---

<sup>118</sup> Sul do Estado da Bahia.

<sup>119</sup> Elizabeth, Everildo, Edielson, Judival e Catarina.

<sup>120</sup> Beth ressalta que àquela época não tinha a formação do magistério

pela mãe, ela já sabia ler e escrever e, como tinha que ficar muito tempo em casa (sua bolha), boa parte desse tempo era utilizado com leituras e com muito estudo. Ela ressalta: “Tudo o que via queria ler e minha mãe acabava me propiciando isso, né?” O hábito da leitura que era incentivado por sua mãe e a posição de certa referência que ela exercia na cidade foram fatores importantes na vida de Beth. Essa influência era retrato do próprio perfil de D. Jacir que, segundo Beth, era uma mulher à frente do seu tempo:

[...] Na criação da família, minha mãe sempre foi uma mulher muito à frente do tempo dela, ao contrário do meu pai. Meu pai sempre foi muito **machista**, aquele homem que achava que a última palavra era a dele. Mas minha mãe sempre tratou isso de forma bem tranquila e ela conseguia dar o **jeitinho dela**, pra ele achar que ele tinha dado a última palavra, mas ela que, de certa forma, ordenava tudo, até pelo perfil dela, né? Minha mãe sempre foi uma mulher muito ativa, muito politizada, solidária (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

O machismo é entendido como preconceito que exerce uma função social de dominação dos homens sobre as mulheres e também como uma das expressões do patriarcado – “que não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2015, p. 49) e se materializa nas relações interpessoais através da perpetuação de relações de exploração, dominação e poder via controle, inferiorização e submissão das mulheres.

No modo de produção capitalista o patriarcado e o racismo, tornam-se a base de sustentação da ordem do capital, se ampliando a partir da exploração do trabalho e da vida das mulheres (SETOR DE GÊNERO, 2018a). Essa base de sustentação pode ser vislumbrada sob vários aspectos. Dar a última palavra e assim, referendar quem é o sujeito portador do poder é uma das expressões mais usuais do chefe de família. No entanto, nem sempre o que parece ser é o que de fato é: esse parece ser o caso de D. Jacir e de Sr. Manoel. O **jeitinho** dado por D. Jacir para fazer com que Sr. Manoel achasse que a última palavra era dele pode ser entendido, na verdade, como uma simulação da existência de um poder verticalizado, homogêneo e que era exercido apenas por ele no seio familiar quando, na verdade, era ela “quem ordenava tudo”. Assim, ao evitar “bater de frente”, D. Jacir utiliza-se de uma espécie de discurso oculto que evita o confronto direto com a parte antagônica – é o que o antropólogo James C. Scott cunhou de *infrapolítica* – uma política de resistência (LUGONES, 2014).

Com uma personalidade forte e plena aptidão para a liderança, essa astúcia era uma das estratégias de D. Jacir para manter a direção das coisas. Apesar de ser a caçula das três irmãs, “ela sempre foi a liderança, [...] sempre foi uma mulher de frente, tudo ela ia pra frente, ela botava lá a ordem dela, ela comandava. [...] Amava muito meu pai, mas meu pai sempre foi muito o homem lá do canto dele. [...] Minha mãe não. Era mais despachada, muito diálogo.”

Ao ser perguntada sobre se tinha alguma figura que servia como referência, Beth não hesitou: “Minha mãe. Sempre [...]”. E a fala seguinte segue repleta de muito orgulho e entusiasmo: “[...] Lá no Prado, onde tá a Escola de Agroecologia. É Assentamento Jacir Rocha.”

Sem dúvidas, a figura materna exerceu uma visível influência na sua trajetória. Tal influência vai desde a admiração nutrida pela personalidade da mãe, o incentivo aos estudos até o envolvimento com os grupos e pastorais da igreja católica. Podemos dizer que a tríade personalidade, estudos e igreja gestada também por sua mãe a conduziram a militância no MST. No entanto, antes de adentrar ao Movimento, sua vida foi atravessada por conflitos, escolhas e outras descobertas.

De fato, o certo prestígio que D. Jacir gozava na cidade rendeu frutos. Um desses frutos foi a bolsa de estudos que ela conseguiu para que Beth pudesse estudar no Colégio São João Evangelista. O colégio particular era administrado pelas freiras e sempre foi considerado o melhor colégio da cidade – era, segundo Beth, “o colégio da burguesia”. Para uma família de pessoas negras e humildes aquele espaço burguês logo se revelaria como um centro de conflitos onde Beth começou a questionar as desigualdades a sua volta, a se perceber enquanto negra e a sentir, pela primeira vez, o racismo:

Então na escola eu comecei a ter esse primeiro contato com o racismo. Porque era uma escola onde estudavam os filhos dos fazendeiros, o pessoal que tinha dinheiro na região e eram brancos, né? Então eu e mais um pouco, uns três, quatro, que éramos negros, né? Que estavam na escola. Então eu comecei a perceber a diferença de ser branca, de ser negra, de ter dinheiro, de ser pobre, de ser rico, foi na **escola**. Na nossa convivência **familiar**, na **igreja** eu não percebia tanto. Mas quando eu comecei a perceber na escola, principalmente a partir daí, dos oito, nove, dez anos, que eu comecei a perceber a diferença. (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

Nessa citação, Beth nos fornece, resumidamente, sua percepção sobre três importantes instituições – escola, família e igreja. A escola é vista por ela como o lócus da diferença – e as desigualdades se mostram mais patentes à medida que ela se percebe negra. Além disso, outra questão é abordada – a pouca representatividade de pessoas negras – “eu e mais um pouco, uns três, quatro, que éramos negros” que estudavam na “escola da burguesia”. A relação que se vislumbra com esse depoimento pode ser compreendida através da interseção entre raça, religião e classe: estudantes brancos, praticantes da fé católica e ricos. Eles estavam, portanto, no seu lócus natural, ou seja, no lugar que, historicamente, a colonização e, posteriormente, a colonialidade do poder conferiu-lhes como lugar apropriado a ser ocupado enquanto “raça superior”. Beth, ao contrário, era bolsista e negra e, portanto, não pertencia àquele mundo, exceto pela crença no Deus cristão. O núcleo familiar e a Igreja formavam um outro espectro –

o lugar seguro e ‘menos conflituoso’. Na família, apesar das dificuldades, havia uma estrutura familiar forte e acolhedora: possuíam casa própria, trabalho, comida de qualidade e acesso à educação. Na igreja, a crença de que todos são iguais diante de Deus formavam, a princípio, um ideal de igualdade que, logo seria questionado. E este questionamento não tardou:

Quando eu ia na casa dos meus colegas e eu via que era bem diferente da minha casa, né? Então, é... Ali que eu comecei a perceber essa questão da desigualdade, de que não era todo mundo igual. Mesmo todo mundo na mesma igreja, sentando no mesmo banco, ouvindo o mesmo sermão do padre, falando do mesmo céu, mas aqui na terra tinha diferença (Entrevista com Beth, 30/01/20).

A igreja, além de ser um lugar para professar sua fé, serviu-lhe como válvula de escape e, posteriormente, como fonte inspiradora para questionar as desigualdades sociais e ponte para iniciar sua militância. Até lá, sua vida se resumia a escola, casa e igreja.

Aos quinze anos, logo após ter concluído a oitava série, inicia-se uma nova fase. Fase essa que ela denomina de: rebeldia com causa. Ao tratar sobre esse período ela é enfática: “Aí tem babado até umas hora”. Sua fala não era exagero. De repente, a bolha em que tinha sido criada, explode e ela passa a vivenciar um mundo novo – especialmente, por que os ataques epiléticos que a acometeram desde os quatro anos de idade haviam sido controlados. Assim ela resume esse período: “Até os quinze era doente, com dezesseis já cuidava da minha vida.”

Essa fase de rebeldia começa, como ela mesma diz, com “os namoros da vida”. Aos quinze anos começou a viver seu primeiro romance que acabou resultando na sua primeira decepção amorosa. O namoro era escondido dos pais o que necessitava de cautela nos encontros para não serem descobertos. Depois de mais de um ano, Sr. Manoel descobriu o romance. Não deu outra. O namoro já tinha ido longe demais: ela fora deflorada e a única solução para minimizar o dano causado a honra da sua filha e da sua família era o casamento – mesmo que forçado. Beth se recusava a aceitar essa determinação especialmente por que descobrira que “o dito cujo” tinha um outro relacionamento. Foi a gota d’água: “Me retei com ele, falei que não dava mais certo”. Mas, Sr. Manoel não “arredava o pé” sobre o casamento. Imagine só: menor de idade e já estava desonrada. O que os outros pensariam? Era preciso repara o mal feito. Importante perceber como a cultura da virgindade respaldada na pureza feminina é reivindicada por Sr. Manoel. Essa lógica possui um relevante papel simbólico que faz parte do tecido social e que busca policiar e controlar o corpo da mulher e com isso respaldar sua moral e da sua família.

Assim, diante da imposição e da irretratibilidade do seu pai, ela “jogou a real”: “Se for pra mim casar, eu caso, porque eu vou ser forçada a casar, mas da porta do fórum cada um

segue a sua vida. É só pra sujar o papel ali”. O matrimônio teria sido consumado se não fosse a interferência perspicaz de D. Jacir: foi ela quem convenceu Sr. Manoel que aquela não era a melhor saída, e, mais uma vez, deu a última palavra. Esse livramento foi providencial, mas deixou sequelas: “Meu pai não queria nem me ver”. E aí, com o clima tenso em casa, resolveu ir morar com a tia. Ficou lá por quase seis meses até Sr. Manoel ir voltando “às boas, aos poucos”. Apesar dos conflitos, esse fato foi libertador e serviu como gatilho para se “enfiar” de vez na militância:

Aí eu fiquei solta, [...] com dezesseis anos eu já cuidava da minha vida. Liberdade total. Aí minha mãe brincava comigo – “É, você eu te tranquei até você ficar boa e você quando saiu resolveu fazer tudo de uma vez só”. Mas aí, com dezesseis anos, eu já tava nessa lógica da vida da pastoral e da militância, com o sindicato e com o Movimento, já de ficar rodando. Então, eu ficava em Teixeira, ficava em Alcobaça, vinha pra Itamaraju, Prado. Eu tinha muita disponibilidade [...] (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Essa disponibilidade toda foi resultado também da decisão que tomara: parou de estudar e resolveu dar um tempo em muitas coisas para poder priorizar outras. A rebeldia “foi cem por cento. [...] Já tinha a oitava série, tava na empolgação desse trabalho, dessa militância, desse contexto todo.” Então decidiu: “Não quero casar. Não quero estudar. Quero fazer o que eu quiser, daqui por diante”. A escolha foi a dedicação integral a militância na Pastoral da Juventude (PJ) que vinculava a fé com o trabalho social. É interessante perceber como o termo militância já é, desde muito cedo, reivindicado por Beth: “já uso a palavra militar porque foi uma questão de doação mesmo, de decisão política, que depois eu analisei que era decisão política, naquela época era uma decisão de vida, né?” O ano era 1985 e foi justamente com essa escolha que Beth deu o “pulo do gato” para sua militância política no movimento social.

Ao fazerem um estudo comparativo sobre as experiências das mulheres em grupos religiosos, Machado e Mariz (1997) afirmam que, geralmente, o motivo que as levam a participarem das CEBs está relacionado com “a necessidade de participar de um grupo, de pertencer a uma unidade ou, também, de refletir sobre a fé ou de se aprofundar nela” (MACHADO & MARIZ, 1997, p. 4). No caso de Beth, esses motivos podem até ser considerados, mas, é importante ressaltar que tal escolha foi muito influenciada por sua mãe – que, àquela época, era coordenadora da Pastoral da Criança.

Oriunda de família das classes populares e criada dentro do “berço” da Igreja católica, Beth já reunia algumas características importantes para compor os quadros da Igreja e, em especial, as pastorais. Estar vinculado ao povo, era, para Frei Betto uma das exigências para tornar-se agente pastoral. Caso contrário, “o agente correrá o risco de cair na atitude colonialista

de quem quer ensinar à comunidade popular sem antes aprender com ela e refazer suas categorias e valores elitistas, academicistas, populistas ou vanguardistas” (BETTO, 1985, p. 7). Assim, Frei Betto alude para o fato de que é necessário reeducar esses saberes baseados nas categorias acadêmicas e fundadas em uma erudição europeizada para que o agente possa, de fato, assumir a lógica da sabedoria popular e atuar de forma conjunta com a comunidade.

As características elencadas acima, aliadas a rebeldia juvenil fizeram com que Beth logo fosse recrutada pelo braço sócio-político e administrativo da Igreja. Assim, em 1985/1986 ela assume a secretaria da PJ. O contato com as famílias carentes na cidade e a relação mais próxima com os padres capuchinhos e com os seminaristas passou a ser sua principal rotina. Ela conta que os seminaristas eram “colírios para os olhos” e a tentação para desviá-los de sua santa vocação e arrastá-los ao caminho do pecado era grande. Mas, ao que parece, as tentativas foram frustradas.

As pastorais eram divididas por territórios e o município de Itamaraju fazia parte do território do Extremo Sul que incluía outras cidades: Eunápolis, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Itanhém, Caravelas e Prado. Por cerca de 3 anos a vida de Beth permaneceu concentrada no trabalho da pastoral que atuava via CEB’s. Inspirada na Teologia da Libertação – que tem por princípio básico a opção preferencial pelos pobres, a prática pastoral das CEB’s parte da situação dos oprimidos e são campos férteis para fomentar ações e discussões que marcam um nítido comprometimento com os interesses sociais, políticos e econômicos dos socialmente desprivilegiados e materialmente carentes tendo como horizonte a sua libertação integral. Frei Betto (1985) ressalta que o

O trabalho pastoral criou uma nova consciência naqueles que, no país, buscam a libertação do povo. A consciência de que essa libertação somente será possível à medida que as classes populares puderem assumi-la e realizá-la. Ela será obra dos próprios setores populares organizados. Sem isto, o máximo que poderá haver será uma pseudo-libertação, que muda as pessoas que ocupam o poder mas não modifica o caráter e a natureza do poder (BETTO, 1985, p. 12).

Essa nova consciência, pautada no discurso da Teologia da Libertação, à época, não abordava a questão das mulheres e nem assumia valores feministas. Sobre essa perspectiva, a teóloga feminista Ivone Gebara salienta que:

Movimentos feministas lutaram muito para os direitos e o bem estar da mulher, mas isso não foi considerado uma importante questão teológica nos últimos 25 anos da Teologia da Libertação. Os teólogos estavam muito mais preocupados com as mudanças macrossociais e políticas no continente inteiro da América Latina do que com as questões culturais de gênero e raça, por exemplo. Os únicos assuntos

considerados relevantes para os teólogos são os econômicos, sociais e políticos (GEBARA, 1995, p. 137).

A crítica implacável da Teologia da Libertação ao modo de produção capitalista e a ideologia que ele representa, segundo Ivone Gebara, não deu ênfase às discussões em torno das questões culturais e identitárias. Assim, os problemas da esfera privada – afetivos, familiares e sexuais, eram interpretados apenas como fruto e reflexo da opressão material do sistema capitalista (MACHADO & MARIZ, 1997). Esse fato, no entanto, não restringiu a participação das mulheres nas CEBs. Ao contrário, alguns estudos demonstram que há uma presença majoritária feminina nesses espaços. Tal realidade, pode ser justificada, por exemplo, pelos papéis sociais tradicionalmente atribuído às mulheres pelo sistema de gênero hegemônico em nossa sociedade. Dessa forma, o cuidado da família, como prerrogativa da mulher, se estende também ao cuidado espiritual: É ela que faz as promessas mesmo quando é para o marido ou os filhos cumprirem; é ela quem descobre o rezador ou o benzedor para onde encaminhará os seus” e é ela “quem localiza e indica alternativas paralelas, ou seja, os serviços religiosos da 'mãe de santo'[...]”<sup>121</sup> (MACHADO & MARIZ, 1997, p. 2 apud NOVAES, 1985, p.74-5).

A íntima relação com o divino e o sagrado praticada, especialmente pelas mulheres, as conduziram a outros espaços que, tradicionalmente, era ocupado pelos homens – a esfera pública. Esse movimento de transição entre a esfera privada (religião) e a esfera pública (política) vai ser realizado, em grande parte, pelas CEBs (AGUIAR, 2016). Assim, é possível afirmar que o caráter “aristotelicamente político” (BETTO, 1985, p. 10) das CEBs serviu também como espaço estratégico para incentivar o engajamento feminino no espaço público. Assim,

ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar e a idéia de que possuem direitos a reivindicar, as CEBs, tal como o movimento feminista, aproximam as mulheres do mundo público e do papel masculino, rompendo com a submissão e a docilidade tradicionalmente femininas. Com seu engajamento no setor público, a mulher das CEBs passa a questionar o confinamento no lar e o seu papel subordinado. Assim, apesar de as CEBs, [...] oferecerem posições de liderança para as mulheres mais por falta de homens do que por um discurso feminista de igualdade de gêneros, essas mulheres têm oportunidade de desempenhar essas funções e, ao desempenhá-las, começam a redefinir sua visão de mundo (MACHADO & MARIZ, 1997, p. 6).

Mesmo não produzindo um discurso de igualdade de gênero, a vivência nas CEBs produziu consequências não-intencionais para homens e mulheres ao proporcionar uma postura

---

<sup>121</sup> Esse estudo aborda a predominância de mulheres entre "os camponeses crentes" do Nordeste.

mais crítica com relação à realidade em que estão imersas. Assim, ao incentivar essa criticidade ela acaba por favorecer a adoção de uma visão feminista dos mundos que questiona a tradição em geral e o catolicismo oficial<sup>122</sup> (MACHADO & MARIZ, 1997) e torna-se um espaço propício para formação de lideranças que vão atuar na comunidade, nos movimentos sociais e na política local. A trajetória de Beth dentro da Pastoral da Juventude, por exemplo, leva-a militância no MST.

Quando estava como secretária da Pastoral da Juventude os diálogos com os sindicatos de trabalhadores rurais da região começaram. Ela conta que, àquela época os conflitos de terra na região eram frequentes e, principalmente, os conflitos que envolviam posseiros e os sindicatos. Por isso,

os sindicatos [...] buscavam muito o apoio da igreja [...]. A gente tava no debate da teologia da libertação, das CEB's. E no nosso caso, era juventude e sindicatos dos trabalhadores rurais. A gente começou a discutir com os presidentes, com o pessoal das diretorias sindicais [...] (Entrevista com Beth, 30/01/20).

A relação estabelecida entre os sindicatos rurais da região e a Igreja Católica via Pastoral da Juventude começa a se estreitar ainda mais com a chegada de três militantes do MST do Sul do Brasil na região do Extremo Sul: Ademar Bogo – foi o primeiro representante do MST a chegar na Bahia, posteriormente, ainda na fase de gestação, vieram o seminarista Adelar Pizetta, em abril de 1986 e Jaime Amorim que passou a atuar no Estado em maio de 1987 (FERNANDES, 2001a). Para Beth, essa foi a base do MST na Bahia.

Compreendendo a importância histórica do desenvolvimento e consolidação do MST na Bahia e, por considerar que a narrativa trazida por Beth era a que mais fazia alusão a esse processo, achamos coerente fazer essa abordagem neste capítulo. No entanto, convém ressaltar que as narrativas de Lucinha e de Liu também serão trazidas para contribuir com essa reconstrução histórica e com a própria história de vida delas.

### **3.2 Desenvolvimento e consolidação do MST na Bahia a partir das HV de Beth e Lucinha**

As histórias de vida de Beth e de Lucinha são terrenos férteis para contar um pouco da história do MST na Bahia. Ambas estão presente nessa primeira fase de gestação do Movimento

---

<sup>122</sup> Segundo Ribeiro e Luçan (1995, p. 125) as mulheres das CEBs, em sua maioria, preferem, como a maior parte das mulheres no Brasil, utilizar métodos anticoncepcionais desaprovados pelo discurso oficial da Igreja Católica. Isso não é novidade; a novidade é que elas elaboram um discurso religioso alternativo que critica a posição católica oficial (MACHADO & MARIZ, 1997, p. 5).

no território baiano e, nas suas entrevistas, refletem sobre esse período. Nessa sessão trataremos sobre essas histórias que dialogam diretamente com o desenvolvimento e consolidação do MST na Bahia a partir da região do Extremo Sul. As histórias de vida serão as fontes primárias de dados, os documentos e outras fontes bibliográficas serão utilizadas como fontes secundárias. Dentre as três sujeitas de pesquisa, Beth é a primeira a adentrar ao Movimento. Nesse processo de gestação do MST na Bahia ela está atuando *in loco* e militando via Pastoral da Juventude.

Pensar esse processo de gestação e formação do MST nos leva a buscar compreender o desenvolvimento do território baiano que, de maneira geral, tem ligações diretas com a herança colonial marcada pelo passado escravista, pelo caráter predatório e devastador que configurou as atividades econômicas baseadas na agricultura e no monopólio do latifúndio, pelo ultra elitismo caracterizado no colonialismo cultural e na concentração da riqueza e pela precariedade das instituições administrativas e políticas que organizaram o aparelho estatal.

A natureza desta estrutura colonial é assim descrita por Caio Prado Júnior: “[...] não podíamos ser outra coisa mais que o que fomos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 127). A Bahia, nesse contexto, era especialmente importante para validar e fomentar a economia primário exportadora pois representou, do século XVI até o último quartil do século XX, um dos grandes núcleos de criação de gado e de fornecedores dos principais gêneros agrícolas para a Europa – açúcar, aguardente, cacau, algodão e fumo.

O cenário reportado acima fez do Estado baiano um dos mais violentos no campo e com maiores áreas de conflitos por terra mesmo depois da independência<sup>123</sup>. Ainda hoje esse cenário persiste<sup>124</sup> (CPT, 2019). Disputas por terra entre grandes fazendeiros, madeireiros, agentes do agronegócio e grileiros com grupos de indígenas, quilombolas e Sem-terra pelo território baiano não são recentes. Dentro desse contexto, a atuação dos sindicatos rurais e de organismos da Igreja Católica como as CEBs, as pastorais e a CPT foram especialmente importantes para enfrentar os grandes fazendeiros, buscar garantir os direitos básicos das/os trabalhadoras/es rurais e construir a base de formação do MST na Bahia.

---

<sup>123</sup> Segundo o Dossiê: *Assassinatos no Campo - Crime e impunidade 1964-1985* publicado pelo MST, foram registrados 1106 assassinatos no Campo durante o período de 1964 a 1985. No Pará foram registrados 273 assassinatos, na Bahia foram 142 mortos e, em terceiro, o estado com maior número de assassinatos durante o período indicado é o Maranhão com 128 (MST, 1986).

<sup>124</sup> Segundo dados do relatório anual sobre os conflitos no campo no Brasil da CPT de 2019, o estado da Bahia é o terceiro em conflitos por terra (87 conflitos no ano de 2018 envolvendo 9.759 famílias). Os conflitos envolvem as seguintes categorias sociais: camponeses de fundo de pasto, posseiros, sem-terra, quilombolas, pequenos proprietários, assentados, geraizeiros e indígenas. Os municípios baianos perdem em número de conflitos apenas para a região do Maranhão (196 conflitos) e do Pará (114 conflitos) (CPT, 2019). Os dados específicos a respeito da violência contra a mulher já foram explicitados no cap. 2.

Historicamente, essas instituições estiveram à frente das disputas pela terra nas principais áreas de conflitos do Estado e, por esse motivo, foram as principais responsáveis pelas primeiras ocupações de terra na Bahia a partir da década de 60. Essas experiências foram importantes para consolidar a territorialização do movimento nascente no Sul do Brasil que pretendia ser nacional e reconhecia no território nordestino fonte de luta e resistência dado seu passado histórico (FERNANDES, 2001b).

Do processo de gestação que data do ano de 1979 até a institucionalização do MST durante o I Encontro Nacional em 1984 e a realização do I Congresso Nacional em 1985 vários estados já haviam se organizado e encaminharam representantes para participarem dos eventos. O estado da Bahia esteve representado em todos os eventos acima reportados. No entanto, efetivamente, no ano de 1985, o MST estava organizado apenas nos estados do Centro-Sul e possuía contato com sindicalistas rurais e urbanos e agentes da pastoral que “recrutavam” trabalhadoras/es rurais para realizarem trabalhos de base e de formação política tendo como aporte a Teologia da Libertação.

Assim, além de contribuir com a formação política dos futuros militantes, a Igreja Católica de Teixeira de Freitas também ajudou com as questões básicas de logística – fornecendo a estrutura física para a realização das atividades e dando, de algum modo, o aval de confiança que, a priori, garantia a adesão da comunidade na luta pela terra. Dessa forma, os Sem-terra plantaram a primeira semente para a organização do MST na região Nordeste justamente no extremo Sul da Bahia (FERNANDES, 2001a). Todavia, Fernandes (2001a) ressalta ainda que, no ano de 1985,

com a criação da Diocese de Teixeira de Freitas e a nomeação de um bispo conservador, a CPT, vinculada à CNBB sofreu uma ofensiva e os agentes pastorais foram destituídos. No lugar da CPT, o bispo permitiu a organização da Pastoral Rural subordinada à Diocese. Perante as dificuldades para prosseguir com a organização dos sem-terra, os coordenadores solicitaram ajuda para constituir o Movimento. Ainda nesse ano, vieram alguns membros do MST de Santa Catarina e iniciaram os trabalhos para a construção do MST na Bahia (FERNANDES, 2001a, p. 97).

À 70 km dali, Beth já militava na Pastoral da Juventude no município de Itamaraju. Como o trabalho da pastoral não ficava restrito ao município, as viagens para os territórios do Extremo Sul eram constantes e passaram a ser intensificadas com a possibilidade de criar o MST na região. No entanto, é preciso ressaltar que essa base já estava sendo articulada pelos sindicatos e pelas pastorais antes mesmo da chegada dos membros do MST do Sul: Ademar Bogo, Adelar Pizzeta e Jaime Amorim. Nessa articulação inicial, a atuação de Betão ganha destaque.

Assim, ao se recordar desse primeiro momento de gestação do Movimento na Bahia – caracterizado pelo trabalho da pastoral, dos sindicatos rurais – e, em especial, da figura de Betão<sup>125</sup> e dos militantes do Sul, Beth faz o seguinte relato:

Então, como é que se consolida esse primeiro momento aí? Nós chegamos aí, em 85 por aí, com esses trabalhos nos sindicatos, querendo ou não, a gente precisava se reportar a esses homens que vieram, porque o Movimento tomou a decisão nacional de expansão territorial, né? Através lá do Congresso (de 1985), e tal, essa história já tá escrita aí, não precisa eu lembrar... Aí quem veio pra Bahia, pra começar a fazer essa articulação da criação do Movimento na Bahia, primeiro foi o Ademar Bogo – por isso essa referência, que ele veio de Santa Catarina, veio o Adelar Pizzeta<sup>126</sup>, também que é do Sul... Na verdade, os três é do Sul. Eles vieram primeiro, nesse primeiro momento. O outro Jaime Amorim<sup>127</sup> chegou um pouquinho depois. Qual era a tarefa desses dois? Era exatamente fazer essa articulação com quem tava trabalhando, atuando no campo, nos sindicatos [...]. Até porque quando o **Movimento fez o Primeiro Congresso tinha representação da Bahia, que era Betão**. Betão foi representando na época e Betão era do Sindicato de Itanhém. Ele era da articulação sindical aqui da Fetag<sup>128</sup>. Entendeu? Aí Betão foi representando. **Quando Betão volta do Congresso, em 84, ele volta com a tarefa de articular já as bases sindicais, na Bahia, pra os meninos virem depois pra gente já começar o trabalho**. Então Betão quando chega ele começa a fazer essa articulação com os sindicatos e nós da Pastoral, que tínhamos articulação com o Sindicato, acabamos desenvolvendo no debate de que tinha o Movimento sendo criado, a nível nacional, e que esse **Movimento tinha como principal objetivo a luta pela terra e que ia ajudar a gente na Bahia a organizar a luta pela terra. Porque o sindicato já fazia a luta pela terra, mas de forma isolada** (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

Betão retornou do Congresso como diretor Nacional do MST e junto com Ademar Bogo, eles começaram a ajudar no processo de trabalho de base e a estabelecer contatos com os sindicalistas, os agentes das CEBs e os freis da ordem dos capuchinhos e da PJ. Beth conta que os militantes do MST chegaram em um momento em que os conflitos<sup>129</sup> se intensificavam na região:

---

<sup>125</sup> Adalberto Rocha Pacheco, popularmente conhecido como Betão, nasceu em Itapebi e, após ter migrado com seus pais e seus 13 irmãos para algumas cidades em busca de melhores condições de vida, ele retorna a Teixeira de Freitas no ano de 1982. Sem muitas opções de trabalho, passou a trabalhar como boia fria nas plantações de mamão, melão e melancia. Durante esse período, frequentava as reuniões e missas da Igreja e logo foi recrutado pelo braço agrário da Igreja – CPT e pelas CEBs. Dessa relação, ajudou a criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcobaça e de Teixeira de Freitas e logo foi convidado pela CPT para participar do Encontro de Goiânia– espaço que reuniu agentes pastorais e lavradores de várias regiões do país com o intuito de criar um movimento de trabalhadoras/es rurais de cunho nacional (SCOLESE, 2008).

<sup>126</sup> O seminarista Adelar Pizetta, veio para a região em abril de 1986.

<sup>127</sup> Jaime Amorim passou a atuar no Estado em maio de 1987.

<sup>128</sup> A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado da Bahia é uma entidade sindical de segundo grau, autônoma, sem fins lucrativos, constituída para representar legalmente a categoria profissional dos trabalhadores rurais (FETAG, 2015).

<sup>129</sup> Beth fala explicitamente de três conflitos sérios que ocorreram na região durante àquele período e que eram acompanhados tanto pelo sindicato quanto pela PJ, são eles: massacre Puxim-Sarampo (conflitos históricos na fazenda Puxim (município de Canavieiras) e na fazenda Sarampo (município de Santa Luzia)), Conflito das Malvinas na região do Baixo Sul e o conflito dos quilombolas – Juerana.

E aí, como é que a gente começa a participar? Primeiro foi do processo de metodologia, aí eles vieram, reunia com a diretoria do sindicato e depois reuniu com os padres, né? Na época, Frei Dilson, Frei Chico e outras pessoas que estavam envolvidas na igreja<sup>130</sup>, apresentaram a proposta do que era o Movimento, como é que podia contribuir, e qual era o método de trabalho. Então, o método de trabalho seria formar núcleos municipais, de trabalho de base. Esses núcleos é que iriam, através de um trabalho de formação, das famílias, iam constituir uma base de luta pela terra. **Por que, qual era a dificuldade? Era compreender a ocupação**, porque [...] tanto as famílias, quanto nós, que éramos dos sindicatos, da Pastoral, da Igreja, tínhamos receio porque tem aquela questão “**vou invadir a terra alheia?** E tal. Como é que é isso?” [...]. Então tinha que ter uma preparação pra gente começar esse trabalho. Então nós ficamos um ano, fazendo esse trabalho preparatório pra luta pela terra... Mais de um ano! [...] (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

Esse trabalho preparatório para a organização das famílias durou, segundo Beth, cerca de 1 ano e meio –final de 85 até o meio do ano de 87. Na época, os envolvidos no processo de formação vinculados a PJ foram ela, Lucidalva, Rubineuza, Adenila, Nalva, Irailton. Em Itamaraju eram Valmir<sup>131</sup> e Edvaldo.

Nesse primeiro momento, os núcleos de trabalho de base foram formados pela juventude da pastoral de cada município que ficaram responsáveis pela mobilização das famílias<sup>132</sup> para comparecerem às reuniões: “A gente fazia o convite, chamava as pessoas pra ir pra reunião, marcava horário direitinho. E aí esses meninos iam fazer a reunião.” No entanto, esse processo de mobilização requeria também uma formação política mais intensa, pois essa juventude tinha que ter argumentos coerentes para estimular a luta e convencer as famílias a participarem das reuniões e a “invadirem a terra alheia”.

Para tanto, era preciso estudar e compreender o modo de funcionamento da sociedade capitalista e as saídas revolucionárias que levariam a transformação dessa sociedade. A base para essas discussões já era apresentada pela Igreja via Teologia da Libertação: “[...] Pra mudar a vida tem que lutar. [...] Porque Deus não quis assim. [...] Deus quis que todos os seus filhos tivessem vida em abundância, era esse o nosso discurso.” No entanto, com a chegada dos três militantes as discussões passaram a ter um forte direcionamento teórico para a prática revolucionária:

---

<sup>130</sup> Ao falar sobre a presença da Igreja Católica nessas ações, Beth é enfática ao afirmar que não era toda Igreja que se engajava nessas atividades de formação. Além dos Freis já citados, ela se recorda ainda da participação de pelo menos 10 seminaristas, dentre eles estavam Antônio Martins, Brasão e Ranieres e de algumas freiras de Teixeira de Freitas e de Eunápolis que foram fundamentais também nesse processo de trabalho de base. Beth chega a fazer um esforço para se recordar dos nomes das freiras. Ela diz: “Minha memória é horrível... Lucinha acho que ainda lembra do nome de alguma delas... Parece que era Irmã Eci... Tinha um nome de freiras que é bom depois a gente pesquisar o nome delas”.

<sup>131</sup> Aqui ela se refere ao então deputado Federal Valmir Assunção (PT) que foi o primeiro DN na Bahia.

<sup>132</sup> As famílias recrutadas tinham um perfil básico: eram pobres oriundas das periferias das cidades e/ou que estavam na luta pela terra. Em suma, “era quem queria ter a própria terra, mas que sempre trabalhou e sempre sobreviveu da terra alheia. (...) Boa parte era vinculada aos sindicatos, exatamente por esse viés de ser diarista das empresas(...)”. (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Então, foi aí que eu comecei a discutir revolução. [...] a gente percebia que não tinha como ter vida em abundância se a gente tinha força de trabalho e os outros os meios de produção, tinha o capital e tinha o chicote. Como é que a gente faz isso? Como é que equilibra isso? Como é que vai ser essa transformação? (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Para responder a esses questionamentos e dialogar sobre o funcionamento da sociedade e, em especial, da sociedade brasileira que, à época, passava pelo processo de redemocratização, elas/eles começaram a fazer cursos de formação política. Beth lembra que o primeiro curso de formação política de militantes na Bahia foi no ano de 1986 e aconteceu em Teixeira de Freitas na Escola de Formação Eloi Ferreira:

Todos que começaram a luta naquele período ali, pela terra, passaram por essa escola. Que aí entram os outros elementos mais de método do Movimento, que é a questão dos princípios, das normas de disciplina[...] do método organizativo. [...]. E aí amplia, né? Bastante. Porque aí era quem? Era nós da Pastoral, os meninos do seminário, eram as freiras, eram os padres, eram os dirigentes do sindicato, eram os dirigentes de partido (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Esses cursos se desenvolvem de forma concomitante com o processo de organização das famílias. Beth conta que cada município tinha um lugar específico onde as reuniões aconteciam – podia ser na casa de uma família, no sindicato, no salão paroquial ou em uma área comunitária. Em Teixeira as reuniões eram realizadas no sindicato e em Itamaraju “a gente fazia nos bairros, nas casas, e fazia também no seminário dos padres capuchinhos [...]. Nós fizemos, naquele período, assembleia com mil pessoas”. A pauta das reuniões era a luta pela terra e era dividido em quatro temas:

(1) “Como funciona a sociedade?”, era o primeiro tema. O outro tema era (2) “Qual a sociedade que queremos?”, (3) A questão da agricultura, que não era a história da agricultura, mas era compreender como o campo funcionava, o papel de cada um, quem era agricultor familiar, quem era camponês, quem era proprietário... Tudo tinha a ver com a conjuntura, mas era pra levar a formação da consciência das pessoas pra entender que só poderia mudar com luta. E o último tema (4), de fato, era “O que fazer?”, que a gente já entrava no debate... **Como é que a gente vai mudar isso aqui?** Ficar parado não vai dar certo. Então, nós vamos ter que fazer algo. O que é que a gente pode fazer pra mudar? E aí saía a **ideia da luta pela terra, do objetivo final**. Aí, nesse período, você tinha o processo de cadastramento das famílias, das pessoas que estavam dispostas a continuar, tinha um tipo de um cadastro, aí você tinha o trabalho de organização, que nós passamos um tempo organizando... A logística, né? Aí tinha uma caixinha pra poder financiar um transporte, comprar o material... (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

Essa caixinha só era utilizada na fase final do processo de mobilização que culminava com a ocupação da terra. A primeira ocupação aqui na Bahia foi realizada em 7 de setembro de

1987. O período anterior – de 1985 até setembro de 1987 foi marcado como o período de gestação do Movimento aqui na região. Durante esse tempo, como ressaltado, as/os trabalhadoras/es com apoio da PJ promoveram reuniões, fizeram trabalho de base, articularam apoios e reuniram o máximo de famílias para aderirem ao movimento. Assim a organização foi se consolidando e criou a própria estrutura de funcionamento: foi fundada a Secretaria do Movimento e a Escola Sindical para Formação Política (FERNANDES, 2001a).

Todo esse processo de articulação resultou na realização do Primeiro Encontro Estadual do MST em janeiro de 1986. Apesar das críticas de algumas instituições mais conservadoras, o conjunto das/dos trabalhadoras/es decidiram aderir a estratégia da ocupação de terras pois entendiam que a reforma agrária só seria realizada com a luta e organização (FERNANDES, 2001a).

Ao ser questionada como se deu a escolha da primeira área ocupada pelo Movimento, Beth reivindica a questão de gênero ao afirmar que o grupo de mulheres que estava nesse processo de mobilização não participava das decisões: “[...] a gente participava da organização, a gente não participava das decisões. Onde vai ser, como vai ser, que horas é, segurança, essas tarefas não eram pra nós.[...] A gente contribuía, eles comandavam.” À época foi formado um grupo diretivo, como se fosse um conselho, que se reunia para determinar as estratégias. Esse grupo era formado, segundo Beth, “pelos meninos que vieram de fora mais o pessoal do sindicato [...] Era Reinaldo, Betão, Messias [...]. Depois veio Zé Carlos, Valmir, Jurandir, [...]”.

Além desse grupo diretivo, ela conta que havia também um grupo motor. Esse grupo era composto por dois representantes de cada município que, frequentemente se reuniam em assembleias e formavam, como se fosse, o conselho regional. Era esse conselho que se sentava com os “meninos da direção e tomavam as decisões”. Ao que parece, o conselho regional que Beth se refere é, na verdade, a Coordenação Regional que foi criada em novembro de 1985 e era composta, tal como sinalizado por ela, por dois representantes de cada município<sup>133</sup>(FERNANDES, 2001a). Lucinha também faz menção a forma de organização do Movimento naquele período: “Como só existia no extremo-sul mesmo [...]” então, “quando a gente era coordenadora de áreas ia já pra Itamaraju isso aí já tinha uma conformação de coordenação estadual, alguma coisa assim”.

---

<sup>133</sup> Os municípios envolvidos nessas primeiras ações do MST eram: Itanhém, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Itamaraju, Eunápolis e Caravelas (FERNANDES, 2001a). Segundo Beth, eram 8 os municípios envolvidos: Eunápolis, Itamaraju, Teixeira, Prado, Medeiros Neto, Itanhém, Caravelas e Alcobaça.

A participação feminina nesse núcleo diretivo não se consumou durante esse período inicial. Apesar de enfatizar que estavam todo tempo juntos, tinham algumas deliberações mais estratégicas, que elas não participavam pela própria lógica do funcionamento. Na verdade,

A gente também não se dava conta se era pra participar ou não[...] A nossa compreensão naquele momento de participação, pra gente tava na medida, a gente tava o tempo todo juntos, a gente tava todo o tempo atuando, a gente tava todo o tempo trabalhando. Então pra gente não fazia falta esse momento que a gente tivesse tomando determinadas decisões... Era natural o que vinha, o que aconteceria. Entendeu? Aí, por exemplo, a estratégia de segurança, pra nós não era importante a gente saber se ia ter pistoleiro, se não tem; se ia pegar nas armas se não ia, quem que ia tá na trincheira, quem é que não tava. Porque a nossa tarefa era tá junto com as famílias, ajudar a organizar as famílias, era organizar acampamento. **Então, não nos fazia falta estar participando desse processo. No primeiro momento.** Não nos fazia falta no sentido que a gente não compreendia se era necessário ou não a nossa participação (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

Beth deixa claro que as tarefas e demandas do Movimento estavam divididas e reflete também que essas funções não eram problematizadas por que estava tudo na medida e dá forma que compreendiam como deveria ser – ao menos nesse primeiro momento. O sindicato ela já havia sinalizado que era masculino, a exceção, da secretaria – Beth de Messias<sup>134</sup> e a PJ que era, a princípio, sua base de atuação, tinha como função a organização e mobilização das famílias. No entanto, após a primeira ocupação, esse cenário parece ganhar outros contornos.

### **3.3 As primeiras ocupações e o processo de territorialização do MST na Bahia a partir das histórias de vida de Lucinha e Beth**

A ação que marcaria a estruturação do MST no Estado e na Região do Nordeste seria realizada na madrugada do dia 7 de setembro de 1987. A data estabelecida – a mesma da primeira ocupação (Fazenda Macali) realizada pelo Movimento no Sul do Brasil – tinha também o mesmo significado estratégico: o aparato policial estaria praticamente, todo ele, concentrado nas comemorações do dia da Independência. Além disso, as recomendações eram diretas: “Se, por acaso, qualquer caminhão fosse interceptado pela polícia, a desculpa era a de que estavam indo a uma romaria; até nessa possibilidade pensaram. Esses artifícios eram bastantes utilizados, até para se conseguir contratar os motoristas” (MAGALHÃES, 2005, p.58).

---

<sup>134</sup> Messias se refere ao nome do marido que, naquele período, era presidente do sindicato.

A área escolhida para a ocupação ficava no ponto 40x45<sup>135</sup> e fazia parte de um projeto de plantação de eucaliptos que, antes da desapropriação, pertencia a Companhia Vale do Rio Doce. Por volta das duas da manhã, cerca de quatrocentos e cinquenta famílias Sem Terra já tinham ocupado a área de 5.100ha, no então município de Prado, hoje Alcobaça. (SCOLESE, 2008). Durante esse período,

[...] a ajuda de padres e freiras não foi suficiente. Uma lata de óleo e uma barra de sabão, por exemplo, eram divididas por dez famílias no 40x45. Na escolinha improvisada não havia quadro-negro. Em vez disso, havia um papelão pregado com espinhos na parede do barraco de lona. O giz era um pedaço de carvão. Os poucos lápis eram quebrados ao meio, para que mais alunos pudessem usá-los. Já os bancos da sala de aula eram pedaços de madeira nativa cortados a machadadas pelos pais (SCOLESE, 2008, p. 205).

Mesmo diante dessas dificuldades, que já eram esperadas, as famílias compreendiam que não haveria um governo benevolente que realizaria uma política de assentamentos sem pressão e organização das/dos principais demandatários.

A área havia sido escolhida justamente por que ela já seria destinada a desapropriação pelo I PNRA no ano de 1987 (FERNANDES, 2001a). Segundo Beth, essa escolha foi estratégica – “por que a gente não podia começar uma luta com as famílias, a primeira luta nossa, numa estratégia de algo que pudesse ter um conflito grande, que assustaria e que pudesse dar errado”. Então, a ideia era passar a mensagem: “Tá vendo que dá certo? A gente já chegou e já tem a terra”. A estratégia, de fato, deu certo e, em pouco tempo de acampamento, saiu a desapropriação da área. Liu ressalta que “o 45<sup>136</sup> [...] só foram seis meses de acampamento<sup>137</sup>, imediatamente saiu a posse”. Essa ação trouxe ganhos para ocupações futuras, especialmente, com um maior engajamento de outras famílias ao verem um resultado vitorioso em tão pouco tempo.

De acordo com Beth, foi logo depois da ocupação do 40x45 que se formou a primeira direção do Movimento “e nós viemos fazer parte dessa direção. Aí era eu, Adenilza, Rubineuza, Nalva e Beth de Messias. Aí já chegou Mara, que é uma outra figura que entrou também via sindicato, mas chegou depois da ocupação[...]”. Durante esse período, ela fez parte do coletivo de mulheres, deu prosseguimento ao trabalho com a juventude e ajudou na fundação do PT<sup>138</sup>

<sup>135</sup> A área recebia este nome pois os lotes eram divididos por demarcações numeradas para o controle dos técnicos da empresa proprietária que realizava o plantio de eucalipto. O nome foi mantido pelos lavradores após a ocupação.

<sup>136</sup> 45 se refere ao Assentamento 40x45.

<sup>137</sup> Segundo Scolese (2008) o acampamento durou 8 meses até a implantação do assentamento 40x45.

<sup>138</sup> Beth destaca que Rubineuza foi a primeira candidata a prefeita pelo PT de Itamaraju. Esse fato também é lembrado por Lucinha: “Rubineuza foi a primeira candidata do PT de Itamaraju”.

em Itamaraju. Dois meses após a ocupação, perceberam que a terra não era suficiente para as famílias que estavam lá. No final do processo, Liu destaca que foram assentadas 133 famílias e as outras foram realocadas para uma segunda área – Riacho das Ostras<sup>139</sup>.

Nesse período, Beth lembra que a direção havia tomado a decisão de que era preciso expandir: “a gente fez a ocupação do Riacho, da Bela Vista, depois viemos pra ocupação da Modelo, que aí entra a ocupação da área de Lucinha que na época era a Vale, mas ficou chamando Maravilha, [...] aí também depois veio Primeiro de Abril, foi uma sequência de ocupações [...]”

A ocupação da Bela Vista foi a primeira experiência de ocupação de Lucinha e marca sua projeção política dentro do Movimento (tal como demonstrado no capítulo anterior). Ela havia sido uma das escolhidas para compor a comissão de negociação e seguiu para Salvador. Sobre a formação dessa comissão no início do MST, Beth é enfática ao afirmar: “era aonde a gente quase não entrava, uma ou outra mulher participava dessa comissão aí, sempre eram os homens a equipe de negociação”. Lucinha, àquela época, era a exceção nessa equipe. Ela conta que assim que chegaram à Salvador, receberam a notícia que as famílias haviam sofrido um despejo violento. Das mais de mil e trezentas famílias que haviam ocupado a Fazenda Bela Vista<sup>140</sup> no dia 12 de maio de 1988, cerca de cem famílias, com a interlocução do Frei Dilson e do Frei Chico, conseguiram escapar do despejo e foram alocadas em uma área de 4ha que pertencia ao seminário dos freis capuchinhos<sup>141</sup>.

Além da Fazenda Bela Vista, durante todo o ano de 1988 foram feitas, pelo menos, mais cinco ocupações na região do Extremo Sul. Lucinha se lembra da *Bralanda*<sup>142</sup> – “que também não deu certo. Depois de 15 dias a gente foi despejado de lá. Um desespero.” *Corumbau*<sup>143</sup>,

---

<sup>139</sup> O assentamento Riacho das Ostras é fruto de uma ocupação que aconteceu no dia 05 de dezembro de 1987 com 87 famílias. Lucinha lembra que essa segunda área foi um excedente do 45 em um processo já negociado. A partir desse entendimento é que ela situa a ocupação da Bela Vista como a segunda ocupação do MST no território. Ao invés de considerá-la a terceira como, comumente, a literatura sobre o tema o faz.

<sup>140</sup> A fazenda Bela Vista, em Itamaraju, situada a 24 km da sede do município, era propriedade do ex-deputado federal pelo PDS e, na época, suplente de senador, Eraldo Lemos Machado. A UDR da Bahia se mobilizou contra a ação (TRABUCO, 2008, p. 65).

<sup>141</sup> A área foi cedida para as famílias e criou-se ali uma base de resistência do Movimento. Em uma semana, o número de famílias havia sido multiplicado por seis (FERNANDES, 2001a). A fim de resolver essa situação, o Ministério da Reforma agrária e do Desenvolvimento (MIRAD) e a Coordenação Estadual do MST iniciaram uma mesa de negociações. O acordo estabeleceu que o governo assentaria as famílias despejadas no prazo máximo de 90 dias. Entretanto, os prazos não foram cumpridos e, mesmo sob críticas intensas da Pastoral Rural e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o MST respondeu ao silenciamento do governo e a truculência da polícia e da UDR com mais ocupações (FERNANDES, 2001a).

<sup>142</sup> No dia 15 de junho, 100 famílias ocupam a fazenda Boa Esperança em Porto Seguro-BA, com área de 2 mil hectares, pertencentes à multinacional Brasil Holanda S/A do ramo madeireiro (TRABUCO, 2008, p. 65).

<sup>143</sup> Em 2 de julho, centenas de outras famílias ocupam a fazenda Reunidas, Corumbal, com área de 2.741 hectares, espólio de Artur Fontes Mascarenhas, no município do Prado (TRABUCO, 2008, p. 65-66).

*Três irmãos* – “que também é assentamento ainda” e o *Modelo*<sup>144</sup> – “que é o assentamento da família de Jean, meu marido. Modelo também existe até hoje, não que legalizou, mas o pessoal vive lá normalmente [...]”.

As primeiras ocupações – Bela Vista e Bralanda – que Lucinha e a família tinham participado não foram exitosas e a frustração tomou conta de todos. Ela se lembra do despejo da Bralanda:

Eles trouxeram a gente e deixaram a gente na praça ali do Minas Gerais. Ai que vergonha gente, as minhas amigas passava e eu tava lá com aquele monte de policiais em volta e tal. Quando viu que chegou todo mundo, aí foram embora e deixaram. Aí pega o saco e andando naquela rua até chegar em casa com um saco de coisa. Saco de panela, saco de roupa, aquelas coisas tudo suja. Aí chegamo em casa, aí mãe ficava danada: -“ Eu não sei que diabo que vocês tão caçando ainda, disse que era uma terra que era ligeira e agora vai findar o ano e vocês ficam parecendo um rebanho de doido andando pelo meio da rua com saco na cabeça (Lucinha, entrevista 09/01/20).

Tal como a paciência de D. Ziu, a de Sr. João também já tinha se esgotado. Estava decidido: não queria mais saber desse negócio de Movimento e nunca mais ia pra ocupação. Entretanto, o fato não se consumou. Um belo dia, à noite, já no final de 88, para um caminhão cheio de gente na frente da sua casa. Lá estavam várias/os companheiras e companheiros, dentre elas/es estavam: Rubineia, Rubineuza, Jaime e Gerson. Para Lucinha, foi uma alegria só e pensou: “Eita, começou de novo” (riso)”. Logo apontaram o rumo da conversa: “– Sr. João, Sr. João, a gente veio pro senhor deixar Lucinha fazer uma ocupação aqui no município”. Ele prontamente respondeu: “Que diabo vocês estão fazendo aqui de novo? Eu não já decidi que eu não vou mais nesse negócio? [...]”. Lucinha, animada, nem esperou a resposta do pai e já foi logo para o quarto pegar uma muda de roupa e disse: – “Ô pai, o senhor não vai não? Mas eu vou!”. E assim o fez. Subiu em cima do caminhão com as meninas e ‘saiu doida’. No entanto, antes de ir, prometera que voltaria no dia seguinte para falar como era a área. O entusiasmo e a animação só eram interrompidos quando pensava nas consequências daquela desobediência: “pai vai me matar, pai vai me bater no meio de gente.”

De fato, a ocupação aconteceu naquela madrugada com cerca de 100 pessoas. Ainda temerosa com o que poderia lhe acontecer por ter desobedecido as ordens do pai, Lucinha avista Sr. João subindo a ladeira com um saco nas costas. Se tremeu toda e foi logo falando: - “ô pai, eu já tava indo (riso)”. Sr. João jogou o saco no chão e falou: - “Vambora mais eu fazer o

---

<sup>144</sup> No dia 3 de julho, 100 famílias ocupam a fazenda Modelo30 pertencente a Empresa Vale do Rio Doce, no município do Prado (TRABUCO, 2008, p. 66).

barraco”. Um certo alívio sobressaltou no seu semblante e, rapidamente, ele já estava se enturmado e revendo a companheirada.

Todos já sabiam que aquela não seria uma ocupação<sup>145</sup> fácil. Mas, apesar dos inúmeros despejos, dois anos após a última reocupação saiu o processo de desapropriação e logo as famílias seguiram para os lotes. Durante esse tempo de resistência no acampamento, Lucinha, Sr. João e Marcelo (irmão mais novo) ficavam entre a cidade e o acampamento. Nos finais de semana iam para a cidade e levavam legumes e verduras colhidos da roça. Assim que saiu a emissão de posse, D. Ziu e o restante da família foi de vez morar no assentamento. Lucinha, nesse período, assumiu seu segundo cargo no Movimento: foi alçada a coordenadora de área junto com sr. Dingo e Almir. As viagens já eram constantes, as responsabilidades aumentaram e, paulatinamente, ela foi deixando as atividades da animação e seguiu sendo conduzida pelos caminhos da militância no MST.

Esses caminhos seguiram no processo de expansão e consolidação do Movimento pela Bahia que começa no final dos anos 80 e início dos anos 90. Durante esse período em que contribuíram para o processo de territorialização do MST pelo território baiano, Lucinha e Beth se recordam de algumas figuras femininas que foram essenciais para construir a luta pela terra, a luta das mulheres e a consolidação do Movimento. Beth inclusive, ressalta que é necessário fazer uma lista “bem grande” para visibilizar essas mulheres que deram tanta força e que foram cruciais no processo de luta, mas que não estão em evidência, não aparecem nos livros e não ocuparam cargos de direção. No Extremo-Sul, Lucinha destaca: Jacira, Rubineusa e Rubinéia; no Baixo Sul/Sul: Beth, Angélica e Denise do (PC do B de Camacã) e Dona Gelza; no Sudoeste: Adélia, Dr. Gleice (advogada), Paula, Matilde e Glorinha; na Chapada: Paula e Rainé; Norte: Socorro e no Recôncavo, apesar de ponderar a respeito de que lá era uma região mais masculinizada, ela se recorda de Maria do Sindicato de Anhanguera. Beth destaca as seguintes mulheres: no Extremo-Sul: Rubineuza, Nalva, Adenilza, Lucidalva, Beth de Messias, Mara, D. Maria Soares, D. Liu e Djacira (Piauí); no Sul: Dona Gelza e no Recôncavo: Dorinha.

Ao lado dessas e tantas outras companheiras, Lucinha e Beth acompanham todo esse processo. A ordem era clara: “Vamos expandir, vamos expandir o movimento. Vamos começar em outras regiões” (Lucinha, entrevista 09/01/20). Logo no início, Lucinha lembra que as regiões do Sul e do Baixo-Sul não estavam divididas, tal como elas são hoje:

---

<sup>145</sup> Lucinha lembra que antes de sair a desapropriação da área, dois grupos – um deles incentivado pelo prefeito de Eunápolis incentivou a ocupação de uma parte dessa mesma área. Em decorrência desse fato, Lucinha ressalta: “Aqui tem três nomes: Pancadinha, Palmares e aí hoje é um pouco unificado com o assentamento Maravilha, projeto Maravilha. Todo mundo praticamente fala, projeto Maravilha” (Lucinha, entrevista 09/01/20). Àquela época ele estava compondo a direção do Movimento.

É tanto que a primeira, a cooperativa regional ali, era [...] dos assentamentos das duas regiões. Aí depois é que a gente fez a divisão do Sul e Baixo-Sul. Aí a gente subiu primeiro com o desafio de fazer a reocupação da Mariana lá em Camamu [...]. Aí depois teve a ocupação [...], que não deu certo, que a gente fez ali em Jussari [...]. Depois nós retomamos o trabalho de base, aí que sim, foi Terra Vista<sup>146</sup>. [...] Aí depois veio Luanda, teve aquele processo todo de ocupação ali no trevo de Tabela, depois Che Guevara lá em cima, em Venceslau, aí é que foi encorpando a região como um todo. Mas o símbolo maior, o marco ali foi Terra Vista, né? (Lucinha, entrevista 09/01/20).

Depois de iniciada a expansão para as regiões Sul e Baixo Sul tal como apontado por Lucinha na citação acima, o Movimento segue para a região do Sudoeste. Segundo Beth, essa região foi bem mais difícil por que começaram com áreas de conflitos. A primeira ocupação da região foi em Vitória da Conquista – ocupação Santa Emília. Essa ocupação não vingou, mas, foi a partir do despejo que sofreram nessa área que fizeram as ocupações de Caldeirão e Mucambo<sup>147</sup>. De lá, seguiram para a Chapada a convite da CPT e da CEDITER (Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra). O processo de trabalho de base foi rápido e em fevereiro de 1996 mobilizaram cerca de 235 famílias e fizeram a primeira ocupação na região. A área escolhida foi a Fazenda Águas Belas<sup>148</sup> localizada à beira da BR 242, no município de Lençóis. Foram 16 dias de acampamento, mas, “no período do carnaval a polícia foi e nos despejou” (Lucinha, entrevista 09/01/20). Apesar da tentativa de reocupação, o Movimento não obteve sucesso e seguiram para outra área: a reserva Itaguassú Sete desapropriada pelo INCRA no município de São Sebastião da Utinga. Lá consolidaram o primeiro assentamento da Chapada. Da Chapada, o processo de territorialização seguiu para o Recôncavo da Bahia, depois Norte e Oeste<sup>149</sup>. Lucinha ainda participou desse processo na região Norte – em Juazeiro: “Norte que eu acompanhei no início, mas hoje a região tá assim, Ave Maria! É grande demais. Cresceu, muitos assentamentos, muitos acampamentos” e no Oeste: “a gente começou em Barreiras

<sup>146</sup> Segundo Lucinha, a repressão da polícia foi muito forte na área do Terra Vista. (...) Teve algumas prisões, (...) foi uma agonia danada ali. Mas ali foi um processo muito rápido, se eu não me engano (...), ali a gente só teve um ano de disputa naquela área e agente conseguiu o processo de desapropriação, foi em 94, foi! E no período, no processo da festa de desapropriação, logo em seguida, aí teve um caso trágico lá(...). Que foi a morte de uma das maiores lideranças nossa da época, que, inclusive, ajudou no processo da condução da ocupação. Que foi Fábio Henrique. Ele faleceu ali (Lucinha, entrevista 09/01/20).

<sup>147</sup> Mucambo a gente teve um conflito muito, muito duro, com os pistoleiros mesmo. Com vários nossos atirados. A gente teve dia de não dormir ali, porque/ a gente acabou sendo despejado e a gente montou acampamento na beira da fazenda ali, do Mucambo, na beira mesmo, na entrada [...]. Teve dias da gente passar noites em claro ali, tiroteio e é coisa [...] Um processo de resistência assim, bem, bem intenso ali, com gente nossa machucada, atirada, todo mundo (Lucinha, entrevista 09/01/20).

<sup>148</sup> A área coberta por pastagens de capim e algumas cabeças de gado, pertencia ao senhor Nildonor. A desapropriação não se realizou, pois o fazendeiro dividiu a área em três fazendas com proprietários distintos, descaracterizando-a como um latifúndio (TRABUCO, 2008, p.72).

<sup>149</sup> Atualmente o MST na Bahia tem 10 regionais. Lucinha conta que, ela não acompanhou o processo de territorialização nas outras áreas que, posteriormente, foram sendo criadas pelo Movimento.

mesmo ali em Angical. A gente fez um acampamento enorme em Angical. [...] Mas depois eu fui para coisas assim pontuais, mas não acompanhei o processo de organização depois dos acampamentos não”.

Todos esses processos foram consolidando o MST na Bahia e resultando também no desabrochar de lideranças que se reconheceram dentro da prática militante do Movimento. O balanço desses 32 anos de existência no estado pode ser sintetizado sob vários aspectos. Como estamos tratando sobre o processo de territorialização, esse balanço será feito a partir do quantitativo de acampamentos, assentamentos, áreas de conflito e número de hectares de terras conquistadas no Estado.

Atualmente, a estrutura do Movimento está organizada em 10 regionais<sup>150</sup> subdivididas em 34 brigadas<sup>151</sup>. Os dados obtidos em 2019 apontam que o MST está presente em todas as regionais com um total de 156 assentamentos (em 77 municípios), somando 9.956 famílias assentadas em 360.788,65 hectares de terras. Com relação ao número de acampamentos, o Movimento contabiliza um total de 118 acampamentos por todo o Estado somando 7.257 famílias acampadas em uma área total de 231.546 hectares de terras. Importante ressaltar que, dessas áreas de acampamentos, 18 são áreas de conflitos (MST, 2019). A tabela abaixo apresenta os principais dados referentes aos assentamentos e acampamentos divididos pelas 10 regionais do MST:

**TABELA 1 – BALANÇO DO MST-BA**

Regionais	Recôncavo	Ex.sul	Sudoeste	Norte	São Francisco	Nordeste	B. Sul	Sul	Chapada	Oeste	Total
Nº Acampamentos	10	30	07	13	05	16	10	06	18	03	<b>118</b>
Nº de famílias acampadas	356	2.714	237	1.002	340	1.378	265	150	620	195	<b>7.257</b>
Nº de Hectares	17.000	29.227	3.193	62.329	11.351	69.519	3.510	1.964	21.662	11.800	<b>231.546</b>
Áreas de conflitos	02	0	0	06	02	0	0	0	02	06	<b>18</b>
Nº de Assentamentos	12	24	18	13	03	14	16	13	33	10	<b>156</b>
Nº de família assentadas	798	2141	1.334	661	26	644	552	364	2.462	974	<b>9.956</b>
Nº Hectares	21.507	38.799	23.321	22.727	13.596	111.072	9.601	7.210	59.553	53.402,65	<b>360.788,65</b>

*Nenhuma Família Sem Casa, Nenhum Camponês Sem Terra, Nenhum trabalhador Sem Direitos!*

Fonte: Arquivo do MST

Os dados aparentemente exitosos não demonstram claramente a outra faceta da luta pela terra que ainda persiste de forma muito cruel. A conjuntura atual, marcada pelo governo de Jair

<sup>150</sup> As regionais estão assim, divididas: Norte, Nordeste, São Francisco, Oeste, Sudoeste, Recôncavo, Sul, Baixo Sul, Chapada e Extremo Sul.

<sup>151</sup> Extremo Sul - 6 Brigadas/ Sul - 2 Brigadas/ Baixo Sul - 4 Brigadas/ Norte - 3 Brigadas/ Oeste- 2 Brigadas/ São Francisco - 2 Brigadas/ Sudoeste - 4 Brigadas/ Nordeste - 3 Brigadas/ Chapada Diamantina - 5 Brigadas e Recôncavo - 3 Brigadas

Bolsonaro, demarca um período de intensa violência e constantes perdas de direitos sendo evidenciado, por exemplo, nas constantes ordens de despejos, titulação de terras e criminalização dos movimentos sociais. Sobre esse momento, Beth revela:

Eu acho muita ingenuidade de achar assim que exatamente por ser um país miscigenado, por ser um país onde as pessoas do bem sempre estiveram à frente das coisas, a gente não achou que a religião ia querer comandar o país, que a moralidade, que o racismo, que o fascismo iria tá na pauta, né? [...] Acho que essa eleição aí acordou muitos monstros que estavam adormecidos ou pelos menos escondidos. Isso tá sendo um perigo pra gente muito grande, do ponto de vista do que a gente já conquistou, do que a gente construiu, mas principalmente da sobrevivência enquanto ser humano, inclusive. Eu vejo muito por esse viés. [...] eu acho que as perspectivas enquanto movimento social é da gente continuar resistindo. Resistindo e construindo relações cada vez mais com os pares. Eu acho que não tem outra perspectiva pra gente agora. Então, aquela lógica daquela nossa luta comum do dia a dia, que a gente costuma dizer que é feijão com arroz, que é a luta pela terra, ocupar terra, fazer o acampamento... Isso se foi, de certa forma, porque **a própria condução dos nossos inimigos foi pra destruir esse tipo de ação. Então, você pode até resistir e ocupar a terra, mas legalmente você não tem como garantir que vai ter a terra.** Porque entra Medida Provisória, entra lei de regularização fundiária, venda de terra pra estrangeiro, reordenamento fundiário. Então tudo isso tá... Titulação dos assentamentos que é uma coisa terrível, que tá aí dentro da pauta desse governo [...] (Entrevista com Beth, 31/01/20, grifos nossos).

A fala de Beth é bastante elucidativa ao fazer uma breve análise de conjuntura e, a partir daí, tecer algumas considerações sobre os métodos utilizados pelo Movimento. Para ela, o MST é um Movimento de resistência e, para continuar resistindo não pode se contentar apenas com o feijão e o arroz justamente por que o inimigo tem atualizado e intensificado as formas de opressão. Dessa maneira, urge estabelecer novas táticas e estratégias de enfrentamento. Para tanto, ela sinaliza a reforma agrária popular como importante elemento tático para aglutinar forças entre o campo e a cidade capaz de propor um objetivo pautado na transformação social. Retornaremos a essa questão em momento oportuno.

Por ora, convido a/o leitora/leitor a retornar um pouco no tempo para que possamos preencher algumas importantes lacunas sobre a trajetória de Beth e também possíveis lacunas sobre a trajetória do MST e de Lucinha retratada no capítulo anterior. É importante ressaltar que, por mais que tenhamos procurado estabelecer uma ordem cronológica e tentado evitar o “vai e vem” das discussões, nem sempre foi possível. Dito isso, a “viagem ao tempo” terá como destino a fase jovial de Beth marcada pelos seus 18 anos. Ao final desse capítulo reestabeleceremos a conexão com esse momento atual.

### 3.4 A trajetória de Beth de militante à dirigente nacional

De fato, a liberdade alcançada aos 16 anos lhe proporcionou uma vida itinerante que, ainda hoje, ela conta com um certo orgulho. O padrão projetado sobre as mulheres àquela época (casamento, filhas/os e casa) não era se quer cogitado por Beth. Afinal, ela já tinha “se livrado” de um casamento e queria mesmo era construir uma nova sociedade a partir da militância no MST. Embora afirme com muita segurança que nunca quis se aquietar em um canto, ela pondera e revela: “Agora eu quero, acho que é a idade já”. Essa assertiva, no entanto, não anula o seu vínculo identitário com o Movimento: “a gente não consegue estar mais fora do Movimento porque você construiu uma raiz [...]”. Suas raízes, hoje, robustas, abundantes e alimentadas sob o solo fecundo da militância e da política assumiram comportamentos peculiares ao se revelarem extremamente fluídas. Fluidez essa que, dada a sua maleabilidade, está sujeita a abalos emocionais ou, nas palavras da própria entrevistada: “a baques emocionais” que a fizeram ficar “meio perdida” por um tempo. No decorrer da entrevista ela logo revela do que se tratava esses baques emocionais: sua primeira gestação e o falecimento dos seus pais.

No dia dois de abril de 89, aos 18 anos, Beth teve sua primeira filha – Érica. Ela foi fruto de um relacionamento que durou pouco tempo: “eu conheci ele no acampamento. Me relacionei com ele no acampamento, mas aí não deu certo porque ele queria a mulher dentro de casa e a mãe da filha, e eu queria continuar a minha militância.” O querer continuar na militância requereria uma reordenação nas suas atividades para poder conciliar esses dois papéis: mãe e militante. Não foi fácil. Ela conta que reduziu as atividades e as viagens e que sempre dava um jeito para conseguir cumprir as demandas que a maternidade e a militância exigiam. Em 1992 mudou-se para Itabuna para ajudar a formar a secretaria<sup>152</sup> do Movimento no processo de expansão para o Sul do Estado. Sua filha foi junto.

No entanto, todo o esforço em conciliar essas atividades não foram suficientes, ao menos para o pai da criança. Ele reclamava das viagens e queria a mulher dentro de casa – cumprindo as funções de esposa e mãe. E Beth, como já apontado, nunca quis exercer essas funções tal como idealizadas por ele. Esse imbróglio foi parar na justiça: ele alegava que ela não cuidava da filha, que não parava em casa e, que, por esse motivo, não tinha condições de criá-la. O juiz acatou esses argumentos e concedeu a guarda ao pai: “Exatamente porque eu não era a mãe presente. Ela ficava com minha sogra, ela ficava com minha mãe, ficava comigo rodando nos acampamentos. E aí, ele usou esse argumento na justiça[...]” Ela tinha apenas 2 anos de idade

---

<sup>152</sup> Posteriormente Fabya Reis assume a secretaria.

quando foi morar com o pai e com a avó paterna. Essa situação abalou muito Beth e gerou críticas intensas: a família dizia que estava fazendo a escolha errada em deixar a filha para seguir o Movimento e que aquela não era a postura de uma mãe. Apesar do baque emocional, Beth se recorda desse fato com muita serenidade e sem arrependimentos. Hoje o relacionamento entre elas é tranquilo: “Ela é mãe, ela faz uma crítica muito grande ao pai e à avó, da forma como eles conduziram o processo, e ela reconhece o meu esforço de militar politicamente, ela me admira, inclusive...”

Em agosto de 94, Beth sofre o segundo baque emocional – o falecimento do seu pai e da sua mãe em um trágico acidente de carro. Ela estava grávida de 8 meses do segundo filho – Manoel e à época ela morava com os pais no Assentamento Primeiro de Abril<sup>153</sup>. Lá, além da tarefa central na frente de massas e na formação política, ela assumira também atividades ligadas ao setor de produção: estava responsável pela criação da associação e organização do sistema de cooperativa<sup>154</sup> do assentamento. A morte repentina dos pais foi um momento muito difícil para Beth. Eram eles que forneciam suporte financeiro e sua mãe, como já ressaltado, era sua base, sua referência. O mundo estava de cabeça para baixo: grávida, separada, sem casa<sup>155</sup> e órfã. Esse foi um período de reflexão sobre os rumos que sua vida tinha tomado. Por quase um ano meio ficou perdida, sem saber, ao certo o que queria na vida:

Ao mesmo tempo que eu queria continuar na militância, também não via condição de continuar. Tinha solidariedade, tinha tudo, mas era aquela questão do momento de você saber pra onde você quer ir. Uma questão muito individual, né? Então, eu fiquei um período meia confusa. Aí eu não queria voltar pra roça. Primeiro porque eu sozinha, com filho, e não tinha pretensão de viver da roça, viver da produção, de viver da agricultura. Nem tinha pretensão, nem tinha muito bala na agulha pra isso, né? E perfil de ficar na roça trabalhando... Trabalhei muito quando tava no assentamento, mas não era... Até porque esse assentamento nosso no período a gente tinha muito coletivo, inclusive das mulheres. Trabalhamos juntas. Então uma dava suporte à outra. Era eu, Nilda, Inocência, Tonha, tinha umas quatro ou cinco mulheres que se ajudavam, né? Porque aí eu decidi voltar pro assentamento, fiquei esse tempo lá e cá, lá e cá, depois eu disse “Não. Vou voltar, vou cuidar de minha vida. Vou criar meu filho, já que a minha vida até agora foi dentro do assentamento”. Também pra dar continuidade ao que meus pais começaram. Aí eu voltei pro assentamento, aí foi o período que a gente ajudou a organizar esse grupo de mulheres, dei prosseguimento no trabalho da cooperativa... (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Por dois anos Beth permaneceu no Primeiro de Abril e na diretoria da cooperativa. Em 1996 já na sua terceira gravidez (ela faz questão de lembrar que “todos os filhos sempre foram

---

<sup>153</sup> Município de Prado.

<sup>154</sup> À época, conseguiram montar um laticínio e uma pequena fábrica de polpa de frutas.

<sup>155</sup> Ela morou por cerca de 6 meses em Itamaraju com seus tios.

produção independente e de pais diferentes”) recebeu o convite de Lucinha e Eudes<sup>156</sup> para ir contribuir com o setor de formação em Vitória da Conquista – região do Sudoeste. Naquele momento, soube que o melhor a fazer, por ora, era recusar o convite e ficar perto da família: ela estava grávida, com um filho pequeno e sua irmã mais nova havia retornado de São Paulo<sup>157</sup>.

Após o nascimento de seu terceiro filho – Éverson – e, um pouco mais estabilizada, ela resolve aceitar o convite e em fevereiro de 1998<sup>158</sup> vai para Vitória da Conquista assumir a tarefa de formação daquela regional. Essa fase é marcada pelo acirramento da tensão entre militância e maternidade. Sobre esses papéis ela afirma:

Que dificuldade, minha irmã, bem difícil... É complicado porque quem escolheu militar e uma militância meio que sozinha<sup>159</sup> sem aquele padrão familiar de ter um companheiro, que foi o meu caso. Então, mãe solo, mãe solteira, desde o início. Então, é muito difícil ser mãe e ser militante. Não é, não tem nada de romantismo, não tem esse prazer todo, porque o ser que você coloca ali à sua disposição, você tem uma responsabilidade sua, assim como a militância você tem uma responsabilidade sua. E aí, você ser mãe e ser militante, às vezes, não combina. Não dá muito certo [...]. Quando você tá no mundo vinte e quatro horas, como é que você cumpre com essa tarefa? Porque eu vejo como uma tarefa... (Entrevista com Beth, 31/01/20).

Cumprir a tarefa de se responsabilizar “meio que sozinha” por dois filhos (já que Érica foi criada pelo pai e pela avó) foi, para Beth, muito difícil e com consequências sentidas até hoje: “Meu filho<sup>160</sup>, mesmo adulto, ele me cobra até hoje: “você não me criou” [...]. Faz uma cobrança, por que eu não optei por ser mãe em vez de optar por ser militante. Você não consegue ser os dois. Então, isso levo na cara até hoje.” A opção consciente pela militância repercutiu como ausência na maternidade. Apesar das críticas e da autocrítica que faz sobre seu papel de mãe, ela não demonstra arrependimentos, já que, seu papel como militante prezava por um bem maior: a construção de uma sociedade justa e igualitária.

E assim continuou sua caminhada na militância. Dois anos após sua ida para Vitória da Conquista, ela assume a Direção Regional do Sudoeste (2000-2007). Durante esse período o MST estava dividido em 9 regionais: eram três mulheres e seis homens – todas/os com o mesmo cargo hierárquico, mas, com tratamento um pouco diferenciado:

<sup>156</sup> À época, dirigente do Sudoeste.

<sup>157</sup> Logo após a morte dos pais, sua irmã mais nova foi morar com a madrinha em São Paulo – “Aqueles acordos de comadres de antigamente, né?”

<sup>158</sup> Ano que Lucinha assume a DN.

<sup>159</sup> Sobre os pais dos seus filhos, Beth revela: “(...) fiz questão que eles nem tivessem contato. A única coisa que eles têm dos pais é o nome do registro”. Ao ser questionada se eles conheciam os pais, ela respondeu: “Manoel, não. Éverson conhece” (Entrevista com Beth, 30/01/20).

<sup>160</sup> Ela faz alusão ao filho mais novo – Éverson – hoje com 23 anos.

E aí, eu posso até dizer que de uma forma mais inconsciente é o fato de você tá atuando de igual com os companheiros, os homens, mas a responsabilidade e o tratamento dado principalmente nos espaços de poder é diferente. [...] é um preconceito velado. (Entrevista com Beth, 30/01/20)

Esse preconceito velado era potencializado pela cumplicidade masculina: “Essa estratégia que eles sempre montavam entre eles e nos deixavam de fora. Então é um espaço que a gente sempre estava hierarquicamente, mas a gente era obrigado a buscar e pautar nossa voz, nossa vez...”. A necessidade em marcar território era percebida não só nas instâncias do Movimento - nos cargos diretos e junto às famílias, mas também nas relações externas e institucionais:

O próprio Estado, ao tratar os dirigentes, né? Então, as secretarias, o governo, os municípios, os prefeitos... Quando é a mulher que vai... Tô falando a mulher, mas eu senti isso na pele. Marcava uma reunião na prefeitura pra tratar de uma pauta do MST, aí eu já cheguei em prefeitura de ficar sentada, aí me anunciar e aí o prefeito falar “ah eu pensei que era o dirigente que viria”. [...]. Na cabeça do prefeito e do seu estafe era um homem que chegaria. Entendeu? “Ah, você é dirigente? O Movimento tem mulher que dirige?” [...]. Um dia [...] a gente tava tratando de uma pauta, que a gente foi ver a questão de umas estradas, do município da sede pro assentamento que quando chove é muito complicado. Aí, eu sempre tive minha altivez ao tratar das coisas também, né? Me colocar. Ao me colocar no lugar que eu estava [...] falei que se ele não tomasse providência que a gente ia buscar junto ao Governo do Estado uma solução, já que o município não resolvia a pauta das famílias. Aí ele falou assim “Você quer ser chefe? [...]. Mas no governo não é assim que as coisas funcionam. O Movimento de vocês pode até ter força, mas quem comanda é os homens lá de cima”. Aí eu falei com ele: **“O Estado, de fato, tem uma postura de os homens comandar, mas a luta dos trabalhadores é comandada por homens e mulheres.** Por isso que nós estamos aqui e se você tá duvidando...”. Aí nessa hora eu nem tratei mais de senhor, nem nada. “Se você tá duvidando, você quer testar a nossa força, continue”. Aí ele falou “Não. Então vocês vão procurar o governo, que eu visto uma saia no dia que vocês conseguirem trazer essa estrada praqui”. Vestir uma saia é o que? (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

Aquela situação gerou, segundo Beth, um clima terrível com um “bom bate-boca” que, ao final de todo o processo, resultou na construção da estrada – pauta principal daquela reunião. Essas experiências foram cruciais para que ela compreendesse melhor como se davam as articulações nos espaços de poder e concluiu: “se você não tiver o trato, não tiver a força de colocar isso, você é diminuída, porque “Ah é a mulher que quer mandar em nós”.” O lugar de comando, naturalmente não era visto como sendo um lugar a ser ocupado por mulheres, mas, ainda assim, ao ser questionada sobre sua trajetória até o cargo de DN ela afirma:

Mas de certa forma quando você tá numa ascendência política, do ponto de vista daquilo que você vai assumindo enquanto tarefa, acaba sendo natural você chegar lá nesse espaço. Entendeu? Então você vem de uma trajetória militante de ser direção de uma região, aí passa a vim assumir uma secretaria estadual, vai ser articuladora política do Movimento que é um grupo menor que faz a composição mais de

estratégia, então você vem pra esse grupo, que são dez pessoas, que é um de cada região, que são os articuladores. Então é natural que depois disso o espaço que você tenha de ascendência é a Direção Nacional. É meio que natural, mas poderia ser qualquer um de nós dez. Entendeu? Ou de nós mulheres que estávamos ali, mas pela minha trajetória política do Movimento podia ser eu, podia ser Beja, né? Beja não tava aqui no momento, mas assim... Olhando a nossa trajetória, quem estava naquele momento ali... [...]. Ao invés de eu, podia ser Liu (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Liu a sucederia seis anos depois. E, assim, em um debate político interno optaram pelo seu nome e a reeleição de Márcio<sup>161</sup>. As tarefas do novo cargo não eram, necessariamente novas: “negociação, acompanhamento de regional, diálogo com a militância... Isso a gente já fazia.” A diferença, portanto, não era a ação, mas, a legitimidade conferida na prática da ação. Por consequência, a legitimidade estava atrelada a um grau maior de responsabilidade, já que, a/o dirigente nacional passa a responder institucionalmente pelo território representando e respondendo pelo Estado a nível nacional.

Com essa tarefa legitimada, Beth conduziu a DN durante o período de 2011 a 2016. Por dois mandatos seguidos a gestão foi compartilhada com Marcinho (2011-2014) e o último mandato com Evanildo (2015-2016). Durante a primeira gestão, a divisão das tarefas foi feita de forma bem tranquila e baseada no perfil/*expertise* de cada uma/um. Enquanto ela apresentava um perfil mais organizativo e formativo – concluíram que suas tarefas deveriam estar mais voltadas na articulação com os movimentos sociais e no acompanhamento dos processos com as regionais e as brigadas tanto sob o ponto de vista da organicidade quanto dos processos de formação. Já Marcinho, apresentava um perfil mais voltado para a articulação e a política – e, por esse motivo, ele respondia mais publicamente e acompanhava os processos de negociação e construção das articulações partidárias.

Em 2013 – ainda durante essa primeira gestão – graças a luta pelo Pronera, Beth inicia sua graduação em Bacharel em Direito pela UNEB concluindo esse curso em 2017.

---

<sup>161</sup> Márcio Matos Oliveira, dirigente do MST e referência política na luta pela terra no estado da Bahia, foi morto a tiros na noite do dia 24/01/2018, em sua casa, localizada no Assentamento Boa Sorte, em Iramaia, na região da Chapada Diamantina. Segundo relatos dos familiares e amigos, o dirigente foi morto com três tiros na frente de seu filho. Natural de Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, tornou-se uma das principais lideranças Sem Terra no estado, conhecido pela articulação com os partidos de esquerda, movimentos e organizações populares. No MST, assumiu a direção nacional ainda jovem e permaneceu na tarefa por oito anos, se destacando pelo perfil de mobilizador das massas (CARVALHO, 2018).

**Fotografia 10 - Beth apresentando o TCC intitulado: “Criminalização dos movimentos sociais: O caso Fábio Santos, da violência simbólica ao assassinato.”.**



Fonte: Reprodução/Facebook

**Fotografia 11 - Colação de grau da turma de Direito UNEB – 2017.**



Fonte: Reprodução/Facebook

**Fotografia 12 - Beth com os três filhos na sua formatura**



Fonte: Reprodução/Facebook

A segunda gestão com Evanildo seguiu o mesmo fluxo organizativo de divisão das tarefas. Importante ressaltar que foi justamente nessa gestão que ocorreu o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) no dia 31 de agosto de 2016. Ao adentrar nessas discussões políticas de cunho nacional, perguntei a ela sobre as possíveis estratégias equivocadas traçadas pelo Movimento durante esse período:

[...] São lições, né? Mas eu acho que às vezes a gente tá com alguns equívocos na análise. Por exemplo, em determinados momentos da conjuntura, a nossa análise, vou usar um exemplo aqui tipo do que aconteceu pós-governo Lula, período Dilma. Então, nós do Movimento, a gente fazia uma análise de que... Não era o governo em si, mas que a estratégia política da direita era de... Como é que eu digo? Não era de chegar aonde chegou. Então, a gente não se preparou. [...] Aí a gente não se precaveu no sentido de que nós seríamos a bola da vez. Tipo, o que viesse a acontecer seria um problema do governo, não dos Movimentos. Entendeu? [...] Então, **eu acho que foi um erro bem estratégico nosso, porque nós fazíamos uma análise daquele momento, tipo de que Dilma ia se lascas sozinha, porque ela tava sendo muito incoerente.** Então eu acho que foi... Não sei se foi um erro... Um erro de análise, né? **Um equívoco de análise, eu creio que foi.** E nas ações diárias tem muita coisa que a gente erra, né? (Entrevista com Beth, 31/01/20, grifos nossos).

As críticas necessárias tecidas por Beth caracterizam bem esse período e revelam os equívocos de análise conjuntural realizados pelo Movimento naquele momento. Desse golpe aventou-se a escalada da extrema direita com forte influência da Lava Jato aliada a

criminalização da política (representado pelo PT) pela mídia tradicional e a disseminação em massa das fake News que culminou, em suma, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

**Fotografia 13 - Fabya Reis, Evanildo e Beth no assentamento 40x45 comemorando 30 anos do MST na Bahia em 2016.**



Fonte: Reprodução/Facebook.

É precisamente neste ano que Beth começa a projetar sua militância com ações externas ligadas a articulação política com o PT. Com a reeleição de Walmir Assunção ao cargo de deputado federal em 2018 pelo PT/BA ela passou a trabalhar no gabinete do deputado como assessora parlamentar e chefe de gabinete em 2019.

Essa experiência – fora das instâncias diretivas do MST – tem lhe proporcionado novos agenciamentos e uma morada fixa em Salvador – sede do gabinete do deputado. Apesar de estar fora do quadro diretivo do MST ela permanece dentro do mundo político – “onde a minha vida sempre foi constituída. Eu não me vejo [...] fora desse mundo”. Esse mundo agora é compartilhado com seus quatro netos: Elisa, Bernardo, Agnaldo e Maria Eliz e, por mais que tenha se estabelecido em Salvador – por causa do trabalho – ela ainda faz viagens esporádicas para Iguaiá a fim de encontrar seu companheiro Jeivã Santos da Conceição que mora no Assentado no Riacho da Palmeira.

**Fotografia 14 - Cartaz divulgado pelo deputado Valmir Assunção para dar as boas vindas a nova chefe de gabinete.**



Fonte: Reprodução/Facebook.

A conjuntura atual nos leva, enfim, a retomar a discussão suspensa na sessão anterior:

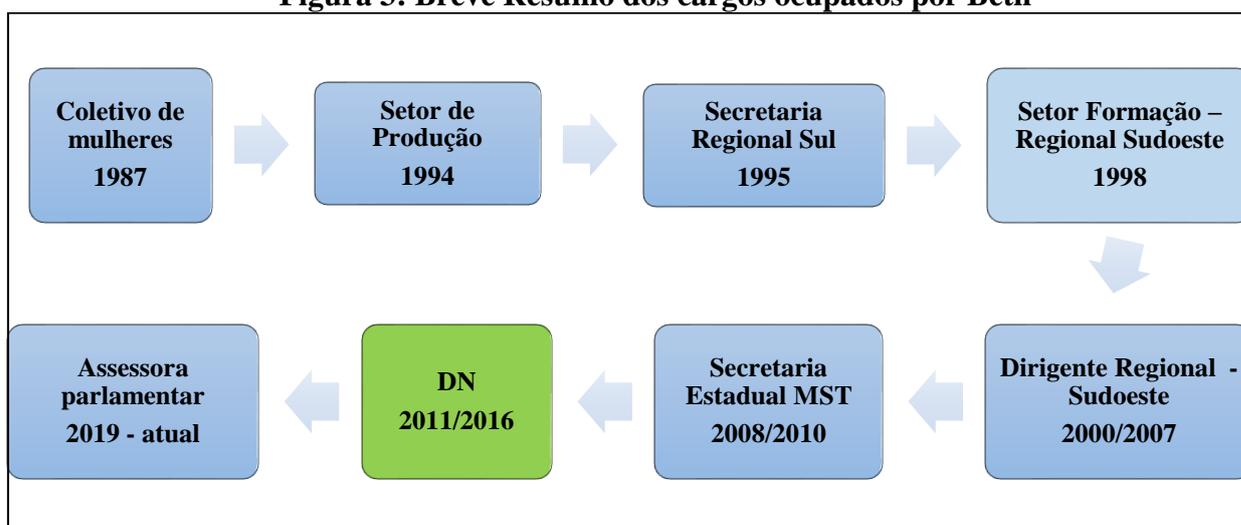
Então, qual é o momento atual? Eu acho que pra os movimentos sociais, pra nossa classe trabalhadora é um momento muito complicado que nós estamos vivendo, é um momento que a gente já de certa forma previa, no sentido de que tava havendo um descenso da luta de esquerda, das lutas dos trabalhadores, a gente já vinha percebendo isso há algum tempo, a gente vinha chamando a atenção – quando a gente fala a gente tá falando do movimento social –, né? **Então, a articulação da classe trabalhadora ela deixou de existir há algum tempo. Então, a gente percebe que não existe a unidade da classe. Por isso que a burguesia e os capitalistas conseguiram se desenvolver tanto.** E no nosso país não sei se era mais política partidária o que aconteceu com o nosso país, né? **Essa questão dos poderes, de principalmente a gente ter chegado num nível de colocar na presidência do país um presidente como Bolsonaro, já mostra a nossa fragilidade, né?** E o MST acaba sendo, pelo seu perfil de luta e de enfrentamento, de ser um dos movimentos que se sustenta há mais de trinta anos, com a pauta de luta política vinculada à reforma agrária, vinculada à terra, mas que tem uma projeção política de transformação da sociedade assim como os índios, assim como os quilombos, acabam sendo os principais inimigos, né? Então nós estamos num momento de muita resistência. **Eu percebo que a gente tá num momento de muita resistência, de construção da unidade de classe.** Então, a gente

tá precisando cada vez mais buscar os nossos pares. Aí entra essa questão da sensibilidade de unidade do campo e da cidade. Por isso que as nossas ações têm sido sempre mais pra fora, daquilo que é o nosso dia a dia. Articulação com outras organizações, o debate da agroecologia, as ações de solidariedade nos municípios que primeiro pra não nos isolar do ponto de vista que nós não podemos ficar com a luta pra dentro, até porque a reforma agrária nesse país não vai acontecer, né? **Mesmo sendo uma estratégia nossa de alegar a reforma agrária, mas estruturalmente a gente percebe que não se fundamenta mais esse debate da reforma agrária. Pelo menos ela clássica, né? Talvez a que a gente propõe.** Mas o que a gente tá precisando, nesse momento, é construir a unidade da classe. Porque eu sou meio derrotista em alguns aspectos, por mais que eu tenha otimismo em outros, mas eu vejo que nós estamos caminhando pra uma derrocada ainda maior, enquanto classe, né? Então, o fascismo tá ganhando corpo, aí entra aspectos que a gente achava que tavam... Superados e até mesmo que não poderia acontecer conosco [...] (Entrevista com Beth, 31/01/20, grifos nossos).

Reconhecer as dificuldades, os equívocos (também explicitados na citação anterior) e a fragilidade do Movimento diante da ofensiva da extrema direita é um importante instrumento de autocrítica – tão necessário para se pensar e estabelecer táticas e estratégias futuras. Com esse fito, ela propõe saídas estratégicas para superar esse momento: 1. Construção da unidade de classe via articulação com outros Movimentos sociais tanto do campo quanto da cidade e, 2. Focar na construção da reforma agrária popular. Essas estratégias já vêm sendo tecidas pelo MST como forma de resistência e como alternativa para rearticular a base. Apesar da disposição propositiva, Beth é enfática ao afirmar que o momento atual é complicado e que há uma visível ascensão do fascismo no governo de Bolsonaro. Essa análise traz um senso de realidade muito crítico que a faz se sentir derrotada, mas, por outro lado, o otimismo, “quase adormecido” ainda parece ser fonte de inspiração, de luta e de revolução:

Eu acho que nós não podemos perder nunca essa mística, é uma posição minha. Eu só vim pro Movimento por conta da revolução, eu nunca quis terra. Eu entrei pela porta da revolução. Então, eu acho que no dia que eu deixar de acreditar que é possível haver uma revolução na sociedade, eu deixo de lutar. Eu tenho essa compreensão assim, é o que me move. [...] (Entrevista com Beth, 31/01/20).

O horizonte revolucionário, apesar de parecer ainda mais distante, ainda é o horizonte que a motiva a continuar caminhando e tecendo pequenas revoluções diárias como proposta de mudança de concepção de vida.

**Figura 3: Breve Resumo dos cargos ocupados por Beth**

Fonte: Elaboração própria.

A seguir apresentaremos a trajetória de vida da atual dirigente nacional do MST – Lucineia Durães do Rosário – Liu.

**CAPÍTULO 4 – TRAJETÓRIA DE VIDA DE LIU - “[...] NÃO TENHO DÚVIDA  
NENHUMA, A MINHA FALA É A SÍNTESE DA LUTA COLETIVA. A MINHA  
EXPERIÊNCIA DE VIDA É A SÍNTESE DA LUTA COLETIVA”**

Tempestade  
O que pensas tu da tempestade?  
- Que és violenta, destrutiva e furiosa.  
Mas, por acaso, te ocorre que esta se transforma nas entranhas da terra?  
- Sim! Dessa linda e fértil parte do mundo.  
Eu sou filha da tempestade.  
Por vezes sou brisa. Sublime, faceira e gentil.  
Por vezes sou trovão com cantos fortes que é resultado do clarear do reflexo do relâmpago.  
Eu sou ainda condensação que explode em gotas unidas formando corrente da Revolução.  
Liu  
Julho 2019

#### **4.1 Liu: Da infância à militância no MST**

Uma das famílias assentadas no 40x45 foi a de Lucineia Durães do Rosário (Liu). Esse fato nos permite fazer uma conexão entre sua história familiar e a primeira ocupação de terras do Estado – o que nos remete, mesmo que brevemente, aos tópicos sobre o processo de gestão e consolidação do MST na Bahia apresentados no capítulo anterior.

Baiana de Ribeirão e nascida em agosto de 83, Liu tinha apenas 4 anos quando foi morar na área ocupada 40x45. Sua história coincide com a história de outras famílias que decidiram migrar em busca de melhores condições de vida. Para se livrarem da seca que assolava a região de Itapetinga e Jequié na década de 50, sua família materna, decidiu ir para o Extremo Sul do Estado. Foi lá, em Ribeirão – região do Prado que seus pais João Francisco do Rosário e Derilene Santos Durães se conheceram e tiveram ela e seu irmão mais novo – Walesson Durães do Rosário<sup>162</sup>. Aos 2 anos de idade e com o irmão recém-nascido, seu pai abandonou a família e foi para o Espírito Santo trabalhar. Após 35 anos deste fato, Liu ainda consegue se lembrar de momentos específicos que envolveram esse episódio:

Eu sou uma pessoa estranha até[...]. Eu lembro de coisas de quando eu tinha três anos. [...] meu pai foi embora e a minha mãe continuou na casa que a gente morava, e eu me lembro exatamente o dia que a minha mãe saiu com meu irmão e eu na frente pra ir pra casa dos meus avós, que a gente morava numa distância de uns 2 Km só que

---

<sup>162</sup> Chamado por Liu de Lélío.

numa casa em frente a outra assim, tinha que atravessar um pasto. Então essa é uma lembrança e eu achava, quando eu lembrava disso que eu tinha uns quatro anos só que quando a gente bate as datas [...], meu pai abandonou, deixou a gente eu tinha 2 anos e pouco. Então, eu não sei como, têm lembranças assim que é muito... (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Tal como apontado na citação, Liu, sua mãe e seu irmão, acomodaram-se na casa dos avós maternos, mas logo viria outra perda. Com a dificuldade em arrumar emprego na cidade, sua mãe decide ir para Vitória trabalhar e ela seu irmão ficam sob os cuidados dos avós maternos.

Essa tutela, no entanto, não ocorreu sem uma breve disputa entre as avós: “a minha avó paterna (vó Nice<sup>163</sup>) foi lá para dizer assim: - “Oh, o justo é que vocês fiquem com um e nós com um, porque são dos nossos filhos[...]”, aí meu avô não quis, né?” Ele não queria separar os irmãos e, de maneira conciliadora entraram em um acordo: as crianças seriam criadas pela avó e avô materno, mas sempre que tivesse festa ou feriado elas iriam para a casa da avó e do avô paterno. Essa relação, mesmo esporádica, foi importante para firmar os laços de afetividade com a família paterna que permanecem até hoje. Dessas relações familiares, Liu cita o cuidado que a tia Maria sempre teve com ela: “[...] sempre me defendeu muito, sempre teve muito cuidado comigo assim, sempre brigava com meu pai, porque ele não cuidava da gente e tal [...]”

E assim o trato seguiu de comum acordo enquanto sua mãe trabalhava em Vitória como doméstica: “Então, era aquela ideia das mulheres mães solteiras pretas serem mão de obra barata como empregadas domésticas<sup>164</sup> nas grandes Metrôpoles.” (Entrevista com Liu, 02/02/20). As experiências familiares das mulheres negras representam, segundo Collins (2016, p.122) “um caso nítido dos mecanismos de funcionamento das opressões de raça, gênero e classe que moldam a vida familiar”. Como resultado prático dessas opressões tem-se uma dupla fragmentação na família de Liu. Primeiro, no momento em que seu pai deixa a família em busca de melhores oportunidades e, sua mãe, por um período, passa a chefiar a casa e, posteriormente, quando ela também se vê obrigada a migrar para conseguir sobreviver e ajudar na criação dos filhos. O serviço de doméstica era exaustivo, degradante e precário. Sobre o tema, Kofes (2001) ressalta que, mesmo após a abolição<sup>165</sup>, a população negra continuou a representar as ocupações

<sup>163</sup> Eunice Xavier. Sobre sua vó Nice ela revela: “[...] agora eu acho que eu olho para mim e eu acho que eu pareço um pouco com ela: [...] que chama todo mundo e conversa, que encaminha, que resolve.” (Entrevista com Liu, 02/02/20).

<sup>164</sup> Ainda hoje, o trabalho doméstico é desempenhado majoritariamente por mulheres negras e periféricas. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 2018, mais de 6,24 milhões de mulheres negras estão no serviço doméstico e mesmo com a implementação da PEC 66/2012, essa categoria ainda tem uma das piores escalas salariais e a maioria ainda trabalham na informalidade (LACERDA, 2020).

<sup>165</sup> Apesar de não vincular a existência do empregado doméstico com a escravidão, a autora é enfática ao afirmar que “a escravidão deixou marcas na organização doméstica e familiar, marcas que podem ser atualizadas pela

degradantes do trabalho manual representada por expressões como “serviço de negro” que, apresentava duas conotações: serviço mal-feito e/ou desqualificado. E é, nesse sentido, que os membros de uma família negra são integrados de formas diferentes no mercado de trabalho e se veem obrigadas a alterarem as estruturas do lar como uma resposta direta à mudança da economia política<sup>166</sup> (COLLINS, 2016). Dessa forma, a articulação do racismo com o sexismo produz, segundo Lélia Gonzáles (1984) efeitos violentos, em especial sobre a mulher negra já que, “naturalmente, ela é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZÁLES, 1984, p. 226).

Apesar da falta que sentia da mãe, Liu revela que a distância era uma coisa resolvida por que sabia que todo aquele sacrifício servia para garantir que tivessem uma vida melhor, menos sofrida. Sempre que dava, ela ia ver os filhos e, “todo início de ano a gente tinha um materialzinho bonitinho, claro que não era suficiente para terminar o ano, era uma pobreza desgraçada para terminar o ano, mas tinha desse cuidado de comprar material de escola”. E quando estava em casa ela era rigorosa: se tivessem aprontado, não dava outra: levavam um “couro<sup>167</sup>” e ainda colocava de castigo. Já com o seu pai, a relação não era tão amistosa. Ela conta:

[...] Depois de um tempo ele voltou para comunidade do Ribeirão, casou com outra mulher, teve outros três filhos e a minha avó, que me criava, me obrigava toda semana santa a ir na casa do meu pai, mesmo que eu não quisesse, ou seja, todo ano eu via meu pai, no mínimo uma vez.[...] Depois que eu pude escolher, a única vez que eu fui ver meu pai, coincidentemente, na verdade eu não fui ver ele eu fui ver minha avó, mas eu cheguei e ele demorou a chegar, ele ia chegar, demorou e eu esperei por ele, coisa que eu nunca fazia, se eu pudesse evitar, eu evitava, mas esse dia eu quis esperar por ele foi três dias, dois dias antes dele morrer, dele ser assassinado<sup>168</sup> [...]. (Entrevista com Liu, 02/02/20).

O último encontro com o pai a fez se sentir melhor e sobre essa situação ela reflete:

[...] eu fui uma pessoa que eu tive que parar de demonstrar sentimento. Porque na minha casa, que era terra arrasada, quanto mais você é fraco, quanto mais você demonstra sentimento você é fraco, depois na militância do Movimento continua

---

presença das empregadas domésticas: a relação entre trabalho manual e escravos, por exemplo. [...] Mas a referência a escravidão é também metafórica. O que distingue a empregada do escravo é, fundamentalmente, o assalariamento, as horas de trabalho reguladas, poder ir e vir para o trabalho”. (KOFES, 2001, p. 136 /177).

<sup>166</sup> Essa distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial fez com que cada forma de controle do trabalho estivesse vinculada com uma raça específica (QUIJANO, 2005). Como resultado, “o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido” (QUIJANO, 2005, p. 109).

<sup>167</sup> A palavra “couro” é utilizada como sinônimo de surra.

<sup>168</sup> O assassinato ocorreu em 2017.

assim, você tem que [...] ser firme senão [...] é como se você não tivesse condição de tocar as tarefas, [...] então, assim com meu pai, eu por um tempo eu achei que eu não tivesse sentimento por ele, achei não, ele era um estranho para mim só que tem as fases, né? Tem a raiva, a negação, a indiferença...[...] **M:** - Depois chega a aceitação. **L:** - É, eu tava caminhando pra isso, para aceitar que ele era meu pai e que ele tinha feito as escolhas dele e que, que bom que eu tinha resolvido minha vida sem precisar dele. (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Esse cenário de terra arrasada – sem a presença constante da sua mãe e do seu pai – foi marcada, inicialmente, pela dificuldade em demonstrar sentimento e pela necessidade em se mostrar forte e inabalável a todo momento – inclusive na militância. Retornaremos a esse ponto em momento oportuno.

Por ora, o que nos importa é descrever um pouco mais sobre a sua infância e adolescência. Como já ressaltado, ela passou sua infância na casa dos avôs maternos (Sr. José Macedo e D. Demerite). O avô, vaqueiro e trabalhador rural, trabalhava em uma fazenda onde o patrão cedia um pedaço de terra para que pudessem criar animais e plantar e, assim, conseguir prover o sustento da família. Durante essa fase, as lembranças são de muita fartura, de comida em abundância, de rio e de pasto com muito gado (do fazendeiro). Plantavam feijão, milho, mandioca tanto para o sustento da família quanto para alimentar o porco e, assim, garantiam a comida básica de qualquer família pobre daquela região: carne, farinha, feijão e umas verdurzinhas.

Sua avó, além dos serviços domésticos, produzia alimentos e processava derivados de leite. Todos os dias, acordava cedinho e logo ia tirar o leite da vaca, colocava para coalhar e fazia o requeijão e a manteiga. No final de cada mês, aos sábados, a família ia para feira vender os produtos processados por D. Demerite. Com o dinheiro ela ajudava no orçamento doméstico e contribuía para o sustento da família.

Essa fase de abundância, no entanto, cessou quando a fazenda em que Sr. José Macedo trabalhava foi vendida. As boas relações entre patrão e empregado estabelecidas anteriormente não foram renovadas. O novo patrão não permitia a plantação e a criação de animais na sua fazenda – era mal, mal o salário. A situação ficou difícil e só o salário não era suficiente para garantir a sobrevivência da família.

É nesse período da vida de Liu e da sua família que acontece a primeira ocupação do MST na região do Nordeste:

Então a gente ainda trabalhava nessa fazenda e me lembro que na época a gente não foi imediatamente pro acampamento porque tínhamos medo, meus avós tinham medo porque é, a ideia era que os Sem Terra eram comunistas. Então, comunistas comia criança, tomava tudo que era das pessoas, e ainda que as pessoas tivesse só uma casa, então que tomavam. Só que um bom dia a gente dormiu e acordou com uma fila de

gente lá em casa pedindo leite, daí a gente foi então entender o que que era os sem-terra, que eram várias famílias pobres tanto quanto, ou na verdade mais, bem mais, do que a nossa, que tava ali na sua tentativa um pouco desesperada naquele período de conquistar de volta a dignidade pra trabalhar (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Depois desse primeiro contato com os Sem Terra, Sr. José Macedo saiu do emprego e resolveu, com as poucas economias que tinha, comprar uma terrinha. A terrinha tinha apenas um hectare e não era suficiente para suprir as necessidades da família. Diante das dificuldades, venderam essa pequena propriedade e foram para a cidade de Itamaraju: ele, D. Demerite e os netos: Liu e Leli. Lá decidiram comprar uma casa e Sr. João Macedo tratou logo de ir procurar trabalho. Mas, o que tinha para ele era apanhar café ou cortar madeira e, como trabalhador rural, ele acabou não se identificando com esse tipo de trabalho.

A família ficou cerca de 6 meses em Itamaraju e seus caminhos cruzaram novamente com os Sem Terra. No mês seguinte a desapropriação do 40x45, uma família que estava no acampamento precisou sair de lá para fazer um tratamento de saúde de uma senhora em Itamaraju. “Então eles foram ficar na nossa casa e depois o assentamento convidou a gente pra ir para o lote. Aí a gente foi pro 45 assim que, tipo um mês, dois meses ali, que teve a emissão de posse.”

Nesse período, Liu tinha 5 anos de idade. Ela não sabe exatamente como se deu esse processo – “só recebi a notícia quando falou: ó, a gente vai voltar”. A família de Liu chega no assentamento bem no iníciozinho e acompanha todo o processo de implantação. Depois de dois anos, as coisas ficariam ainda mais difíceis: “Recebemos a notícia que o meu avô tinha caído, tinha sofrido um derrame, na época a gente não sabia o que que era. Então trouxe ele pra casa, levou pra Teixeira, depois transferiu para Vitória e ele morreu, durou um mês, 40 dias por aí”.

A morte de seu avô desestabilizou toda a família e trouxe uma dor imensa para todas/os: a vida farta que tinham conhecido se transformou em uma vida de miséria. E não era só a miséria financeira era uma miséria sentimental também, pobreza de sentimento. Sentimentalmente arrasada e depressiva, D. Demerite já não tinha vontade e não conseguia cuidar da casa e dos netos. Quando os netos chegavam em casa, comiam o feijão com farinha e, sem perspectiva de melhoras, ela olhava pra eles e chorava. O dinheiro da aposentadoria que poderia amenizar a situação esbarrou na burocracia do processo e na falta de documentos (ela só tinha certidão de casamento e batistério). E, só depois de muito tempo que conseguiram acessar o direito da aposentadoria. Mesmo sendo apenas uma criança, aquela situação a obrigava a assumir o comando da casa e da sua vida:

Se em algum momento eu quis assumir um comando em uma frente foi por essa necessidade, porque eu vivi em uma terra arrasada, terra arrasada de pobreza, de sentimento, de orientação, de tudo, então a minha casa era terra arrasada, terra arrasada. Aí a única figura que me apoiava era o meu tio emprestado, casado com a minha tia, que foi a figura que acabou assumindo essa figura paterna para mim, pela dedicação assim (Entrevista com Liu, 02/02/20).

À época, ela tinha apenas 9 anos mas tinha certeza de uma coisa: só mudaria aquela realidade estudando. Aos 10 anos ela e seu irmão foram para a escola. Sua primeira escola foi no assentamento e era uma escolinha de lona que, depois de um tempo, ganhou uma estrutura pré-moldada. Ao falar sobre esse período ela assegura que as primeiras relações estabelecidas na escola não foram fáceis por que, mesmo dentro do assentamento tinha uma classificação:

eu não era nada de normal, porque eu não era nem das famílias que têm alguma coisinha para sobreviver, mais ou menos bem, e aí é o bem pra família Sem Terra daquela época. Porque tinha, todo mundo era pobre, mas tinha gente que era bem mais pobre, então eu era dos bem mais pobre, eu não tinha pai e mãe, eu era preta, então nessas divisões a gente... Só que isso não é uma coisa que a gente perceba que está acontecendo naquele momento por causa do tipo de família, **a gente não percebe que é por causa da cor, a gente não percebe que é por causa do grau de pobreza, a gente apenas acha que é algo com a gente.** É interessante como apesar de ser duro, ser muito concreto na vida da gente acontece, a discriminação acontece com um **grau de sutileza que faz a gente achar que é um problema da agência que é comigo** eu sou essa pessoa. [...] Que não é estrutural, é comigo, então **as pessoas não gostam de mim.** E aí só depois de muito, mas muito tempo que eu vim entender que tudo isso fazia parte já dessa sociedade desigual e que quando a gente vai pra o assentamento, pra acampamento a gente rompe com uma parte dessa escravidão que é dessa subserviência, mas a gente não rompe com os ensinamentos da sociedade e a gente nem percebe que a gente tem esses pactos, que a gente vive historicamente conduzido por um pacto social que nos oprime e oprime os nossos (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

O grau de sutileza do preconceito e do racismo é aparente e dissimulado. Na realidade, o racismo opera desde o nível cotidiano até o nível estrutural através da internalização nas instituições, nas relações sociais, políticas, jurídicas, econômicas, nos vocabulários, discursos, gestos e nas ações. Esse processo opera de forma tão cruel (e nada sutil) que oprime e violenta pessoas negras desde a infância. Toda essa estrutura produz em Liu, àquela época, uma criança de 10 anos, um processo de auto negação que, certamente, causou-lhes cicatrizes e danos emocionais por muito tempo. Subjetivamente, esse processo não foi/é fácil. O trauma de pessoas negras, segundo Kilomba (2019)

provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo *branco*, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o “*Outra/o*”<sup>169</sup>, como

<sup>169</sup> Segundo Kilomba (2019) “as partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (self). Essa cisão evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está

diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum (KILOMBA, 2019, p. 40, grifos da autora).

Essa percepção de se sentir diferente, humilhada, estranha e incomum é reiterada diversas vezes na fala de Liu. Sua trajetória inicial é marcada justamente por essa busca para se sentir aceita e poder fazer parte do que era normal. Assim, para compensar esse “defeito de cor<sup>170</sup>” ela buscou se sobressair nos estudos e poder sair daquela vida miserável. Desde muito cedo ela tinha entendido que conhecimento era poder:

Só tinha uma coisa que eu queria muito, era **sair da miséria**, eu queria muito poder não precisar mais ser humilhada [...] Então eu queria muito ser independente, para isso eu me agarrava na única coisa que eu achava que era minha chance, que era estudar [...] Então, eu reagi me obrigando a sair logo daquela sala, a mudar de turma, a menina que não dava trabalho pra professora, pra pelo menos em uma coisa eu ser normal. O meu irmão não, o meu irmão reagiu enfrentando, bravo. Então meu irmão brigava, xingava, batia, apanhava, ficava de castigo, mas ele reagia, eu aceitava. [...] Eu aceitava no sentido de não revidar na hora. [...] isso eu já tinha ideia naquela época, que não adiantava brigar porque eles eram muitos e não me ajudaria. Então eu preferia estabelecer uma relação em algum **nível de poder** e eu aprendi logo que **conhecer é poder**, porque na hora da prova todo mundo precisava de mim. Na hora do assunto que alguns não entendiam, aí eles me olhavam como pessoa, aí eu não era a negrinha, a filha da puta, entendeu? Então eu não era a que usava o prego no chinelo, aí eu era a colega. Então era o jeito de eu me sentir parte do mundo das pessoas normais. Então entender o poder que o conhecimento tem naquele período pra mim era um jeito de fazer parte do normal, entre aspas, do que era normal (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

Essa fala nos leva a entender, novamente, a intersecção entre raça, classe, gênero e território e as violências geradas pela colonialidade do poder e do gênero. Apesar de todos morarem dentro do assentamento 40x45, Liu desde o início da sua vida escolar já havia percebido uma certa rejeição – em especial, por ser negra retinta, por vir de uma família extremamente pobre e por se identificar como proveniente do “rural do rural”. Mulher, negra, pobre e da zona rural do rural, ela passou a compreender, desde muito cedo, o potencial de transformação social que a educação poderia gerar na sua vida de “terra arrasada”. Essa percepção foi crucial para ser aceita no seu grupo de convívio e, assim, manejar formas de exercer seu poder. Sua primeira reação na escola foi de ter a obrigação de ser uma boa aluna, de nunca ter que fazer recuperação, de se esforçar e aprender o quanto antes. Aquela seria sua

---

divido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego - a parte "boa", acolhedora e benevolente - é vista e vivenciada como "eu" e o resto - a parte "má", rejeitada e malévol - é projetada sobre a/o Outro/a como algo externo. O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos” (KILOMBA, 2019, p. 35-37).

<sup>170</sup> Referência feita a partir do título do livro da Ana Maria Gonçalves.

saída para voltar a viver uma vida farta. Essa meta tornava-se ainda mais complicada por que o contexto escolar era extremamente precário. A escola funcionava em um grande barracão com mais de 100 crianças juntas e uma única professora: Maria Zilda Pereira Luiz do Amaral.

Ao se lembrar de D. Zilda, ela conta que só com o seu nome completo era possível aprender um ditado de palavras. A primeira fase da Escola no acampamento 40x45 é assim descrito por D. Zilda<sup>171</sup>:

como não tinha quadro eu usava espinho de coco de brejaúba, ai eu escrevia a letra no papel, pregava com espinho no pau da parede da escola, aí os meninos iam copiando, eu explicando para eles de letra por letra, depois eles copiavam a letra e lia em seus bloquinhos. Depois de um certo tempo, o Movimento conseguiu que o prefeito mandasse giz, merenda e tábuas para os bancos, muito tempo depois a escola foi regularizada e passou a fazer parte do sistema público de educação municipal (Dona Zilda, primeira professora, p. 219).

No início, tudo era improvisado. Os bloquinhos eram, na verdade, canhotos recolhidos dos estabelecimentos bancários das cidades próximas. As mesas eram toras de madeiras que as/os alunas/os colocavam sobre as pernas para servir de apoio para escreverem (ARAÚJO, 2007). Embora adorasse D. Zilda, Liu não queria aquilo pra vida dela. Ela era crente da pentecostal Deus é Amor, muito rígida e vestia roupa demais. A pró Maria Conceição que, apesar de também ser crente, lhe representava: “Ela era preta, preta, preta mesmo, [...] Quando a gente não se identifica como negro então a gente fica atrás do subterfúgio para dizer assim (“fulano é mais preto do que eu, então”) é como se quanto mais retinto mais indigno.” Esse subterfúgio, resultado da estrutura racista mantida pela colonialidade, foi evidenciada também na trajetória de Lucinha<sup>172</sup>. Assim, a lógica naturaliza o racismo e caracteriza as/os negras/os como ladras/ladrões, irresponsáveis, malandras/os, incapazes intelectualmente e preguiçosas/os (GONZÁLES, 1984).

Ela conta que quando estava na aula da professora Maria, suas/seus colegas (a grande maioria também negras/os com o tom de pele mais claro) não ousavam chamá-la de negrinha, por que a pró Maria era a autoridade da sala e era também muito rígida. Então, ficavam com medo de ofenderem a pró (que também era negra retinta tal como ela) e ficarem com nota baixa na disciplina de português. Essa situação nos leva a crer que “o lugar social não determina uma

<sup>171</sup> Relato retirado da tese de doutorado intitulada: As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra de autoria de Maria Nalva Rodrigues de Araújo.

<sup>172</sup> Quando seu pai fala: “**fulano é negro mesmo, né? Ali é negro do beijo virado, aquele veio da África, coitado**”). (...) Ele não se enxerga e não se vê como negro. Há uma vontade, você vê, eu fico sempre observando pai, ele sabe que ele é, “olha sou negro e tal”, mas tipo, não se reconhece, vai ter sempre um mais negro que ele. “**Esse é o negro, eu sou mais ou menos**”. **Porque o ser negro é uma diminuição** (Lucinha, entrevista 09/01/20).

consciência discursiva sobre esse lugar” (RIBEIRO, 2017, p. 69). Assim, o fato de uma pessoa ser negra não significa, necessariamente, que ela saberá refletir de forma crítica sobre as consequências do racismo ou até mesmo sobre a existência do mesmo (RIBEIRO, 2017).

Foi dentro desse contexto que Liu se formou e deu início a sua militância. As demandas para o assentamento recém-criado eram muitas e, de fato, a escola tinha uma certa prioridade. O prédio estava pronto e as/os alunas/os que já tinham terminado o fundamental estavam interessadas/os em fazer o ginásio, mas, ainda não tinha sala de aula e nem professoras/es suficiente. Diante dessa falta, reuniram-se e levaram a demanda para o prefeito. Não foi fácil. Ela, as/os colegas, professoras/es, moradoras/es subiram no caminhão e foram para a prefeitura. Se as negociações não surtiram efeito, estavam prontas/os para ocupar o prédio da prefeitura, no entanto, essa ação não foi necessária por que o prefeito acabou cedendo à pressão das/os assentadas/os e garantiu a construção da sala e a liberação das/os professoras/es. Após essa conquista, as outras demandas foram repartidas: a associação se responsabilizaria pelo gerador de energia e as/os alunas/os pelo transporte: “a gente ia a pé, de jegue, de cavalo”.

Essa vitória fez com que Liu percebesse que o Movimento tinha uma força, mas, a identidade de ser Sem Terra não estava totalmente fortalecida. Ainda na escola, começou a participar da pastoral da criança. Era aquela coisa: “tinha que ir para igreja pra ser uma menina certinha pra minha avó, que era brava não deixava a gente ir pra canto nenhum, ir para igreja era o único jeito de sair de casa, então era melhor ir para pastoral”. A ida para a igreja era um acontecimento. Como a sua casa era longe, no meio do caminho encontrava com os amigos e iam conversando. Na pastoral, o trabalho era sério. Formaram o grupo renovados em Cristo e o padre que conduzia as celebrações era, segundo Liu, o “super progressista Frei Elias”. A animação de Frei Elias aliada aos sermões de Moisés e a Terra prometida engajavam a todas/os e fazia com que, aquela gente, com uma vida tão sofrida, ficasse feliz e motivada para continuarem a luta.

E, de fato, a luta continuou. Em 97 o MST fez 10 anos no estado da Bahia e Liu, então com 14 anos, participou da sua primeira marcha de Feira de Santana à Salvador. Fizeram o acampamento na Rótula do aeroporto e ficaram lá por 21 dias. Foi naquele momento que ela passou a perceber a escola do assentamento como um potente espaço de formação para a luta. Os sentimentos e as experiências durante esses 21 dias de mobilização em Salvador foram intensos: as danças nas noites culturais, a fruta-pão maduro, a banana verde, o pão de cebola que compravam no valor de 2 por 0,05 centavos e as chuvas perfizeram sua memória ao se recordar desse fato. O retorno ao assentamento também foi marcante. Foram 21 dias sem aula e, assim que chegou, teve que fazer um relatório sobre sua experiência e apresentar um projeto

para a construção do prédio da escola com duas salas de aula. Tímida, não conseguia falar em público, mas, aquela era uma situação pontual: ou falava ou perdia de ano. Resolveu apresentar o trabalho para sua turma e aquela foi sua primeira fala em público. Nascia ali, sem ela se dar conta, uma das maiores lideranças femininas e feministas do MST nacional na atualidade. Apesar de não se projetar para esse lugar de liderança, ela ressalta que:

Nessa época eu já sentia que eu não era mais uma pessoa tão ignorada, porque eu já cheguei, **eu já me senti invisível**, imperceptível, e nesse período eu já não era mais [...] Então já sabiam que minimamente eu sabia fazer o dever de casa, então, tinha um **certo respeito** comigo já porque eu era uma pessoa estudiosa **eu já era a neguinha estudiosa, já não era mais a filha da puta**. Isso é um nome muito marcado ("Você é filha de puta, você nem pai tem") (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

Mesmo com bons resultados na escola, ela não podia vacilar. Engendrada pelo bojo do racismo estrutural, sabia que o pouco de respeito que tinha conquistado – de filha da puta para neguinha estudiosa – estava, a todo momento, sendo questionado e, por isso, tinha que estudar e se esforçar duas ou três vezes mais que suas/seus colegas para mostrar competência.

Em 1999 outro fato marca a trajetória de Liu dentro do MST. Por uma arbitrariedade do prefeito, a diretora da Escola Eloi Ferreira<sup>173</sup> foi demitida. Resolveram fazer uma greve e fecharam a escola por uma semana: “Eu fechei com muito orgulho, porque ela foi construída fruto da marcha de 1997<sup>174</sup>”. Essa foi a sua primeira briga de verdade e também a primeira gratidão com o Movimento. Nesse momento, ela começa a perceber a necessidade da organização, da coletividade e da consciência de classe: “A única coisa que eu me lembro é que eu tinha uma posição de que ou era professora, ou nada. [...] foi minha primeira ideia de como tem gente que é contra os seus, nós tivemos parte de uma turma que não topou entrar na greve.”

Essa perspectiva, está diretamente relacionada com o lugar social que o indivíduo ocupa na sociedade tal como já apontado anteriormente por Djamila Ribeiro. Sobre esse *lócus* de enunciação, Ramon Grosfoguel (2008) ressalta que fazer com que essas/esses sujeitas/os situadas/os socialmente do lado do oprimido pensem como aquelas/es situadas/os nas posições dominantes é o grande êxito do sistema-mundo colonial/moderno.

Para Liu, a falta de consciência política e de consciência de classe ajudam a explicar por que nem todas/os as/os oprimidas/os estão ao lado das/os suas/seus. Ela acrescenta: “bom seria

<sup>173</sup> O nome da escola foi escolhido em uma assembleia, discutido e votado por todos os acampados, em uma homenagem ao sindicalista Elói Ferreira da Silva, assassinado em 16/12/1984 no município de São Francisco, no Estado de Minas Gerais (ARAÚJO, 2007, p. 220).

<sup>174</sup> Aprovamos na escola que a partir daquele dia, toda semana que cantasse o hino do Brasil cantava o hino do MST e hasteava a bandeira. Ainda hoje canta e hasteia a bandeira na escola (Entrevista com Liu, 02/02/20).

se a gente pudesse compartilhar mais as nossas experiências para a partir disso a gente, coletivamente, como classe a gente poder se perceber.” Esse ideal é o que parece mover a militância inicial de Liu até a ascensão aos cargos diretivos do Movimento. A seguir trataremos de forma pormenorizada esse caminho.

#### **4.2 A trajetória de Liu de militante a dirigente nacional**

A militância, como já ressaltado, atravessa a vida de Liu muito cedo. Criada desde pequena dentro do assentamento 40x45, sua história de vida, por vezes, se confunde com a própria trajetória do MST na Bahia. O sonho de não viver mais na miséria e de não ser humilhada a conduziu para um caminho de disciplina pautado na noção da coletividade. Tal caminho foi norteado pelo MST e, é nesse sentido que ela é taxativa ao afirmar: “Eu sou o resultado do que o MST pensou que eu deveria ser [...] porque eu nunca recusei tarefa”.

A disciplina nos estudos inculcada por ela mesma como um meio de sobrevivência foi sendo “moldada” e potencializada na prática formativa da luta pela terra e nos cursos de formação política proporcionados pelo Movimento. Segundo Beth, a luta e a formação são as principais estratégias utilizadas pelo Movimento para atingir os três objetivos centrais: luta pela terra, luta pela reforma agrária e a luta pela transformação da sociedade. Para tanto, ela ressalta que é necessário “forjar os seus a continuar atuando, e a continuar tendo consciência de classe e pra ter consciência de classe tem que ter muita formação política. [...]. Uma organização social não consegue ter quadros políticos se não investe na formação política.” (Entrevista com Beth, 30/01/20). Liu não fugiu à regra e é fruto dessa projeção formativa. Aos 16 anos, ela foi fazer o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)<sup>175</sup> em Teixeira de Freitas e um curso de formação política em Itamaraju na creche arco-íris coordenada pelo Frei Dílson:

Era um curso que a gente chamava de brigada e ficava um ano fora de casa, só ia em casa a cada 3 meses e não conseguia fazer isso na escola normal. Aí eu saio da escola e fui fazer pelo Pronera de 5ª a 8ª [...]. Na época, foi a primeira turma do Pronera [...]. Aí fiquei na brigada um ano. A brigada era um curso de preparação mesmo pra militância, pra você cair no mundo, fazer trabalho de base, fazer assembleia (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Com o curso concluído e já com uma noção básica para “cair no mundo” e seguir na militância política, ela se depara com um novo desafio: a maternidade. Àquela época, os diálogos sobre prevenção, sexo e feminismo eram poucos e a gravidez veio sem programar.

---

<sup>175</sup> Apesar de já ter estudado até a sétima série, ela ingressa novamente no PRONERA para cursar da 5ª a 8ª série.

Dentro do Movimento, as companheiras tentavam imprimir um discurso moral pautado na inibição do desejo sexual: "nós somos mais velhas, já passamos por isso então vocês não façam". Ao tocar nesse assunto, ela faz uma reflexão sobre como esses assuntos deixaram de ser tabus e ganharam novas percepções que ela já insere no diálogo com sua filha – Ludmilla (18 anos): “não tinha o debate como a gente faz hoje, fazer sexo é bom, eu já falo com a minha filha, é bom transar, é bom! Só que faz quem tem responsabilidade e com responsabilidade, porque tem uma consequência que é no mínimo por um tempo de 18 anos”.

Ela conta que a ansiedade e o desespero começaram a ser sentidos antes mesmo de confirmar a gravidez: “antes de dar 72 horas eu sabia, era uma coisa assim, não era sintoma”. A possibilidade de estar grávida parecia interromper um ideal de vida: estudar e sair da miséria. Além disso, esses sentimentos foram potencializados quando soube que havia sido indicada para fazer o ensino médio junto com o curso de técnico agrícola na Paraíba e que o curso poderia ser inviabilizado por causa da gravidez. Sobre esse fato ela relata:

Morri. Tô morta. Botei outra criatura no mundo para ser miseravelmente pobre igual a mim. [...] A sensação era que eu tinha fracassado. [...] Porque quando eu namorava com Uelton eu já morava sozinha no acampamento. Eu não morava com ninguém. **Eu não saí da casa da minha mãe pra morar com homem, eu saí da casa da minha mãe e fui morar só, então eu morava sozinha, eu já me sustentava.**[...] Então eu fui para Goiânia eu tinha meu barraco lá, eu fazia minha feira, eu tinha minha roça, eu tinha minha horta, que eu vendia toda semana, que eu ganhava uma grana, entendeu? Então eu já tinha, **financeiramente eu já era independente, quando eu engravidei. Então a minha sensação de fracassei é porque eu não tinha terminado de estudar** [...] (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

Apesar dessa sensação de fracasso, ela resolveu aceitar a indicação e foi para a Paraíba. Partiu e não falou sobre a gravidez para ninguém. Depois de um mês e meio resolveu fazer o exame. Sua intuição confirmou-se. Com o resultado nas mãos, escreveu uma carta para Uelton (pai da criança) falando sobre a gravidez e completou: "você tem o direito de achar que não é seu". Mas, aí (ele: "não, eu não duvido, não. Tudo bem e tal)". Diante deste cenário, firmaram o acordo de morar juntos e criar a filha. E assim seguiram. Mesmo com os enjoos frequentes decorrentes da gravidez e, posteriormente, com a criança recém-nascida, ela conseguiu terminar o curso e seguiu com um ritmo menos acelerado na prática militante. Essa assertiva “ritmo menos acelerado na militância” talvez não seja tão condizente com algumas situações que ela teve que enfrentar quando Ludmila tinha apenas 4 meses:

[...] Eu tava estudando, só que teve um feriado assim, e era no período que o MST estava fazendo um mutirão chamado "Vamos ouvir a nossa base", aí a gente passou uns quatro a cinco dias num acampamento chamado Olhos d'Água na Paraíba. Aí como os pistoleiros estavam atirando no acampamento aí teve um dia que a gente pra

tirar os pistoleiros da sede aí nós tínhamos que sair do acampamento pra surpreender eles. **Aí nesse momento a gente guardou as crianças em um dos barracos, como ela era muito pequenininha ela tinha uns quatro meses, aí a gente colocou ela dentro do forno do fogão**, deixando com a porta do forno aberta, que na nossa cabeça era o lugar mais protegido porque tipo uma bala não ia... [...] Porque eles atiraram mesmo e eles já tinham acertado dois companheiros na perna, no braço, então a gente deixou e dona Zéfinha do acampamento, que era suuper de confiança.[...] Aí ficaram todos (crianças e idosos) numa barraca sob o comando de Dona Zefinha e nós fomos tirar os pistoleiros da sede [...]. (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Essa situação a fez ter certeza que a maternidade não poderia ser um limite para a sua vida e isso incluía diretamente sua militância. No entanto, a relação com seu companheiro (pai de Ludmila) parecia lhe impor alguns limites que só depois ela se deu conta:

sem que eu percebesse, [...] por um bom período quando a gente morou junto eu estava anulando a minha militância pra deixar que ele que ele fizesse a militância dele, e não foi intencional eu não falei "é agora eu vou deixar de fazer, pra ele fazer", foi acontecendo, acontecendo [...]. Porque [...] eu achava que eu estava impondo a minha presença nos espaços que ele tava militando, então eu não gostava de impor minha presença, então ele se sentia incomodado. (Entrevista com Liu, 02/02/20).

O incômodo com sua presença foi entendido posteriormente: apesar do acordo firmado de viverem juntos e criarem a filha, publicamente ele não se comportava como um homem que tivesse compromisso: “no sentido de que ele se comprometeu comigo de que nós tínhamos uma relação e que era entre eu e ele, que quando fosse para ter outras pessoas a gente precisava dialogar sobre isso.” Logo quando percebeu essa disparidade de compromisso e quando soube dos relacionamentos extraconjugais do seu parceiro, ela ainda estava fazendo o estágio para terminar o curso e esperou o momento certo para resolver essa situação: “Terminei o curso e terminei com ele. Terminei o curso no dia 11, a gente ficou festa dia 11 e 12, dia 13 a gente veio chegando aqui dia 14, dia 14 mesmo, a gente separou”. E sentenciou: “Por que eu não tenho vocação para ser chifruda!”. À época da separação, Ludmila estava com 2 anos e ela acabou colhendo algumas consequências daquela relação: era uma militante bem limitada no sentido das tarefas e, apesar de preferir não o encontrar mais, eles ainda tiveram que continuar a se relacionar por que ambos militavam na mesma região. Inicialmente, a situação gerou um certo incômodo por que a direção desconsiderava que tinham um problema pessoal e os incluíam nas mesmas atividades: “Não sei se foi pra educar a gente, só sei que funcionou”. Junto a esse processo veio também uma sensação de libertação:

Eu percebi que eu tinha me anulado por causa dele. E aí eu fui, decidi que eu **não podia mais abrir mão de nada por ninguém** que até ali bastava para mim. [...] Aí eu resolvi que não era impor minha presença é que quem quisesse viver com a minha presença e que quem não quisesse podia morrer, e fui fazer minha parte na militância.

**Então eu tomei uma decisão na minha vida: "eu vou estar até quando a organização achar que eu devo estar".** (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

E assim o fez. Mesmo tendo “perdido o chão” depois da separação, ela seguiu com sua militância e criou sua filha praticamente sozinha: “ele é um péssimo pai, mas ele é um bom companheiro de luta [...] a opinião dela eu já não sei. [...] Emocionalmente, sentimentalmente, os dois sempre se relacionaram. Só não tem relação financeira.” Ao que parece, a maternidade a fez ter certeza do lugar que precisava ocupar e esse lugar era o engajamento na militância. Dessa forma, ela ressalta:

[...] a militância acabou se tornando meu jeito de viver. Então, eu nunca [...] pensei que eu tivesse que deixar a militância pra cuidar da casa, da família. Muito embora, em alguma medida, eu reduzi a minha ação na militância pra cuidar, então isso [...] é muito empurrado pelas circunstâncias e pelo que socialmente é aceito, né? Pela sociedade. Tem uma filha pequena, então tem lugares que não dá pra ir. Você vai se acomodando com aquilo, mas tipo sobre como cuidar da minha filha eu nunca tive arrependimento. Hoje, [...] nunca pensei que eu deveria ter viajado menos, ter lutado menos, porque eu sei que eu só consegui chegar aqui com ela porque eu tomei essa decisão e que essa foi a decisão que eu tomei pra minha vida. Ela pode tomar a decisão que ela quiser pra vida dela. Então o fato de eu ser mãe dela não pode anular a escolha que eu faço pra minha vida, então eu sempre tive isso resolvido na minha cabeça, porque tem ela, eu tenho que cuidar dela, mas essa vida aqui é minha (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Essa compreensão, ancorada em uma tríade de altivez, segurança e amor, ressignifica o sentido da maternidade – proporcionando uma outra visão – para além do que está posto e é socialmente aceito:

Porque como na sociedade existe uma ideia do que é amor e do que é cuidado as pessoas querem empurrar na gente a ideia de amor e cuidado deles, mas quem faz a militância percebe logo que amor e cuidado não é a mesma coisa de ficar em casa, de todos os dias você alimentar seu filho [...], é um exemplo medíocre. Quando a gente faz a militância a gente percebe que a melhor coisa que a gente pode dar pra os nossos filhos, a gente costuma dizer que a educação, que é a saúde, **eu digo: “pra mim o melhor exemplo que eu posso deixar para os meus filhos é um espírito rebelde”.** A ideia de que tudo é possível mudar. E que os meus filhos são minha responsabilidade, dos pais, mas também responsabilidade do coletivo que eu escolhi pertencer, porque eu pertenceo ao movimento na mesma proporção que o movimento me pertence [...]. (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

Liu desromantiza a maternidade e a obrigação do amor incondicional aos filhos e nos apresenta um exemplo de amor materno e militante que é revolucionário, coletivo e rebelde:

[...] companheiras me disseram que eu sou uma mãe que ama pouco. (Companheiras: "Ah, eu não consigo deixar meu filho, você não ama"). Se o meu amor é meu, é eu que determino como é que **eu amo, [...] amo tanto, que eu quero que eles vivam**

**numa nova sociedade.** E esse é o meu jeito de amar e eu acho que eu amo gigantemente. Não amaria tanto se eu continuasse numa vida medíocre, ensinando pra eles os valores medíocres, então. Só que essa coisa aí do/do romantizar ("meu marido e meus filhos, se eu sair morre"), isso é um inferno na vida da gente. (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

Baseada nessa percepção da maternidade, no desejo ávido de não viver na miséria e na decisão de não se deixar anular na sua militância ela compreende a necessidade em retomar seu espaço. Assim, dois meses após a separação e já formada como técnica agrícola começou a trabalhar no plano de desenvolvimento do assentamento Euclides Neto pela cooperativa estadual do MST e ocupou durante o período de 2004 até 2005 o setor de produção da regional Extremo Sul. Em 2007 exerceu o cargo de monitora no curso Técnico em Agropecuária<sup>176</sup>. Posteriormente, de 2008 a 2009 tornou-se coordenadora pedagógica deste mesmo curso e no final de 2009, ela passou a ocupar o cargo de dirigente política na Brigada Joaquim Ribeiro – Regional Extremo Sul. Aquela era uma posição nova e inesperada especialmente por que achava que nunca seria dirigente política e entendia que seu papel dentro do Movimento estava direcionado ao setor de produção. Este setor, historicamente ocupado por homens, já era um grande desafio e lhe parecia cômodo e suficiente: “Eu achava que eu ia ser só militante do setor de produção e isso me bastava.”

De fato, poderia ser o bastante para ela por que, além de gostar de ser camponesa ela percebeu, desde novinha, que poderia tirar seu sustento da terra, mas, não era o suficiente para a organização. Entendendo esse lugar, Beth e Lucinha, afirmam que Liu é, hoje, seguramente, resultado de um intenso esforço coletivo. Do ponto de vista temporal, esse esforço está ligado aos desafios e as demandas que cada geração enfrentou no processo de expansão e consolidação do Movimento na Bahia. Liu faz uma síntese interessante sobre esse processo: para ela, o grande desafio na geração de Lucinha foi ser dirigente de massa – “foi Lucinha que abriu para nós a possibilidade de ser dirigente de massa, política. Muito embora não seja uma característica de Lucinha é com ela que a gente aprende a picar a mão na mesa e mandar tomar no..., entendeu?” Ela “criou as condições da gente poder dizer”, já na geração de Beth foi “o tempo da gente pensar a produção, de organizar, de elaborar, de organizar o projeto” e, por fim, o desafio dessa terceira geração “está sendo falar”.

---

<sup>176</sup> O Curso foi realizado no Assentamento Euclides Neto com convênio com a UESC. Esse era o assentamento que os pais de Uelon moravam. Durante esse período, eles ajudaram a cuidar de Ludmila que à época tinha 5 anos e já estava estudando: “(...) que eles faziam uma feira e levava.” (Entrevista com Liu, 02/02/20).

**Fotografia 15 - Liu ao centro (blusa amarela) em reunião de negociação com o governador Jacques Vagner em 2010.**



Fonte: Arquivo pessoal

Poder falar e “picar a mão na mesa” é fruto desses trinta anos de militância política que Lucinha e Beth ajudaram construir. É nesse sentido que Beth afirma que essa trajetória deixou um lastro muito importante para a formação de quadros na juventude dessa terceira geração:

É a juventude que consegue já ter uma formação, uma educação formal em outro nível. [...] Nós começamos o processo de luta analfabetas ou pelo menos semianalfabetas ou analfabetas funcionais. Liu foi criada dentro do Movimento [...]. Hoje é uma dirigente, é agrônoma, então... Eu parei na oitava pra criar o Movimento, pra cuidar do Movimento, mas depois com quarenta e cinco anos, fui estudar de novo... Então, essa juventude, essa geração já agora, participou desse processo organizativo. Participa dos Sem Terrinha, tá na luta ali da escola, a escola tem uma pedagogia diferenciada, dentro do assentamento. Tudo isso... (Entrevista com Beth, 31/01/20).

Todo esse processo formativo contribuiu para que Liu – que, durante sua adolescência na escola afirmava “estar longe de ser uma líder de sala” – logo se tornasse uma liderança no Estado. Ela conta que, no início, ocupou o primeiro cargo de dirigente (na Brigada Joaquim Ribeiro) ao lado de Luís<sup>177</sup>:

é um militante do Movimento, que é uma referência da nossa base toda, e como boa parte dos nossos militantes antigos [...] tem essa postura mesmo machista, de/na brincadeira. [...]. E isso ajuda em muita coisa, ajuda na frente de massa e tal, mas isso, muitas piadas, muitas brincadeiras é reproduzindo o machismo é reproduzindo e afirmando. Então, e eu? Era quem? Eu era uma menina jovem que tinha sido criada ali mesmo naquela brigada e que não tinha nenhuma novidade, não tinha nenhuma surpresa. Então como é que eu ia tratar com as pessoas, que a maioria delas eu ainda [...] tinha que tomar benção? (Entrevista com Liu, 03/02/20)

Diante dessa realidade, do perfil de seu companheiro e da sua inexperiência, achou por bem começar esse processo de direção como uma observadora atenta. Observava como ele conduzia as assembleias e como lidava com os conflitos. Com o tempo, foi ganhando confiança e começou a interferir nos encaminhamentos. No entanto, ela sentia que aquelas contribuições ainda não eram suficientes para se reconhecer e ser reconhecida para além da legitimidade formal do cargo de dirigente. Essa situação foi agravada por uma situação específica que foi muito marcante:

[...] Ele que ele fez uma piada no meio da assembleia e pediu pra mim pegar o material, o caderno e o lápis e ir tomar as notas [...]. Então eu fiquei muito chateada quando ele mandou eu anotar, aí eu anotei, já estava anotando, porque eu tenho o hábito de anotar os encaminhamentos, mas daí foi a primeira vez que quando nós saímos da reunião eu [...] perguntei: "eu sou sua mulher? Eu sou sua mãe? Sua rapariga? Ou o quê sua?" Na época eu não entendi que eu tinha tido também reproduzido, né? Quer dizer que se fosse a mulher dele podia... [...]. (Luís): "eu não tô entendendo". Eu falei: "pois é, então no dia que você mandar eu anotar de novo eu vou dizer isso, que eu não sou nada sua, eu sou sua companheira nessa instância e na hora que você quiser me pedir uma coisa, você me peça por favor, mas não me mande não, que ninguém me manda". Aí ele tentou levar na graça eu falei: "Epa! Não brinque comigo, que eu não estou brincando." Aí como ele é brincalhão acabou deixando e tal (Luís): "Você tá doida mulher"), como sempre (Entrevista com Liu, 03/02/20).

Conferir o lugar da loucura/histeria/insanidade mental a uma mulher sempre foi uma tática utilizada na cultura machista que busca deslegitimar e invalidar seu posicionamento conferindo a ela uma incapacidade de racionalizar as coisas<sup>178</sup>. Esse punhado de dúvidas e medos, de fato, desestabilizaram Liu e ficaram introjetados na sua mente por um tempo.

<sup>177</sup> Por solicitação da entrevistada, colocamos um nome fictício.

<sup>178</sup> Esse tipo de abuso psicológico/emocional é, atualmente, conhecido como gaslighting (o verbete vem do filme “Gaslight”) que “trata-se de um abuso sutil, manipulador, mediante o qual se desgasta a autoestima e a confiança da mulher em si mesma a ponto de anulá-la, de transformá-la em um punhado de dúvidas e medos.” (CARRETERO, 2017, p. 1).

Durante esse período, ela sentia-se insegura: “eu não tenho capacidade de estar, é que tem gente melhor [...] então lá na brigada foi bem duro assim” e, apoiado nessa insegurança se via ora como auxiliar ora como apêndice: “eu ia aonde ele ia. E aí ele começou a marcar atividades e ele não podia ir, nós desmarcávamos. E aí depois tinha a questão do carro, que eu não dirigia e ele dirigia”. Essas situações passaram a ser recorrentes e, um dia, após ter remarcado a atividade por três vezes, decidiu fazer a assembleia sozinha:

[...] ele não esperava a mim pra fazer atividade, agora eu só fazia com ele porque eu tinha medo de fazer só e essa reunião foi uma assembleia lá no Riacho das Ostras aí eu fiz a primeira assembleia sem a presença dele [...]. Fiz uma assembleia com poucos encaminhamentos, mas, foi uma assembleia que as pessoas me viram como dirigente. Eu fugi dos pontos mais duros, não pautei, pedi pra a gente deixar pra próxima reunião e tal, e peguei os outros pontos que eu dava conta [...]. Essa assembleia me deu régua e compasso pra eu ser dirigente. Na verdade, eu tomei posse em Itamaraju, mas eu **virei dirigente lá naquela salinha do Riacho das Ostras** (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

Essa primeira experiência solo a conduziu, de fato, ao cargo de dirigente. Foi naquela salinha que germinou uma das suas principais características: a potência da fala com a destreza da boa argumentação. Não à toa ela estava sem a presença do seu companheiro e pôde conduzir a assembleia tendo mais segurança e confiança na posição que assumira. Essa tomada de atitude marca o momento em que Liu começa a falar em nome do Movimento e, com isso, ela ressalta que “a militância começa a conhecê-la exatamente pelo jeito/ pela fala.” Sobre esse potencial, Beth, ao se lembrar de Liu no assentamento 40x45, pontua exatamente essa característica: “[...] sempre agitada, já tinha esse perfil desse ímpeto de fala, de agitação, de ser essa mobilizadora, ela sempre teve esse perfil da fala, que é bem importante e é característica dela.”

Depois dessa primeira experiência ela seguiu fazendo todas as atividades que eram marcadas e que Luís não podia ir. Em uma dessas atividades, no Assentamento Rosa do Prado, a discussão estava intensa e um companheiro se sentiu no direito de falar de forma agressiva. Sua leitura para aquele momento foi pontual: “eu sabia que ele tava falando só porque era comigo, porque se fosse um homem na reunião ele não falaria tão duramente as coisas que ele falou comigo”. Diante daquela situação, ela sabia também que deveria tomar uma posição: “senti que ali ou eu resolvia, ou eu não tinha condições de dirigir”. Ela resolveu e começou a cultivar uma característica que é muito individual: “reagir positivamente na hora do aperto, de conseguir uma alternativa [...] em último caso eu posso lançar mão do fato de ser dirigente [...] a gente não pode ter medo de usar porque os companheiros usam sempre e quanto mais”.

Esse posicionamento é resultado de todo um processo de atuação nas instâncias – desde as brigadas e regionais até a direção nacional. Em 2011, quando foi reeleita ao cargo de

dirigente da brigada Joaquim Ribeiro com o companheiro Francisco<sup>179</sup> surgiram novas reflexões sobre os processos diretivos. Francisco, ao contrário de Luís, deixava ela achar que dirigia: “Esse tipo é mais difícil, porque ele concordava comigo e eu demorei muito, aí entra ingenuidade, eu só percebi isso depois que eu parei de dirigir com ele, que eu tinha sido feita de trouxa.” Tal percepção foi fruto de um amadurecimento na compreensão da gestão política dentro do Movimento:

[...] É porque no MST, eu não sei se fora, porque eu não conheço muito a vida fora, mas é assim: [...] dirigir é um processo entre a decisão política e a execução. A execução passa pelo financeiro, então quem não dirige o financeiro, e eu sempre corri do fardo financeiro, porque se disser que eu roubei eu vou morrer em cima. Então, eu sempre que pude evitar as finanças no movimento, eu evitei. Hoje eu tenho uma percepção diferente que, independente, se eu pego, ou não, se sou eu dirigente política eu tenho responsabilidade sobre o que acontece, para o bem, ou para o mal. Então eu preciso, eu tenho obrigação de acompanhar, mas antes eu achava que quanto menos eu mexesse melhor. São coisas que você vai, vai percebendo ao longo do processo de ser dirigente. (Entrevista com Liu, 02/02/20).

A partir dessas reflexões ela foi ocupando espaços, construindo uma relação mais sólida com a base e com a direção e se tornando uma dirigente que dirige: toma decisões e se responsabiliza por elas. Em 2012, Liu continua à frente da Brigada Joaquim Ribeiro, mas com um novo companheiro – Ricardo<sup>180</sup>. Segundo Liu, essa gestão foi mais tranquila: com poucas dificuldades na condução política, mas com uma avaliação bem crítica: “[...] Nessa época eu ainda não tinha muita essa percepção das mulheres, [...] o fazer, [...] as ocupações de mulheres nas áreas de eucalipto [...]”. Essa percepção vai sendo construída e passa a tomar uma dimensão mais central, quando ela assume o cargo de dirigente estadual do Baixo Sul em 2013. Mais um ponto fundamental aparece no processo de construção de Liu, enquanto dirigente política e, assim, a pauta do feminismo passa a ser colocada de forma mais consistente e consciente na elaboração de um feminismo coletivo, camponês e popular.

Como já ressaltado, a recusa de tarefas não era uma opção e assim, ela foi experimentando várias tarefas, acumulando vivências e se consolidando enquanto figura pública dentro do Movimento:

Até ficar em Ciranda coisa que não tem nada a ver comigo, eu já fiquei. [...] Era para ficar no trio? Então eu fui falando e ali para você fazer a fala você precisa desenvolver um argumento, né? Então quando eu me tornei dirigente nacional, em alguma medida, eu já era conhecida por boa parte da nossa militância como uma dirigente. Então eu ocupei o cargo de dirigente nacional já sendo uma dirigente do MST da Bahia. Então,

<sup>179</sup> Por solicitação da entrevistada, colocamos um nome fictício.

<sup>180</sup> Por solicitação da entrevistada, colocamos um nome fictício.

em alguma medida, eu vou pra direção nacional com uma reserva política, não sei se é assim que diz. (Entrevista com Liu, 02/02/20).

Apesar da reserva política acumulada, ela é assertiva ao afirmar que o cargo por si só não faz ninguém dirigente e, por isso, ela exerce essa posição, de fato, “falando, criando confusão [...] estabelecendo conflito na/com as instituições”. O ato de realizar-se e de ser reconhecida pelo seu grupo a partir da fala decorre da existência de um poder simbólico que está vinculado a posse de um capital simbólico<sup>181</sup>. Esse capital simbólico foi sendo construído por Liu durante sua trajetória no Movimento – através das mobilizações, do cumprimento das tarefas, da potência e domínio da língua entendendo-a, como um instrumento de poder. Falar, nesse sentido, está para além da mera compreensão do que se enuncia, engloba o respeito, a obediência e o reconhecimento (BOURDIEU, 1996).

#### Fotografia 16 - Liu discursando



Fonte: Reprodução/Facebook.

E a fala aqui ainda ganha uma conotação pontual e subjetiva: de qual lugar que se fala? “É o lugar de mulher preta, da roça” (Entrevista com Liu, 02/02/20). Lugar esse que, segundo

<sup>181</sup> Segundo Bourdieu (1990, p. 166) o poder simbólico “é um poder de fazer coisas com palavras” [...] e “como toda forma de discurso performativo, o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico”. O capital simbólico seria, portanto, “um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento [...]” (BOURDIEU, 1990, p. 166).

Liu, não tem nenhum valor fora da percepção coletiva e identitária fornecida pelo MST: “[...] ser uma mulher da roça é um termo pejorativo na sociedade, (“que nada, você é da roça”), então significa [...] que você é ignorante, que você é semialfabetizada, que você é feia [...]. Que você fala errado [...]” Dentro desse contexto, ela revela que é comum quando termina as suas falas e as pessoas vão conversar com ela sobre os assuntos abordados e dizem: “[...] Interessante como você fala certo, porque não é normal uma agricultora saber falar.” Sobre isso, reflete:

[...] então eu fico pensando como o estereótipo ele é [...] violento, porque eu não me sinto feliz quando eu ouço isso, eu não me sinto feliz das pessoas acharem que eu sou boa em saber falar. **Eu me sinto, no sentido coletivo, humilhada, porque [...] nós somos usurpados do direito de aprender a ler, que nos roubaram esse direito.** Elas falam como se fosse natural a gente não saber falar, a gente não saber as palavras certas [...] como regra culta, né? [...]. Isso é uma coisa assim que o Movimento me deu muito, essa percepção de coletividade e como às vezes as pessoas, talvez elas não têm noção, de que quando elas admiram um sujeito fora de seu grupo, como se [...] eu fosse resultado de mim mesma. E a minha fala não é resultado de mim, a minha fala, não tenho dúvida nenhuma, a minha fala é a síntese da luta coletiva [...]. (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

O estereótipo firmado a partir da representação e do modo de falar da mulher da roça é, para Liu, resultado de um sistema de dominação que usurpa o direito dessas mulheres a terem educação. Assim, ao “negar a alfabetização às mulheres negras – e depois alegar que lhes falta os fatos para um julgamento com bom senso – ilustra outro caso de como se pode atribuir a um grupo um status inferior e depois usar esse status inferior como prova da inferioridade do grupo.” (COLLINS, 2016, p. 109). Ao reservarem esse lugar de inferioridade o sentimento de humilhação retratado por Liu é esboçado a partir de uma percepção política e coletiva capaz de conferir-lhe sua própria identidade. Nesse sentido, Grada Quilomba (2019) ressalta que,

A língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana (QUILOMBA, 2019, p. 14).

As relações de poder e violência vividas por Liu e pela coletividade que ela representa – a partir desse lugar identitário: lugar de onde se vê e se vive o mundo (WANDERLEY, 2001) definem esse grupo como sendo “o outro”, o que não é o normal e que não tem as garantias para acessarem a verdadeira condição humana. Ao refletir sobre esse tema, Liu demarca esse território identitário e coletivo e pontua:

[...] quando eu converso com minha filha, ela acha que eu jogo na cara, mas eu não quero nem um dia esquecer como é ruim, como é amargo a **humilhação que você passa quando você é pobre e preto**. Eu costumo refletir com os companheiros do MST e as companheiras, que é **como se tivesse estabelecido um grau de humanidade, de humanização**. Tem o humano, que é o homem branco e rico e que foi para Universidade, ou melhor, o que foi alfabetizado, né? Que eles também não têm esse interesse todo de Universidade. Depois, vem a mulher branca rica. Depois vem o homem, aí pode ser pardo, ou negro e tal, e que é mais abastardo. **Aí, depois, a mulher negra, aí depois o miserável e depois a mulher miserável, e nesse último só tem mulher preta**. Então essas companheiras elas carregam um touro amarrado pelo pescoço, porque, porque todo mundo se sente no direito de tirar uma casquinha, é como se as pessoas sentissem alguma felicidade. (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

A hierarquia apresentada acima revela o grau de humanidade a partir da raça, do gênero e da classe social – do humano branco até a mulher miserável preta (destituída de humanidade). Compreendendo esse lugar, Liu afirma que, apesar da aflição em cada fala pública, poder falar é um jeito de defender os direitos de quem está nesta posição de miserabilidade e invisibilidade: “eu não estou falando por mim, nem para mim [...] eu vou falar pelas minhas companheiras então eu não tenho direito de errar no conteúdo, eu não tenho o direito [...]”. Essa responsabilidade foi potencializada quando assumiu o cargo de DN em 2016 com o companheiro Evanildo (reeleito). Nesse momento, ela já dispunha de uma reserva política que lhe garantiu o status de ser hoje “uma das mulheres que mais fala no MST<sup>182</sup>” (Entrevista com Liu, 02/02/20). No entanto, essa fala impetuosa já sofreu reveses paralisantes que, por medo, a impediram de soltar a voz: “No dia que eu fui empossada DN eu não consegui falar. Eu falei menos de um minuto e comecei ir e voltar, ir e voltar, eu falei: "gente, vocês me conhecem, parei." Desse jeito. De medo que eu tava, que eu senti [...]”

O medo refletido na palavra por dizer foi desencadeado pela emoção e respeito em estar ocupando aquela posição. Apesar de nunca ter tido sonho de ser dirigente política, o Movimento a conduziu a este lugar forjando-a “a ferro e a fogo”: “Então estar aqui no lugar de ser dirigente é para mim mesma o cumprir de uma tarefa [...]. Eu tenho máximo respeito, mas por vezes eu penso: "Será que nós estamos em decadência pra eu ser a dirigente nacional, gente?". Ao escutar essa dúvida que parecia beirar a insensatez, retruquei e perguntei: Será que não é um momento de ascendência? Ela responde: “Não. Isso aí a gente não pensa. Porque nós fomos sempre tão desafortunados que (riso) que a gente nunca pensa que pode ser. A gente pensa assim: "Como assim eu? [...]”. Essa parece ser, na verdade, uma pergunta retórica que certamente não encontraria respostas plausíveis – até por que esse não é seu objetivo. Ao que parece, Liu utiliza-

---

<sup>182</sup> Liu afirma que foi a partir de 2010 que ela, de fato, começa a articular a fala de forma mais consistente. Ainda sobre o tema ela cita duas companheiras que também tem sido importantes interlocutoras atuais do MST: Kelli Mafort de São Paulo e Débora de Alagoas.

se de uma capacidade expressiva da linguagem que revela uma crítica pessoal (podendo ser expressado a partir do seu lugar “eu sou de uma terra arrasada”) que demonstra sua insegurança e a leva a hesitar sobre suas potencialidades na condução das tarefas diretivas – mas que, ao final, não encontra um embasamento satisfatório. Essa divagação me leva a refazer o questionamento com duas outras perguntas: Como assim ela? Por que ela? As respostas poderiam ser várias, mas, quero me ater a uma percepção que é central em toda sua trajetória: é ela por que, dentro das conjunturas impostas naquele momento, ela apresentava as características necessárias (individuais e coletivas) para assumir o cargo a partir de um coeficiente central – Ser o resultado do que o MST pensou que ela deveria ser. Para além disso, é preciso refletir que ela foi se constituindo também a partir da interação e agenciamentos com outros movimentos sociais, o Estado e outras/os sujeitas/os políticas/os.

De fato, a projeção coletiva sobre esse corpo individual carrega várias nuances íntimas que geram fortes conflitos internos: “[...] Então assim tem coisa que é tão na nossa intimidade militante, que é tão resguardado porque você não pode ser fraco, porque você não pode chorar, porque você não pode não sei o quê [...]” Dentro dessa bolha perfaz a figura da mulher militante forte que sabe responder nos momentos difíceis, que aglutina forças e respeita os princípios e a organicidade do Movimento. No entanto, esse tipo ideal projetado sobre a militante/dirigente é violento e é reflexo do próprio papel social desempenhado pela mulher na sociedade. Diante desse fato, Liu faz questão de referenciar o lugar da sua família: “Se minha família não serve pra ser meu ponto de apoio, então, peso? [...] Por isso que quando eu olho para tudo que eu fiz, todas as vezes que eu deixei Ludmila, remorso? Zero. Não tenho remorso nenhum. Sofrer? Se eu tiver que deixar João eu deixo tudo de novo. [...]”.

Na citação acima, Liu faz referência a João – seu segundo filho – fruto do seu relacionamento com seu companheiro Josemar Paixão. Ela conta que a gravidez de João<sup>183</sup> foi bem diferente da sua primeira gestação:

“[...] tá aí uma diferença, viu? De quando eu tive Ludmila e de quando eu tive João. João eu, eu decidi ter, então foi diferente. João eu planejei.” [...] eu vim ter João no momento que eu estava dirigindo já, mas **eu escolhi exatamente porque eu consegui encontrar segurança na minha coletividade**, nos companheiros e companheiras, que dividiam comigo a tarefa de ser dirigente [...]. (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

<sup>183</sup> Ao ser perguntada sobre se haveria alguma associação direta entre a escolha do nome do seu filho com o nome do seu pai, ela foi direta ao afirmar: “Não, pior que não. João, João é João, porque a gente tava procurando um nome, por incrível que pareça, eu sou uma pessoa que tenho fé e na igreja, eu fui na igreja um dia para procurar um nome e eu achei que tinha que ser João Lucas, foi como se fosse para eu resolver, porque eu não, por um tempo eu não pronunciava esse nome João”. (Entrevista com Liu, 02/02/20).

### Fotografia 17 – Liu grávida de João



Foto: Reprodução/Facebook – Legenda da foto: Agora é esperar-te meu amor!  
João Hugo minha outra metade...

Refletindo mais sobre esse lugar de segurança tanto na família quando no MST, Liu aponta que esse cenário atual tem sido marcado por uma fase em que há mais apoio e solidariedade entre os pares: “nós fomos pra uma fase em que a gente se apoia mais.” O apoio feminino e a importância em falar das mulheres e para as mulheres foi sendo potencializado no decorrer de toda entrevista:

[...] Quando a gente vê uma mulher [...] e a gente se vê nela é mais fácil pra gente, né? Porque a gente começa a saber que nós não somos a primeira e que é possível, é um caminho difícil, mas possível. Então por isso que pra nós é tão importante a gente falar das mulheres, né? Então agora no nosso caderno [...] do setor vai sair com a história de Roseli, de Margarida Alves e nós já estamos organizando para sair a história de Maria Felipa. Porque nós queremos que a gente olhe pra as coisas nossas e a gente, a gente enxergue por essas mulheres a possibilidade de avançar, né? (Entrevista com Liu, 03/02/20).

Aliada a representação e a presença dessas figuras femininas, ela ainda faz questão de ressaltar a importância da presença masculina nesse processo – ao mesmo tempo que elas se

ajudam e são ajudadas é preciso também caminhar ao lado do companheiro – apontar os erros e as ações machistas – e ir criando novas formas de solidariedade que façam da palavra de ordem: “Quando uma mulher avança nenhum homem retrocede” – uma ordem prática. Este e outros desafios se apresentam de forma muito intensa na sua gestão atual:

[...] O maior desafio nesse momento é manter nossa unidade política e o enfrentamento ao latifúndio, que é da natureza do nosso Movimento. [...] é continuar sendo o movimento altivo que nós sempre fomos. Então, é se colocar diante do nosso inimigo de pé, de cabeça erguida e com muita disposição de luta. (Entrevista com Liu, 03/02/20).

Para Liu, a arma para travar a luta contra os inimigos é o diálogo. Dessa forma, seria imprescindível que o Movimento produzisse uma narrativa capaz de convencer as pessoas sobre a necessidade de rediscutir a propriedade privada (da terra e dos corpos femininos), a reforma agrária e o sistema fundiário do Brasil. Temas esses que, a princípio, pareciam estar superados, mas que, diante desse contexto de retrocessos tem se colocado na ordem do dia:

Eu acho que o governo de Bolsonaro é um momento de retrocesso, né? No estado democrático de direito, mas, [...] a gente precisa redesenhar nossa estratégia de luta, porque o nosso inimigo se reencorpou, ele se reorganizou. [...] Nós estávamos achando que [...]tava lutando contra o neoliberalismo e agora nós estamos fazendo a luta contra o ultraliberalismo [...] e com características fascistas. [...] Se eles resolverem nos eleger como inimigos nós não podemos decepcioná-los. Então essa é a nossa perspectiva, não decepcionar e nós mesmos queremos estar nesse lado do inimigo, porque nós queremos mesmo ser o oposto [...] de quem faz essas coisas que o governo Bolsonaro faz com os trabalhadores e com as trabalhadoras. Então a nossa proposta de sociedade é mesma contrária a proposta que eles têm de sociedade, de Estado, então a gente sabe que não vai ter arrego e pra isso a gente tá se organizando, né? A gente vem se organizando há muito tempo nessa luta pela terra, mas nós sabemos que é fundamental a unidade, não só unidade política entre nós, mas também a unidade com conjunto de mulheres e homens que fazem a luta política, a luta partidária também, né? Com as pessoas que acreditam nas instituições, ainda. [...]. Pra mim, **esse governo Bolsonaro tem que ser uma transição pra nós também radicalizarmos, radicalizarmos a esquerda, trazer de volta o socialismo para o debate. Por que que a direita não tem vergonha de ser extrema-direita? Por que nós vamos ter vergonha de ser socialistas?** E ser socialista pensando o socialismo do Século 21, o socialismo que nós queremos construir e não é um socialismo impossível de mudar. É sabendo que todo o projeto de sociedade se for pensado pela nossa geração é pensado do nosso ponto de vista, mas que precisa ter margem para as gerações seguintes, então, acho que é essa transição. O governo Bolsonaro joga na nossa cara a pergunta: por que temer ser socialista? (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

A avaliação da conjuntura atual e a necessidade do Movimento em criar outras possibilidades de ações estratégicas para combater o inimigo e não decepcioná-lo é central para continuarem a existir. Dessa forma, a unidade política de classe e de gênero é apontada por ela como uma das saídas viáveis para alinhar o combate. E aqui parece residir uma proposta

eminentemente ousada e necessária: a radicalização da luta e o reforço da identidade do MST enquanto Movimento social que se pauta pela derrocada do sistema capitalista e construção de uma sociedade socialista:

Socialismo é a nossa utopia, é o nosso sonho, é o que me motiva. É o que nos faz recuar, avançar, acreditar. O socialismo é, em alguma medida, é quem rega a nossa esperança, porque nós temos fé que no socialismo nós teremos superado essas dificuldades, a exploração, a violência e o racismo, o machismo. Então, essa esperança de viver um mundo, em um mundo com homens e mulheres novos, que motiva a gente neste fazer. Então, como para mim por maior que seja o sonho ele não deve parecer impossível então eu prefiro me preparar pra viver no socialismo, pra construir esse socialismo. Porque tem uma parte que é de materialização concreta de transformar a sociedade, mas tem muito do socialismo que a gente vive nessa vida coletiva nossa no Movimento. [...]. (Entrevista com Liu, 03/02/20).

A fala final de Liu coincide, justamente, com a base de sustentação do Movimento e, conseqüentemente, com o próprio horizonte apontado por Beth e por Lucinha. Essa confluência identitária recoloca o socialismo como o “regador da esperança” e o feminismo como caminho de mudanças que propõe revoluções diárias capaz de subsidiar a efetivação do projeto socialista. É sobre a proposta de construção de um Feminismo Camponês e Popular que trataremos no capítulo seguinte.

**Fotografia 18 – Liu com a família**



Foto: Reprodução/Facebook

**Figura 4: Breve resumo dos cargos ocupados por Liu**

Elaboração própria.

## **CAPÍTULO 5 - A MULHER QUE BROTA DA LUTA COLETIVA E O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR**

A escrita desse capítulo é, ao nosso ver, uma proposta de confluência das trajetórias de vida de Lucinha, Beth e de Liu que, diretamente, nos levam a desembocar no amadurecimento do feminismo e na conseqüente construção coletiva do Feminismo Camponês e Popular (FCP). Apesar de entendermos que essa pauta não é prioridade do Movimento: “Isso não é um consenso ainda entre nós, assim do ponto de vista... Não é que não é consenso a mudança, não é que não é consenso que precisa do debate, mas é que às vezes ainda não é prioridade...” (Entrevista com Beth, 30/01/20). Boa parte das mulheres do Movimento, especialmente nos últimos anos, tem reivindicado e defendido essa identidade feminista de maneira contundente. Fruto de um intenso processo de negociação, de disputas, de contradições internas e de um amadurecimento político coletivo, o FCP se apresenta hoje como um dos principais instrumentos de luta das mulheres do MST.

A leitura analítica proposta para esse capítulo não é e nem se propõe a ser uma síntese consumada do FCP justamente por entendermos que esse feminismo está em construção e em constantes reacomodações dentro do próprio Movimento. Dito isso, apresentaremos como proposta central fornecer uma tentativa de captura das principais nuances e influências que caracterizam o FCP. Ao fazer isso, utilizaremos as narrativas de Liu como principal aporte teórico. Essa escolha deve-se a três fatores: primeiro por entender que, dentre as sujeitas dessa pesquisa, ela se apresenta como a principal interlocutora do FCP, segundo por que, enquanto dirigente nacional, a subjetividade política presente nas suas narrativas nos fornece uma potência analítica que mobiliza a estrutura do próprio Movimento e, por fim, por que acreditamos que essas mulheres (aqui representadas por Liu) – aliada a outros movimentos de mulheres camponesas – têm construído coletivamente um saber feminista pautado nas suas experiências de serem mulheres camponesas no mundo agrário de um país neocolonial que não realizou a reforma agrária e que ainda se estrutura por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser. Assim, ao compreender as nuances que “dão vida” ao FCP fizemos uma escolha teórica analítica: investigá-lo sob a perspectiva do feminismo decolonial – perspectiva essa também adotada pela CLOC-Via Campesina. Esse ponto de partida para análise não deixa de reconhecer que outras leituras podem ser realizadas e que frente a esta escolha está a potência do MST em ser ele próprio contra-colonial.

Antes de adentrar nessa discussão central, faremos duas abordagens preliminares: a primeira visando apresentar uma breve análise histórica sobre o feminismo no Brasil. Nessa

sessão não caberá fazer um recorte em termos histórico-cronológicos do Movimento, mas, fazer uma síntese analítica das ondas que o caracterizaram. A segunda abordagem será destinada a pensar a construção de epistemologias feministas outras que buscam descentralizar o eixo epistemológico hegemônico e a possibilidade de se pensar, como colocado por Marlise Matos (2010) uma quarta onda do feminismo no Brasil.

### 5.1 – Breves considerações sobre o feminismo no Brasil

Como um movimento sociopolítico e cultural, o feminismo surge em meados do século XIX no bojo das lutas que se desenvolveram especialmente nos países europeus<sup>184</sup>. Sob uma perspectiva geral, esse movimento passa a influenciar as mulheres latino-americanas já no início do século XX. Dentro dessa conjuntura e com o intuito de fazer um breve panorama histórico, recuperaremos, sob linhas gerais, as principais reivindicações, agendas e contribuições do Movimento feminista brasileiro através do que convencionou-se chamar de ondas. Importante ressaltar que o uso da noção de ondas serve para ordenar a realidade a partir das principais tendências e demandas do Movimento feminista, no entanto, essa noção não desconsidera as contradições e diversidades do campo social e, por isso, não deve ser analisada sob um viés limitador.

Segundo Pinto (2003, 2010), é possível falar na existência de três ondas do feminismo brasileiro: a *primeira onda* estaria diretamente relacionada com as reivindicações pelo direito ao voto e a participação na vida política tendo como inspiração o movimento sufragista europeu e estadunidense. Àquela época, “as Constituições latino-americanas do século XIX sequer proibiam o voto feminino, pois o título de cidadão era somente dado aos homens” (TELLES, 1999, p. 40). No Brasil, a Constituição de 1891 considerava cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil e eleitores os homens maiores de 21 anos. Essa primeira fase do feminismo no Brasil<sup>185</sup> manteve o foco na luta pela garantia dos direitos políticos<sup>186</sup> e não identificou a posição de exclusão e opressão da mulher como consequência do patriarcado. No geral, foi organizada por mulheres educadas ligadas às classes médias e altas, muitas vezes funcionárias

---

<sup>184</sup> Essa assertiva, no entanto, não nega a existência de mulheres feministas antes da institucionalização do Movimento Feminista propriamente dito.

<sup>185</sup> Vale chamar a atenção para o movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na “União das Costureiras, Chapelceiras e Classes Anexas” (PINTO, 2010, p. 16)

<sup>186</sup> Para além do voto, discutiam outras questões relativas à condição feminina, como a educação igualitária e o direito ao divórcio.

públicas e professoras e teve como liderança central a bióloga Bertha Lutz<sup>187</sup>. Ao lado desse feminismo, bem comportado e elitista, Celi Pinto ressalta ainda que surgiu um feminismo anarquista e operário, na efervescência do movimento trazido, em grande parte, por imigrantes italianos.

A *segunda onda* emerge diante de uma luta duríssima contra o capitalismo estatista ditatorial militarizado<sup>188</sup> que se intensificou em 1968 por meio do Ato Institucional nº5 (AI-5). Esse período foi marcado pela repressão da luta política legal com a extinção dos Partidos Políticos (1966 através do artigo 18 do AI-2), perseguição ao movimento sindical e a todos os grupos que se opunham ao governo ditatorial. Vários grupos, para continuarem a existir, tiveram que aderir à clandestinidade. Nesse bojo de intensa perseguição política<sup>189</sup>, as associações e organizações<sup>190</sup> de mulheres – que eram vistas com intensa desconfiança pelo governo “por entendê-las como política e moralmente perigosas” (PINTO, 2010, p. 17) voltaram a tomar impulso, especialmente, em 1975<sup>191</sup> resultando em maior articulação entre elas na esfera pública. Em suma, essa segunda onda caracterizou-se, como uma resistência contra a ditadura militar e também contra a hegemonia masculina, a violência sexual e a favor dos direitos reprodutivos e das discussões acerca da sexualidade. Era composta, em suma, por

---

<sup>187</sup> Bertha Lutz, filha de uma enfermeira inglesa e de um dos mais importantes cientistas brasileiros de seu tempo, Adolfo Lutz, teve uma condição muito específica, que definiu sua trajetória: a de pertencer a duas elites ao mesmo tempo, a econômica e a intelectual. Estudou em Paris, onde entrou em contato com as sufragistas, formando-se em biologia na Sorbonne. Ao retornar ao Brasil, passou a exercer o cargo de bióloga por concurso público no Museu Nacional. Bem mais tarde, em 1934, formou-se em Direito, tendo também uma grande atuação nessa área. (PINTO, 2003, p. 21-22). Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro. (PINTO, 2010, p. 16).

<sup>188</sup> Esta é também uma das maiores características distintivas (e não banal) dos feminismos latino-americanos, em relação aos femininos de matriz europeia ou anglo-saxã: o seu enraizamento nas lutas contra os estados militarizados e ditatoriais (MATOS, 2010, p. 80). Essa percepção também é ressaltada por Celi Pinto: “Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, o cenário era marcado por “grande efervescência política, de revolução de costumes, de radical renovação cultural [...] no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte. (PINTO, 2003, p. 43).

<sup>189</sup> No Brasil, algumas mulheres já se encontravam de certa maneira organizadas - com muitas dificuldades, é claro. Com a repressão política nas fábricas e nos sindicatos, os bairros populares de periferia transformaram-se em espaços de resistência, estimulados pelas mulheres, que constituíam a própria vida desses bairros (TELES, 1999, p. 84).

<sup>190</sup> O Movimento do Custo de Vida ficou conhecido nacionalmente por ter sido o primeiro movimento popular e de massas após o AI-5. No início, o Movimento era dirigido por mulheres da periferia (que ergueram suas vozes contra a carestia e pelas creches) e por setores da Igreja. Mais tarde mudou seu nome para Movimento contra a Carestia e nessa época já se encontrava principalmente sob a direção de sindicalistas e de agrupamentos políticos de esquerda (TELES, 1999, p. 78). Em 1968 [...] formou-se uma comissão de mães pela libertação de seus filhos. Essa iniciativa foi o embrião da luta pela anistia (TELES, 1999, p. 82). Esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos, na medida em que as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade (PINTO, 2003, p. 44).

<sup>191</sup> Por iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas) o ano de 1975 foi considerado o Ano Internacional da Mulher (PINTO, 2003, 2010).

feministas exiladas, militantes de partidos políticos e estudantes universitárias. A *terceira onda*, pode ser caracterizada como uma espécie de “feminismo difuso” e está associada a participação das mulheres nos processos de redemocratização, na ênfase nos processos de institucionalização e na discussão das diferenças intragênero. A conjuntura dos anos 80 pautada, em suma, pela redemocratização propiciou a efervescência na luta pelos direitos das mulheres<sup>192</sup>: “há inúmeros grupos<sup>193</sup> e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais” (PINTO, 2010, p. 17). Além disso, a autora sinaliza ainda que essa fase é caracterizada também por uma aproximação construída junto ao Estado e institucionalização do movimento por meio do surgimento de ONGs que tratavam sobre questão das mulheres. As características centrais que moldaram essa terceira onda servirão de base para se pensar, posteriormente, uma possível existência de uma quarta onda do feminismo brasileiro.

A partir dessa breve exposição, é possível advogar que o debate sobre feminismo ganha evidência especialmente nos anos 70 fruto de uma nova agenda social que compôs o que convencionou-se chamar de Novos Movimentos Sociais (GOHN, 1995).

Nesse sentido, os primeiros grupos feministas, segundo Celi Pinto (2003), começaram a surgir em 1972 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Eles eram formados, em suma, por mulheres brancas, intelectuais de esquerda, de classe média alta e profissionais. No entanto, é preciso assegurar que, durante esse período, as mulheres que não pertenciam a esse status social e racial (como, por exemplo, as mulheres negras, periféricas e camponesas) e que não se viam representadas nas suas diferentes camadas de opressão, começaram a se organizar mais ativamente. As mulheres camponesas passaram a se organizar na esfera religiosa especialmente através da CPT e das CEBs que incentivaram o engajamento feminino no espaço público e, mesmo que de forma indireta, proporcionou a elas uma visão feminista pautada na crítica ao catolicismo oficial (MACHADO & MARIZ, 1997). Nesse sentido, “as CEBs passam a ser sementeiras de movimentos sociais populares” (NETO, 2012, p. 70) constituindo-se como um espaço que aglutinava o conforto espiritual, a crítica social e o aprendizado sobre os direitos no campo. Era, portanto, um pilar para àquelas/es que, destituídos de estudos básicos, conseguiam

---

<sup>192</sup> Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional (PINTO, 2010, p. 17).

<sup>193</sup> Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (PINTO, 2010, p. 17).

abrigo nas palavras bíblicas<sup>194</sup> – frequentando as novenas e as missas – e, nas lutas diárias – participando de aulas de organização e de mobilização (SCOLESE, 2008). Já a organização das mulheres negras brasileiras

que amadurece na década de 80, é fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista e é também o espaço de tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes da urgência das demandas [...] Essa tensão entre o movimento de mulheres negras e o feminismo, “que faz uma leitura do cotidiano e do imaginário das mulheres de classe média”, é contemporânea à crítica ao modelo de identidade feminina universal abstrata que se instaura no interior do feminismo mediante as vozes de outras mulheres que não se sentiam representadas por essa identidade. (MOREIRA, 2007, p. 3-6).

Apesar desses conflitos, Núbia Moreira ressalta que “é o feminismo que vai dar sustentação político-prática às organizações das mulheres negras” (2007, p. 5). Essa percepção ganha espaço também nos processos organizativos de mulheres camponesas (tanto em movimentos mistos como em movimentos só de mulheres) especialmente, a partir dos anos 90. Nesse contexto, crescem as lutas sociais que culminam em acúmulos sociais organizativos e, com isso, nascem muitas organizações e articulações como a CLOC que, caracteriza-se como uma organização popular, camponesa, indígena e negra de resistência e enfrentamento ao capitalismo neoliberal, ao imperialismo norte-americano e as lutas pelo fim das ditaduras em todo continente. Essas associações, segundo Deere (2018) “habían comenzado a indagar en las cuestiones de género, incluido el derecho de la mujer a la tierra, y a afrontar las limitaciones estructurales de la participación de la mujer en sus organizaciones” (DEERE, 2018, p. 53). As indagações e o enfrentamento às suas organizações vão além ao propor uma leitura própria das realidades em que estão imersas. Trataremos esse processo na próxima sessão.

## **5.2 - Epistemologias Sul-Sul, perspectivas transnacionais e a possibilidade de emergência de uma quarta onda do feminismo brasileiro aliado a decolonialidade e ao debate da agroecologia**

Atualmente, as forças produtivas do capitalismo no campo têm sido demarcadas pelo avanço incontestável do agronegócio como uma política de governo que se apresenta a partir de uma verdade dominante. Diante desse fato, Maria Cristina Tarrega afirma:

---

<sup>194</sup> As “[...] lutas fortaleceram as CEBs, que continuaram a ser locais de reflexão e comunhão, pois caminhavam junto com diversos outros movimentos sociais do povo pobre. (...) isso seria o crescimento do Reino de Deus para que os povos adquiram dignidade, justiça, bem-estar e sejam participantes da vida social e política. Esse seria o sentido da libertação que Jesus havia anunciado” (BALDUÍNO, 2006 apud NETO, 2012, p. 70).

No mundo da agrariedade, a verdade universal hegemônica masculina é aquela do agronegócio. A concepção binária reproduz essa ideia. O agronegócio, a exportação, a produção de commodities - isso é a verdade dominante, o político, o masculino. É a verdade da propriedade capitalista, numa perspectiva epistemológica naturalizada. O mundo dos camponeses, das mulheres camponesas, dos povos tradicionais, da agricultura agroecológica, dos extrativismos tradicionais é considerado universo de modelos periféricos frente à grande verdade do “agro” discutida nas esferas internacionais de negociação, interferente nos sistemas econômico, creditício e monetário mundiais. O espaço de existência da camponesa é aquele produzido e excluído pela violência dos esquemas neocoloniais capitalistas (TARREGA, 2019, p. 90-91)

Essas expressões não hegemônicas, periféricas e de importância marginal para o sistema capitalista, apresentam a face e o corpo da mulher camponesa como parte significativa do intenso processo de violência e opressão deste sistema mundo moderno/colonial/patriarcal. Compreendendo e ao mesmo tempo questionando essa posição de subalternidade, essas mulheres se propuseram a abrir caminhos para discutir uma epistemologia feminista<sup>195</sup> capaz de refletir as experiências e vivências de ser mulher camponesa no Sul global. Para Linda Alcoff (2016),

A epistemologia tem sido a teoria protocolar para o domínio da discursividade no ocidente, situada numa posição de autoridade que lhe permite um julgamento bem além dos ciclos filosóficos. A epistemologia presume o direito de julgar, por exemplo, o conhecimento reivindicado por parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e até mesmo relatos de experiência em primeira pessoa de todos os tipos. É realístico acreditar que uma simples “epistemologia mestre” possa julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais? As reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social (ALCOFF, 2016, p. 131).

Diante dessas ponderações, a autora reflete sobre a necessidade de se pensar outros saberes que estão relacionados, em suma, com as experiências daquelas e daqueles que são constantemente ignoradas. Trazendo essa reflexão para o contexto brasileiro, podemos pensar o “saber das mulheres de terreiro, das Ialorixás e Babalorixás, das mulheres do movimento por luta por creches, lideranças comunitárias, irmandades negras, movimentos sociais, [...] outras geografias de razão e saberes” (RIBEIRO, 2017, p. 27). No bojo dessas outras geografias de razão e saberes apontado por Djamila Ribeiro é pertinente abarcar o saber, o lugar da ruralidade,

---

<sup>195</sup> Segundo Luis Felipe Miguel (2014, p. 25-26), o estilo ensaístico de *O Segundo Sexo* permite que, na construção do argumento, sejam mesclados dados estatísticos, experiências pessoais, análises sociológicas e depoimentos de pessoas próximas, bem como inferências mais fundamentadas ou mais intuitivas, baseadas na literatura de ficção, no discurso da mídia ou em trabalhos acadêmicos. Sem que fosse intenção expressa de Beauvoir, com isso ela abriu caminho para a discussão a respeito de uma epistemologia feminista distinta da epistemologia dominante, masculina.

do ser Sem Terra e ser feminista trazido pelas mulheres camponesas do MST. Esse movimento contrário tende a desestabilizar e transcender a função normativa da epistemologia hegemônica, já que,

A função normativa da epistemologia diz respeito não apenas à questão de como o conhecimento é produzido, de quem é autorizado a produzir<sup>196</sup>, de como a presunção de credibilidade é distribuída e de como os objetos de investigação são delineados. Mais do que isso: diz respeito à forma como o conhecimento deve ser produzido, a quem deve ser autorizado, à forma como a presunção de credibilidade deve ser distribuída e à forma como podemos ganhar alguma influência politicamente reflexiva sobre as delimitações da ontologia (ALCOFF, 2016, p. 133).

Além das marcas significativas de gênero e classe, essa epistemologia crível revela também, dentro da dimensão de poder, a classificação racial da população como resultado dessa hierarquização (KILOMBA, 2019, GONZALES, 1984, BAIROS, 2000; CARNEIRO, 2003a; RIBEIRO, 2017). Buscando estremecer as bases canônicas que se fundamenta essa epistemologia hegemônica e compreendendo que o conhecimento feminista não deve ser construído a partir de esquemas abstratos, mas com base nas diversas experiências dos sujeitos sociais é que muitas autoras feministas e autores têm buscado fomentar uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico (KILOMBA, 2019; MIGUEL, 2014). Esse é o caso, por exemplo da teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint*):

Segundo essa teoria a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. [...] De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada (BAIROS, 2020, p. 211).

Ao reivindicar essas experiências historicamente determinadas é que o feminismo latino-americano tem buscado, cada vez mais, aliar essa perspectiva com o pensamento

---

<sup>196</sup> A perspectiva apresentada por Linda Alcoff é ratificada por Grada Quilomba no livro “*Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*”. Ela aponta que: “[...] os conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens?” (QUILOMBA, 2019, p. 50). No centro acadêmico estariam aqueles que são autorizados a falar e são representados pelo saber que se diz científico, universal, objetivo, neutro, racional, imparcial, pautado em fatos e, em oposição a esse centro, está a margem caracterizada como aquelas/aqueles que produzem saber científico, específico, subjetivo, pessoal, emocional, parcial, baseado em opiniões e em experiências (KILOMBA, 2019).

decolonial ou pós-colonial com o objetivo de privilegiar o ponto de vista das mulheres do Hemisfério Sul. Tais perspectivas têm sido moldadas por mulheres negras, camponesas, indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, entre outras com o intuito de construir suas próprias narrativas:

[...] porque o feminismo não é uma coisa pra contar história, mas é pra decidir como é que a gente quer fazer a história. [...]. Tem diversas companheiras nossas que fala um monte sobre feminismo e que quando você pergunta pra elas: O que é feminismo? É comum elas responderem assim: ("eu não sei, não"), é comum. Mas é muito, é muito engraçado, é muito interessante quando a gente vai no acampamento, nos assentamentos, e a gente conversa com aquelas senhorinhas que participaram do processo de ocupação e **você começa a ouvir a história do assentamento a partir do ponto de vista delas** e você começa a ver como elas foram enfrentando as contradições mesmo desse processo e como a gente vai se vendo na história de cada companheira. Como a gente vai percebendo o que é o componente desse fazer de cada companheira no assentamento, ou no acampamento, que forja esse conteúdo coletivo que nós temos. [...]. (Entrevista com Liu, 02/02/20, grifos nossos).

A possibilidade de poder decidir como fazer a história está pautada, justamente no processo de valorização do ponto de vista das companheiras e no próprio reconhecimento a partir da linguagem proferida e da narrativa construída coletivamente. Esse sentimento coletivo reverbera no espaço local, estadual e nacional e tende a traspasar as fronteiras nacionais fazendo um movimento dialógico entre essas mulheres camponesas imersas nos territórios latino-americanos. É, portanto, a partir dessa assertiva que vislumbramos a possibilidade de se pensar, nos termos colocados por Marise Matos (2010), uma quarta onda recente do feminismo no Brasil e, talvez, na América Latina “que está assentada numa perspectiva descolonial e crítica ao feminismo hegemônico do norte global (MATOS; PARADIS, 2014, p. 60). Para Matos (2010) a quarta onda pode ser demonstrada a partir desses quatro pontos:

1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da elaboração, implantação e tentativas de monitoramento e controle de políticas públicas para as mulheres que tenham claramente o recorte racial, sexual e etário, bem como a busca do poder político, inclusive o parlamentar; 2) da criação de novos mecanismos e órgãos executivos de coordenação e gestão de tais políticas no âmbito federal, estadual e municipal; 3) dos desdobramentos oriundos da institucionalização, com a criação de organizações não-governamentais (ONGs), fóruns e redes feministas e, em especial, sob a influência das inúmeras redes comunicativas do feminismo transnacional e da agenda internacional das mulheres; e, finalmente, e ainda mais importante, por meio de 4) um novo *frame* para a atuação do feminismo, desta vez numa perspectiva trans ou pós-nacional que deriva daí um esforço sistemático de atuação em duas frentes concomitantes: uma luta por radicalização anticapitalista, por meio do esforço de construção da articulação entre feminismos horizontais, e de uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul (MATOS, 2010, p. 69).

De forma geral, essa quarta onda evidencia a interseccionalidade como um dos aportes centrais para se pensar esses feminismos, propõe uma articulação entre os feminismos e o Estado<sup>197</sup> pautando-se, por exemplo, na criação de Mecanismos Institucionais de Mulheres<sup>198</sup> (MIMs), de conselhos gestores e de organismos de políticas para as mulheres (OPMs) especialmente a partir dos anos 2000 “como uma estratégia orquestrada e reflexiva das mulheres brasileiras de despatriarcalização do Estado brasileiro” (MATOS; PARADIS, 2014, p. 68); concebe a atuação nos meios de comunicação digital<sup>199</sup> como uma das principais formas de ativismo social<sup>200</sup> possibilitando a existência de um novo lugar de fala (TOLEDO, 2017; RIBEIRO, 2017) e viabiliza a projeção e a ocupação (parcial) de cargos públicos no âmbito do Poder Executivo e Legislativo.

Diante dessas características (itens 1, 2 e 3), quero me ater, de forma mais específica, ao item quatro. Essa última característica do que poderia ser denominado quarta onda do feminismo brasileiro guarda estreitas relações com a proposta que vem sendo construída via articulação entre as mulheres camponesas expressadas, especialmente, pela CLOC/Via Campesina<sup>201</sup> dentro do contexto latino-americano. Tais articulações estão intimamente relacionadas com a eclosão dos movimentos ambientalistas que, ao lado do movimento feminista passaram a compor a esteira dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 1995). Os movimentos ambientalistas emergem nesse cenário problematizando, por um lado, o contexto global de degradação ambiental provocado pelo modelo agrícola trazido pela Revolução Verde, como: erosão do solo, desertificação, desmatamento, poluição por uso de agrotóxicos, perda de biodiversidade e efeito estufa e, por outro, apresenta um debate pautado no crescimento das experiências de Agricultura Alternativa, como: agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura biológica e etc. (ALTIERI, 2004; BERNAL & MARTINS, 2015).

---

<sup>197</sup> A maior institucionalização do movimento feminista por vezes é considerada como uma característica da terceira onda (MATOS, 2014).

<sup>198</sup> Os mecanismos institucionais de mulheres (MIMs) [...] são entendidos como os órgãos encarregados de coordenar e/ou implementar as políticas direcionadas às mulheres (PARADIS, 2013, p. 1).

<sup>199</sup> O uso em massa de redes sociais e da tecnologia, tem provocado “um ativismo amplamente digital (como o – feminismo de hashtag); aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo, como a nova visibilidade da questão trans e da gordofobia, por exemplo; e, por fim, novos ativismo em torno de questões ainda não resolvidas, mas já levantadas em outros momentos do feminismo: violência (estupros coletivos, assédio em transportes) (PEREZ & RICOLDI, 2018, p. 6).

<sup>200</sup> Para Toledo (2017), a sororidade e o questionamento acerca dos padrões de beleza feminino são duas outras características evidenciadas nessa quarta onda.

<sup>201</sup> Em 1993 é criada a Via Campesina, um movimento internacional que aglutina diversas organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas dos cinco continentes (<https://mst.org.br/nossa-historia/88-93/>).

Esse movimento é reforçado com o processo de redemocratização que propicia o retorno dos movimentos camponeses a cena pública e os debates sobre as questões sociais, políticas e agrárias vão se complexificando à medida que importantes atores sociais aderem à luta ambiental e reforçam o fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento agrícola em promover um crescimento equânime e sustentável<sup>202</sup> (ALTIERI, 2004). Dentro dessa conjuntura, o conceito de agroecologia<sup>203</sup> vai se firmando enquanto estratégia produtiva sustentável e, a partir dos anos 2000, começa a ser apropriado pelos movimentos sociais de luta pela terra ligados à Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Para Beth, esse movimento de aproximação com a agroecologia está ligado diretamente com a construção de um projeto de reforma agrária popular:

É uma reforma agrária que vai para além da questão fundiária. Qual é o principal eixo da reforma agrária popular, dentro da nossa condução agora? É exatamente propor pra sociedade que o campo precisa continuar a existir, **que é no campo que se produz a existência, através da produção de alimentos, e que esses alimentos tem que ser alimentos saudáveis, por isso o debate da agroecologia** e que não é apenas uma questão de quem produz o alimento. Toda a sociedade tem que tá envolvida. Então, por isso, que ela tem o caráter de ser popular, não é mais um problema dos Sem Terra ou do agricultor familiar, a questão de produzir comida, de produzir a existência, de produzir meio ambiente saudável é questão da humanidade. A humanidade tem que acordar pra isso. Então, nós temos que envolver todos, tem esse viés da gente envolver todos. Não é só os Sem Terra que tem que plantar árvores. Nós vamos ajudar a plantar árvores, mas a humanidade precisa ajudar a plantar árvore (Entrevista com Beth, 31/01/20, grifos nossos).

Dessa forma, esses movimentos

[...] entendem a agroecologia como uma estratégia de luta em prol da justiça socioambiental, sendo essa uma de suas principais bandeiras de luta. Nesse sentido, a agroecologia torna-se um campo de saberes e práticas integradas que se constitui tanto como tecnologia, quanto como movimento social passando a representar um paradigma de produção agrícola que visa a reduzir o impacto socioambiental da produção de alimentos, valorizando os conhecimentos tradicionais e o campesinato

---

<sup>202</sup> O conceito de sustentabilidade é controverso e quase sempre mal definido; apesar disso, é útil, pois reconhece que a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais, isto é, o desenvolvimento agrícola resulta da complexa interação de muitos fatores. A produção agrícola deixou de ser uma questão puramente técnica, passando a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas (CONWAY E BARBIER, 1990 apud ALTIERI, 2004, p.20).

<sup>203</sup> Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (Altieri, 1987). A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes (ALTIERI, 2004, p.23).

enquanto sujeito e forma de organização social (MARCOS, 2007). (COSTA, 2020, p. 286).

A incorporação da agroecologia nas pautas de vários movimentos sociais de luta pela terra no Brasil e na América Latina passou a receber importante apoio dentro do debate feminista travado, especialmente, pelas mulheres do campo, da floresta, das águas, indígenas, negras e de populações tradicionais. Neste cenário, o setor nacional de gênero do MST, o MMC, a Marcha das Margaridas e o grupo de trabalho de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) começam a introduzir nas suas pautas e demandas a agroecologia como alternativa ao desenvolvimento agroc capitalista (COSTA, 2020).

Esses diálogos trans nacionais produzidos pela CLOC/Via Campesina com esse conjunto de movimentos têm fomentado o protagonismo feminino e produzido novas formas de luta e de reflexões acerca da relação gênero e meio ambiente. Dentre essas formas de luta podemos identificar, por exemplo, o ecofeminismo<sup>204</sup> e o FCP como estratégias de resistências decoloniais.

O feminismo decolonial, emerge a partir de um movimento iniciado por ativistas e teóricas feministas latino-americanas, ao propor uma revisão crítica epistêmica a partir da teoria decolonial<sup>205</sup>. Nesse sentido, apontam uma análise que mostra a relação tácita entre o sistema colonial e de gênero além de tecer críticas ao universalismo implícito nos feminismos do Norte global (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014). O termo feminismo decolonial foi proposto pela socióloga e ativista argentina María Lugones (2008) como forma de entender a constituição dos traços históricos da organização do gênero no sistema moderno/colonial, representado pelo dimorfismo biológico, pelo patriarcalismo e pela heterossexualidade compulsória, a partir dos processos de colonialidade de poder como uma forma de organização do gênero também em termos raciais (COSTA, 2020). A partir desse entendimento, Lugones (2014) ressalta que o sistema de gênero aparece quando o discurso moderno colonizador se constitui a partir da dicotomia fundadora colonial: a classificação entre o humano e o não humano:

---

<sup>204</sup> O ecofeminismo é uma vertente do movimento feminista que conecta a luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres com a defesa do meio ambiente e sua preservação (ROSENDO, 2015). Ver também: MIES, M; SHIVA, V. Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas. Barcelona: Icaria, 2007.

<sup>205</sup> El pensamiento feminista descolonial se reconoce emparentado con la tradición teórica iniciada por el feminismo negro, de color y tercermundista en Estados Unidos, con sus aportes a pensar la imbricación de la opresión (de clase, raza, género, sexualidad), al tiempo que se propone recuperar el legado crítico de las mujeres y feministas afrodescendientes e indígenas que desde América Latina han planteado el problema de su invisibilidad dentro de sus movimientos y dentro del feminismo mismo, iniciando un trabajo de revisión del papel y la importancia que han tenido en la realización y resistencia de sus comunidades (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p.8).

Necesariamente los indios y negros no podían ser hombres y mujeres, sino seres sin género. En tanto bestias se los concebía como sexualmente dimórficos o ambiguos, sexualmente aberrantes y sin control, capaces de cualquier tarea y sufrimiento, sin saberes, del lado del mal en la dicotomía bien y mal, montados por el diablo. En tanto bestias, se los trató como totalmente accesibles sexualmente por el hombre y sexualmente peligrosos para la mujer. "Mujer" entonces apunta a europeas burguesas, reproductoras de la raza y el capital. Lo humano mismo está dividido por dicotomías jerárquicas entre hombre (Europeo-después blanco-burgués en la metrópolis o en la Colonia) y mujer (europea-después blanca-burguesa en la metrópolis o en la Colonia.) El hombre, el ser humano superior en la jerarquía de género es un ser de razón, un sujeto, mente en vez de cuerpo, civilizado, público. Es el único ser al que se le atribuye la posibilidad de objetividad e imparcialidad que con el uso de la razón permite el alcance de verdades universales. No hay ni conocimiento ni saber que no sea la producción de la razón (LUGONES, 2012, p. 130-131).

A identificação e a classificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial (MIGNOLO, 2003) e se deu inicialmente com os nativos indígenas para, posteriormente, ser estendida aos africanos escravizados – todos vistos como não humanos, primitivos e sem gênero. Na categoria não humano,

a atribuição de gêneros está ausente, o que não chamou atenção dos autores decoloniais. É esse o passo à frente que deu nome ao feminismo decolonial: o gênero como elemento estruturante da colonialidade, como categoria criada pelo vocabulário colonial, e que não faz propriamente parte das dinâmicas pré-coloniais. (HOLLANDA, 2020, p.17).

A partir da centralização da categoria de gênero como elemento estruturante da colonialidade, a perspectiva feminista decolonial proposta por Lugones propõe que, ao invés de “pensar o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias, quero pensar o processo sendo continuamente resistido e resistindo até hoje” (LUGONES, 2014, p. 942).

Dentro dessa perspectiva, O FCP tem promovido uma agenda feminista do Sul global, que se propõe anticapitalista e aponta para a necessidade de centrar a resistência feminina, a prática e a teoria feminista nas particularidades dos seus lugares. Para Cecília Palmeiro (2017), o mais interessante desta quarta onda do feminismo é

que ela é tipicamente latino-americano, de base latino-americana. Não houve um país latino-americano que não aderiu à Greve Geral e ao Paro Interacional de Mulheres. Estávamos todas ligadas nas mesmas questões, crescemos muito com esse diálogo e conseguimos ampliar vozes que não tinham um lugar privilegiado no feminismo (PALMEIRO, 2017, p. 1).

Essas vozes foram sendo potencializadas pelos povos marginalizados e movimentos sociais da América Latina. Nesse contexto, tal como já ressaltado, a CLOC – Vía Campesina

(2010) iniciou um caminho sem precedentes, pautado no desenvolvimento do pensamento crítico, no reforço ao projeto socialista, na harmonia entre os seres humanos e a natureza, na construção do Bem Viver e no comprometimento com a decolonização. Essa tendência em curso de um novo *frame* do Sul global estaria articulada aos desafios contemporâneos do capitalismo e reforçaria o caráter anticapitalista e pós-neoliberal:

A América Latina a que aspiramos é uma compilação de convivência e solidariedade entre povos e culturas diversas, descolonizada, sem machismo ou racismo. Queremos uma América Latina comunicada, que reconheça e se reconheça na diversidade de formas de expressão e comunicação de nossos povos, com meios de comunicação nos quais se expressem as iniciativas dos nossos movimentos sociais e das propostas políticas de mudança. Para as mulheres rurais de nossa América, reunidas na metade do mundo, o reconhecimento dos direitos da Pachamama (Mãe Terra) e de nossos deveres para com ela, a afirmação da diversidade da economia como produtiva, a prioridade da reprodução da vida e não do capital, é uma realização significativa das reivindicações históricas das camponesas rurais, indígenas e afrodescendentes (CLOC – Vía Campesina, 2010, p. 1).

A proposta de uma América Latina integrada, solidária, diversificada e decolonial a partir de uma concepção feminista e socialista está fortemente vinculada a processos políticos, organizativos, de formação política e de lutas concretas que alterem a vida social, econômica e política da classe trabalhadora e particularmente das mulheres trabalhadoras.

A horizontalização dos movimentos feministas e a proposta de uma construção coletiva a partir do diálogo intercultural e intermovimentos pode ser evidenciada, ao longo dos anos 90 com o “descentramento saudável do feminismo latino-americano” e a transformação deste em um “campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo que abarca uma vasta variedade de arenas culturais, sociais e políticas” (ALVAREZ, 2000, p. 385-386). Com isso, essas lutas feministas desenvolvidas e teorizadas desde o Sul são concebidas neste trabalho a partir da perspectiva de Liliana Navaz e de Rosalva Castillo que compreendem o Sul “metafóricamente como un espacio político que se caracteriza por cuestionar las herencias de la dominación e imaginar otras cartografías de resistencia posibles” (NAVAZ & CASTILLO, 2008, p. 6). É nesse contexto que analisaremos o Feminismo Camponês e Popular como luta política, e estratégia de resistência e de enfrentamento anticapitalista engendrada nas vivências das mulheres do MST, a partir da articulação com outros movimentos de mulheres e do reconhecimento necessário em posicionar o debate de gênero e feminista desde uma perspectiva de classe e de raça e na luta de classes. Trataremos sobre esse ponto na sessão seguinte.

### 5.3 – “Sem feminismo não há socialismo!”: Feminismo hegemônico e a construção da sujeita feminista no MST a partir do Feminismo Camponês e Popular

De fato, a associação entre feminismo e MST parece ser muito recente e fruto de intensos debates, articulações, construções e desconstruções históricas. Foram vários os caminhos percorridos por essas mulheres até o reconhecimento de que as articulações políticas, as reivindicações, o protagonismo feminino e as lutas em torno do direito à terra, da produção agroecológica, da defesa e recuperação das sementes crioulas e contra todos os tipos de violência tinham vinculação direta com as pautas feministas.

No entanto, nem sempre foi assim. Buscando dialogar com o questionamento de Liu trazido em uma das citações anteriores: Por que temer ser socialista? Me vem um outro questionamento: Por que temer ser feminista? Durante muito tempo, as mulheres Sem Terra entendiam que o feminismo não era para elas. Essa percepção estava aliada a, pelo menos, dois componentes: Por um lado, “havia uma satanização do movimento feminista pela sociedade patriarcal e machista<sup>206</sup>” (MAZIOLI, 2019) incluso nesse ponto, havia ainda, como já ressaltado, o receio de que a pauta feminista pudesse fragmentar e dividir o Movimento e, por outro lado, a imagem da feminista era representada pelo movimento feminista hegemônico, a saber: branca, urbana, intelectual e com privilégio de classe. Apesar do intenso debate promovido pelas lideranças em conjunto com outros movimentos de mulheres camponesas, essas duas percepções ainda não foram totalmente superadas. Essa assertiva é corroborada com a resposta de Lucinha ao questionamento: “Você se considera feminista? Por que?”:

Sobre ser feminista, não sei, acho que tenho uma prática de afirmação do poder da mulher. Há uma luta das mulheres do campo muito intensa e nos últimos tempos com muitas elaborações próprias de uma vivência muito rica que precisa ser melhor observada e acompanhada por que é algo muito próprio do campo, das águas e das florestas (que pode não caber ainda em rótulos/definições atuais, mas por enquanto denominamos "feminismo camponês e popular") (Entrevista com Lucinha, 26/08/20).

Sua resposta parece mostrar como um feminismo vivido na experiência de ser uma mulher do MST é fruto de um jogo de análises subjetivas e coletivas, complexificações/críticas e negociações entre teoria e práxis. Além disso, apresenta também alguns resquícios de um padrão ainda presente tanto no que concerne ao conceito do feminismo e representação das feministas quanto com relação ao receio de divisão do Movimento ao enfatizar o feminismo e,

---

<sup>206</sup> Fala de Itelvina Maria Mazioli colhida durante o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra realizado em março de 2020. Todas as citações de Mazioli nesta sessão estão vinculadas a esse momento.

com isso, possibilitar a descentralização da luta classista. Nesse sentido, a fala de Lucinha – forjada inicialmente pela luta em um momento que o feminismo que se apresentava como possibilidade era este feminismo hegemônico – se distancia do posicionamento de Liu – que tem fomentado a construção deste movimento e a legitimação da identidade feminista dentro do MST. Esse distanciamento, no entanto, não pode ser confundido com indiferença ou negação desta proposta (como ela bem ressalta na sua fala) mas, pode ser entendido como fruto de uma geração que imputa e resguarda o caráter classista e a luta socialista como foco central para superação do capitalismo.

Ao falar sobre a representação da categoria mulher e do feminismo defendido por elas Liu apresenta a seguinte percepção:

Enquanto elas estavam debatendo feminismo nós estávamos cuidando dos filhos delas, nós estávamos produzindo o mingau, a comida dos filhos delas. Então e ninguém cuida dos nossos filhos, ou seja, no nosso feminismo precisa ter o componente do choro, da agonia das visitas nos presídios, é do choro pra os nossos camaradas presos injustamente nos processos de luta. [...] Então [...] a gente começou primeiro questionando (companheiras do MST)"esse negócio de feminismo não é pra nós não. Ah, quieta com isso, muito radical!"), que aí quando pau, pau, pau nos homens a gente começa a entender (companheiras do MST)" não, se a gente fizer assim nós tamos só lá no meio da roça"), aí a gente começou a sentir que não tava dando, não era ali pra nós, ou uma hora a gente passava a não entender o que estava sendo dito, o que estava sendo debatido, não conseguindo participar, então virava também um espaço de constrangimento. E a gente que já tímida, então a gente ao invés de ir pra os espaços fazer debate de feminismo e se sentir empoderada e se sentir uma mulher mais livre a gente voltava entendendo que (companheiras do MST)"Isso não é para nós. Ah, isso não é coisa pra mulher da roça, mulher sem-terra, não"). [...] (Entrevista com Liu, 03/02/20).

Esse modelo representado pelo movimento feminista hegemônico não retratava a realidade vivida e nem as demandas das mulheres camponesas, refletindo, com isso, esse “não-lugar” descrito por Liu. Nessa perspectiva, apesar de reconhecer a contribuição e protagonismo do Movimento feminista no processo de democratização do Estado, na esfera da conquista dos direitos formais da mulher, na identificação com as lutas populares (demandas por creches), nas lutas pela anistia, na centralização “das análises em torno do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista)”, evidenciando “as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres” (GONZALES, 2011, p. 12), na denúncia do caráter político do mundo privado, nas proposições de discussões acerca da sexualidade e na implementação de importantes políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero, combate à discriminação e a violência doméstica e sexual contra as mulheres (CARNEIRO, 2003a; GONZALES, 2011), Lélia Gonzales afirma que havia uma dificuldade em reconhecer a diversidade interna do movimento – omitindo e negligenciando a dimensão racial nas hierarquias de gênero. Assim,

ao propor uma universalização dos valores da cultura hegemônica (ocidental) para todas as mulheres, sem reconhecer os processos de dominação, violência e exploração sofrida por mulheres que não pertenciam a esse paradigma dominante, o movimento não dava conta de representar a grande maioria das mulheres latino-americanas e recaía “numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (GONZALEZ, 2011, p. 14) inserindo-se, portanto, numa perspectiva eurocêntrica e neocolonial. Corroborando com essa perspectiva, Susana de Castro (2020) ressalta que

Toda categorização envolve o pressuposto do modelo a partir do qual essa categoria é utilizada. A categoria “mulher” possui como modelo exemplar que lhe dá base de sustentação, ainda que não explicitamente, a mulher branca, burguesa e heterossexual e, quando aplicada às mulheres de cor, como hispânicas, as negras e as asiáticas, invisibiliza suas especificidades e tipos de opressão, pois são discriminadas tanto por serem mulheres quanto por serem racializadas (CASTRO, p. 148, 2020).

O duplo caráter de discriminação pautado nas suas condições biológicas – racial e sexual – “faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (GONZALEZ, 2011, p. 17). Ao analisar a questão de classe, Gonzáles ressalta ainda que as mulheres ameríndias e amefricanas estariam submetidas, na verdade, a um triplo caráter de discriminação, já que, são elas as principais representantes da classe proletária. Para Liu, essa tripla camada de opressão – interseccionadas a partir da classe, do gênero e da raça foram assim problematizadas pelo MST:

Então, na verdade, eu acho que entendendo a **luta de classes** é que o movimento entendeu que era necessário a gente fazer o debate de **gênero**. Porque como tá na nossa gênese que nós queremos a transformação da sociedade é por isso que nós lutamos, então, nós fomos entendendo que nós fomos historicamente margeados, nós somos o povo que descende de gente escravizada, se você observar a **população camponesa ela é majoritariamente negra**. Então a gente descende daí, né? Dos resquícios dos quilombos, então nós fomos excluídas da terra e continuamos até então excluídos da terra (Entrevista com Liu, 03/02/20, grifos nossos).

A compreensão do processo histórico colonial e escravagista que fundou a nação brasileira e estabeleceu o cerne da desigualdade e da exclusão social através do massacre dos povos originários, da escravização dos povos africanos e da efetivação da estrutura fundiária através da Lei de Terras de 1850 – pensada para excluir o povo preto, os povos originários e os trabalhadores rurais da terra é o eixo central da fala de Liu.

A partir dessa dimensão neocolonial, multirracial e pluricultural que se formou o Brasil percebemos que o viés eurocentrista, vigente no feminismo brasileiro, projetou um silenciamento pujante nas outras formas de opressão para além do sexismo. Essa assertiva é

inegável quando revisitamos as pautas mais difundidas pelo movimento acerca do mito da fragilidade da mulher, da “rainha do lar” e da garantia das mesmas oportunidades no mercado de trabalho para homens e mulheres – de qual mulher se fala? (CARNEIRO, 2003b).

Diante da fala de Liu e da percepção apresentada por Sueli Carneiro fica claro que as demandas apresentadas pelo movimento feminista não contemplavam a realidade das mulheres negras, periféricas, camponesas, quilombolas, indígenas, da floresta, quebradeiras de coco, marisqueiras, trabalhadoras da classe popular e etc. E, muito menos, conseguia representar as mulheres negras e camponesas. Esse silenciamento demonstrava a insuficiência teórica e prática desse feminismo hegemônico. Além do silêncio sobre as outras formas de opressão (CARNEIRO, 2003a), esse feminismo hegemônico, de matriz liberal e pequeno-burguês

[...] não representa senão uma modalidade de consciência utópica no sentido de desejar e lutar por uma transformação parcial da sociedade, acreditando ser possível conservar intactos os fundamentos desta. Desenvolver as forças produtivas da sociedade capitalista implica, simultaneamente, dar a mulher oportunidades de trabalho remunerado e auxiliar a liberação, por parte da estrutura de classes, de ponderável parcela da força de trabalho feminina. Deste ângulo, o feminismo pequeno-burguês não é, na verdade, um feminismo. Representa, ao contrário, uma força de consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas <sup>207</sup> (SAFFIOTI, 2013, p.194).

A transformação parcial da sociedade está relacionada a metáfora do porão proposta por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) que, por sua vez, sentencia o “não-lugar” da mulher representada por Liu dentro do Movimento Feminista hegemônico. Ao negarem esse “não-lugar”, essas mulheres Sem Terra, antes invisibilizadas e vinculadas, principalmente, “à representação histórica e construída, culturalmente, de forma subordinada, no interior da família camponesa, ao pai, homem, marido e filho” (ESMERALDO, 2016, p. 145), compreenderam que não existia só um feminismo portanto, era preciso

construir a nossa concepção de feminismo, não podemos tá só no debate do feminismo aquilo que já é constituído pela academia ou que a gente tá discutindo com os

---

<sup>207</sup> Aliada a essa percepção Cinzia ARRUZZA, Tithi BHATTACHARYA e Nancy FRASER ressaltam que esse “[...] feminismo propõe uma visão igualmente baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é a igualdade, mas a meritocracia. Em vez de buscar abolir a hierarquia social, visa a “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas” para ascender ao topo. Ao tratar as mulheres como grupo sub-representado, suas proponentes buscam garantir que algumas poucas almas privilegiadas alcancem cargos e salários iguais aos dos homens de sua própria classe. Por definição, as principais beneficiárias são aquelas que já contam com consideráveis vantagens sociais, culturais e econômicas. Todas as demais permanecem no porão” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 37-38, grifos nossos).

movimentos urbanos, até porque, [...] têm algumas situações específicas do campo que esse feminismo não responde”. (Entrevista com Beth, 30/01/20).

Com esse intuito, a questão a ser respondida era: “Como é que nós mulheres do MST ou mulheres camponesas podemos debater feminismo ou construir concepção sobre feminismo, a partir da nossa vivência, da nossa atuação, do que é ser mulher do campo, agricultora rural?” (Entrevista com Beth, 30/01/20). A partir desse questionamento, veio junto a compreensão que sem feminismo não há revolução e, que era preciso ressignificar e reivindicar suas lutas cotidianas contra o patriarcado capitalista e o agronegócio como pautas feministas. Esse “despertar” foi potencializado por um debate político interno de mudança estrutural que ganhou força a partir dos anos 2000. Para Gema Esmeraldo (2010), esse processo gerou uma nova força política no interior do MST: a força feminina. Beth descreve resumidamente esse período:

[...] **quando chega esse debate na instância**, na direção do Movimento, das mulheres, principalmente, porque quem começou a puxar o debate foi as mulheres, **eu tava ainda na direção**. [...]. Primeiro teve o estranhamento interno, entre nós também. Porque assim, a gente tava recém – do ponto de vista temporal – absorvendo e compreendendo o conceito de feminismo, né? O feminismo tem várias vertentes, mas... Uma outra dificuldade nossa sempre foi o seguinte, que tem a ver com feminismo camponês. Quem sempre debateu o feminismo foram as mulheres da cidade, quem construiu as concepções, quem dialoga, quem faz o debate, quem pesquisa, quem formula...[...]. (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

A fala de Beth retrata o estranhamento inicial gerado quando tiveram o primeiro contato direto com o feminismo – resultado dos dois componentes já sinalizados anteriormente: a visão distorcida e preconceituosa do movimento aliado a crítica de fragmentação e a não representatividade. Essa percepção, no entanto, começa a ser reformulada a partir de um processo educativo com a apropriação de novos conhecimentos e com a construção articulada com os demais setores de mulheres do campo popular. Tais processos foram fundamentais para fomentar a incorporação de “outras ferramentas reflexivas – como a epistemologia feminista – para ampliar os caminhos emancipatórios do projeto socialista” (ESMERANDO, 2016, p. 155). Como resultado, Beth afirma que,

[...] com o tempo [...] começou um debate no coletivo de mulheres que nós não podíamos esquecer que nós éramos mulheres e que essas mulheres precisavam ter espaço enquanto mulher, né? Como mulher. Não apenas como dirigente, como militante, mas como mulher. [...] Nós só começamos a compreender isso minimamente na nossa prática, já agora, vamos dizer aí... Já nesse século (risos) [...]. **Esse debate começa a surgir até por influências externas, né? Então a academia, nossas relações com outras mulheres, com outros grupos feministas também de apoio à luta pela terra**. [...] (Entrevista com Beth, 30/01/20, grifos nossos).

É, portanto, nesse fazer-se coletivo – fortalecendo a luta, a organização social e política, a solidariedade de classe, o internacionalismo e a construção de alianças – que o MST inicia em 2001 “[...] transformações que repercutiram nos debates programáticos sobre a reforma agrária e sua articulação com o feminismo” (ZARZAR, 2017, p. 230). Esse processo ancorou-se no fomento à auto-organização e na formação que proporcionou às mulheres do Movimento um maior protagonismo na luta pela terra e nas articulações políticas contra o capital. Com isso, o “Feminismo e o Socialismo passam a ser a base do processo de formação das lideranças femininas, conceito de gênero deixa de ser o eixo central desse processo” (MST, 2010a, p. 30).

É dentro dessa conjuntura – marcada pelo silenciamento das pautas das mulheres camponesas no Movimento feminista hegemônico, nos processos educativos e nas articulações nacionais e internacionais – que tem sido construído o Feminismo Camponês e Popular que está fortemente ligado às lutas de resistência das mulheres do campo<sup>208</sup> articulados na CLOC/VC frente a um contexto histórico de resistência e enfrentamento ao capitalismo colonial e extrativista que, há séculos promove o saqueamento das riquezas naturais, dos territórios dos povos originários e tradicionais e das terras das/os trabalhadoras/es rurais (MAZIOLI, 2020).

Infelizmente, o cenário atual não é diferente. O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo no campo tem aprofundado as desigualdades sociais, a criminalização dos movimentos sociais, o ataque ostensivo e criminoso ao meio ambiente como uma política de governo, o crescimento dos conflitos no campo, a liberação negligente de agrotóxicos de extrema e alta toxicidade, o aumento indiscriminado de alimentos transgênicos, o aparelhamento e sucateamento do INCRA e o avanço cada vez mais violento do modelo agro-hidro-mineral subordinado aos interesses imperialistas. Diante dessa conjuntura, as mulheres Sem Terra vêm reafirmando suas lutas como manifestação do feminismo de todas aquelas que “não puderam escrever sobre feminismo, mas que resistiram uma vida inteira contra o patriarcado e contra esse sistema capitalista que [...] nos oprime” (Entrevista com Liu, 02/02/20). Nesse caminhar,

[...] nós entendemos que nós somos mulheres, Sem Terra, então, da roça, então nós queremos que o **feminismo nos caiba e se ninguém fez esse feminismo até agora então nós queremos debater o feminismo que nos cabe**, porque nós entendemos que o feminismo é, assim como todos os outros espaços, **a gente precisa colocar nele as nossas cores, os nossos amores, os nossos sentimentos, os nossos pensamentos, as nossas palavras**. Palavras por vezes muito, muito comum, mas carregadas da nossa vivência e da nossa experiência. Então, e isso também nos obrigou a ir também para um lugar, que **é o lugar de escutar e valorizar o saber popular**, porque aí nós já tínhamos as sistematizadoras, mas nós não queríamos que só quem sabe escrever fale de feminismo, nós queremos, por exemplo que entre no nosso feminismo as diversas

<sup>208</sup> O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é uma importante referência para pensar e propor o FCP.

formas de luta que as amas de leite tinham, que as doceiras, quituteiras [...]. (Entrevista com Liu, 03/02/20).

Esse lugar que lhes cabe, que lhes fornece acolhimento e pertencimento está sendo gestado como instrumento de resistência e luta dos povos a partir de “um feminismo das trabalhadoras, portanto, um Feminismo Combativo e Revolucionário” (MAZIOLI, 2020) – que reflete as “nossas cores”, que encanta os “nossos amores”, que harmoniza “nossos sentimentos”, que vincula “nossos pensamentos” ao ideal revolucionário e que prega as “nossas palavras” com uma linguagem que inclui. Assim, o FCP acredita que a “igualdade substantiva, plena, nas relações de gênero não é possível de ser alcançada inteiramente nos marcos do capital” (SETOR DE GÊNERO, 2015, p. 3) e, por isso, a luta é “pela destruição de todas as formas de dominação e de exploração deste nefasto modelo” (SETOR DE GÊNERO, 2015, p. 3). Essa perspectiva socialista do FCP ganha importantes contornos quando revisitamos o posicionamento de Lucinha. Apesar de não se autodenominar feminista, ela tece uma importante crítica acerca do insulamento político pautado nas “disputinhas internas”. Essas pequenas disputas dentro do campo da esquerda são vistas, por ela, como empecilhos para travar a luta revolucionária. Nesse sentido, ela advoga para a ideia de que é preciso fomentar a construção de um projeto de sociedade que consiga dialogar e agregar o campo popular – e é, justamente, com essa pauta popular que percebemos a imbricação da sua leitura com a finalidade da proposta apresentada pelo FCP: o de ser um feminismo que se preocupa em transformar a sociedade, em agregar, em ser popular e, por isso, emerge como possibilidade de ampliação dos caminhos emancipatórios do projeto socialista.

Nesse caminhar, essas mulheres foram/estão construindo uma consciência feminista e compreendem que o feminismo é um Movimento político das mulheres que abriu caminho para o reconhecimento e conquistas de direitos historicamente negados. Com essa percepção e com as lutas em torno do direito à terra, da produção agroecológica, da defesa e recuperação das sementes crioulas, contra a violência que as levou a decidir como que elas querem fazer a história a partir de um instrumento maior de luta das mulheres – o Feminismo Camponês e Popular. Ao explicar o caráter popular e camponês desse feminismo e sua vinculação com a reforma agrária popular, Liu traz a seguinte abordagem:

[...] nós temos esse entendimento de que se a gente não cuidar a gente faz o feminismo para uma categoria e **nós não queremos que ele seja só camponês**. Então, porque nós identificamos que tem os feminismos mais acadêmico, [...] alguns movimentos feministas já falam que tem o feminismo branco e tal, nós queremos um feminismo que caiba a diversidade. E nós não estamos falando, fazendo isso, é, de maneira desrespeitosa é porque nós queremos deixar nesse **popular** de que pode e precisa ser

esse, esse fazer a todas as mãos, pra gente ter um feminismo que realmente nos liberte. Porque então a gente quer discutir, nós **não queremos falar só da liberdade das mulheres e não falar da liberdade da terra, nós não queremos falar só da liberdade das mulheres e não falar da liberdade dos modos de produção, meios de produção, então, queremos falar sobre tudo.** Então por isso precisa ser **popular**, quando nós estamos demarcando o camponês [...] nós estamos dizendo que [...] já tem esse componente, nós estamos nos propondo no componente camponês, mas que é aberto para essa construção popular, para essa construção coletiva, que dialoga com a reforma agrária popular? Dialoga. Porque também a reforma agrária popular nos ajuda a fortalecer essa ideia de que precisava ser camponês e popular, né? Porque é exatamente onde chega à reforma agrária popular chega o feminismo camponês e popular. Porque [...] essa reforma agrária popular é construída por nós também, então, mas também nós estamos colocando isso porque nós temos também no campo as/as comunidades indígenas que tem as suas especificidades e que nós não estamos nós mulheres Sem Terra, é, então aí eu falo aqui do lugar que eu piso, né? [...] É o meu lugar de fala falar em nome das mulheres negras, é, é sim. Então, mas não termina nisso, as **mulheres negras que tem no movimento**, porque nós temos o povo quilombola, as mulheres quilombolas que tem todo o direito de falar desse feminismo, então, acaba que a gente, quando a gente coloca o popular é pra gente não pegar uma, eh::, uma bandeira no meio do negócio que é um todo a gente pegar uma faixa e sair, a gente não quer construir uma faixa dentro do feminismo, a gente quer apresentar uma proposta dentro de feminismo que caiba as mulheres que lutam por uma sociedade justa, [...] que caibam as mulheres que questionam todas as propriedades, que querem coletivizar os bens [...] (Entrevista com Liu, 03/02/20).

A fala de Liu faz uma síntese da construção coletiva em torno do FCP e traz um elemento importante para se pensar o lugar dessa mulher camponesa e negra dentro do MST. Ao evidenciar e demarcar esse lugar de fala, ela ressalta:

Uma coisa que a gente tá ensaiando fazer o debate é que nós estamos entendendo que debater o **feminismo significa debater junto a questão do racismo**, mas aí já entra no outro processo porque as primeiras mulheres Sem Terra que elaboram não necessariamente são mulheres pretas. Mas já são companheiras que tenham uma percepção sobre isso e que entende que é necessário. [...] então assim, já começamos a pensar que não basta a gente debater só um, porque o racismo e o machismo eles são igualmente violentos, né? São estruturantes, igualmente violentos pra nós (Entrevista com Liu, 03/02/20).

O entendimento da violência gerada sobre o corpo feminino a partir do racismo tem gerado incômodos dentro do próprio Movimento e, com o intuito de aprofundar um pouco mais nesse tema, perguntei a ela sobre a vinculação de pautas entre o MST e o movimento quilombola aqui na Bahia – pensando o racismo associado ao processo de luta e retomada dos territórios. A esse questionamento ela me respondeu:

Veja, isso é uma questão que eu posso te dar uma opinião minha, porque o MST ainda não. Porque eu só posso dizer que é uma decisão do MST quando a gente aprova nas nossas instâncias de decisões, eu posso te colocar uma opinião, uma percepção. Então essas coisas, a gente começa a perceber na medida que a gente amadurece politicamente a coletividade, já faz muito tempo que nós temos companheiros apontando que essa questão racial é fundamental pra ser debatida, mas internamente no MST faz pouco tempo que (a gente falou: "**Épa! Nós queremos discutir aqui o**

**mundo dos pretos e das pretas**"), então, agora nós estamos dialogando a construção aqui na Bahia, por exemplo, de [...] um **coletivo racial** [...]. De discutir um coletivo racial pra gente pensar sobre isso. [...] Nós sempre pensamos a história, a história dos trabalhadores. Mas a gente não se colocou com essa identidade de ser quilombola, de ser um movimento negro, porque como tem/ tinha já essa coisa tem um movimento negro e nós éramos um movimento camponês [...] que faz a luta pela terra então a gente entendeu que só na luta pela terra a gente ia se realizar. Então [...] a gente vai seguindo e vai caminhando, e aí a gente começa [...] fazendo essa identificação ((MST): "**Poxa, mas quem luta pela terra, majoritariamente, é negro**"), então a gente começa a ter um entendimento geral sobre isso. Então nós estamos começando, já faz bastante tempo que a gente tem conversado sobre isso, e esse é um debate que fica mais intenso a cada dia. [...] Hoje [...] nós já podemos falar que o **MST tem uma percepção de que é um movimento de negros, majoritariamente, de negros e negras**. Mas nós tivemos uma percepção anterior de que nós, nossa base era preta, mas a nossa instância era branca. Então Valmir é o primeiro dirigente negro na direção nacional. Então assim, quando a gente conversava, claro que tem essa coisa do movimento ter nascido no Sul do país [...]. Por isso, a gente começou a entender depois de um tempo que do ponto de vista racial não era representativo. Então hoje a gente já olha para a direção nacional e ela já é bem, bem, bem a cara da nossa base assim (Entrevista com Liu, 03/02/20).

Reconhecer e aliar a luta pela terra como uma luta eminentemente do povo negro está sendo, para Liu, um processo de amadurecimento político necessário dentro do MST. Esse processo tem sido gestado internamente a partir de importantes campos de disputas, de negociações, de conflitos e de contradições que são mobilizadas mediante as reconfigurações do capitalismo e das inúmeras formas de opressão subsidiadas por esse sistema como: a atualização das relações de trabalho, a dimensão sub-imperialista pautada na aliança subordinada com os EUA, as guerras híbridas e a ofensiva do agronegócio e da extrema direita fundamentalista com inspiração fascista (MAZIOLI, 2019). O entendimento do patriarcado enquanto base de sustentação do capitalismo é, por exemplo, fruto desse amadurecimento coletivo e político. Dentro dessa lógica, o racismo já está sendo 'lido' como estruturante do sistema capitalista e, diante da fala de Liu é possível afirmar também que o MST na Bahia tem tido um importante papel na proposição da discussão racial como pressuposto básico para a luta classista. Importa ressaltar que, a imbricação entre capitalismo, patriarcado e racismo teve uma importância central nos discursos e narrativas fomentadas durante o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra. Elas denunciaram o controle e a violência cotidiana sobre os territórios e os corpos femininos e, em especial, sobre os corpos negros como resultado dessa tríade de dominação e opressão.

Essas discussões já vêm sendo formuladas a nível internacional pela CLOC-VC desde os anos 2000. No entanto, em 2010 durante a realização da IV Assembleia Latinoamericana das Mulheres do Campo em Quito-Ecuador elas afirmaram categoricamente que: "Sem Feminismo não há Socialismo!" proporcionando a ampliação do debate político e ideológico sobre o socialismo a partir de uma concepção anticapitalista, antipatriarcal e antiracista. Quase 10 anos

após o reconhecimento de que “Sem Feminismo não há Socialismo”, essas mulheres se reuniram em Cuba por ocasião da VI Assembleia de Mulheres CLOC-VC e constataram:

Durante estas dos décadas de formación sociopolítica hemos dedicado un afanoso estudio a las categorías de género, clase y étnico/raciales, comprendiendo que las desigualdades que afectan a las mujeres son estructurales de una sociedad capitalista, patriarcal, colonialista y racista. Estamos ciertas que no se puede eliminar la opresión, dominación y explotación de género y racial sin eliminar la opresión de clase (CLOC/VIA CAMPESINA, 2019, p. 1).

Esse campo de negociação “interseccional” tem sido fomentado especialmente, pelas mulheres e está alinhado ao fato de que a luta pela terra por si só não é suficiente para combater todas as formas de opressão, especialmente, aquelas sofridas pelas mulheres negras e camponesas. É neste mesmo encontro que elas afirmam: “¡Con feminismo construimos socialismo!”

Por um lado, o FCP entende que a luta pela emancipação das mulheres deve estar ancorada com a luta pelo fim da propriedade privada, pelo direito à terra e ao território, pela Reforma Agrária Popular, contra o racismo, contra as transnacionais, contra os agronegócios, contra os transgênicos, contra os agrotóxicos e contra toda forma de violência e exploração dos seres humanos e da natureza. E, por outro lado, propõe a luta em defesa da vida, dos bens da natureza, das sementes crioulas como patrimônio dos povos e a serviço da humanidade e pelo resgate ancestral como um novo jeito de se relacionarem com a natureza.

Esse projeto feminista tem sido fortalecido na solidariedade de classe nacional e internacionalista a partir das alianças transnacionais que reafirmam a ideia de que todas as formas de violência é parte integrante do funcionamento da sociedade capitalista e, por esse motivo, urge a construção de outro projeto de sociedade e de campo. Com esse entendimento Liu ‘sentencia’: “O feminismo é fundamental para que a gente avance no nosso projeto de sociedade. Então eu acho que isso tudo no nosso Movimento fecha bem que é com aquela nossa palavra de ordem que é “quando uma mulher avança nenhum homem retrocede!”.”

**Fotografia 19: Sem Feminismo não há Agroecologia**

Foto tirada durante uma mística no I Encontro Nacional das mulheres Sem Terra (2020).  
Arquivo pessoal

Ao assumirem o Feminismo como uma práxis revolucionária que permite avançar na luta pela emancipação da humanidade, as mulheres assumem também que os desafios na formação política, no desenvolvimento de lutas permanentes e articuladas a nível nacional, continental e intercontinental e a construção de alianças entre campo e cidade deve ser uma luta firmada por todas e todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento que agora se realiza com a escrita dessas considerações finais e com toda a experiência vivenciada por mim dentro desse campo de pesquisa é, especialmente, importante. Finalizar esse ciclo em um ano marcado pela pandemia de covid-19 não foi fácil. A dor e o sofrimento decorrente da morte de milhares de pessoas aliada a insegurança, a solidão, a ansiedade, ao medo e ao descaso público com a pandemia foram desestruturantes. Em muitos momentos cheguei a pensar que a conclusão desse trabalho não seria possível, mas, mesmo diante desses difíceis dias, me alegra estar, finalmente, tecendo algumas conclusões sobre essa caminhada. Para tanto, reuni em algumas páginas as principais percepções desse processo junto a importantes momentos de aprendizados, de desconstruções e de reconstruções.

O desenvolvimento e a consolidação desta pesquisa decorrem de um profundo interesse em escutar, compreender e conhecer as trajetórias e os caminhos que levaram Lucinha, Beth e Liu ao engajamento político e a assumirem cargos de liderança historicamente ocupados por homens dentro do MST-BA. Para tanto, além do levantamento bibliográfico realizado sobre as mulheres do MST a partir da análise das publicações do próprio Movimento, especialmente, do *Jornal Sem Terra*, do Coletivo Nacional de Mulheres, do Setor Nacional de Mulheres e do Setor Nacional de Gênero, foram realizadas entrevistas do tipo narrativa e semiestruturadas com Lucinha, Beth e Liu. Entrecortadas e forjadas por esse sujeito coletivo, essas mulheres nos proporcionaram uma imersão nas suas vivências pessoais e coletivas regadas por conquistas, dores, perdas, sofrimentos, lutas, superação, desilusão, alegrias e esperança que as forjaram a serem quem são hoje. A confluência dessas narrativas nos levou a desembocar no amadurecimento do feminismo e na consequente construção coletiva do Feminismo Camponês e Popular (FCP).

Em cada encontro, entrevista, evento e viagem pude conhecer um pouco das/os sujeitas/os que deram e continuam a dar existência a esse sujeito coletivo. Nesse processo, o olhar, enquanto pesquisadora, não se deu de forma neutra pois, para além da dimensão ideológica dessa pesquisa, as ferramentas metodológicas e o aporte teórico decolonial trazem por si só um posicionamento que refuta qualquer pretensão de neutralidade. Isso posto, faremos uma breve recapitulação do que foi discutido – a partir da interseccionalidade de gênero, classe, raça e território buscando apontar os processos de resistência dessas mulheres – e colocaremos no “centro” – uma ao lado da outra – as três sujeitas protagonistas dessa pesquisa para traçarmos pontos de aproximação e de distanciamento a partir de seus olhares e das suas experiências que, apesar de diferentes, confluem para um ponto comum – o MST.

O contato inicial com a literatura pertinente me fez ter uma compreensão geral sobre a história do MST, das mulheres e sobre as pequenas revoluções silenciosas que elas faziam na ‘bolha’ dos barracos e das casas. Algumas literaturas inclusive, apresentavam uma leitura analítica baseada na plena subordinação da mulher Sem Terra ao ambiente doméstico e a estrutura patriarcal referenciada pelo chefe da família. No entanto, quando adentrei no campo de pesquisa, pude perceber que essas pequenas revoluções se mostraram grandiosas e especialmente significativas para sustentar todas as outras que “por si só” tomavam corpo e se “amostravam” na esfera pública.

Com a imersão no campo como um todo e, em especial, com as escutas que realizei nesse processo, percebi que os abalos que proporcionaram mudanças do lugar ocupado pelas mulheres no MST – desde o lugar da invisibilidade até o lugar do protagonismo (anos 2000) – vem de um processo coletivo de amadurecimento político e de conquistas encabeçadas pelo Movimentos feministas, mas vem também, de um hipocentro que é formado por um conjunto de subjetividades femininas que, normalmente, se expressam infrapoliticamente na casa/quintal (através de uma espécie de discurso oculto que busca conferir visibilidade, autoridade e legitimidade a essas subjetividades oprimidas) e que resistem “sorratamente” às relações de poder. Essas resistências, tal como proposto pela socióloga Maria Lugones, são entendidas como alternativas à dominação imposta pelo sistema de opressão e dominação que se estabelece a partir da tensão entre a sujeitificação (formação/ informação da/o sujeita/o) e a subjetividade ativa (agenciamento mínimo para que a relação de opressão e resistência seja ativa).

Dentro desse contexto, entendemos que essas subjetividades podem ser representadas, por exemplo, por D. Ziu, D. Jacir, D. Derilene, D. Demerite, vó Nice, Tia Maria e por tantas outras companheirinhas (tal como sinalizado por Beth) que produzem resistências e criam estratégias de sobrevivência que se manifestam no epicentro – lugar onde também se produzem os processos de desumanização operado pelo Sistema Mundo Moderno/Colonial e de Gênero. Conseqüentemente, é nesse epicentro que, desde os anos 80, as mulheres militantes e dirigentes têm levado para o debate político do MST as pautas femininas problematizando, a partir das suas vivências, o lugar que elas ocupavam na luta pela terra, as relações sociais de gênero e a homogeneidade do sujeito coletivo no interior de um movimento de caráter classista e homogêneo.

Esse momento inicial é pontuado por Rosana Fernandes como a fase da *invisibilidade* da mulher enquanto sujeito social e político – e é expressada, sumariamente, pela caracterização da mulher Sem Terra como assujeitada e subordinada – reflexo também da figura feminina no contexto rural brasileiro até início da década de 80. Com isso, as suas identidades estavam

vinculadas à vida familiar/conjugal e cabia a elas a restrição ao espaço da casa/quintal cumprindo ali o trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico. Dentro desse contexto inicial, as desigualdades de gênero, por não fazerem parte de uma demanda central – luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social – não eram alvo direto de contestação e de desconstrução e, além disso, o Movimento entendia que as pautas consideradas identitárias poderiam dividir a luta e comprometer a plena realização dos objetivos finais: a revolução da classe trabalhadora. Ao ignorar que as relações de gênero e de raça estavam profundamente imbricadas nas estruturas da dominação capitalista, entendemos que o Movimento reproduziu e reforçou as camadas de opressão e dominação que pretendia combater.

Fora da agenda política do MST, o debate sobre feminismo começou a ganhar evidência a partir dos anos 70 e, apesar de firmar um importante papel no processo de redemocratização do Estado e na garantia de direitos políticos e sociais para as mulheres, a sujeita representada pelo Movimento feminista era branca, intelectual, urbana e de classe média. Ao universalizar essa sujeita, o Movimento não reconhecia os processos de dominação, violência e exploração sofrida por mulheres que não pertencia a esse paradigma dominante e, dessa forma, acabou omitindo e negligenciando, por exemplo a dimensão racial e o lugar espacial (rural) nas hierarquias de gênero. Esse fato, aliado a satanização do movimento feminista e ao receio de que a pauta feminista pudesse fragmentar e dividir o Movimento afastou as mulheres Sem Terra dessa discussão e inviabilizou a criação de um possível campo de ação vinculada a luta feminista.

O cenário político dos anos 90 – especialmente, a partir de 1995 – marcou a emergência do *segundo* momento das mulheres no MST – o momento da *participação*. Ele foi pautado pela emergência dos Movimentos Autônomos de Mulheres do campo e contribuiu para a formação e conscientização dessas sujeitas como coletivo político capaz de agir por elas mesmas. Tomadas por essa conjuntura, as mulheres do MST passaram a vivenciar e a problematizar, de forma mais intensa, suas próprias contradições. Esses processos resultam no fortalecimento das alianças nacionais (ANMTR) e internacionais (CLOC – Via Campesina), na conquista de direitos básicos enquanto classe trabalhadora (políticas públicas, documentos, titulação conjunta), na criação de espaços de formação das mulheres (com o intuito de desconstrução do “padrão autorizado”), na vinculação do gênero com as questões de classe (final dos anos 90), na emergência de pautas específicas que buscavam problematizar o lugar que elas ocupavam no processo revolucionário e na necessidade em pautar as “*questões das mulheres*” como *questões de gênero* envolvendo, assim, tanto as mulheres quanto os homens na luta por novas relações de gênero. Essa mudança política resultou na alteração do nome de *Coletivo Nacional*

*de mulheres* para *Coletivo Nacional de Gênero* e, finalmente, no ano 2000 transformou-se no *Setor Nacional de Gênero*.

Foi, portanto, com a emergência do *Setor Nacional de Gênero* aliada a todas as transformações políticas provocadas pelo momento anterior que, Rosana Fernandes, demarcou esse período como sendo de *protagonismo* das mulheres do MST. Aliada a conquista da paridade ocorreu uma emergente participação protagonista de mulheres acampadas e assentadas na esfera pública – lutando contra a violência do capital sobre seus corpos e territórios –, nos processos de produção, na construção da Reforma Agrária Popular, no enfrentamento do capital no campo – representado pelo agronegócio, hidronegócio e o mineronegócio –, na gestão das atividades, nas ocupações de terra – que foi sendo consolidada e se tornando uma das principais ferramentas de emancipação política e autonomia feminina na luta pela terra – nas articulações com a classe trabalhadora do campo e da cidade e com as/sujeitas/os LGBTs e na conspiração feminista pautado no FCP.

Esses momentos foram apresentados no capítulo 1 e trouxeram consigo uma base conceitual e histórica contextualizada com algumas narrativas que modelaram o terreno para que pudéssemos apresentar as histórias de vida de três mulheres que fazem parte da trajetória e da história do MST na Bahia – Lucinha, Beth e Liu. Estas trajetórias foram apresentadas nos capítulos 2, 3 e 4.

Pensando o território, ambas partiram do Extremo Sul – lugar onde o MST plantou sua primeira semente no Nordeste do Brasil. Lucinha e Liu nascem nessa região (Eunápolis e Prado, respectivamente), e Beth, ainda criança, deixou sua cidade de nascimento – Pau Brasil – e, ao lado da sua família, seguiu para Itamaraju. Interessante notar que a trajetória dessas mulheres foi atravessada por várias experiências de machismo, racismo e sexismo desde a infância até a experiência na militância política e nos cargos de dirigentes.

Dentro do contexto familiar, podemos destacar por exemplo, que Lucinha e Beth foram criadas com a convivência de seus pais e suas mães – e ambas fazem referência a estrutura patriarcal e ao caráter machista evidenciado na figura paterna. Lucinha experimentou o machismo na sua vida familiar muito fortemente através da educação dada por seu pai. Esta educação permitia que seus irmãos circulassem pela cidade, frequentassem a escola, enquanto ela e as outras irmãs não podiam sair de casa sem os olhos vigilantes dos pais ou dos irmãos. A possibilidade de ter estudado até o ensino primário foi fruto da rebeldia e da desobediência de D. Ziu que, com estratégias concretas (confeção e vendas de esteiras) conseguiu os recursos necessários para tal. Beth, tal como Lucinha, também faz alusão sobre as ações machistas reiteradas pela figura paterna especialmente, quando ela se viu obrigada a consumir o

casamento depois de seu pai ter descoberto um namoro. Por outro lado, é na figura materna que ela encontrou uma importante aliada e um foco de inspiração na construção da sua caminhada. No que tange a narrativa de Liu, percebemos que, desde muito cedo, sua estrutura familiar foi fragmentada como uma resposta direta a necessidade de sobrevivência e, como resultado dessa fragmentação, ela e seu irmão foram criados pelos avós maternos. As dificuldades vivenciadas durante esse período – que ela denomina de terra arrasada – a levaram a desenvolver uma estratégia de sobrevivência: o estudo. Assim, com o intuito de deixar essa “terra arrasada”, ela tomou a educação formal – dentro do assentamento – como central.

Todas as narrativas trazem elementos importantes para se pensar a estrutura racial a partir do lugar que elas ocupam. Lucinha e Beth falam sobre a dificuldade da família (o pai de Lucinha e a avó de Beth) de se reconhecerem como negra/o. No entanto, a problematização sobre a raça e o racismo parece ter um ponto forte com a trajetória de Liu. Apesar de todas se reconhecerem como negras e experienciarem o racismo nas suas trajetórias, a percepção de ser uma *pessoa negra* é captada por Liu desde muito nova. Digo pessoa por que ela primeiro se reconheceu enquanto negra para depois se perceber como mulher – essa é uma segunda camada de opressão que vai ser despertada quando ela já está na militância do Movimento. Dessa forma, sua infância e juventude foi permeada por uma série de violências que afetaram o seu corpo negro, a sua autoestima, a sua psique e a sua estrutura familiar. Aliada a discussão racial, o lugar da ruralidade é também um ponto central na trajetória de Liu. Apesar de ambas terem familiares historicamente engajados com o cultivo da terra, essa questão está mais visível na trajetória de Liu justamente por que é ela quem reivindica este espaço e esta identidade: de ser mulher camponesa. Essa identidade é preservada na sua trajetória por que além de ter nascido na zona rural do rural (tal como nomeia) ela foi criada dentro do assentamento do MST e teve todo seu processo formativo construído a partir dessa vinculação identitária que sempre a aproximou do cultivo da terra como fonte de trabalho e de sobrevivência. Beth, ao contrário, é contundente ao afirmar que não é uma mulher agricultora, mas uma mulher da cidade (ela constrói sua relação com o campo a partir do MST).

Outro ponto que nos parece importante a ser abordado é a respeito do primeiro contato que elas tiveram com o MST. Beth, aos 16 anos e com sua rebeldia aflorada, fez uma opção de vida que hoje ela reconhece como sendo uma decisão política: militar. A base da sua militância foi a Pastoral da Juventude – influência direta da sua mãe – e logo ela foi recrutada pelo braço agrário da igreja e levada a desenvolver os primeiros trabalhos de base do MST na Bahia. Lucinha e Liu, diferente de Beth, adentraram ao Movimento a partir da esfera familiar. Enquanto Lucinha foi levada para as reuniões do MST pelo seu pai para compor o núcleo

familiar tal como incentivado pelo MST, a família de Liu foi convidada a integrar o Movimento depois de seus avós cederem a casa que moravam em Itamaraju para uma das moradoras do acampamento 40x45.

Após esse primeiro contato, elas começaram a se engajar dentro do Movimento – engajar aqui é para marcar a diferença entre conhecer e envolver-se politicamente. Esse processo é especialmente importante por que foi central para o despertar identitário e o sentimento de pertencimento que seria consolidado dentro das suas trajetórias. O processo de engajamento de Lucinha esteve diretamente ligado as ocupações a partir da mobilização familiar, mas também a partir da sua busca enquanto jovem por lugares de socialização e por novas formas de experienciar a vida. Liu tem seu engajamento muito ligado ao setor de educação e é na escola do acampamento que ela decide fazer parte do MST como militante. A experiência de Beth na PJ e nos sindicatos rurais formaram a base para que pudesse expandir todo seu potencial germinativo na militância do MST. Esse potencial desenvolveu-se rapidamente e após as primeiras ocupações ela já se tornou uma referência na região. Essa assertiva é corroborada com as falas de Lucinha e de Liu que, no momento inicial, já reconhecem Beth como uma das lideranças e referência no setor de produção.

As relações afetivas e a maternidade são dois outros elementos importantes nas trajetórias de vida apresentadas nesse trabalho. Esses elementos, inclusive, influenciaram a maneira como elas avaliam e traçam a militância com as escolhas da vida. Beth e Liu narram histórias muito marcantes sobre essa difícil conciliação. Beth, por exemplo, relatou duas situações importantes: a perda da guarda da filha de 2 anos para o pai em decorrência da sua militância e por não seguir o padrão autorizado da maternidade e a recusa, momentânea, em dirigir o setor de formação em Conquista – naquela época ela passava por um momento difícil em decorrência da morte da sua mãe e do seu pai e estava ainda, com uma criança pequena e grávida do seu terceiro filho. Por um lado, essa dificuldade foi potencializada por que ela não seguiu um padrão familiar: seus filhos foram – tal como ela pontua – produção independente e, por outro lado, havia ainda uma dificuldade em se manter financeiramente a partir da militância.

Liu, assim como Beth, experienciou a maternidade – não planejada – muito cedo. A gravidez, aos 18 anos, representou, naquele momento, uma sensação de fracasso e o fim do seu sonho de ser uma mulher independente, concluir os estudos e sair da miséria. Apesar desse abalo inicial, das pressões e com todas as dificuldades inerentes a gravidez, ela concluiu os estudos e, inicialmente, seguiu para uma militância mais moderada em decorrência da maternidade solo e do processo de auto anulação da sua militância por causa do seu ex-companheiro. Dentro desse processo, Liu nos descreveu uma situação em específico que revela

a intensidade desses dois papéis: a ocasião em que ela decide colocar a filha de quatro meses no forno – sob os cuidados de dona Zéfinha – para participar de uma ação no Assentamento Olhos d'água na Paraíba. Dessas experiências, tanto Liu quanto Beth, refutam o lugar afetivo, bondoso e romântico que, normalmente, é vinculado a maternidade. Ao fazerem essa crítica ao padrão opressor da maternidade, elas nos forneceram uma visão realista sobre a complexidade em conciliar a maternidade e a prática militante e nos trouxeram também, a percepção do espírito rebelde como grande legado para as/os filhas/os.

Diferente de Liu e de Beth que vivenciaram a maternidade solo (Beth com os três filhos e Liu com a primeira filha), Lucinha seguiu o protocolo formal – um desejo expressado tanto por ela quanto por seus pais – de constituição de uma família nuclear: noivado, casamento e o planejamento das/os filhas/os. Essa estrutura nuclear, no entanto, não a isentou das dificuldades em cumprir as tarefas da militância e da maternidade. Aqui nos parece que cabe uma observação a respeito da maternidade vivenciada por Liu: ao mesmo tempo que ela se aproxima de Beth quando tem sua primeira gestação – não planejada e com maternidade solo – ela também se aproxima de Lucinha na sua segunda gestação – planejada e com a maternidade compartilhada. O compartilhamento da responsabilidade, do cuidado e da criação das/os filhas/os está, segundo Liu, para além da esfera doméstica e é entendido como parte de uma criação coletiva dentro do próprio coletivo que escolheram fazer parte.

A maternidade, o engajamento, a militância política e a atuação nos cargos diretivos fizeram parte da trajetória dessas sujeitas. A trajetória de Lucinha dentro do MST foi sendo consolidada a partir da sua militância no setor de frente de massas que foi narrada a partir da sua participação nos ambientes de formação política, mas, principalmente, pela sua relação e proximidade com a base, que foi central para sua construção enquanto dirigente e liderança política – Liu, inclusive, reconhece Lucinha como uma das figuras de referência desse setor. Vale destacar que Lucinha menciona o companheiro Valmir Assunção como uma importante figura de influência na sua formação militante.

Quando pensamos a trajetória de Beth dentro do MST percebemos que a sua mãe foi, de fato, uma importante referência na sua militância e que seu foco de atuação está muito relacionado ao setor de produção (mais relacionada a administração) e ao setor de formação. As características inerentes ao desempenho dessas tarefas estão muito relacionadas ao seu perfil organizativo e formativo que foram construídos, inclusive, quando era militante da PJ. Sua trajetória até o cargo de DN se deu tanto pela relação institucional com o Movimento – ela esteve presente no processo de gestação até a consolidação do MST no estado – quanto pela ascendência política a partir do cumprimento e acompanhamento das tarefas que lhe eram

demandadas. Dessa forma, a chegada ao cargo de DN foi visto como algo natural que lhe deu apenas legitimidade como mandatária.

Essa percepção de naturalidade não foi corroborada nem por Lucinha nem por Liu. Ambas falam como se não acreditassem na possibilidade e capacidade de chegarem ao cargo de dirigente nacional do MST (Lucinha: “Eu fico duvidando, tem horas [...]” Liu: “[...] será que nós estamos em decadência pra eu ser a dirigente nacional, gente?”). Ao olhar para a trajetória de Liu, vemos uma militante formada dentro do MST e muito vinculada ao setor de produção – justamente pela relação que ela tem com a terra. Seu percurso inicial dentro do Movimento não foi ancorado por uma figura de referência feminina. Esse fato é bem pertinente porque ela contrasta a ausência de um ideal de pessoa para focar no que era o ideal para sua vida: deixar a terra arrasada, sair da miséria e não ser mais humilhada. Essa ausência parece virar um motor para que se tornasse uma referência – mesmo essa não sendo uma pretensão sua. Tornar-se uma referência e poder falar foi entendido por ela e por Beth como resultado prático das políticas e das ações desenvolvidas dentro do próprio Movimento.

É interessante ver como em todas as trajetórias elas vão narrando a inclusão da questão de gênero na pauta do Movimento e de como essas questões afetam diretamente o fazer militante de todas. Lucinha falou sobre a importância da paridade e da ciranda infantil para promover um espaço de maior equidade. Dentro desse contexto, ela ressaltou ainda que há uma necessidade de ampliação das ciranda infantil para garantir uma maior participação das mulheres nos espaços coletivos e deliberativos do Movimento. Beth ressaltou que o MST sempre teve uma preocupação em formar um coletivo de mulheres para organizá-las e discutir sobre o lugar que elas ocupavam na luta, contudo, nesta formação inicial não havia a preocupação de discutir gênero, feminismo, patriarcado ou machismo. Essas discussões começaram a ser fomentadas de forma mais incisiva pelo Setor Nacional de gênero – justamente durante a sua gestão – incluindo também a pauta das/os sujeitas/os LGBTQs, as discussões sobre a ciranda infantil, a paridade de gênero – que, para ela, não é só estar no mesmo lugar, mas é preciso, de fato, ter a ação e a palavra – as assembleias de mulheres e de homens e as ocupações de terra feitas pelas mulheres no dia 8 março – data de luta política das mulheres Sem Terra – que, a partir de 2011, as ocupações deixam de ser meramente simbólicas e passam a representar um processo ascendente de protagonismo nas ações de luta pela terra com ocupações propositivas que resultaram em terra conquistada.

Liu elaborou de maneira bem pedagógica uma discussão que, ainda é muito cara para o MST ao se debruçar sobre a questão de gênero: a ideia de que as pautas identitárias poderiam dividir o Movimento. Na sua fala, ela articulou, inicialmente, os marcadores de classe e de

gênero ao relatar que foi entendendo a luta de classes que ficou claro a necessidade de fazer o debate de gênero. Assim, ao compreender as mulheres como sujeitas transformadoras, Liu apontou que o Movimento decide pela paridade de gênero em todas as instâncias – a partir do debate com a base – com a percepção de que é necessário construir condições diferentes para quem teve oportunidades diferentes. No entanto, esse processo foi realizado “na tora” pois foi necessário formar um quadro de direção na própria prática diretiva – justamente por que elas nunca tiveram naquele espaço e não sabiam lidar com aquela tarefa. Nesse sentido, o debate de gênero vai ganhando corpo dentro do Movimento e passa a ser conduzido tanto pelas mulheres e sujeitas/os LGBTQs (protagonistas) quanto pelos homens.

Essa condução conjunta e articulada fortaleceu a unidade dentro do Movimento e a construção de uma “nova moral” como bem apontado por Liu. Tal fato é importante por que para elas, a luta feminista que é protagonizada pelas mulheres necessita do aporte dos companheiros para que as mudanças possam acontecer na prática. Assim, ao conscientizá-los sobre o lugar de privilégio que ocupam e sobre os danos que o patriarcado e o machismo causam – inclusive para eles próprios – elas propõem a conciliação da luta classista a luta feminista.

De modo geral, ao revisitar suas trajetórias percebemos que, apesar de partirem de lugares diferentes, há, comumente, um sentimento de gratidão e orgulho, por fazerem parte deste coletivo, e uma confluência de sentimentos e de narrativas que explicitam a identidade da mulher Sem Terra. Nesse ponto, é interessante perceber que boa parte dos temas gerais que diziam respeito a relação identitária delas com o Movimento foram narrados de forma muito semelhante – não há, dentro do discurso público controversas sobre determinados temas, ao contrário, elas seguem um padrão discursivo autorizado e legitimado por elas mesmas que compõe e dá sentido, estabilidade e coerência ao sujeito coletivo/comunidade afetiva da qual fazem parte.

Apesar de não identificar incoerências consistentes de posicionamento dentro das narrativas, é importante ressaltar que as falas não são acrílicas. Todas as três tecem importantes críticas ao método, as ações, as análises de conjuntura, as ocupações, ao machismo explícito em grande parte dos companheiros, as contradições entre a teoria e a prática, a reforma agrária clássica e a necessidade em reinventar as estratégias e táticas de ação – especialmente, na atual conjuntura marcada, como bem sinalizado por Liu, pelo ultraliberalismo com características fascistas. Nesse sentido, elas revelam que as estratégias empregadas pelo Movimento estão sendo insuficientes. Ao reconhecerem essas lacunas nas táticas e metodologias utilizadas elas apontam a necessidade em atualizar os instrumentos de luta e os métodos de ação diante das novas táticas utilizadas pelo inimigo. Beth, por exemplo, ressalta que não dá para fazer mais só

o feijão com o arroz. Nessa mesma direção, Liu afirma que é preciso endurecer as ações e as estratégias para poder lidar com a nova face do inimigo e retornar o diálogo com a base, objetivando uma unidade política entre o povo do campo e da cidade que culmine na construção de uma agenda de mobilizações em defesa do povo. Essa percepção também é apontada por Lucinha como sendo central no processo de enfrentamento a extrema direita: o retorno a base com vistas a promover a organização popular a partir de um diálogo que extrapole a bolha do MST, da CUT e do PT. Esse ponto é importante também para compreendermos, por exemplo, as estratégias utilizadas pelo MST na Bahia dentro do plano político institucional. Nesse sentido, cabe uma observação: a Bahia é o único estado que conseguiu eleger um militante e ex-dirigente nacional do MST ao Congresso Nacional por dois mandatos seguidos – deputado federal Valmir Assunção (PT). A relação política do MST com o PT pode ser vislumbrada também nas funções e nos cargos ocupados atualmente por Lucinha – Vice presidenta do PT – BA e Secretária Nacional de movimentos populares e setoriais do PT e Beth – como chefe de gabinete do deputado Valmir Assunção (PT). Vale ressaltar ainda que Lucinha já havia ocupado os cargos de Secretária da SPM (2011) e da SEPROMI (2015) – ambas na gestão do PT no estado.

Dentro dessa discussão sobre as trajetórias é preciso ainda, retomar as hipóteses levantadas no início deste estudo para elucidá-las nessas considerações finais. A princípio, identificamos três hipóteses que levariam essas mulheres a ascender ao cargo de DN dentro do Movimento, quais sejam: a influência familiar (especialmente masculina), os estudos formais e a competência aliada a dedicação às tarefas da militância. No decorrer da pesquisa, essas hipóteses mostraram-se praticamente inócuas. Nenhuma delas ascenderam aos cargos de direção dentro do Movimento tendo como suporte um capital familiar representado por uma figura masculina e que fosse capaz de “preparar-lhes o terreno” e transmitir-lhes o poder político. A segunda hipótese – a educação formal também foi refutada e, ao lado dessa refutação sinalizamos que o processo educativo apresentou-se, majoritariamente, na prática diária da militância e nos cursos de formação política oferecidos pelo próprio Movimento. A terceira e última hipótese pautada na competência, aptidão, responsabilidade e dedicação às tarefas da militância parece ser a única que pôde ser corroborada. A dedicação à militância praticamente integral delas – inclusive após a maternidade – nos oferece argumentos plausíveis para compreender que os cargos diretivos, mesmo diante de uma visível desigualdade de gênero dentro da esfera pública, foram sendo ocupados a partir da competência de todas em cumprir as tarefas que lhes foram demandadas.

Finalmente, no capítulo cinco, sinalizamos um outro ponto importante a ser destacado: a retomada da questão racial e a construção do FCP – entendido a partir da perspectiva do feminismo decolonial – que tem na figura de Liu uma das principais referências e interlocutoras em âmbito nacional. Para ela, a equação é simples: para transformar a sociedade é preciso entender qual é a/o sujeita/o que opera a transformação: aquelas/aqueles que foram historicamente margeados e que descendem de ex- escravizadas/os. A partir dessa percepção, ela incluiu uma outra categoria de análise para além do gênero e da classe – a raça. Essa categoria aliada a discussão e consolidação do FCP, a construção da Reforma Agrária Popular – que implica em outras relações com a natureza e os seres humanos através da prática agroecológica – e a luta contra a violência do capital sobre os corpos femininos e sobre os territórios (agronegócio, o hidronegócio e o mineronegócio) se colocam como pautas centrais na atual conjuntura.

A centralidade desses temas, como já pontuado, foi fruto de um intenso processo de afirmação identitária pautada em negociação, disputas e contradições internas. Com esse acúmulo político-organizativo, as mulheres avançam em alguns pontos fundamentais: 1. Na compreensão e elaboração sobre o patriarcado e o racismo como elementos estruturantes do capitalismo; 2. No avanço da construção do FCP – via articulação com a CLOC – VC e outros Movimentos de mulheres camponesas – como um movimento político que propõe uma luta concreta e permanente contra os inimigos comuns e na luta em defesa da vida, dos bens da natureza, das sementes que são patrimônio dos povos e devem estar a serviço da humanidade, por direito igualitário de acesso à terra, por salários justos e igualitários e contra a exploração e todas as formas de violência. Essa dimensão feminista da luta pela terra deve ser assumida por mulheres e homens revolucionários, 3. Na constatação de que a igualdade substantiva e plena nas relações de gênero, de raça e de classe não são possíveis de serem alcançadas inteiramente nos marcos do capital e, por isso, elas pontuam que o Socialismo e o Feminismo são parte do horizonte estratégico de transformação radical da sociedade e, 4. Na formação de quadros femininos – para além da agitação e propaganda – dentro da juventude Sem Terra.

Nesse caminhar de 36 anos de construção do MST as mulheres têm sido participantes ativas desse processo – mesmo quando eram invisibilizadas – e foram construindo um espaço politizado, especialmente, a partir da impossibilidade de serem representadas pelo masculino enquanto sujeito universal. Esse amadurecimento político resultou na criação de novas articulações, estratégias e espaços de formação que ressignificaram as práticas, os discursos políticos e o sentido da defesa da vida humana e da mãe-terra. Sem dúvidas, foi a ação política das mulheres que garantiu a elas o protagonismo criando as condições que permitiram pautar o

debate do Feminismo para o conjunto do Movimento e a construção em curso de uma concepção de FCP que, ao lado de uma crítica ao sistema patriarcal, capitalista e racista elas apresentam, inclusive, um projeto feminista que se pauta na descolonização do socialismo.

É, portanto, nessa conjuntura que o FCP tem sido elaborado continuamente com o objetivo de sanar as demandas reais das mulheres do campo, construir uma nova sociabilidade que tenha por base novas relações de gênero e uma matriz produtiva baseada na agroecologia, na soberania alimentar, na alimentação saudável e na Reforma Agrária Popular. Ao lado desse processo que ainda está em construção, entendemos que é necessário que essas mulheres se mantenham organizadas acumulando forças, inclusive, com outros movimentos sociais do campo e da cidade para que possam reafirmar suas identidades enquanto mulheres do campo e feministas. Dessa forma, urge fomentar estratégias de auto-organização com o intuito de priorizar cursos de formação que abordem, cada vez mais, as pautas de gênero e que dialoguem com temas transversais e interseccionais como raça e sexualidade. Sobre o FCP é importante apontar ainda uma outra constatação: a inserção do feminismo na pauta do MST e na vivência diária dessas mulheres já tem ocasionado importantes impactos na estrutura familiar camponesa. Essa percepção pôde ser vislumbrada a partir das falas de Liu e de Beth. Ambas apontam uma mudança mais consciente e crítica sobre o lugar da mulher na luta pela terra resultando, inclusive, na construção de um novo comportamento coletivo, visto também como uma “nova moral”.

Sob a ótica da interseccionalidade, sinalizamos um possível campo de pesquisa para análise das relações de gênero dentro do MST, que avança, a partir das histórias de vida apresentadas, colocando em foco a questão da não hierarquização de pautas. Dessa maneira, entendemos que as questões feministas precisam ser discutidas de forma interseccional dentro do próprio Movimento que propõe como objetivo final um projeto de sociedade justo e igualitário. O fomento em pesquisas – especialmente dentro da sociologia rural – que tenham como foco tanto a interseccionalidade quanto a perspectiva decolonial são também importantes caminhos para propor a diversidade de pautas e representar as muitas subjetividades presentes no Movimento.

Como apontamentos finais dessa tese, entendemos que ao desvelar as histórias dessas três lideranças nacionais do MST da Bahia estamos propondo também a construção da memória do Movimento a partir das lutas protagonizadas pelas mulheres. Dessa forma, ao escrever sobre elas buscamos dar reconhecimento, visibilidade, sentido e poder a essas histórias que estão ancoradas em uma identidade de resistência. No entanto, é preciso afirmar que, apesar dessas histórias identificarem, em geral, o protagonismo das mulheres no MST, ainda há um longo

caminho a ser percorrido para superação da opressão de gênero dentro do Movimento – é o caso, por exemplo, das companheirinhas sinalizado por Beth.

Por fim, é preciso esclarecer que não temos a presunção de sanar todos os temas problematizados nessa tese e que não há também a intenção em esgotar as possibilidades de leitura e interpretação sobre as histórias de vida e sobre o lugar ocupado pelas mulheres no MST, em especial, na Bahia. Ao contrário, o estudo apresenta-se muito mais como uma terceira via que considera os relatos orais dessas três mulheres como pontos-chaves para elucidar a compreensão histórica desse sujeito coletivo que articula, constrói identidades e forja narrativas. Além disso, parto do princípio de que o produto acadêmico ora apresentado é apenas um dentre outros frutos que este processo tem gerado e que potencialmente, ainda gerará.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, edição especial, p.261 -295, 2016.
- ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1 Janeiro/Abril, p.129-143, 2016.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. 204p.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALVAREZ, S. E. A "globalização" dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Feminismos plurais)
- ARAÚJO, Cláudio Márcio de; OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP**, v.8, n.2, São João del-Rei, 2014. Disponível em:< [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalpip/Volume8%20n2/PPP%208\\_2%20Art\\_%209.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalpip/Volume8%20n2/PPP%208_2%20Art_%209.pdf)>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.
- ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **A pedagogia do Movimento Sem Terra e relações de gênero: Incidências, contradições e perspectivas em movimento**. 2011. 154f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. 2007. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2007, 334 f.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, n. 23, p.1-21, 2000. Disponível em:< <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990/13591>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11, p. 89-117, maio - agosto de 2013.
- BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico. In: BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 5. ed. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

BOGO, Ademar. **A organicidade como parte da cultura**. Texto para debate sobre a organicidade do MST na reunião da Coordenação Nacional de 13 a 17 de agosto, 2003, mimeo.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Memorial das Letras: Salvador, 1999.

BOGO, Ademar. Desafios permanentes do MST. In: **MST. Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio!** 4. Congresso Nacional, Brasília. São Paulo: MST, p. 31-45, 2000.

BORGES, Jorge Luis. "Laberinto" / "Labirinto". In: CAMPOS, Augusto de. Quase Borges. **20 transpoemas e uma entrevista** (organização e tradução). São Paulo: Terracota, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Tradução Maria Helena. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.5, p. 193-216, janeiro-julho de 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. > Acesso em: 28 de ago. de 2020.

BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. **Revista Configurações**, n.º 3, p. 83-106, 2007.

BORDALO, C.A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. 2011. 158p. Dissertação (Mestrado) Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

BRUNO, Raphael. **MST mira no lucrativo agronegócio**. Jornal do Brasil, 21/07/2008, Tema do Dia, p. A2. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/69073/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 18 de maio 2020.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: a escola é mais que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALAÇA, Michela, CONTE, Isabel Conte; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Rev. Bras. Educ. Camp**. Tocantinópolis. v. 3 n. 4, p. 1156-1183, set./dez. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** 2005. Tese de Doutorado. 339 f. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendedores Sociais, Takano Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003b. [Coleção valores e atitudes, série Valores; n.1. Não discriminação]

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v.17, n. 49. São Paulo Sept./Dec. 2003a. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

CARRETERO, Nacho. **“Como esse cara me convenceu de que eu era tonta?”: o abuso machista que ninguém parece ver.** 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/15/internacional/1505472042\\_655999.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/15/internacional/1505472042_655999.html)>. Acesso em: 08 out. de 2020.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Orga.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CHEHAB, Isabelle M. C. V.; CARVALHO Giovana N. Feminismo Camponês e Popular: A voz que vem do Campo. **Revista Ártemis**, v. 29, n. 1; jan-jun, p. 157-171, 2020.

CLOC-Via Campesina. **O que é CLOC-Via Campesina?** 2020. Disponível em: <<https://cloc-viacampesina.net/que-es-la-cloc-via-campesina/>>. Acesso em 11 de agos. 2020.

CLOC/VIA CAMPESINA. **IV Assembleia da Articulação de Mulheres do Campo da CLOC – Via Campesina, Declaração de Quito.** 2010. Disponível em:<https://cloc-viacampesina.net/iv-assembleia-da-articulacao-de-mulheres-do-campo-da-cloc-via-campesina-declaracao-de-quito/>. Acesso em: 07 de nov. de 2020.

CLOC/VIA CAMPESINA. **Declaración VI Asamblea De Mujeres CLOC-LVC.** 26 De Junio 2019.

COELHO, Fabiano. **“É preciso fazer a mística”: o forjar de uma identidade coletiva sem terra.** Dimensões, vol. 26, 2011, p. 325-349.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. **A questão da mulher e o MST.** São Paulo: MST, 1996.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. **Compreender e construir novas relações de gênero.** 2 ed. São Paulo: MST, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p.99-127, Janeiro/Abril, 2016.

COSTA, Patrícia Claudia da. Ilusão biográfica: a polêmica sobre o valor das histórias de vida na sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 51 – 71, set./dez. 2015.

COSTA, Bianca. Protesto das mulheres na Aracruz completa 5 anos. **Boletim do MST do Rio de Janeiro**, 11 março 2011. Disponível em: < <http://boletimmstrj.mst.org.br/protesto-das-mulheres-na-aracruz-completa-5-anos/> >. Acesso em: 18 de maio 2020.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e "bem-viver": emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno de Conflitos do Campo**. 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-nocampo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-018?Itemid=0>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2012**. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP Coordenação: GIRARDI. E. P.; VINHA, J. F. S. C.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2013.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Ogr.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

DEERE, Carmen Diana. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 175- 204, jan.-abr./2004.

DERRE, Carmen. Diana. El Derecho de la mujer a latierra, los movimientos sociales rurales y el Estado em las reformas agrarias Latinoamericanas del Siglo XXI. In: Kay, C.; Vergara-Camus, L. **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

DEERE, Carmén, LEÓN, Magdalena. **Empoderamento de mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz, GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Cartografias políticas da mulher rural no Brasil: Rupturas aos modelos instituídos. In: ROCHA, Marcos Antonio Monte (Org.). **Feminismos Plurais. Coleção Gênero, Cultura e Mudança**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. **Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades**. Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife – PE, 29 de maio a 01 de junho de 2007. Disponível em <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=search\\_result&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=171)> Acesso em: 10 de set. de 2019.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p. 237- 256, 2013.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. **Relatório de avaliação setor nacional de gênero do MST**. Fortaleza, 2010.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Re-significações do Feminismo e da Política em Práticas de Mulheres Assentadas. In: VALE, Alexandre Fleming C. & PAIVA, Antonio Cristian S. (Orgs.). **Estilísticas da Sexualidade**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC; Campinas: Pontes Editores, p. 95-113, 2006.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, núm. 184, marzo-abril, 2014, pp. 7-12.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem**. Tradução de Waldéa Barcellos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Rosana. Fala colhida durante a realização da mesa: “Mulheres construindo a Resistência Ativa” durante o I Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra Brasília, DF, 05 a 09 de março de 2020.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n. 63, p. 103-120, abr. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Ocupação como forma de acesso à terra**. Trabalho organizado para apresentação no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001b. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes\\_ocupacao.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf)>. Acesso em 01 jun. 2019

FETAG. Federação completa 54 anos de conquistas e lutas. 17 de março de 2015. Disponível em: <http://fetag-ba.org.br/federacao-completa-51-anos-de-conquistas-e-lutas/>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FRASER, N. “Mapeando a imaginação feminista”: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v.15, n.2, p. 291-308, 2007

FREITAS, Altieri Dias de; MORAIS, Jorge Ventura de 2 Territórios. O “intelectual” segundo o pensamento decolonial de Walter Mignolo: redescrição e axiologia. **Revista de educação**. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru. v. 5, n.8, 2019.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: Um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p. 257- 28. 2013.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do feminismo**. São Paulo: Ed. Claridade, 2015

GEBARA, Ivone. Uma luta maior. In: OLIVEIRA, R. S. de; CANEIRO, F. (org.). **Corpo: meu bem, meu mal**. III Seminário de Teologia e Direitos Reprodutivos, Ética e Poder, Rio de Janeiro, ISER, 1995.

GEREMIAS, Daiana. **3 Casos de Gaslighting e por que você não deve chamar uma mulher de louca**. MEGA CURIOSO, 2019. Disponível em: <<https://www.megacurioso.com.br/mulher/98479-3-casos-de-gaslighting-e-por-que-voce-nao-deve-chamar-uma-mulher-de-louca.htm>>. Acesso em: 08 out. de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnica de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GIRIBET, Bernat Isaac. **Um novo jeito de organizar. A nova organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvado Allende - MST (Paraná, Brasil)**. Tese (Doutorado). 2012. 292f. Departamento de História, Universitat de Lleida, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GOLDENBERG, Miriam. Mulheres & Militantes. **Revista Estudos Feministas**,v. 5, n.2., Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, 1997.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais**. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, Jul/Dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4514>>. Acesso em: 29 de jan. de 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.º 92/93.(jan.jun.), p. 69-82. 1988. Disponível em:

<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3aditico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>>. Acesso em: 8 maio de 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino** n.1 Batalha de Ideias. 2011. Disponível em:<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)>. Acesso em: 8 maio de 2020.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de Ciências Sociais**. Epistemologias do Sul. Tradução de Inês Martins Ferreira, p. 115-147, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 16 maio 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. **Tabula Rasa**, Bogota, n. 14, p; 341-355, enero-junio 2011. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-14/15grosfoguel.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2020

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, v. 18, n. 2., 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HEREDIA, Beatriz e CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA, 2006.

HOOKS, Bell. (1981). Racismo e feminismo: a questão da responsabilidade. In: HOOKS, Bell. **Ain't I a woman: Black Woman and Feminism**. Não sou eu uma mulher: Mulheres Negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro, 2014. p. 86-113.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra. **Lutas Sociais**, n. 13/14, p. 147-159, 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18675/13871>>. Acesso em: 06 de fev. 2020.

JORNAL DO BRASIL. **MST mira no lucrativo agronegócio**. Disponível em:<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/69073/noticia.htm?sequence=1>> Acesso em: 18 de maio 2020.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

JST. Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, 3(42), fevereiro de 1985. Disponível em: de: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=199&Pesq=>. Acesso em: 05 de março de 2019.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG, Josiane Carine. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrário**, abril-julio 2019, vol. 20, n.43, 2019 .

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

LACERDA, Lorena. Empregos domésticos: serviços “essenciais” ou necessidades “coloniais”? **Portal Geledés**. 2020 Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/empregos-domesticos-servicos-essenciais-ou-necessidades-coloniais/>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

LIMA, Luciana. Mulheres do MST ocupam fazenda de eucalipto na Bahia. **Revista EXAME**, 01/03/2012. Disponível em:< <https://exame.com/economia/mulheres-do-mst-ocupam-fazenda-de-eucalipto-na-bahia/>>. Acesso em 16 de nov. de 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n.3: 935-952, setembro-dezembro/2014.

LUGONES, María. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. In: **Pensando los feminismos en Bolivia**. La Paz: Conexión Fondo de Emancipaciones, 2012 (Serie Foros 2). Disponível em: [https://www.bivica.org/files/feminismos\\_bolivia.pdf](https://www.bivica.org/files/feminismos_bolivia.pdf). Acesso em: 06 de nov. 2020.

MACHADO, M. das D. C.; MARIZ, C. L. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 71-87, 1997.

MAFORT, Kelli. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento**. São Paulo: MST, 2014. Disponível em:< <https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/>>. Acesso em: 16 março 2020.

MAGALHÃES, LÍlian de Souza. **Terra dos Homens: livro-reportagem sobre a gênese do MST na Bahia**. Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação (monografia). 2005. 114 f. habilitação em Jornalismo, Faculdade de Comunicação, habilitação em Jornalismo, Universidade Federal da Bahia. 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. **Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro**. Cad. Pagu nº 43 Campinas July/Dec. 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200057](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200057). Acesso em: 20 de novembro de 2020.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L. BUTTO, Andrea (Orgs). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente do Brasil**. Brasília: MDA, p. 7-18, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: A Opção Descolonial e o significado de identidade em Política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008a.

MIGNOLO, Walter D. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, n.8, p. 243-281, enero-junio 2008b.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782003000100010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100010)>. Acesso em: 26 de ago. de 2020.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, 164p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, ABRASCO, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz, GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, Luiz. A seca na Bahia. **SEAGRI/DAS**, 2013. Disponível em: <[http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/4\\_socioeconomia01v9n2.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/4_socioeconomia01v9n2.pdf)> Acesso em 18 de abril 2020.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo Negro brasileiro: Um estudo do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação (Mestrado). 2007. 120f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2007.

MST. **MST convoca toda sociedade baiana para marchar pela libertação de Lula**. 2019. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2019/04/09/mst-convoca-toda-sociedade-baiana-para-marchar-pela-libertacao-de-lula.html>> Acesso em 28 de out. de 2019.

MST. **A linha do tempo: a história das mulheres no MST**. Setor de Gênero do MST. 2010a. (mimeo).

MST. A mulher nas diferentes sociedades. **Caderno de Formação n°15**, São Paulo: MST, 1988.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1989.

MST. **Documento Básico do MST**. São Paulo: MST, 1993.

MST. **Keno Vive: Reforma Agrária por Justiça Social e Soberania Popular!** Cartilha de Subsídio para Estudo. Cartinha n°8. Curitiba. Dezembro de 2007.

NAVAZ Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. Introducción. In: NAVAZ Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (Editoras). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: Cátedra, 2008.

NETO, Antonio Júlio de Menezes. **A Ética da Teologia da Libertação e o Espírito do Socialismo no MST**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Gênero e desigualdade. **Cadernos Sempre Viva**. São Paulo: SOF - Sempre Viva Organização Feminista, 1997.

OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue de. **Relações de gênero e poder no cotidiano das mulheres assentadas no Cabo de Santo Agostinho (PE)**. Tese (doutorado). 2010. 163 f. CFCH. Sociologia, – Universidade Federal de Pernambuco. 2010.

PALMEIRO, Cecília. Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos. [Entrevista concedida a Mariana Gonzalez]. Revista Cult, São Paulo, 14 de novembro de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>. Acesso em: 02 nov. de 2020.

PARADIS, Clarisse. **O papel e o desenvolvimento dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina: Uma quarta onda do feminismo em curso na região?** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373327112\\_ARQUIV\\_O\\_ArtigoFinal.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373327112_ARQUIV_O_ArtigoFinal.pdf). Acesso em 30 de out. 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. **Que feminismo é esse que nasce na horta? Política & Sociedade**, Florianópolis, v.15, edição especial, p. 296-316, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p296/0>>. Acesso em 15 de fev. 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.229-252, janeiro-abril/2004. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100012&script=sci_abstract&tlng=pt) .> Acesso em 15 de fev. 2020.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**. v. 2, n. 2, p. 395-418. Jul.–Dez. 2012.

PEREZ, Olívia e RICOLDI, Arlene. **A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos.** In: 42º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), outubro de 2018. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt08-27>, Acesso em: 02 de novembro de 2020.

PINASSI, Maria Orlanda. **Mulheres do MST avançam nos desafios da ação revolucionária.** Jornal GGN, 26/12/2010. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/as-mulheres-do-mst/>. Acesso em: 18 de maio 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B e VARGAS. Monica. Muñoz (org.). **Mulher Brasileira é Assim.** Brasília: Rosa dos Tempos/ NIPAS- UNICEF, 1994.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula [orgs]. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: Lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. (Coleção Feminismos plurais).

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social,** São Paulo, v. 11, p. 189-195, maio de 1999.

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos,** v.5, n.1, p. 1-22, 2013.

ROCHA, Jan e BRANFORD, Sue; **Rompendo a cerca. A história do MST.** Tradução Rubens Galves Merino. 1ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

ROSENDO, Daniela. **Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista.** Curitiba: Editora Prisma, 2015.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas"?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. "Rearticulando gênero e classe social". In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARDENBERG, C.; COSTA, A.A. Feminismo, Feministas e Movimentos Sociais. In: BINGHEMER, M.C.; BRANDÃO, M. (Org.). **Mulher e Relações de Gênero**. São Paulo: Loyola, p. 81-114, 1994.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**. Florianópolis, v.21, n.01, p. 121-149, jan./jun.2003.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00087.pdf>.> Acesso em: 18 de ago. de 2020.

SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST. Caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, v. 16, São Paulo, p.297-325, fevereiro de 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-Cadernos Ces [online]. **Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical**. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533> . Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

SEPROMI. Histórico. Disponível em: <<http://www.sepromi.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>.> Acesso em: 28 de ago. de 2020.

SETOR DE GÊNERO. **A conspiração dos gêneros**: elementos para o trabalho de base. Caderno de Formação nº 6, São Paulo: MST, 2018a.

SETOR DE GÊNERO. **Soberania Alimentar e a Reforma Agrária Popular**. Caderno de Formação nº 3, São Paulo: Setor de Gênero, MST, 2015.

SETOR DE GÊNERO. **Construindo novas relações de gênero. Desafiando relações de poder**. São Paulo: MST, julho 2003.

SETOR DE GÊNERO. **Construindo novas relações de gênero**. MST/RS. Porto Alegre, MST, 2018b.

SETOR DE GÊNERO. **Orientações políticas e práticas**. I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra. São Paulo: MST, 2020.

SETOR DE GÊNERO. **Feminismo Camponês e Popular**. Caderno de Formação. MST, 2015.

SETOR DE GÊNERO - MST. **Feminismo Camponês e Popular. Com identidade e Revolucionário**. Lunagraf: Curitiba, 2015.

SILVA, Cristiani Bereta da; PAULILO, Maria Ignez. História oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas. **Revista História Oral**. Dossiê Trabalho, campo e política. v. 11 n. 1-2, 2008. Disponível em <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=150&path%5B%5D=151>>. Acesso em: 10 nov. de 2020.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e mulheres e movimento: relações de gênero e subjetividade no MST**. Momento Atual: Florianópolis, 2004, 182p.

SILVA, Vagner Gonçalves da. As origens da violência contra religiões afro-brasileiras. In: **Revista Cult**. D'ANGELO, Helô. 2017 Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/violencia-religiosa-candomble-umbanda/>>. Acesso em: 21 maio de 2020.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. **Revista USP**, São Paulo, n.67, p. 150-175, setembro/novembro 2005.

SPM. **Histórico**. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>. Acesso em: 28 de ago. de 2020.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. Violência contra as mulheres. O patriarcado e as institucionalidades públicas nos conflitos no campo. IN: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; SANTOS, Paulo César Moreira dos Santos. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/downloads-2?task=download.send&id=14195&catid=41&m=0>>. Acesso em 21 de nov. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção tudo é história).

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002.

TOLEDO, A. **Me empodera te empoderar**. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social/Jornalismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

TRABUCO, Gismalia Luiza Passos. **A práxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos do MST na Chapada Diamantina - Bahia**. 2008. 209f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19164/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Gismalia%20Luiza%20Passos%20Trabuco.pdf>> Acesso em: 3 jul. 2019

WALLERSTEIN, Immanuel. La creación del sistema mundial moderno. In: BERNARDO, L. **Un mundo jamás imaginado**. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. 1996 (mimeo).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baude **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em 17 de abril 2020.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: A construção do sujeito feminista**. 2017. 276 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife, 2017.

## **APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas**

### **Roteiro da Entrevista – Pesquisa: “PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER’: TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES DIRIGENTES NACIONAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) NA BAHIA”**

**Nome completo:**

**Idade:**

**Escolaridade:**

**Assentamento/Acampamento:**

#### **1º momento – histórico familiar (infância e juventude)**

1. Gostaria de iniciar esta entrevista a partir do contexto familiar. Se você puder queria que você falasse um pouco sobre o lugar onde você nasceu, como eram seus familiares e suas relações familiares. (raça, trabalhos, religião, tamanho da família (nomes dos pais), relações entre os membros, valores, aprendizados que marcaram sua trajetória de vida, etc.).

Como foi a sua infância? Gostaria que você falasse um pouco das suas memórias. Foi a escola? Frequentou espaços religiosos? Algum membro da família participava de grupos religiosos, associações, movimentos sociais e/ou sindicatos? Àquela época tinha alguma liderança política e/ou religiosa na família?

Fale de sua família: casada? filhos?

#### **2º momento – Identidade, militância e MST**

2. Como é para você ser uma mulher na agricultura? Gostaria que você falasse um pouco sobre esta experiência. (identidade)

- Quando se deu o início do seu engajamento político? Você já participava de algum movimento ou a formação política e o ativismo social surgem no MST? Queria que você falasse um pouco da sua trajetória de atuação política e da sua experiência no MST (como se deu/ dá sua atuação, os cargos que você já ocupou, ou o que ocupa, a relação com as pessoas)

- **Como inicia a sua história com o MST?** (organização, lutas, mobilizações, ocupações). Como era sua relação com a família durante esse período de imersão no movimento? Há quantos anos você é acampada? Como foi para você entrelaçar o trabalho de luta política e outras ocupações que realizava? Como era a sua relação com as outras pessoas que estavam nestes espaços públicos de construção política? (Se eram amigos, familiares, pessoas de fora, entidades, organizações?) Quais os aspectos mais importantes que marcaram essas relações e

influenciaram sua trajetória política? Quais as principais atividades que se envolveu desde o início de sua militância e quais os cargos de liderança e/ou coordenações que você teve/tem até hoje? Como você foi articulando as demandas de militância com as atividades do dia-a-dia? Em algum momento você teve que escolher entre ficar no trabalho da roça/doméstico ou nas lideranças do Movimento?

Quais os tipos de discriminação e preconceito você já presenciou, ou ouviu relatos de pessoas que presenciaram, na luta pela terra? (racismo)

### **3º momento – Ser mulher no MST**

3. Como foi forjada dentro do MST? Que carga essa identidade traz para você? Se conhece e se reconhece a partir desse lugar?

- Conte-me sobre o protagonismo feminino na luta pela terra no estado da Bahia. Quais e como foram planejadas as ocupações de mulheres aqui na Bahia?

- Fale sobre o período em que foi dirigente Nacional do Movimento. Como foi essa experiência? Quais as principais dificuldades? E quais os avanços e aprendizagens que teve desse período?

- Para você, qual o legado das mulheres do MST para o processo de territorialização no estado da Bahia?

### **4º momento – Narrativas, estrutura organizacional e ser mulher dirigente no MST – BA**

- Como você avalia o momento em que o MST adere a questão de gênero como categoria fundamental para fazer a luta pela reforma agrária? Gostaria de ouvir um pouco da sua opinião e avaliação sobre isso. Quais foram as principais ações registradas em seus documentos e quais as orientações nos seus cursos de formação? Você participou dessas discussões?

- O grau de escolaridade interfere de forma direta nos cargos exercidos?

- Qual é o feminismo reivindicado pelas mulheres sem terra?

- A paridade de sexo definida pelo movimento pode ser, de fato, considerada representativa ou ela é meramente figurativa?

- Como é feito o enfrentamento interno diante dos companheiros(as) quando se está dirigente nacional?

- Para você, quais as principais dificuldades encontradas pelas mulheres dirigentes?

- Como é a relação entre as mulheres do Movimento? Há sororidade entre vocês?

- Como você avalia o grau de participação política das mulheres dentro do MST?

- Gênero e classe social. Como essas categorias são articuladas dentro do Movimento? A luta da mulher é importante mas vem em segundo lugar? A principal luta é contra a exploração econômica?

- A narrativa empreendida pelo Movimento que versa sobre igualdade e liberdade são efetivadas na prática do dia-a-dia da assentada/acampada?

- Para você, o Movimento reafirma o lugar da mulher na natureza e dos homens na cultura?

**5º momento – Momento atual e perspectivas futuras**

5) Queria que você falasse um pouco sobre as dificuldades encontradas e como você faz para superá-las durante a sua trajetória de liderança no Movimento. (mulher negra)

- Quando encontra dificuldades você tem alguma estratégia para “seguir em frente”? Onde você encontra forças para continuar exercendo a liderança política?

- Gostaria que você me dissesse um pouco da sua posição e opinião acerca de temas como

- Direitos reprodutivos e Aborto;

- Maternidade e militância;

- Bem-viver;

- Território e territorialidades;

- Lugar de fala;

- Família nuclear;

- Cotas para mulheres;

- Empoderamento feminino;

- Socialismo

- Como você vê a participação feminina dentro do Movimento no contexto atual – governo de Jair Bolsonaro?

- Apontaria algumas contradições, erros e acertos do Movimento diante da construção da questão de gênero?

-Quais as suas perspectivas para o futuro? Enquanto mulher na sociedade atual e enquanto militante do MST.

- Existe mais alguma memória ou relato que você gostaria de destacar desta sua trajetória?

## **APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**TÍTULO DA PESQUISA:** “Fui forjada para não chorar”: Trajetórias de vida de mulheres dirigentes nacionais do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST) na Bahia (poderá sofrer eventuais alterações até a finalização do trabalho)

**Pesquisadora:** Mainara Mizzi Rocha Frota. Endereço: 1ª Travessa das Abelhas, 72 – Pompílio Sampaio – CEP: 45206-251 - Jequié-BA. Celular: (75)99136-2400

**Orientador responsável:** Clóvis Roberto Zimmermann. Endereço: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFBA - Estrada de São Lázaro, 197 - Federação, CEP: 40.210-730 - Salvador, BA. Celular: (71)99156-1597

**Instituição:** Universidade Federal da Bahia – UFBA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

### **Apresentação da pesquisa**

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada **“Fui forjada para não chorar”:** **Trajetórias de vida de mulheres dirigentes nacionais do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST) na Bahia** desenvolvida por Mainara Mizzi Rocha Frota, discente do Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob orientação do Professor Dr. Clóvis Roberto Zimmermann.

### **Sobre o objetivo central**

Esta pesquisa tem como **objetivo** traçar a história do MST na Bahia a partir das histórias de vida de três mulheres: Beth e Lucinha (Ex-dirigentes Nacionais) e Liu (Atual Dirigente Nacional). Entrecortadas por esse “sujeito coletivo”, buscaremos compreender também como suas identidades, levando em conta as relações de gênero, foram forjadas a partir das narrativas subjetivas construídas e articuladas dentro deste grande universo de socialização que é o MST. Importante ressaltar que não há intenção neste estudo de se esgotar as possibilidades de leitura e interpretação sobre a história do MST na Bahia. Ao contrário, o estudo apresenta-se muito mais como uma “terceira via” que considera os relatos orais dessas três mulheres como “pontos-chaves” para elucidar a compreensão histórica desse sujeito coletivo que articula, constrói identidades e forja narrativas.

### **Por que a participante está sendo convidada (critério de inclusão)**

O convite a sua participação se deve ao fato de ser mulher e já ter ocupado ou estar ocupando o cargo de dirigente Nacional do MST no estado da Bahia.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

### **Confidencialidade**

Todas as informações que a Senhora nos fornecer serão utilizadas para esta Pesquisa. Tais informações poderão ser utilizadas também para a publicação de artigos científicos e apresentação de trabalhos acadêmicos. As entrevistas serão gravadas e transcritas sendo que a

possibilidade de divulgação de seu nome somente com sua permissão, aqui atestada ou se preferir, usar-se-á nome fictício, no entanto, sendo identificada sua trajetória conforme for narrada. Caso tenha algo que não seja de seu interesse publicá-lo, será possível informar à pesquisadora durante as entrevistas.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

### **Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa**

A sua participação consistirá em conceder entrevistas a pesquisadora Mainara Mizzi Rocha Frota acerca de sua trajetória de vida entrelaçada à sua atuação no MST. O ambiente em que será realizada a entrevista pode variar de acordo com a necessidade e disponibilidade da participante. As entrevistas serão gravadas e a pesquisadora se compromete a encaminhar o texto final antes da defesa da tese.

### **Tempo de duração da entrevista**

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente duas horas, e do questionário aproximadamente trinta minutos. A depender da disponibilidade da pesquisadora e da participante o tempo pode ser reduzido ou aumentado.

### **Guarda dos dados e material coletados na pesquisa**

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora, seu orientador e auxiliares de pesquisa que serão selecionados pela pesquisadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

### **Explicitar benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos participantes da pesquisa**

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de colocar em foco vozes de mulheres que há muito foram e, por que não dizer que, ainda são, oprimidas dentro da estrutura patriarcal e machista que vigora na nossa sociedade. Assim, a partir dessas trajetórias de vida, será praticamente impossível não pensar na história do MST na Bahia sem fazer alusão a essas trajetórias já que, abordam outras óticas interpretativas que não estão presentes na história oficial do Movimento.

É assim que as histórias de vida fazem convites irrecusáveis para rever interpretações, romper com os paradigmas dominantes, reconstruir verdades ditas hegemônicas, revelar protagonismos silenciados, propor novas hipóteses e, assim, no afã dessa criticidade abre caminhos para novas pesquisas que possam contribuir com o refinamento dos conceitos explicativos e dos pressupostos apresentados nesse estudo.

### **Previsão de riscos ou desconfortos**

O procedimento utilizado será de entrevistas do tipo narrativa e semiestruturadas, na qual abordará questões sobre a trajetória de cada participante em relação a sua atuação e constituição em dirigentes no MST da Bahia. Embora a entrevista seja um procedimento de baixíssimo risco, é possível que ao participar você possa se sentir desconfortável ou constrangida em responder

alguma pergunta ou mesmo em continuar participando da entrevista naquele momento. Caso isso aconteça, e a participante assim desejar, a entrevista poderá ser remarcada para data futura acordada entre a pesquisadora e a participante.

**Sobre divulgação dos resultados da pesquisa**

Os resultados serão divulgados na tese, em palestras, apresentações de trabalhos acadêmicos, relatórios individuais para as entrevistadas e artigos científicos.

**Observações:**

Este Termo é redigido em duas vias (não será fornecida cópia ao sujeito, mas sim outra via), sendo uma para a participante e outra para a pesquisadora. Todas as páginas deverão ser rubricadas pela participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável (ou pessoa por ele delegada e sob sua responsabilidade), com ambas as assinaturas apostas na última página. O termo apresentado deve conter local destinado à inserção das referidas rubricas – pesquisadora e participante.

---

Mainara Mizzi Rocha Frota  
Doutoranda em Ciências Sociais - UFBA

***Contato com a pesquisadora responsável:***

***Tel.: 75-99136-2400***

***E-mail: mainarafrota@yahoo.com.br***

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

Nome da entrevistada